ZILMA ISABEL PEIXER



A CIDADE E SEUS TEMPOS

O processo de constituição do espaço urbano em Lages



UNIPLAC EDITORA

Se todos os cidadãos de uma cidade (com o perdão da obviedade quase cacofônica, mas necessária) pudessem contar com um trabalho como este da Zilma, talvez algumas cidades não tivessem tido o destino trágico que têm, no que se refere à configuração atual de seu espaço urbano e (também como conseqüência) social.

Nascido e criado cidadão lageano, apesar de estar há mais de vinte anos afastado, pude compreender só agora, com a leitura de *A cidade e seus tempos*, o motivo pelo qual os prédios do calçadão têm esquinas curvas, obrigadas por lei, ou o pelo qual o centro (que deveria ser urgentemente tombado) ter casarios de dois andares. Compreendi só agora por que o bairro Coral é o que é hoje, seja pela sua beleza, seja por suas mazelas. Adquiri consciência do que é ter nascido e sido criado no bairro Sagrado Coração de Jesus e compreender o motivo pelo qual ele é hoje, também com ônus e bônus do que convencionamos chamar de progresso.

E questiono, ainda lendo este livro, o motivo pelo qual, tardiamente, adquirimos esta consciência de que os cidadãos devem conhecer o processo de constituição de seu espaço urbano, pois só através deste

conhecimento (processo obrigatório, porém prazeroso) é possível rever a história de uma cidade em todos os seus aspectos: urbanos, políticos, sociais, arquitetônicos, culturais etc.

O livro da Zilma é uma grande oportunidade para que a gente não repita os erros grosseiros do passado, assim como para que se aproveite, do mesmo passado, as boas experiências. Foi para isto, pois, que a espécie humana decidiu um dia usar a linguagem para contar e ouvir sua história.

E é claro, não é um livro só "para lageano ver", pois a análise que a autora fez, ao dividir a cidade em várias outras e em vários tempos, serve para qualquer outra cidade brasileira, guardando, é claro, suas idiossincrasias. É, portanto, desde já, um livro fundamental para a sociologia brasileira, principalmente no que se refere aos estudos sobre as cidades e as transformações que, mal e bem, os próprios cidadãos provocam, provocaram e continuarão a provocar, seja por omissão, seja por participação equivocada, por falta, justamente, deste tipo de publicação.

Fábio Brüggemann
editor e escritor



A CIDADE E SEUS TEMPOS

O processo de constituição do espaço urbano em Lages



Reitora
Nara Maria Kuhn Göcks
Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação
Samir Ribeiro de Jesus
Pró-Reitor de Administração
Márcio Koehler
Pró-Reitora de Ensino
Débora Nayar Hoff Rotta

ZILMA ISABEL PEIXER

A CIDADE E SEUS TEMPOS

O processo de constituição do espaço urbano em Lages

UNIPLAC
EDITORA

© 2002, Zilma Isabel Peixer

Preparação de originais, capa e planejamento gráfico
Fábio Brüggemann
Diagramação
Alex Sandro Xavier
Revisão
José Cé
Fotos
Arquivo pessoal, acervo Museu Thiago de Castro
e arquivo de Jonas Malinverni



Diretor Executivo
Fábio Brüggemann

Secretária Executiva
Iáscara Almeida Varela

Conselho Editorial
Danuzia Aparecida Silva
Denise Maria Souza de Melo
Fábio Brüggemann
Iáscara Almeida Varela
Izabella Barison Matos
José Luis Carraro
Lauro Henrique Souza Lins
Leonidas José Arruda
Rosa Maria Beal Donato
Valdecir José Costa

Ficha Catalográfica
(Elaborada pela Biblioteca Central da Uniplac)

P379c Peixer, Zilma Isabel
A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages/Zilma Isabel Peixer. - Lages: Editora
Uniplac, 2002.
296p. il.

ISBN 85-89237-01-X

1. Sociologia. 2. Desenvolvimento urbano. I. Título.
CDD 309.181

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA UNIPLAC
Avenida Castelo Branco, 170, Cep 88 509-900, Lages, SC
Homepage: www.uniplac.net/editora
E-mail: editora@uniplac.net
Fone (49) 251-1028
2002

SUMÁRIO

Introdução 9
Entre teorias: as buscas conceituais da cidade 15
Da fazenda à cidade dos coronéis 39
Cidade dos locomóveis 99
A cidade dos espoliados:
Das sombras da cidade uma nova proposta urbana 165
A Cidade de Concreto 205
Modernidade tardia:
A busca da eficiência tecnocrática na gestão da cidade 253
Considerações Finais 271
Bibliografia 285

INTRODUÇÃO

O viajante que se aproxima de Lages tem uma visão deslumbrante: do alto da colina avista a cidade em toda sua extensão. Extensa, densa, de forma longitudinal, permite ao seu visitante um vislumbre de sua totalidade, que esconde em seu interior a diversidade de grupos, estilos culturais e modos de vida que a compõem.

Ao avistar-se a cidade de uma de suas seis "portas de entrada"[1] (acessos rodoviários e aéreo), chama atenção a extensão da área urbana, longitudinal e vasta. Ao adentrar-se, os espaços vazios aparecem insistentes no tecido urbano, configuração espacial, fruto não somente do posicionamento populacional ao longo das vias de acesso (historicamente, um dos aspectos marcantes de Lages é sua posição geográfica central em relação aos sistemas viários, dos caminhos das tropas às recentes rodovias), mas de processo de especulação imobiliária e da intervenção do Estado local.

Milton Santos (1994), ao analisar as cidades, grandes em extensão e com muitos vazios em seu interior, comenta que as

[1] Analogia ao termo utilizado por Bresciani (1991) sobre as formas de estudos na cidade.

mesmas são produzidas por uma urbanização corporativa, na qual o poder público é chamado a intervir na criação de obras públicas que primordialmente beneficiam as grandes empresas:

> Nessas cidades espraiadas, características de uma urbanização corporativa, há interdependência do que podemos chamar de categorias espaciais relevantes dessa época: tamanho urbano, modelo rodoviário, carência de infra-estruturas, especulação imobiliária, problemas de transporte, extroversão e periferização da população gerando, graças às dimensões da pobreza e seu componente geográfico, um modelo específico de centro – periferia. (Santos, 1994, p. 95)

Este modelo de cidade, centro – periferia, que tem caracterizado o processo de urbanização a partir da década de 40, possui suas linhas demarcadas claramente no imaginário urbano, nas relações sociais e na produção deste espaço.

A produção deste espaço social, diferenciado, desigual e hierarquizado é o foco central deste estudo, assim, o recorte metodológico privilegia o chamado centro da cidade (perímetro urbano central) e o Bairro Coral por sua posição estratégica e complexa em relação à área central. Esses dois pontos nodais no tecido urbano permitem compreender o processo de urbanização da cidade.

A intenção é perceber as tessituras, os pontos estratégicos nodais dessa configuração, analisar suas fissuras e detalhes, e dar visibilidade às diversas cidades, ou melhor, desvelar a cidade polifônica.

Buscar a cidade polifônica, significa buscar a "multiplicidade de vozes autônomas que se cruzam, relacionam-se, sobrepõem-se umas às outras, isolam-se ou se contrastam" (Canevacci, 1997, p.17). Essas vozes diversas iremos encontrar nos jornais locais, nas leis, nos projetos de intervenção pública e nas entrevistas com moradores da cidade. Analisadas essas diversas

"vozes", pretende-se dar visibilidade à multiplicidade, observando a concretude das diversas cidades na cidade.

A proposta deste livro é uma viagem pelas cidades que constituem a Lages atual. Das fazendas de criação de gado, cidade dos coronéis, com o ritmo de vida moldado pelos trabalhos no campo, à economia extrativista da madeira, ritmada pelo apito dos locomóveis, construiu-se a cidade dos locomóveis. Ritmos lentos, intercalados por processos de aceleração que foram moldando a cidade, constituíram a face urbana de Lages.

É nessa configuração e entrelaçamento das dimensões espaciais e de tempo que se pode perceber a articulação entre práticas tradicionais e modernas na constituição da cidade, seja na configuração das leis sobre o urbano seja nos diversos discursos e representações sobre a cidade.

Perceber a constituição da cidade e de seus múltiplos espaços e, nesse processo, desvelar a simbiose entre o tradicional/moderno: esse é o fio condutor para compreender o processo de urbanização em Lages, bem como analisar a multiplicidade de espaços, significados e interações que produzem e são produzidas neste processo de constituição do espaço social.

Este estudo é resultado de pesquisa desenvolvida no doutorado em Ciências Sociais na PUC/SP. Nesta versão estão inclusas as sugestões feitas pela banca examinadora.

Entre palavras, frases, anos, viagens, entrevistas e trabalhos, o resultado é sempre uma articulação entre o coletivo e o individual. Na elaboração da tese e produção deste livro, muitas instituições e pessoas foram importantes pela disponibilização de informações, apoio financeiro, intelectual, familiar e emocional.

Institucionalmente, agradeço a Universidade do Planalto Catarinense, ACAFE e CAPES, pelo apoio financeiro. À UNIPLAC, também, pelo apoio e pelo espaço aberto ao trabalho com pesquisa e a continuidade dos estudos. Ao Museu

Thiago de Castro, pelo acesso a alguns documentos. A Fundação Cultural de Lages, onde o *design* desta proposta foi articulado, à Iáscara, à Silmara, à Eliana e ao Jonas, minha primeira equipe de discussão sobre a cidade, suas memórias e conflitos.

Particularmente, agradeço às pessoas que gentilmente se dispuseram a conversar sobre sua vida e seu cotidiano na cidade, suas impressões, suas marcas e suas vidas. Aos alunos do curso de Ciências Sociais da UNIPLAC que em alguns momentos aceitaram o desafio de também estudar Lages e ir às fontes. Ao Sérgio, Paulo, Elio e Izabella minhas constantes fontes de apoio, a quem eu recorri sempre nos momentos em que as dúvidas históricas se acumulavam.

Um carinho especial com minha orientadora, professora Lúcia que primeiro acreditou na proposta do trabalho e depois, constantemente, real e virtualmente, foi minha interlocutora e companheira constante nesta imersão na cidade de Lages.

Ao Munarim e à Zélia, pelo incentivo, pelas leituras e sugestões valiosas ao trabalho. E também por cobrirem minhas ausências junto ao Erick. Ao Ulisses, pelas belíssimas fotografias e reflexões sobre a arquitetura da cidade. À Iracema, ao Aquiles e à Fernanda, que, junto com o Erick tinham o dom de distrair-me. Aos meus pais que sempre me apoiaram. Ao Carraro, que nos deixou neste processo, foi viver outras aventuras em outras dimensões, mas de quem ainda tenho gravado, na memória, muitas de suas falas e reflexões sobre Lages e que aparecem em alguns momentos deste trabalho.

Ao Erick e Yuri que chegaram em minha vida nesse processo de trabalho, pelas horas roubadas de seu convívio e pelas suas constantes interrupções, que procuravam lembrar-me que a vida e o cotidiano iam além de uma tese ou de um livro.

Ao José Luís, pela paciência em ouvir (não sei quantas vezes) as mesmas reflexões, as mesmas dúvidas e por ajudar a entendê-las. Pela paciência e amor nestes anos conturbados de nossas vidas, este é mais um projeto conjunto.

ENTRE TEORIAS: AS BUSCAS CONCEITUAIS DA CIDADE

Panorama sócio-econômico-cultural.

Para entender a situação econômica e populacional de Lages é preciso perceber seu papel como uma cidade de atuação marcadamente regional que, historicamente, configurou-se como sede de uma ampla região. Na organização geopolítica do Estado de Santa Catarina é integrada a mais dezoito municípios, formando a Região Serrana. Politicamente, esses municípios estão organizados na Associação dos Municípios da Região Serrana – AMURES.[2]

Os indicadores socioeconômicos dessa região são muito semelhantes. Onze dos seus municípios figuram entre os vinte e um com menor índice de desenvolvimento do Estado. Têm alto índice de desemprego, analfabetismo, baixo índice de investimentos no setor produtivo, êxodo rural e concentração urbana, entre outros.

[2] Sendo eles, além de Lages: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Celso Ramos, Cerro Negro, Correia Pinto, Otacílio Costa, Painel, Ponte Alta, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema

O município de Lages apresenta um grau de urbanização superior a 90% da população. É possível delinear uma mudança significativa na localização e concentração da população nesses últimos anos. Dos dezenove municípios que compõem a região, nove deles possuem concentração da população na área urbana, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 1 – População urbana e rural
dos municípios da região serrana de Santa Catarina - 2000

Município	População Urbana	%	População Rural	%	Total
Lages	152.320	97%	4.086	3%	156.406
Anita Garibaldi	4.163	41%	6.069	59%	10.232
Bocaina do Sul	413	14%	2.561	86%	2.979
Bom Retiro	5.309	67%	2.625	33%	7.934
Bom Jardim da Serra	2.105	52%	1.950	48%	4.055
Campo Belo do Sul	4.315	55%	3.534	45%	7.849
Capão Alto	606	20%	2.395	80%	3.001
Cerro Negro	705	17%	3.396	83%	4.101
Correia Pinto	12.034	71%	4.986	29%	17.020
Otacílio Costa	12.781	92%	1.181	8%	13.962
Painel	823	35%	1.554	65%	2.377
Palmeira	762	36%	1.355	64%	2.117
Ponte Alta	3.754	73%	1.367	27%	5.121
Rio Rufino	427	18%	1.894	82%	2.321
São Joaquim	16.084	71%	6.696	29%	22.780
São José do Cerrito	2.142	21%	8.050	79%	10.192
Urubici	6.633	65%	3.597	35%	10.230
Urupema	1.185	47%	1.342	53%	2.527
Total da Região	226.561	79%	58.638	21%	285.204

Fonte: IBGE. Censo 2000: Dados Preliminares.

Este movimento de concentração urbana é recente, marcante na última década e ainda pouco considerado nas políticas públicas locais. Neste processo de concentração urbana, a exceção é Lages que, a partir de 1940, apresenta um crescimento significativo da população na área urbana e a partir da década de 60 ultrapassa a população rural, como mostra a tabela a seguir. Atualmente, 97% da população está na área urbana.

Tabela 2 – Demonstrativo do crescimento da população urbana de Lages – 1940 a 2000.

Ano	Rural	Urbana	Total
1940	18.768	08.558	27.326
1950	27.743	15.855	38.598
1970	28.407	83.577	111.984
1980	24.405	110.283	134.688
1991	12.655	138.445	151.100
2000	04.086	152.320	156.406

Fonte: IBGE.
Nota: Tabela elaborada com os censos do IBGE para as respectivas décadas.

Historicamente constituída como cidade-pólo regional, Lages concentrou diversas atividades na área de serviços e comércio. Em 2000, aproximadamente 54% da população regional situava-se no município.

Lages configura-se ainda como um pólo receptor do êxodo rural na região. E isto não é uma situação recente, pois desde a década de 40 este perfil tem se intensificado. Tal fluxo migratório gera um considerável aumento dos bairros na periferia da cidade:

> Os bairros de Lages, por exemplo, são verdadeiras cidades. Os migrantes que vêm de Campo Belo do Sul pela BR–116, procuram residir nos acessos da cidade que ligam diretamente com o município de origem. Assim, da mesma forma, os migrantes de São José do Cerrito, se instalam às margens dos acessos da BR-282: Painel, São Joaquim, Bom Jardim da Serra e Urupema pelo acesso da SC-438. (Santa Catarina, 1997, p. 83).

Este é um aspecto interessante que pode ser observado no processo de formação dos bairros. No levantamento de dados[3] sobre a história de alguns bairros, configurou-se a origem da população, que remete a uma lógica de proximidade

[3] Pesquisa de campo feita com a participação de alunos do curso de Ciências Sociais – 1998, da Universidade do Planalto Catarinense, na disciplina de Metodologia da Pesquisa Aplicada as Ciências Sociais com o tema: História dos bairros e urbanização da cidade de Lages.

com o centro e conhecimento do local (espaço de passagem). As pessoas que vieram do interior da região para Lages, escolheram locais para morar no caminho de acesso à cidade, entre seu antigo espaço e sua nova fonte de sobrevivência que é, agora, a cidade, já conhecida pelos percursos e trajetos cotidianos.

Lages sempre foi um pólo de atração de mão-de-obra, intensificada com o ciclo da madeira, entre 1940 e 1970. Aliás, na vigência deste período, tal fluxo de mão-de-obra não se configurava como um problema, mas torna-se grave com a crise do setor madeireiro[4], quando se vivencia:

> um intenso movimento migratório (...) que se verificou na primeira parte daquele período, com grandes contingentes humanos que deixaram as vila (praças de serrarias) do interior do município de Lages e municípios vizinhos em direção à periferia da cidade de Lages. Forma-se aí na cidade uma população de espoliados urbanos ... (Munarim, 1990, p. 102).

O autor caracteriza este momento como sendo um segundo movimento migratório em direção à cidade. O primeiro centra-se no deslocamento da mão-de-obra para o trabalho nas serrarias, muitas das quais situadas no interior do município. Esse primeiro movimento permitiu a integração no ritmo da "fábrica", sem romper com o estilo da relação "patrão – peão". Simultaneamente, ocorre um processo de ruptura com o campo, mas do qual permanecem as redes de patronagem e submissão, entrelaçadas pelas relações clientelísticas. Este segundo momento de migração intensa, Munarim caracteriza como sendo um movimento atípico, já que não tem como causa nem razões de atração pela cidade, nem de expulsão tecnológica do campo. Em vez disso, o fenômeno migratório ocorre pelo desemprego nas serrarias.

[4] Entre outros fatores dessa inflexão econômica, temos mudanças na economia brasileira a partir de 1962, bem como, o fim das reservas naturais.

Este período, de crescimento da periferia, é percebido como momento crítico da expansão da cidade, gerado pela chegada de pessoas, em grande parte, desempregadas, com baixa qualificação e experiência profissional ligada às madeireiras.

O investimento em terras ou imóveis, outro aspecto interessante na configuração da cidade constituiu-se num grande atrativo para aplicação do dinheiro obtido com a exploração da madeira. No Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico, ao mencionar o problema do êxodo rural, afirma-se que:

> O êxodo rural é um dos fatos mais preocupantes na Região Serrana. Verifica-se, por exemplo, que os homens bem sucedidos do meio urbano compram pequenas propriedades, como uma opção de investimentos (especulação imobiliária) ou transformando-as em áreas de lazer e improdutivas sob a ótica econômica. Os proprietários minifundiários ao vender suas propriedades ocupam a periferia das cidades. Lá chegando, constroem uma casa simples e aplicam o saldo do dinheiro no mercado financeiro, no qual vão servindo-se até obter algum emprego.

Após algum tempo, sem conseguir colocação, e os rendimentos não sendo mais suficientes para seu sustento, devido à descapitalização, tornam-se pessoas sem futuro. Sujeitando-se a qualquer atividade, que vai desde lavador de carro nas ruas, jardinagem, vendedor ambulante, até a marginalização e prostituição, ocasionando sérios problemas sociais. (1997, p. 79)

Este é um dos aspectos mencionados, procurando explicar a desigualdade e a crise econômica da região e refere-se somente aos pequenos proprietários rurais. Além deste, vale citar que esse mesmo documento considera a região serrana como "economicamente desequilibrada", pois:

> Com o maior território do Estado, tem potencialidades no setor primário, que variam da fruticultura de clima frio, cana-

> de-açúcar de clima quente, da pecuária de corte, passando pela ovinocultura, piscicultura, apicultura, suinocultura até a pecuária de leite, dentre outras. Entretanto, o tipo de investidor é conservador, que prefere imobilizar capital em terras e prédios, dentro e fora da região. (idem, p. 82).

Essa cultura de investimentos, quando vista na configuração da cidade, contribui para a formação dos "vazios" urbanos, no qual a terra é mantida para especulação imobiliária. Este mesmo raciocínio é assinalado no Plano de Desenvolvimento Regional, cujos trabalhos iniciaram em 1999:

> Em função da extinção do Ciclo da Madeira, uma espécie de depressão econômica perdura na região há mais de trinta anos, sem que tenha surgido uma nova vocação. Em decorrência deste fato e, por um modelo desfavorável de produção agrícola, o contingente expressivo de desempregados egressos das serrarias desativadas e de produtores rurais que migraram em direção a região urbana (concentrada na cidade de Lages) gerou-se cinturões de pobreza e de subemprego. Como agravante, o potencial investidor da região, prefere canalizar seu capital em imóveis, tendo em vista a especulação imobiliária, dentro e fora da região (1999, p. 11).

Aliado a esses fatores, há indicadores que demonstram o pouco valor agregado aos produtos locais, a baixa rentabilidade da pecuária e o baixo nível tecnológico da agricultura.

Lages e região possuem um parque industrial recente; com exceção das papeleiras, tendo em vista que 50% das indústrias instalaram-se após 1980 (idem). Aliada a este aspecto, a produtividade industrial é pequena, conforme documento oficial: "Lages, que embora obtenha o maior número de estabelecimento, o maior número de pessoas ocupadas no setor e o maior VTI (valor de transformação industrial), tem uma produtividade baixa, representando o valor do índice apenas 71,59% do valor do índice regional" (Santa Catarina, 1997, p. 149) .

Os discursos sobre a crise são visíveis e freqüentes nos jornais, nas conversas, nas reuniões entre associações e entidades locais. Eles refletem necessidade de definição da vocação econômica da região e salientam também a existência de um grande contingente de desempregados com pouca ou nenhuma qualificação, uma economia informal considerável, baixa circulação de capital e pouca sinergia entre o setor papeleiro e o madeireiro, bem como o analfabetismo na região.

A grande concentração urbana a partir de 1940; o predomínio da arquitetura *art-decó* no centro da cidade; a diversidade cultural que contrasta com o discurso identitário oficial sobre o predomínio das tradições gaúchas; a força da "cultura da fazenda"; a morosidade e resistência a projetos que impliquem em mudanças sociais, políticas e culturais. Essas foram algumas das questões que se fizeram presentes no cotidiano da administração pública e em outras entidades e instigavam a realização dessa pesquisa.

A leitura do livro *A lógica formal e a lógica dialética* (Lefebvre, 1995) ajudou nos esboços para uma primeira aproximação. A primeira hipótese esboçada, baseada nas amarras na constituição de projetos urbanos igualitários ou na configuração do direito à cidade[5], é explicada pela coexistência de elementos tradicionais e modernos, que definem os princípios identitários presentes nas dimensões culturais, econômicas e sociais dos grupos locais. O desafio foi perceber essa fluidez no urbano, pressuposto básico desta pesquisa.

No primeiro ano de trabalho (1995), alguns projetos foram se materializando. Primeiro constituiu-se um grupo de pes-

[5] Conforme Lefebvre, o direito à cidade faz parte dos direitos que definem a civilização, junto com o direito ao trabalho, à educação, ao lazer, à vida. No direito à cidade, englobaria-se o "direito à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais, etc" (1991, p. 143). A utilização desses direitos mudaria a prática urbana e a constituição das cidades.

quisa, composto de três pesquisadores da área das ciências sociais, responsáveis pelo levantamento documental dos acervos existentes na cidade, e o início do trabalho com a história oral, onde procurou-se viabilizar a constituição de um acervo de imagem e som, constituído por entrevistas com pessoas que viveram em Lages entre 1930 e 1960. A escolha deste período deveu-se às altas taxas de crescimento populacional e da intensa urbanização registrada.

Ao iniciar essas atividades, algumas constatações se sobressaíram:

- 1930 - 1960: período de rupturas e constituição urbana;
- necessidade de constituição de um acervo de som e imagem;
- necessidade de definição de políticas de preservação histórico-cultural.

Em 1995 foi criada a Fundação Cultural de Lages. O então Setor de Memória transformou-se em Departamento de Memória e Patrimônio Cultural da Fundação, responsável pelo desenvolvimento de pesquisas sobre a cidade, definição e implantação de políticas de preservação.

Algumas experiências foram marcantes e importantes no delineamento da pesquisa:

a) realização do Museu de Rua "Imagens e Memórias". Foram realizadas 04 exposições na praça central da cidade, com temas e fotos sobre Lages. O texto de abertura da primeira exposição é bem claro ao expor os motivos do museu:

> Imagens e memórias de Lages
> O Museu de Rua "Imagens e Memórias de Lages" retrata alguns momentos dos 229 anos da cidade. São imagens, na sua maioria feitas por pessoas anônimas, que nos remetem à Lages de outrora, com seus encantos e peculiaridades.

Essas imagens, representam também vários períodos do desenvolvimento da cidade. Nelas é possível constatar a expan-

são urbana da pequena Lages, do início do século até o momento atual.

Em Lages, o Velho e o Novo convivem revelando os traços de diversos momentos históricos. O Setor de Patrimônio e Memória do Departamento de Cultura procura com este Museu mostrar a diversidade de culturas e estilos que definiram o atual perfil da cidade. Pretende, também, expressar a importância da preservação do nosso Patrimônio Histórico Cultural. (Museu de Rua, 1995)

Com o museu de rua, começou-se um trabalho de sensibilização para preservação e valorização da história local. A escolha (área central da cidade) permitiu uma boa interação com o público. Em horários alternados, colhiam-se depoimentos sobre o museu e sobre a cidade ali refletida. O olhar refletido nas fotos via a cidade surgir de novo, observando aspectos antes guardados na memória, mas que ainda persistiam em cantos, esquinas, janelas ou nas lembranças que as imagens trouxeram à tona.

b) Organização e publicação da *Revista da Memória* (com artigos sobre a cidade). Nessa revista, quatro artigos foram de produção do grupo de pesquisa. Além dessa publicação, a organização de uma cartilha sobre Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural.

c) Elaboração de uma política de proteção cultural e um Projeto de Revitalização do Centro.

Essas atividades de construção de uma pesquisa sobre a cidade aliavam um levantamento documental em acervos públicos e privados com sistema de entrevistas.

Os critérios para a seleção de entrevistas pautaram-se na idade do entrevistado, no tempo de residência em Lages e no grupo social a que pertencia. Assim, alternaram-se as entrevistas entre representantes de três grupos:

a) pessoas que se mudaram para Lages na década de 40 (há dois subgrupos: migrantes, descendentes de italianos oriundos do Rio Grande do Sul e migração interna);

b) pessoas que já moravam em Lages;

c) lideranças locais.

Essas entrevistas tinham um caráter amplo, pois faziam parte de um projeto que o grupo estava desenvolvendo para constituição de um centro de som e imagem com os depoimentos, relatos de vida e de experiências das pessoas simples que viviam em Lages há muito tempo. Assim, procurou-se incluir uma série de questões tendo a cidade como ponto norteador, mas que pudessem também servir como fonte para outros trabalhos. Nas entrevistas, importava a vivência pessoal do entrevistado, sua memória, interpretações e percepções sobre a cidade.

Dentre os grupos, a entrevista com pessoas mais idosas foi uma experiência singular: pela extrema facilidade que essas têm em relatar, lembrar de aspectos da infância e da juventude. Uma das entrevistas é significativa dessa interação que se estabelece entre pesquisador e pesquisado e da importância deste momento. A entrevista foi realizada com uma senhora de 94 anos. Inicialmente fez-se a apresentação e menção do interesse em que ela nos contasse um pouco de sua vida. Assim, já de início fora dizendo:

> É mais fácil eu lembrar dos casos antigos do que agora. Eu tô dizendo para eles. Eu penso assim, que alguma pessoas quando eu conto um causo mais de tempo atrás, vão pensar que eu tô caducando, mas graças a Deus, isso na minha cabeça não deu ainda. Pois sabe que eu, o que era mais antigo eu não esqueci de nada... (pausa) lembro de todas as caminhadas que nós fazia, vorteada que nós fazia me lembro de tudo, tudo, como se fosse agora.

Por outro lado, existe um jogo de valorização e cumplicidade nos depoimentos. Era comum ouvir-se: "quem sou eu para falar alguma coisa" ou "que importância têm essas coisas". Ao mesmo tempo, a "felicidade" ao encontrar interlocutores, pessoas que estavam dispostas a ficar horas conversando e ouvindo as "estórias de velhos" – como eles mesmos ressaltavam.

É importante ressaltar essa perspectiva de pesquisa de campo como um momento de interação, de comunicação, no qual os dois lados da relação influenciam e são influenciados. Essa mesma perspectiva "devolve" aos sujeitos pesquisados sua capacidade cognoscitiva, passando de uma relação sujeito-objeto para uma relação sujeito-sujeito.

Além das entrevistas realizadas individualmente, ou com o grupo de pesquisa da Fundação Cultural de Lages entre 1995 e 1997, desenvolveu-se um trabalho de pesquisa em colaboração com os acadêmicos do curso de Ciências Sociais da UNIPLAC, nos anos de 1998 e 1999. Tratava-se de estudos localizados sobre a cidade, enfocando a história de bairros e aspectos culturais e arquitetônicos[6].

Assim, entre as práticas cotidianas, os projetos de preservação e as reflexões sobre a cidade foi-se delineando a presente pesquisa.

Mapas teóricos

A questão da cidade, a constituição do urbano ou a produção do espaço urbano é um tema sobre o qual se debruçam muitos pesquisadores de diversas áreas. Na realização deste tra-

[6] Essa pesquisa fazia parte das atividades do laboratório de pesquisa, na disciplina de Metodologia de Pesquisa Aplicada às Ciências Sociais, onde os acadêmicos, em grupos, escolhiam um tema para desenvolver uma pesquisa, da confecção do projeto ao relatório final. Durante os anos de 1998 e 1999 o tema básico referia-se sempre a Lages. A experiência foi interessante e o intercâmbio de idéias muito rico, constituindo-se numa boa relação entre prática e teoria em sala de aula.

balho, tem-se como pano de fundo algumas questões que perpassam toda a análise:

1. a discussão sobre o urbano. O que é o urbano? Como analisá-lo? Como perceber sua formação numa pequena vila no início do século XX, com economia preponderantemente agropecuária?

2. análises sobre a construção do sujeito. Significa buscar um referencial que permita perceber a multidimensionalidade do sujeito (desejos, religiosidade, trabalho, lazer, ideologias, etc);

3. a análise da memória que nos leva às percepções da cidade e às possíveis interpretações dos espaços urbanos;

4. a análise da relação tempo/espaço. Na análise do urbano, da constituição urbana, a noção de tempo e espaço também é chave. Por um lado, tempo e espaço (social e geográfico) podem e devem ser analisados como imbricados – impossíveis de serem dissociados. Para isso, a reflexão de Baktin (1997) sobre cronotopia (complexo espaço–temporal), aqui entendida como a simultaneidade tempo e espaço, pode vir a ajudar. Por outro lado, amplia-se a perspectiva de multidimensionalidade do espaço (mítico, afetivo, trabalho, geográfico) com a multiplicidade do tempo. É a multiplicidade dos tempos vividos coexistindo numa mesma unidade de tempo, como salienta Ilya Prigogine (1996). Essas articulação configura uma determinada produção e reprodução do espaço social e uma determinada forma de estudá-lo. Percebe-se aí o espaço como múltiplo, diverso, prenhe de significados e interpretações diversas. E, conforme Harvey (1993), não se pode esquecer que a construção do espaço em todas as suas dimensões é um forma de luta e definição de poder entre os grupos sociais;

5. a busca de explicação multidimensional. Os conceitos tomados em sua forma múltipla (multidimensional) e relacional, não utilizados como pontos rígidos – fechados – totalitários,

mas sim buscando apreender o movimento de constituição do urbano. Nas viagens de aproximação do contexto estudado, uma aproximação por negação, onde as explicações lineares e polarizadas sobre a cidade, sua história e seus grupos eram incompletas e frágeis. Percebe-se (na literatura, na historiografia, na imagem da cidade) muita homogeneização nas explicações e negação da coexistência de outros aspectos. Essa forma de analisar a região reflete a busca de uma totalidade fechada, totalitária (vide explicação pelo viés econômico). A intenção inicial era, justamente, mostrar essa diversidade e a impossibilidade de trabalhar-se com conceitos rígidos, totais, únicos. Por isso, muito além do tradicional ou do moderno, pretende-se analisar justamente essa interação, a fluidez e a coexistência de diversos aspectos, entre eles os aspectos culturais, através dos quais podemos compreender Lages, demonstrando este movimento na análise da produção da cidade.

Eis, pois, a motivação teórica que está na base da análise da constituição urbana da cidade de Lages. E, nessa motivação, há que ser destacado como pressuposto, o princípio de que a história, a realidade histórica não é linear ou unidimensional. Ao contrário, só pode ser percebida e compreendida como sendo multidimensional, relacional, já que suas dimensões se constituem de uma forma fluida. A totalidade dessa realidade só pode ser percebida como totalidade aberta. Por outro lado, a história que se enfatiza é a construída pelas relações e ações dos grupos sociais.

Ao enfrentar o objeto de análise concreto dessa pesquisa - a cidade de Lages - a constatação primeira era, por um lado, a inexistência de trabalhos sobre o assunto e, por outro, a insuficiência das explicações e a homogeneização das práticas e experiências dos grupos locais, o que conduz a uma perspectiva de invisibilidade dos grupos populares, de suas resistências e de suas percepções e formas de viver no urbano.

Pensar, pois, a cidade de Lages, em toda a sua multiplicidade, é um desafio. Pensá-la de uma forma dinâmica e dialética, onde as dimensões de sua realidade complexa sejam pensadas de forma interrelacionada, onde o presente traz consigo também uma "articulação" do "passado e do futuro". Configurando-se num processo simultâneo de produção e reprodução, estruturado e estruturante, no qual "El espacio y la política del espacio 'expresan' las relaciones sociales, al tiempo que inciden sobre ellas" (Lefebvre 1976, p. 21).

Esses aspectos, ou melhor, esses princípios norteadores, que vão sendo retrabalhados e construídos no delineamento da pesquisa, trazem algumas "dificuldades metodológicas". São questões de difícil resolução e que sempre se recolocam no andamento do trabalho, como por exemplo: de que forma apreender essa fluidez sem cair também num dos pólos? Sem dogmatizar, ou cair num relativismo absoluto? Como estudar o local sem perder de vista suas interrelações com o cenário global?

Outra questão de fundo diz respeito a como olhar a cidade e como analisá-la? Existem diferenças entre o urbano e a cidade? O que significa entender a cidade como um "campo diferencial?"

A cidade como objeto de estudo pode ser compreendida ou apreendida de diversas formas. Conforme Bresciani (1991), a cidade, tradicionalmente, tem sido palco de diversas interpretações que, via de regra, tendem a fazer um recorte unidimensional para compreendê-la e realizar uma intervenção. Assim, tem-se um leque de olhares que vão desde os extremamente técnicos às interpretações funcionais até os estudos que procuram compreender a cidade em toda sua multiplicidade.

Bresciani (1991), ao fazer um estudo sobre a cidade e as formas de compreendê-la, identifica sete portas de entrada ou de mergulho nela, utilizadas comumente para os estudos e intervenções no espaço urbano:

- olhar prioritariamente técnico, subjacente em muitas políticas públicas intervencionistas e ordenadoras do espaço urbano. Aqui se prioriza a intervenção técnica, base de legitimação de projetos de urbanização observados em muitas administrações locais;
- olhar social. Busca perceber a cidade, principalmente a partir da funcionalidade e organização para o trabalho;
- um olhar sobre a cidade, que busca a formação de identidades sociais, as práticas cotidianas de formação de identidades e movimentos sociais;
- olhar estético, que busca perceber a cidade através de sua atuação na formação de uma nova sensibilidade;
- um olhar sobre a cidade, que busca os espaços de constituição dos novos sujeitos históricos, a formação das classes burguesas e proletárias;
- um olhar que enfatiza a cultura popular: outra porta para compreender-se a cidade;
- e, por fim, um olhar multidimensional, que busca perceber a cidade como um espaço social múltiplo, com lógicas diversas, onde aspectos sociais, culturais, econômicos e outros fazem parte do processo de constituição da mesma.

Entre essas sete portas de entrada na cidade, as seis primeiras são tradicionalmente utilizadas para diversas ações e políticas de ordenamento do espaço. Conforme a autora, ao estudar a cidade de forma compartimentada, corre-se o risco de reduzir a sua dinamicidade e diversidade.

O desafio é compreender a cidade em sua diversidade, procurando perceber os múltiplos e simultâneos espaços sociais construídos e refletindo muitas vezes temporalidades diversas; percebê-la como um espaço construído socialmente, imbuído de diversas redes ou "teias de significados" (Geertz, 1989),

enfim, compreender a cidade como constituída de uma determinada condensação do tempo-espaço social.

Portanto, a questão é como estudar a cidade? Como percebê-la em todas as suas nuanças e multiplicidade?

Conforme Velho, a característica das sociedades modernas é a "coexistência de diferentes estilos de vida e visões de mundo" (1994, p. 14). Perceber, então, a cidade de uma forma múltipla e multidimensional, onde diversos grupos interagem, articulam identidades, reproduzem e criam redes de interações e significados é o desafio aos pesquisadores. É importante salientar que esses diversos espaços sociais não são rígidos e intransponíveis. Ao contrário, suas fronteiras são fluidas e intercambiáveis. Essa questão nos remete à análise das relações espaço-tempo.

A questão do espaço social é bastante trabalhada nas ciências sociais, em que se procura demonstrar que o espaço vai além da ocupação de um determinado local geográfico. Essa própria ocupação é cheia de significados e ocorre de formas diferenciadas. Conforme estudo de Bettanini (1982), por exemplo, o espaço vivido, o espaço de representação e o espaço mítico são de extrema importância na constituição do cotidiano dos grupos. Ao mesmo tempo, são construídos e constituintes dos grupos e suas representações.

Não é objetivo aqui fazer uma recuperação exaustiva das teorias sobre espaço e tempo. Toma-se por base o estudo realizado por Harvey (1993), que faz uma interessante análise sobre as modificações na percepção e construção do espaço, bem como do tempo, produzidas pela modernidade[7].

O autor salienta a importância do tempo e do espaço na apreensão do urbano e na configuração das relações de poder,

[7] A modernidade, aqui entendida como o processo cultural, econômico, social e político vivenciado a partir do século XVIII, tendo como princípios valorativos: a universalidade dos valores, a objetividade científica, o progresso, secularização.

pois, por um lado, "tempo e espaço não podem ser compreendidos independentemente da ação social (...)" e, por outro, não pode ser desconsiderado "o fato de relações de poder sempre estarem implicadas em práticas temporais e espaciais." (Harvey, 1993, p. 206).

O processo de constituição da modernidade é marcado também por uma "certa maneira de experienciar o espaço e o tempo" (Harvey, 1993, p. 187). A modernidade engendra no seu próprio seio rupturas no espaço/tempo urbano. E essa dinâmica de modernização envolve:

> a disrupção perpétua dos ritmos espaciais e temporais e o modernismo tem como uma de suas missões a produção de novos sentidos para o espaço e o tempo num mundo de efemeridade e fragmentação (Harvey, 1993, p.199).

Lefebvre, em seus diversos estudos sobre a cidade,[8] destaca a necessidade de estudar-se a cidade como um "campo diferencial", onde, através de uma análise horizontal e vertical, buscar-se-ia os indicadores da coexistência de tempos e espaços sociais diversos, a existência de temporalidades diferenciadas que marcam a produção do urbano.

Através do estudo histórico, delinear os elementos que persistem e que marcam a configuração urbana, mostrando também as contradições não resolvidas, os sistemas de dominação e de representação que se perpetuam, as alternativas não realizadas e as possibilidades abortadas. Elementos que contribuem e que marcam a práxis urbana, delineiam a cultura local.

Lefebvre enfatiza a necessidade de romper com as análises unidimensionais sobre o espaço e de passar a compreendê-lo em sua (multi)dimensionalidade, não somente econômica. Para

[8] Entre outros livros do autor, destacam-se: *O direito a Cidade*, 1991; *A cidade do Capital*, 1999; *The production of space*, 1991.

isto, ele concebe o espaço a partir da tríade: espaço vivido, o espaço percebido e o espaço imaginado.

O espaço vivido é o espaço das práticas materiais, das relações físicas e materiais em consonância com a produção e reprodução social, é o espaço do trabalho, das comunicações, do mercado, da aglomeração urbana, dos trajetos e práticas cotidianas. O espaço percebido é o espaço simbólico das representações e sistemas de compreensão das práticas materiais, em síntese, do espaço vivido. É o processo de interpretações das práticas cotidianas, produzidas seja pelo senso comum, seja pelas diversas ciências que têm como objeto essas práticas espaciais/materiais. E por fim, o espaço de representação, ou seja, o espaço de projeção, de construção de símbolos, utopias, planos de (re)significação das práticas espaciais.

Ao comentar sobre esses espaços, Harvey complementa dizendo que não se pode esquecer que espaços sociais têm a ver com as "atividades práticas e de atores historicamente situados" (1993, p. 199).

O autor utiliza essas dimensões em suas análises sobre o espaço na "condição pós-moderna", preocupado em demonstrar as diferentes possibilidades de interpretações, usos, controle, produção e práticas sociais dos espaços. Ele relaciona as três dimensões propostas por Lefebvre com outros aspectos das práticas espaciais salientados por metodologias mais tradicionais, que analisam o espaço a partir de noções de acessibilidade e distanciamento, apropriação e uso, domínio e controle, e produção do espaço.

É interessante recuperar-se, ainda que rapidamente, essa "grade de práticas espaciais", proposta por Harvey (1993), visto que as mesmas ajudarão na compreensão da constituição urbana de Lages. Essa mesma grade tem como referência os estudos de Lefebvre sobre a produção do espaço.

Nessa "grade de práticas espaciais" interessa a este estudo, especificamente, o cruzamento entre as dimensões do espaço vivido, percebido e imaginado com a produção do espaço.

É nessas dimensões que se observa a forte atuação do Estado local, como um dos principais agentes na produção desses espaços, desde a configuração dos espaços vividos como a construção de plano e discursos da modernidade (espaço imaginado).

Interessante observar, ainda, na metodologia de Lefebvre, (1976) para o estudo do urbano, os níveis e dimensões que propõe para a análise. Trabalhar com níveis, em princípio, pode levar à definição de hierarquias de ações e espaços, entretanto a articulação entre esses e as dimensões fornecem uma estratégia de mapeamento da cidade. O autor destaca três níveis: o global, o intermediário e o privado. O global é o nível do Estado, das instituições, das estratégias, percepções e construções sobre o urbano, onde:

> Este nível global, a la vez social (político) y mental (lógico y estratégico) se proyecta en una parte del terreno construido: edificios, monumentos, proyectos urbanísticos de gran envergadura, nuevas ciudades. Se proyecta tambíen en el terreno no construido: carreteras y autopistas... (Lefebvre, 1976, 86).

O nível Intermediário é por excelência o urbano. É o espaço da coletividade, das praças, das ruas, das igrejas, das esquinas, do comércio local. E por fim, o nível do "Privado", do habitar, que muitos consideram secundário, mas que, para o autor, remete à complexidade do habitar, à poesia do espaço, espaço das possibilidades, que foi reduzido pela racionalidade urbanística, ou seja, pelo imperativo da funcionalidade atribuída ao espaço.

Interligado aos três níveis, Lefebvre (1970) comenta sobre as dimensões, nas quais está inclusa a dimensão da ação humana, delineadas:

a) pela projeção no terreno das relações sociais;

b) pelo lugar e terreno onde se enfrentam as estratégias;

c) pela prática urbana.

O autor trabalha ainda sobre um sistema de distinções e diferenças provenientes das propriedades topológicas do espaço urbano (1970, p. 94), articuladas em sistemas de oposição, ou binômio, como privado - público, aberto - fechado, dominado - dominante.

Lefebvre procura construir uma "rede do espaço urbano" (1970, p. 94) pela conjugação dos níveis e dimensões do próprio espaço. Na construção dessa rede, ele destaca a importância do habitar no urbano; ou seja, "primacia de lo urbano y prioridad del habitar" (idem, p. 96), aspecto em grande parte desconsiderado nas configurações da cidade moderna, porém de extrema importância para o autor, sendo que o mesmo tema é retomado no livro "O direito à cidade".

Aliada à categoria espaço, a questão do tempo e seus sentidos também é importante para ajudar a desvelar a complexidade do espaço urbano ou, como se ver á adiante sobre cronotopia urbana.

A questão do tempo, seus significados ou (re)significados são temas de diversos trabalhos nas Ciências Sociais e na Física; não há explicações únicas, existem diversas compreensões do tempo. Parte-se do princípio de que o tempo é uma dimensão social, portanto, produzida socialmente. O desafio é pensar o tempo como uma dimensão múltipla, no qual "formações sociais particulares estão associadas com um sentido específico de tempo" (Harvey, 1993, p. 204) e assim "cada época revela uma íntima conexão entre o poder e autoridade que a preside e a forma, ritmo e direção do tempo que a permeia." (Marramao, 1995, p.11).

Assim tem-se, de um lado, que cada formação social produz ou assume determinada concepção de tempo, que em cada

época existe uma conexão entre poder e tempo e, por outro lado, tem-se a possibilidade de tempos múltiplos simultâneos e processos hegemônicos temporais, onde grupos sociais hegemonizam também sua concepção de tempo. Tal perspectiva induz à busca desses diversos tempos na constituição da cidade, os quais podem ser, também, elementos de compreensão da multiplicidade da cidade.

Gurvitch (*apud* Harvey, 1993) faz uma tipologia de diversos sistemas temporais correlacionados a formações sociais, sendo eles: tempo permanente, tempo ilusório, tempo errático, tempo cíclico, tempo retardado, tempo alternado, tempo acelerado e tempo explosivo[9]. Pensar a possibilidade de coexistência desses tempos nos leva a observar que "cada relação social contém seu próprio sentido de tempo" (Harvey, 1993, p. 204). Isto reafirma a concepção de cidade como campo diferencial e a necessidade de delinear-se os elementos ou os indicadores dessa coexistência.

A partir desses princípios norteadores, traça-se o fio condutor do trabalho, busca-se a confluência de elementos tradicionais e modernos na constituição urbana da cidade.

Metodologicamente, lidar com a categoria de fluidez traz algumas dificuldades, principalmente na forma de apreender o movimento. Uma discussão interessante e que pode ajudar no

[9] Harvey apresenta a teoria de Gurvitch sobre o tempo, a seguir o significado de cada um desses tempos: "Tempo Permanente: tempo contínuo em que o passado é projetado no presente e no futuro. É facilmente quantificável. Tempo ilusório: duração longa e desacelerada, mascarando crises e rupturas repentinas e inesperadas entre o passado e o presente. Tempo errático: tempo de incerteza e de contingência acentuada em que o presente prevalece sobre o passado o futuro. Tempo cíclico: passado presente e futuro projetados uns nos outros, acentuando a continuidade dentro da mudança. Tempo retardado: o futuro se torna presente tão tarde que é superado assim que se cristaliza; Tempo alternado: o passado e o futuro competem no presente. Tempo à frente de si mesmo (acelerado): descontinuidade, contingência: triunfo da mudança qualitativa, o futuro se torna presente; Tempo explosivo: "presente e passado dissolvidos num futuro transcendente" (Harvey, 1993, p. 205/206).

trabalho com essa categoria é travada nos debates sobre culturas híbridas. Nessa perspectiva de miscigenação cultural, a fluidez é um elemento de análise. O processo de hibridação refere-se às diversas modalidades com que determinados aspectos culturais separam-se de sua matriz cultural e recombinam-se em novas formas e novas práticas (Grandis, 1995). Neste sentido, a forma de apreender o híbrido é através de suas modalidades de endurecimento (Grandis, 1995).

Da mesma forma, uma das alternativas metodológicas de apreensão da fluidez entre o tradicional e o moderno ocorre nos momentos de intersecção nodal que levam à fixação dos mesmos, ou seja, nos pontos de "endurecimento". Esses elementos podem então ser "lidos "e/ou "apreendidos" na paisagem da cidade e nas formas de intervenção urbana. Lidos nas praças, nos estilos arquitetônicos, nas propostas dos governantes locais de intervenção na cidade, enfim, nas práticas e ritos da cidade. É em busca desses pontos nodais que se pode observar o processo de urbanização de Lages.

Assim, os pontos nodais dessa trama encontram-se na estruturação do poder público local, nas intervenções urbanas realizadas pelo executivo local, na arquitetura urbana e nos discursos de progresso e modernização para a região. Juntos, eles compõem um padrão com os fios da modernidade e da tradição.

Propõe-se, aqui, a análise de um dos fios que interligam a trama da vida cotidiana, a composição da cidade e a intervenção do poder público municipal, compreendendo como Azanha que "os fatos da cotidianidade, tanto individual quanto socialmente, apresentam-se articulados numa trama de fluxo permanente que abrange por inteiro a vida de seus protagonistas" (Azanha, 1992, p. 74).

O desafio metodológico é pensar o movimento, o "fluxo permanente", e apreendê-lo pelos pontos bem articulados de sua trama cotidiana, na formação da cidade. Não interessam aqui to-

dos os pontos e/ou fios, mas principalmente os produzidos pela ação dos poderes públicos constituídos na gestão da cidade.

A partir destes referenciais e no contexto de crise econômica, de crescimento populacional, de disputas políticas, nos quais se configuram as intervenções na cidade e a produção do espaço urbano, e que se busca apreender a cidade polifônica, fruto das relações e conflitos sociais, de sonhos e projetos. Busca-se a cidade marcada pelas intervenções, pela multiplicidade, pelos espaços hierarquizados e pelo processo de exclusão e inclusão. A percepção da cidade passa pelas ruas, pelo "embate" entre buracos e maquiagens, com obras aparentes como o asfalto nas ruas centrais, com as disputas e elaborações de planos diretores e projetos de preservação sociocultural.

DA FAZENDA À CIDADE DOS CORONÉIS

O presente, em cada época, parece um mapa histórico, ou melhor, arqueológico, no qual se combinam vários pretéritos. (Ianni, 1994, p. 60).

O grande desafio é perceber a cidade constituindo-se através das relações entre os grupos. Fugindo das análises clássicas, de função urbana, população, demografia, etc, procurando percebê-la nas relações, interações e conflitos, e buscando a sua multidimensionalidade.

Analisar as percepções e representações de cidades formadas, construídas pelos grupos e indivíduos com a "ajuda da sua experiência e da sua memória" (Roncayolo, 1986, p. 478), pode nos ajudar a compreender a constituição de Lages. É este movimento, pela cidade presente nos discursos dos jornais, presente nas memórias e nos relatos literários, e nos documentos oficiais, que se irá tecer um diálogo com a cidade de Lages no início do século XX.

Italo Calvino chama atenção para um ponto: "jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles" (1990, p. 59). É um pouco dessas ligações entre discursos e práticas, entre cidade ideal e a cidade lembrada, presente nas diversas memórias, e a relação com a cidade vivenciada que se procurou perceber a(s) cidade(s) de Lages, com seus discursos de progresso, suas lembranças de vila e suas

práticas de reordenamento do espaço central. É nos pontos de entrelaçamento entre perspectivas e modos de vida tradicionais com os projetos, práticas e visões considerados como inovadores e portadores do progressos, que Lages do início do século se descortina. Esses fios condutores nos levam a uma cidade estruturada através dos interesses dos grupos econômicos mais fortes, no caso os fazendeiros. Mas é também uma cidade diversa: entre suas ruas, cantos e janelas transparece a cidade múltipla, produzida na interação com outros grupos. Na cidade dos coronéis, não nos cabe fazer uma análise dessa estrutura de poder ou do significado político dos "coronéis" na política municipalista do Brasil. A alusão a este título tem por base os elementos de sustentabilidade de seu poder, ou seja, poder patrimonial baseado na terra e no gado, controle militar, articulação e concentração do poder político municipal e estadual, e a relação patriarcal e clientelista com os grupos populares. O ponto central para a análise é que o estabelecimento dessa rede de poder reflete-se nas intervenções na cidade, na produção do espaço urbano, social, político e cultural. É a produção de símbolos e a consolidação de práticas no urbano que consolidam e reproduzem seu poder como grupo dominante.

Contextualizando a cidade dos coronéis

Antecedentes históricos

A história oficial marca como início da ocupação da região o século XVIII, em 22/11/1766, quando se instalou na região Antonio Correa Pinto de Macedo, nomeado Capitão-Mor pelo Morgado de Matheus e incumbido de iniciar a povoação na região.

A fundação de uma vila nessa região fez parte de uma estratégia de ocupação e povoação, promovida pela Capitania de São Paulo. Por um lado, a futura povoação deveria localizar-

se num ponto estratégico para servir como ponto de defesa do território, frente à possível expansão do território espanhol (Tratado de Tordesilhas). Por outro lado, começava a crescer o mercado consumidor na região Sudeste e Nordeste, havendo grande necessidade de gado de corte e de muares (mula, utilizada em larga escala como meio de transporte) e uma povoação nessa região serviria como ponto de apoio a esse mercado, já que se localizava entre o Rio Grande do Sul - centro produtor - e São Paulo - centro de comercialização e consumo.

Entretanto, essas terras não eram espaços vazios. Já eram habitadas, inicialmente por tribos indígenas das nações Xokleng e Kaingang (S. Santos, 1997), que no processo de ocupação pelos paulistas foram expulsos ou aniquilados. Posteriormente, com a abertura do caminho das tropas, alguns tropeiros se estabeleceram na região, construindo algumas fazendas.

Com a incumbência de formar uma vila nessa região, o Capitão-Mor Antonio Correa Pinto se dirige para os "Campos das Lagens" em meados de agosto de 1766, acompanhado de sua família, empregados, escravos e, aproximadamente, oito a nove famílias. Essa região não era desconhecida de Correa Pinto, ao contrário, ele possuía um bom conhecimento desses sertões, pois já tinha sido tropeiro nessa região onde possuía duas fazendas.

O primeiro local escolhido para levantamento do povoamento foi Taipas, que fica numa parte da Chapada do Cajuru (palavra de origem indígena que significa "Boca do Mato"). Há várias hipóteses sobre a inadequação do local escolhido para fundação da cidade, entre eles a escassez de material para construção, falta de água e motivos políticos ligados à proximidade com a fronteira do Rio Grande do Sul.

O local seguinte escolhido foi às margens do Rio Canoas, distante 50 quilômetros do anterior. Este também se mostrou inadequado para o desenvolvimento de uma povoação.

Às margens do rio Carah inicia-se a terceira tentativa de povoação, que é o atual local da cidade de Lages. O nome escolhido para a futura vila foi Nossa Senhora dos Prazeres do Sertão das Lagens[10], denominação comum de diversas vilas fundadas na época. Em 22 de maio de 1771 Lages foi elevada à categoria de Vila, sendo erguido, para tanto, o Pelourinho – símbolo da outorga do foral de vila. Nessa ocasião é também demarcada a área urbana da vila. Posteriormente, em 09 de setembro de 1860, o território de Lages é anexado ao Estado de Santa Catarina, desmembrando-se de São Paulo.

Como se pode observar, a criação da vila urbana é um ato político. A implantação da vila é um marco da ação do governo local. A "cidade política" é criada por decreto, com objetivo básico de controle das esferas militar, política, econômica e social.

O traçado geométrico impera no projeto dessa vila. Lefebvre (1991) faz uma análise interessante sobre esses traçados relacionando-os com a ação dos governantes na ocupação da América Latina. Para o autor, este processo de ocupação geométrico está intimamente ligado com o processo de dominação e extração de riquezas para as áreas centrais.

Diversidades Culturais

Em contraste com outras cidades de médio porte em Santa Catarina (como por exemplo Blumenau, Joinville, Chapecó) a ocupação de Lages e região apresenta em sua formação uma diversidade de grupos étnicos.

Na região serrana, grande parte da população é de origem "cabocla", ou, quando não é cabocla, compartilha diversos níveis de sua cultura, seu modo de vida e de expressão. Entretanto, sua história tradicionalmente tem sido relegada a

[10] Nossa Senhora dos Prazeres é a Santa Padroeira de Lages.

um segundo plano. A forma de vida, de pensar, suas concepções de mundo e sua mitologia são campos pouco explorados nas ciências sociais brasileiras. O próprio termo "caboclo", traz em si muitas complicações de ordem teórica e cultural.

Na história oficial local, seguindo os moldes da história tradicionalista, esses grupos não aparecem. As alusões feitas a eles tendem a considerá-los sempre como agente passivo nas relações sociais. Nos momentos em que esses caboclos são mencionados, eles aparecem, com algumas exceções, como "vilões sociais" ou "vilões do progresso".

Interessante perceber que nos momentos de articulações de identidades políticas do homem serrano, onde há necessidade de integrá-los na imagem identitária, busca-se nesse grupo os atributos da "coragem", da "força" e da "desconfiança". Ao mesmo tempo, procura-se anular as percepções diferentes sobre o tempo, sobre o progresso ou sobre o trabalho que porventura esses grupos desenvolveram.

O que é ser caboclo? Etimologicamente, seriam os indivíduos que vivem nos rincões, no campo, em um determinado isolacionismo geográfico. Outra definição encontrada é sobre a origem deste caboclo, ser mestiço de branco e índio. Entretanto esses conceitos são muito rígidos e limitados para dar conta da riqueza, da imensidão e diversidade do mundo caboclo. Diversidade de hábitos, diversidade de espaço e, principalmente, diversidade de origem. Pode-se pensar o mundo caboclo, mas somente a partir de um entendimento do que é sua cultura, como esses grupos articulam sua identidade, internamente e no relacionamento com outros, não deixando de perceber como essas identidades foram sendo construídas historicamente, num constante processo de reelaboração.

O mundo do caboclo, sua cultura formada ao longo dos anos, apresenta na região serrana aspectos singulares, entre eles destacam-se:

- as percepções do que é ser caboclo. Quem assim se identifica e como trabalham sua identidade individual/ coletiva. Os conflitos estabelecidos com outros grupos sociais, as lutas culturais travadas - lutas de resistência nas quais se percebe que, apesar de oprimidos e considerados como "incultos" e "ignorantes", há a permanência de aspectos culturais presentes no cotidiano de diversos grupos locais;
- as concepções de tempo, trabalho, progresso e vida, que são diferentes em comparação à concepções capitalistas;
- interações e trocas culturais entre caboclo e migrantes de origem européia que vieram para Lages e região;
- a religiosidade popular. Pelas pesquisas realizadas em alguns arquivos, pôde-se perceber os indícios de uma tradição religiosa criada a partir da atuação dos Franciscanos em fins do século XIX, em que se destacou a atuação de Frei Rogério Neuhaus. Posteriormente, essa religiosidade forjada passou por um processo de reinterpretação dos moradores, em que hoje se mesclam um forte misticismo popular com as práticas de religiosidade oficial. Que reinterpretações religiosas ocorreram nesse trabalho de catequização das classes populares da região?

Esses são somente alguns aspectos a serem levados em consideração, não são objetos deste trabalho, mas estão presentes ao analisar-se a diversidade cultural na região.



Frei Rogério Neuhaus, sentado ao centro, em fins do século XIX

Esses grupos populares ou de brasileiros[11], sempre foram vistos como problemáticos pelos governantes locais, que não conseguem elaborar políticas de desenvolvimento que contem com sua presença. Assim, algumas políticas de incentivo à migração são adotadas, procurando-se modificar padrões de comportamento locais. Uma delas é o incentivo à migração de colonos europeus, em 1899:

> No intuito de atrair a imigração espontânea que, de modo animador, começa afluir para o nosso município, procedente dos núcleos coloniais alemães e italianos do Estado, a superintendência municipal foi autorizada, pela lei, nº 42 de 5 de

[11] Essa é a forma como eles mesmos se autodenominam, o uso do termo caboclo é considerado por eles como pejorativo, como demonstra a pesquisa de Geraldo A. Löcks (1999). Durante muito tempo foi utilizado o termo "caboclo" pelos pesquisadores, governantes e pela imprensa local. Com relação a este aspecto, baseada na literatura e em pesquisas sobre essas populações, ao fazer uma entrevista, mencionou-se a terminologia cabocla, qual não foi a surpresa ao ser prontamente corrigida com uma nova pergunta: "que caboclo? Aqui não têm caboclos", na época não se entendeu exatamente o teor da indignação deste interlocutor, posteriormente explicado.

janeiro do ano passado, a conceder lotes suburbanos, por aforamento, pelo prazo máximo de cem anos.

Essa lei estabelece, com a maior clareza, as vantajosas condições em que devem ser concedidos os ditos lotes. Não obstante, parece-me que ela não produzirá os resultados que se esperavam porque, como sabeis, o ideal do imigrante ou colono é tornar-se proprietário, pelo que dificilmente ele tomara por meio de arrendamento, embora por longo prazo, a terra que o seu trabalho deve fecundar. Cumpre, porém, não desanimar, atendas as grandes vantagens, que dessa nascente imigração deve resultar para a nossa terra. Si é verdade que a falta de vias de comunicação, para a saída dos produtos da nossa lavoura, não nos permite aspirar a fundação de um grande núcleo colonial, não é menos certo que uma pequena colônia melhorara sensivelmente as nossas condições de vida, e que o trabalho do colono uma vez que ele seja bem localizado, encontrara razoável remuneração. O nosso solo, produz com exuberância quase todos os gêneros alimentícios que, em grande escala importamos para o consumo: o que nos falta, portanto, é o agricultor bem orientado e habituado ao arroteamento da terra, por processos menos primitivo do que os empregados pelos lavradores indígenas. O nosso povo, em sua maioria, é pouco inclinado a agricultura, dedica-se de preferência, a indústria pastoril ou ao pequeno comercio, profissões sem duvida menos trabalhosas embora também menos lucrativas. A maior parte dos que se dedicam a cultura da terra, essa habituada a só tirar d´ella aquilo que é prodigalizado pela sua exuberância, sem necessidade de muito trabalho, e, como as necessidades da vida não são muitas, e o tormento da fome é cousa desconhecida nessa região, onde com razão se diz que pode-se viver sem trabalhar, não é de supor que se modifique, tão cedo, a inclinação do nosso povo. Por tudo isso, uma boa imigração terá ainda a grande vantagem de servir de ensinamento, em uma zona cuja grandeza futura provirá da agricultura. (Lages, 1899, p. 11/12)

Esse mito sobre a população local ainda é fartamente utilizado e muitas vezes, colocado como um dos entraves ao desenvolvimento econômico. No que diz respeito às políticas de migração, houve a formação de alguns núcleos de colonização no início do século, porém muitos desses grupos assimilaram, em grande parte, aspectos culturais dos grupos locais.

A CIDADE DE TAIPAS DÁ LUGAR À CIDADE DOS CORONÉIS

Podemos observar em Lages, desde o início do século XX, a presença do discurso da modernidade e da mudança. Na primeira metade do século XX, principalmente nas décadas de 40 - 50, procurou-se romper com a imagem de vila e de cidade pequena que Lages adquiriu ao longo do século XIX. Porém, esse desejo de romper com elementos urbanos identificadores de cidade pequena já era uma constante nos discursos e medidas adotadas pelos governantes desde o final do século XIX.

No século XIX, mesmo sendo uma cidade localizada num ponto estratégico, de importância regional, Lages se apresentava aos olhos dos viajantes como uma pequena cidade, que não condizia com sua fama de próspero desenvolvimento. Em 1850, o viajante que pela cidade passou, deixou registrado seu espanto com ela e com o povo. Espanto que reflete uma imagem que faziam do que deveria ser a vila central de um grande município e nas entrelinhas do mesmo pode-se observar a cidade de taipas:

> - Mais c'est un trou, monsieur! Exclamou o meu "spahi"quando avistamos o lugar. E na verdade tive de refletir para reconhecer a aldeia que estava diante de nós como a vila de Lajes (...) decerto se deve convir que é uma vila, que tem ruas, duas ou três até bastante largas e regulares. Mas falta-lhes, na maioria, boa aparência. Quase todas as moradas

> são térreas, geralmente faltam vidraças nas janelas, o que dá aparência êrma (Avé-Lalleman't, 1980, p. 68/69).

Destaca ainda o autor, o costume de criar animais domésticos próximos às casas:

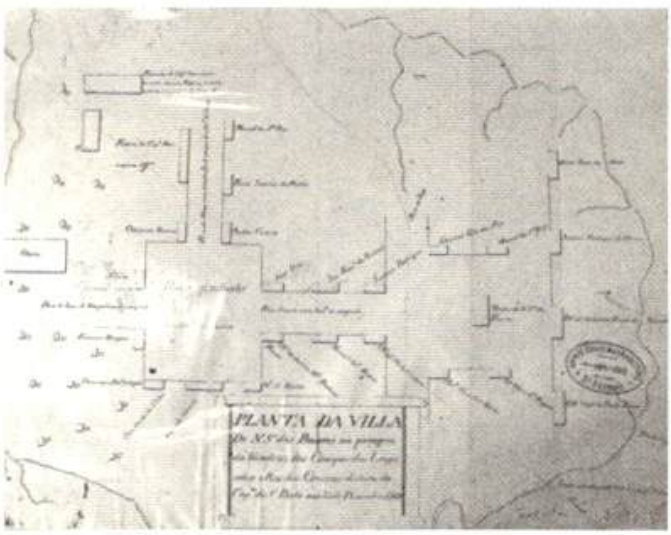
> Notam-se por trás das casas lugares geralmente cercados irregularmente com estacas, - currais ou pequenas hortas separando as casas da pastagem aberta. Com isso ganha a pequena cidade a expressão da maior negligência e indiferença de seus habitantes pelo asseio e limpeza (Avé-Lalleman't, 1980, p. 71).

O olhar do viajante europeu também se espanta com os hábitos da população local em claro contraste com o seu imaginário. Em cena, conflitos culturais que perpassam o campo da estética e do espaço social, como se pode observar na seqüência do relato de viagem:

> No próprio dia de São João chegaram à vila, trotando, mais centauros do que de costume. Porque verdadeiros centauros devia eu chamar êsses homens, que não dão um passo a pé e que, quando querem transportar-se de um lugar para outro, só conhecem a sua cavalgadura. Ponchos de listras vareigadas flutuando ao vento, esporas gigantescas tilintando a cada passo e uma absurda quantidade de guarnições de prata nos arreios, são, neste pequeno mundo serrano semi-selvagem de Lajes, a nota de distinção de um cavaleiro de classe e riqueza (...) Mas, ainda mais singulares me-parecem algumas figuras femininas... Chega um homem em que se vê a mistura do botocudo, negro e europeu. De alto a baixo sujeira, desleixo e descuido. Esse homem, que anda de pés descalços e arrasta, num pé, uma enorme espora, compra por quatro táleres um par de sapatos parisienses para sua namorada. ... Preciosos tecidos para vestidos e valiosos chales de lã são comprados por mulheres de apavorante fealdade (Avé-Lallemat, 1980, p. 85/6)

Nem todos os viajantes que por Lages passaram tiveram essa imagem da cidade, mas ela, apesar de ser de 1850, trazia algumas singularidades, algumas marcas dessa vila no século XIX. Observa-se que, mesmo considerando as pessoas feias e "incivilizadas", o viajante ressalta a existência de objetos europeus no comércio local. Este indicativo já demonstra que a tese de isolacionismo cultural da região deve ser relativizado.

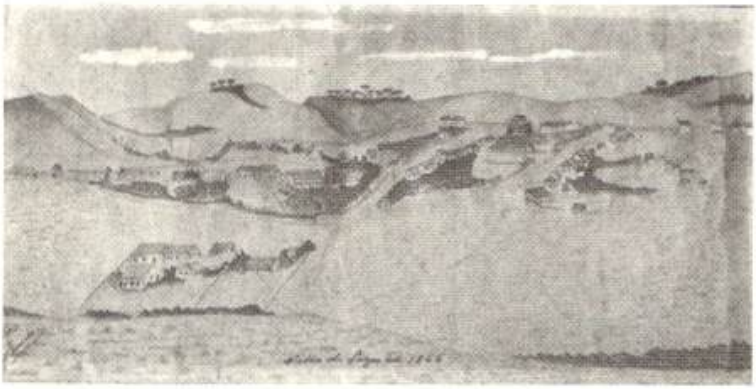
É para romper com essa imagem de vila e de cidade pequena que persiste ainda no início do século XX, que se intensificam os discursos e práticas do executivo local.



Planta da Vila definida na primeira ocupação, 1796

Na entrada do século XX, os registros e poucas fotos da época, mostram uma cidade restrita a algumas ruas. Um traçado em formato xadrez, ainda definido na primeira ocupação (figura 1 - encarte 1) e construído a partir de três praças centrais. A praça do mercado, local das feiras, do comércio, espaço privilegiado de interação com o campo; a praça municipal (cadeia), palco dos comícios, do teatro, das reuniões na loja maçônica e também do comércio e, por fim, a praça da igreja. Todas essas praças unidas pela principal rua do traçado, a "XV de novembro" que depois virou "Nereu Ramos". Na seqüência de

fotos, pode-se observar essa constituição básica do núcleo urbano. Essas fotos foram tiradas em 1866, 1902, 1913, 1927 e 1945, todas feitas praticamente sob o mesmo ângulo, mostrando a área central. Como se pode observar, somente na década de 20 houve um crescimento razoável da malha urbana.











Nessa cidade, a formação dos espaços políticos, religiosos, comerciais e de lazer estão bem delineados. No início do século XX, porém, reformas e novas normas irão imprimir-lhe novo delineamento. A partir daí, esses espaços são não apenas delimitados, mas também configurados e delineados conforme a existência dos diversos grupos, mormente criando espaços privilegiados para a elite.

O bater dos martelos, o vaivém dos pedreiros e dos carretões carregando pedras, sinalizam uma lenta mudança no perfil da cidade. Até então, era basicamente uma cidade

construída de taipas, estuque, tacaniça e madeira, de muitas casas cobertas com palhas, onde os edifícios mais vistosos eram o prédio da intendência e as casas de alguns fazendeiros.

Desde a fundação da vila que se encontra referências à intervenção urbana feita pelo Estado, que regulamenta desde aspectos da calçada até princípios comportamentais das pessoas. O Código de Posturas constitui-se num enunciado minucioso do que é permitido construir e do que é permitido fazer. São definições que perpassam e produzem ingerência sobre as práticas construtivas, comportamentais e higienistas, delineando um projeto de cidade e uma perspectiva de desenvolvimento.

VISÕES DA CIDADE: OS CORONÉIS E A CIDADE

Até 1940 a economia da região concentrava-se prioritariamente nas grandes fazendas, com a produção extensiva na pecuária. E em menor escala, a produção agrícola diversificada para o consumo interno.

Tendo como base primeira a concentração de terra pela formação do latifúndio, a figura do "coronel" foi central na vida política e social da região:

> ...os coronéis que antes da República eram senhores absolutos em seus domínios sobre coisas e gentes[12], recobram, depois de um interstício de uma década, a partir da Proclamação, o poder de dominação; agora articulados com o Estado autoritário - uma articulação de cumplicidade e interdependência especialmente com o poder executivo - mais bem aparelhado, que dá maior eficiência à dominação e amplia a área de domínio do coronel (Munarim, 1990, p. 23).

[12] Alguns estudos mais recentes demonstram que essa dominação não era tão absoluta assim; alguns depoimentos coletados nas entrevistas permitem também relativizar o processo de dominação.

Durante grande parte deste século, até a década de 60, a estrutura política local girava em torno de duas oligarquias, ambas com grande expressão regional. Entre alianças públicas e privadas e disputas de hegemonia, as oligarquias dos Ramos e Costa governaram Lages até 1973. Com a proclamação da República, estabelecem alianças que perpassam o poder público local, ampliando seu domínio tradicional. As brigas entre ambas "são disputas de famílias – oligarquias – , que em momento algum punham em risco a hegemonia dos coronéis enquanto classe". (Munarim, 1990, p. 25)

A base do poder político dessas oligarquias era, em primeira instância, a concentração de terras aliada à submissão econômica e cultural dos grupos rurais. Faça-se aqui um parênteses para se observar que essa submissão dos grupos rurais é vista de várias formas. Não passava, entretanto, despercebida pelos próprios grupos populares, como se pode observar neste depoimento de uma senhora que viveu grande parte de sua vida em fazendas da região, como filha e esposa de peão e arrendatário[13]:

> ... os fazendeiros, eles eram muito bom para gente fazer serviço para eles. Porque que nós semos pobre? nós trabalhamos uma vida inteira e não temos nada, porque os fazendeiros não pagavam. Pois nem a casa que nós tivemos. Onze anos (de trabalho e) ganhamos um lotinho só ali, porque era bem baratinho, mais não ganhamos nada. Nós não tinha nada, nós lá tinha que trabalhar para comer, nós tinha uma roça grande, então ali a gente plantava, e quando colhia a planta, tinha que pagar ainda, o arrendo da terra, porque no terreno dele não tinha terra que prestasse. Nós arrendava terra de outro, pagava o arrendo da terra, tinha

[13] Essa senhora nasceu em 1901, casou muito cedo e morou no interior de Lages. Por volta de 1950, mudou-se para a sede de Lages, sendo uma das primeiras moradoras do Bairro da Penha.

> que tirar da planta, porque dinheiro nós não tinha não é, nem as criaçãozinha que nós tinha, fiquemos sem nada, fiquemos sem. Não tinha nem uma vaca de leite, não tinha, quando viemos de lá, nós tinha cada um de nós tinha um animal de arreio, aí vendemos os animais encilhados para nós podê fazer a mudança ... (senhora, 94 anos. Entrevista realizada em 1996).

Ainda sobre a questão da base do poder das oligarquias, nota-se que na década de 30, momento que, no Brasil, é considerado como o de declínio das práticas e políticas coronelistas, em razão dos processos de industrialização e urbanização, em nível local, nessa região serrana de Santa Catarina o mesmo não acontece. Isto é, na constituição do poder público local, observamos uma nova articulação hegemônica, onde a oligarquia Ramos retoma novamente a administração local, após um intervalo de quase dez anos. Coloca como prática dominante os princípios do coronelismo e da oligarquia, tendo como expoentes os principais membros da família Ramos[14].

Singularmente, sob essa nova articulação hegemônica de coronéis, é dada ênfase à construção do "progresso" e da "modernidade" na cidade, o que ocorre por meio de regulamentações disciplinando os espaços e práticas sociais.

Essa conjugação dará a principal tonalidade para a constituição da cidade, para as intervenções no urbano, propostas e direcionadas pela oligarquia no poder. Intervenções, nas quais estão presentes elementos da modernidade (afinados com intervenções urbanas em outras cidades) e elementos tradicionais de gestão. Esses aspectos, esses conflitos, inserem-se em toda a produção do espaço urbano e na formação da elite dirigente. Ao serem analisadas as leis e relatórios municipais da época, pode-se distin-

[14] Essa tese é muito bem explicitada por Antonio Munarim em sua dissertação de mestrado (1990).

guir orientações e modelos diferentes e, algumas vezes, divergentes sobre a cidade e sobre a condução das políticas públicas, como será tratado com mais detalhes no próximo item.

Em Lages, desde a fundação oficial da vila, o poder público procurava intervir na formação e ordenamento do espaço "urbano". Data de 1776 a ordem para que todos os moradores da região construíssem, de acordo com seu patrimônio, uma casa na vila, sob pena de prisão (Costa, 1982, p. 94). A vila real estava muito longe da vila ideal projetada por seus governantes. As preocupações dos grupos locais giravam em torno de outras prioridades: para os grupos populares, a sobrevivência econômica/biológica e, para os grupos dominantes, a disputa pela terra e pela hegemonia política.

Com o advento da República e a definição dos códigos de posturas, novas formas de regular a vila e o crescimento urbano são delineadas. Este é um dos momentos de constituição de discursos e projetos de modernidade, formando e forjando rupturas com as tradições e com as práticas populares no espaço vivenciado. Aspectos que se fazem presentes nas leis para construção urbana, nas definições de comportamentos sociais e na regulamentação municipal de profissões, entre outros.

A vila urbana, sede administrativa e religiosa do município de Lages, bem como espaço de constituição hegemônica das oligarquias, constitui-se em espaço central de construção de projetos (políticos, econômicos e sociais), alianças, definições e disputas. Todos esses "momentos" estavam inseridos na constituição do urbano.

Vive-se, pois, com o advento da República, o período de redefinição do papel da cidade e de sua proeminência na região, de constituição da cidade como *locus* do poder político (embora não desvinculado da terra). Assim, as ações na cidade perpassam a criação de novos espaços de sociabilidade para a elite, ações no espaço intermediário, de controle dos grupos populares, de mo-

dificação dos padrões de comportamento, de criação de signos e símbolos que representem este novo tempo.

Há três marcos significativos dessas mudanças na configuração da cidade e na reorganização de forças sociais. O primeiro deles é a construção do Palácio Municipal (1901), símbolo do poder público local e sua influência. O prédio foi construído nas proximidades da pequena igreja (feita de taipas). No relatório municipal de 1902, o superintendente Vidal José de Oliveira Ramos Junior se refere à construção como sendo de extrema necessidade:

> essa importante obra, que vem satisfazer uma das mais palpitantes necessidades do município, cujo adiantamento não se compadecia mais com o ruinoso e impróprio edifício que servia de paço municipal; (Lages, 1902, p. 8).



Prédio da Prefeitura (à direita), ao lado da antiga Catedral, 1902

O prédio foi construído no estilo neobarroco francês. A utilização deste padrão arquitetônico representa em si, o desejo daqueles sujeitos sociais dirigentes de firmar posição como baluarte da modernidade, à semelhança do que representou a implantação do estilo neoclássico no Brasil. Neste sentido, é esclarecedor o estudo de Reis Filho (1997). O autor se refere à

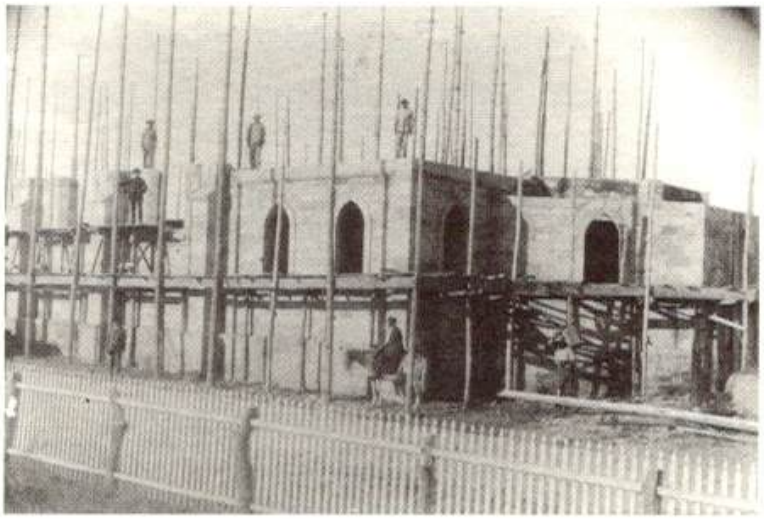
implantação do estilo neoclássico no Brasil como sendo uma das vias de expressão, pela qual a elite tradicional, procurou "racionalizar a sua posição de dominação como decorrendo de uma representação, nos trópicos, da civilização européia" (1997, p. 140). No caso de Lages, com o estilo neobarroco, trata-se de um processo de afirmação simbólica do poder público/ oligarquizado, bem como da afirmação dos seus projetos de cidade e de modernização.

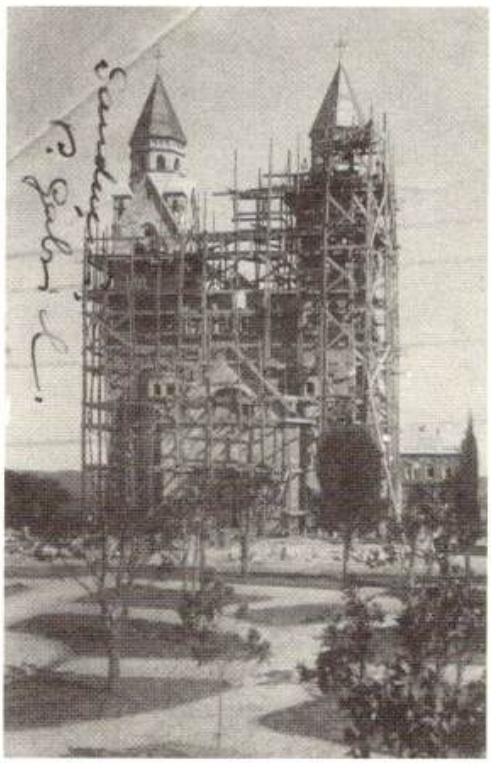
O segundo elemento significativo na construção do espaço urbano é a Catedral Diocesana (1922). Em estilo neoromânico, foi construída no local já previamente definido quando da formação da vila para ser o espaço religioso. Constituiu-se num marco importante da atuação e presença religiosa. Sintetizou o processo de romanização das práticas religiosas, num conflito aberto com as práticas da religiosidade popular. Não convém esquecer que a região foi palco de um importante movimento popular, conhecido como a Guerra do Contestado, que teve como um dos sistemas identitários do movimento, as crenças populares. O prédio, construído como templo da igreja católica, representa a força e a hegemonia da religião oficial, representando o seu trabalho de "civilizar" os campos de Lages. Essa postura transparece no comentário que os franciscanos faziam sobre a região, quando aqui chegaram em 1896:

> Ninguém levará a mal aos lageanos que escolheram nome pomposo para a sua cidade[15] ... Lages, com boas vias de comunicação e com colonização de vistas largas, poderia dar verdadeiros saltos de progresso e de importância, fazendo jús a seu nome mesmo aos olhos dos adversários. Como estava e como está, é um gigante a quem se acorrentaram as mãos e os pés ... Frei Rogério (...) sentiu imensamente as con-

[15] Refere-se ao nome de Princesa da Serra, como era conhecida Lages.

dições religiosas da serra, o indiferentismo que parecia invencível (...) Em Lages, parecia uma geada geral que tivesse acabado com a vida, cedendo a uma indiferença assustadora, verdadeiramente glacial... (Sinzig, 1934, p. 89/90).





Acima: peões posam no início da construção da nova Catedral, 1915.
Ao lado: Catedral quase concluída, em 1919.

Foi neste contexto que os franciscanos desenvolveram uma estratégia de modificação das práticas populares, bem como das lideranças locais. Em duas frentes de luta, contra a religiosidade popular e a maçonaria que, até o final do século XIX, compartilhava o mesmo espaço com o poder político. Assim, espacialmente situada numa colina ao lado do palácio municipal, com ele dividiu a orientação da cidade, marco de referência e alusão a um projeto monumental de mudança religiosa.

O terceiro elemento é a construção do Colégio Vidal Ramos[16] em 1913, colégio público e laico. A educação aparece como uma preocupação de Vidal Ramos desde os tempos de superintendente municipal. Em seu pronunciamento ao Conselho em 1° de janeiro de 1898, o mesmo Vidal José de Oliveira Ramos Júnior salienta:

> Lageanos, como eu, podeis avaliar perfeitamente a minha dor ao receber na capital do Estado, onde me achava, as primeiras notícias dos lamentáveis fatos de que estava sendo teatro a nossa querida terra, tão mal julgada pelos que, não conhecendo a nossa civilização e o nosso rápido progredir, nos apresentam, lá fora, como um povo semi-bárbaro e a que com certeza procurarão tirar argumentos dos acontecimentos a que me estou referindo, para robustecer essa errônea e injusta opinião, que provém da ignorância de uns e do despeito de outros, mas que não deixa de prejudicar-nos, desviando do nosso município elementos que podiam ser úteis ao nosso mais rápido desenvolvimento.
>
> Tenho me demorado sobre este assunto, Srs. Conselheiros, porque d´elle ressalta uma grande verdade que cumpre ter sempre presente: a necessidade inadiável de procurarmos por todos os meios ao nosso alcance difundir a instrução por todas as camadas sociais. (Lages, 1898, p. 4).

[16] O nome é em homenagem ao governador de SC que o construiu. Vale lembrar que na época em que foi superintendente municipal de Lages, construiu o palácio municipal.

Vidal Ramos refere-se a mobilizações de ordem popular, de cunho messiânico e que irão desembocar na guerra do Contestado (1912 - 1916). Sua preocupação é com a imagem que estão fazendo de Lages[17], que não corresponde ao progresso da cidade ou melhor dizendo, ao processo de civilização, podendo tal imagem constituir-se em empecilho ao seu desenvolvimento. Em seu discurso, ainda, é apontada como causa primeira desse conflito, a falta de educação do povo em geral. A construção daquele colégio, quase 20 anos depois, é um novo marco no projeto de cidade, o que vale dizer, no processo de modernização[18].



Colégio Vidal Ramos com o Tanque ao fundo, década de 20.

Não é objetivo deste trabalho fazer análise da postura deste administrador, porém é oportuno observar que suas idéias e projetos não correspondiam integralmente aos desejos e interesses dos grupos dominantes, tanto é que alguns de seus projetos e normatizações sobre gestão da cidade são

[17] Imagem extremamente forte, marcada pela violência e ignorância. Este é um dos elementos presentes no imaginário local sobre uma região de homens e mulheres valentes, onde os conflitos são resolvidos pela violência.

[18] Já em 1895, o Código de Posturas estabelece o ensino obrigatório para crianças de 7 a 14 anos, com exceção dos meninos que "entregando-se a aprendizagem de artes e officios, residirem em lugar onde não existam escolas nocturnas" (art 164).

revogados na gestão seguinte. Configura uma postura administrativa muito à frente no tempo, comparativamente aos interesses e perspectivas da elite local, mesmo sendo uma elite formada nos colégios de São Leopoldo (RS), São Paulo (SP) e Curitiba (PR).

Enfim, o palácio municipal, a igreja e o colégio foram construções que se destacaram, tornando-se espaços de referência na localidade e, no processo de construção física dos mesmos, observando-se a construção simultânea da hegemonia do grupo, como forças políticas e religiosas bem delineadas[19].

Essas intervenções arquitetônicas e de projetos políticos são bem delineados nos códigos de posturas locais e nos embates e discursos presentes nos jornais locais. Por esses jornais, pode-se trilhar o caminho das alianças, dos conflitos e das trocas dentro da elite política e religiosa.

Com efeito, além das intervenções na vila urbana, a criação de jornais e de clubes literários recreativos, constituem-se em processos de manutenção das práticas colonialistas sob um manto de invisibilidade, ou seja, manutenção das práticas tradicionais dos coronéis e revestidas de "ares modernos". Como salienta Menezes:

> especializar espaços, reprimir os costumes tradicionais, esconder a pobreza e as contradições mais aparentes na invisibilidade da periferia, procurando manter sob vigilância e controle as vozes dos excluídos. A cidade travou contato com a linguagem da civilização enquanto os poderosos negavam o passado, jogando o véu da interdição sobre os tempos coloniais (Menezes, 1999, p.111).

Foi nesses embates que a "cidade dos coronéis" se constituiu sobre a cidade de taipas, erguendo-se as práticas e a cidade

---

[19] Sobre a hegemonia religiosa construída a partir da ação dos franciscanos no início do século, ver Serpa (1997).

sob controle político e cultural das oligarquias. E, nesse emaranhado de lutas e alianças, em alguns momentos e espaços, trabalhou-se a resistência dos grupos populares, negadas pelos discursos homogenizantes e idílicos da elite.

Gestão da cidade pelo Código de Postura

O Código de Postura de 1895 e a regulamentação de práticas urbanas

Uma análise detalhada do código de postura municipal demonstra a tentativa de regulamentação do urbano pela normatização das construções neste espaço, pela regulamentação do comportamento público e privado dos moradores, pela definição de regras de higiene e conduta. Mais do que regularizar práticas cotidianas, procura-se modificar essas práticas, definindo o que é permitido e o que é proibido e indesejável aos olhos da elite que buscava uma nova simbologia no urbano. Como salienta Serpa (1996), através do código de postura, observa-se a criação da esfera pública alinhada com os anseios, projetos e sonhos das elites, pautada nos princípios da segregação espacial e cultural.

O principal elemento congregado nos discursos era "a implantação definitiva do progresso e da civilização, com base em padrões culturais europeus" (Serpa, 1996; 17), elementos que se entrelaçavam nos estilos arquitetônicos, nos estilos das praças, na formação dos clubes literários, na definição de padrões de comportamento e de vestimentas.

O Código de Posturas, promulgado pela Lei nº 6 de 9 de julho de 1895, retrata muito bem este projeto político e ideológico de intervenção e constituição urbana. O Código de Posturas é dividido em 11 títulos. Os dois primeiros definem aspectos das construções urbanas, saneamento e saúde

pública. Já, nos demais títulos, não existe uma linha comum, podendo, por exemplo, como no título IV, definir as regras de comércio e incluir um capítulo sobre Loucos e Bêbados e, depois, no título V (das bulhas, vozerias, obscenidades) e VII (fogos e reuniões ilícitas) voltar a tratar de assuntos semelhantes e da definição de padrões de comportamentos.

Quadro 1

Assuntos abordados no código de postura de Lages - 189

Título	Capítulos
Titulo I	Capitulo único: Disposições preliminares.
Titulo II	Cap. 1. Alinhamento e nivelamentos. Cap. 2. Regularidade da edificação. Cap. 3. Edificios ou muros que ameacem ruinas. Cap. 4. Providencias diversas.
Titulo III	Cap. 1. Hygiene e saúde publica. Cap. 2. Saneamento. Cap. 3. Da água.
Titulo IV	Cap. 1. Matança de gado. Cap. 2. Açougues. Cap. 3. Do peixe. Cap. 4. Compra e venda de gêneros. Cap. 5. Atravessamentos. Cap. 6. Sobre armazéns, tavernas, confeitarias e quitandas. Cap. 7. Do mercado. Cap. 8. Das balanças, pesos, medidas, etc. Cap. 9. Das materiais inflamáveis, seus fabrico e sobre incêndios. Cap. 10. Loucos e bêbados. Cap. 11. Dos carros, carroças e mais veículos.
Titulo V	Cap. 1. Da divagação de animais perigosos. Cap. 2. Das bulhas, vozerias, obscenidades. Cap. 3. Da indústria pastoril e agricultura. Cap. 4. Das estradas e caminhos. Cap. 5. Disposições diversas.
Titulo VI	Cap. 1. Hospitais. Cap. 2. Vacina. Cap. 3. Cemitérios.

Título VII	Cap. 1. Fogos e reuniões ilícitas. Cap. 2. Do uso de armas.
Título VIII	Cap. 1. Do ensino.
Título IX	Cap. 1. Providencias policiais diversas.
Título X	Cap. 1. Das licenças, impostos e emolumentos. Cap. 2. Sobre servidão pública, concessão de terrenos patrimoniais, etc. Cap. 3. Arrecadação de impostos. Cap. 4. Dos emolumentos.
Título XI.	Diversos.

Fonte: Lages, Código de Postura, 1895.

De todos esses aspectos normatizados em detalhes pelo Código de Posturas de 1895, interessa evidenciar amiúde os referentes às construções no espaço urbano e os referentes ao comportamento. Tendo em vista que essas normatizações são significativas das práticas da elite na constituição da cidade e na criação e definição de espaços de sociabilidades e regras de conduta, que refletem o projeto de implantar a "modernidade" nos campos de Lages.

a) Normatizações das construções urbanas

Em 1895, quando da definição da Lei Orgânica municipal, estabelece-se como competência do Conselho Municipal, resolver sobre salubridade e aformoseamento da cidade (art. 10), sobre "instrução e higiene pública" (art.09), bem como, compete ao Conselho "Regular as edificações das frontarias dos prédios, obedecendo quanto possível ao bom gosto e arquitetura moderna." (art. 27). Observa-se nessa definição a busca da modernidade pela intervenção na cidade. Obedecendo a esses dispositivos da Lei Orgânica, definia-se no Código de Postura o que era permitido na cidade, determinando elementos de cobrança e aplicação da lei.

Na tentativa de regularizar a ocupação urbana, definiam-se os padrões de alinhamento das edificações, das praças e largos.

Com relação às residências, o código definia em detalhes a altura da residência, das portas, janelas e outros detalhes construtivos. Em seu Art. 20, parágrafo 7, por exemplo, definia que "nenhuma frente de casa será construída sem ser de tijolos ou pedras". Continuava definindo também a cor das fachadas das casas e dos muros: "as frentes serão guarnecidas de azulejos, caiadas ou coloridas etc, não sendo porém permitido, o emprego de cores pretas ou escuras (art. 24).

Essa minuciosidade do Código de Posturas local, foi uma atitude comum nos primeiros anos da República, como demonstra Carvalho (1999) em seu estudo sobre a cidade do Rio de Janeiro. O autor considera que:

> Não há dúvida de que grande parte das medidas era bem-intencionada e buscava beneficiar a população em termos de maior conforto e higiene (...) Mas as medidas eram inteiramente irrealistas para a época. Muitas delas, como a exigência de caiar as paredes duas vezes por ano, azulejar cozinhas e banheiros, arejar quartos com aparelhos de ventilação, limitar o número de hóspedes, envolviam melhoramentos até hoje inexistentes em muitas residências (1999, p.36).

Essas mesmas observações aplicam-se ao Código de Posturas do município de Lages em 1895. Os detalhes, nesse código, são minuciosos ao delinear as proibições:

> Art. 30 - É expressamente proibido:
>
> § 1. Construir ou reconstruir qualquer edifício dos fundos para a frente.
>
> § 2. Construir ou reconstruir trapeiras, alçapões, águas-furtadas e mansardas na parte do telhado, que deságüe para a frente.
>
> § 3. Construir ou reconstruir, reparar ou melhorar casas, sobrados ou qualquer edificação, em todo ou em parte, fóra do alinhamento, ou seja guardar as regras constantes dos artigos 20 e seus parágrafos, 21 e seus parágrafos, bem como dentro das ruas, praças e travessas projetadas.

§ 4. Assentar portas ou janelas, postigos, bandeiras ou vidraças que abram para fora.

§ 5. Abrir seteiras na frente dos edifícios.

§ 6. Fazer, durante a noite, qualquer construção, reparo, melhoramento ou alteração de qualquer espécie, na frente dos edifícios ou oitões que ficarem para a rua;

§ 7. Conservar os andaimes de qualquer obra sem luz, à noite, até as onze horas .

O Código mantinha alguns elementos do sistema construtivo do período colonial, entre eles, a construção no alinhamento da rua e nos limites laterais. Como salienta Reis Filho (1997), a ocupação colonial das vilas e cidades caracterizou-se por:

> aproveitando antigas tradições urbanísticas de Portugal, nossas vilas e cidades apresentavam ruas de aspecto uniforme, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre os limites dos terrenos (1997, p. 22).

Além desses aspectos, remetia à permanência dos elementos coloniais, a definição das dimensões, números de aberturas e altura dos pavimentos, exigências comuns no século XVIII (Reis Filho, 1997, p. 24) e permanecendo válidas mais de um século depois.

Em contraposição, alguns elementos apontavam para uma intervenção urbanística planejada para romper exatamente com os padrões tradicionais. O Título I, art. 14 do Código de Posturas de 1895, definia as obrigações dos proprietários quanto à realização e calçamento dos passeios:

> Art. 14. Os proprietários de quadras em rua, que fôr ou tiver sido concertada pela Superintendência segundo o nivelamento por ela marcado, uma vez feitas as respectivas sarjetas, ficam obrigados a calçar os passeios das frentes de seus terrenos, ou casas, na conformidade do mesmo nivelamento, com lajes regularmente configuradas (Lages, 1895).

A configuração de calçadas e passeios não era comum nas implantações das vilas e cidades até meados do século XIX (Reis Filho, 1997), até então, o delineamento das ruas era feito pelas próprias casas. Neste aspecto, a normatização procurava, inclusive com medidas punitivas, remodelar a cidade em consonância com práticas urbanísticas que obedeciam aos padrões arquitetônicos de cidades maiores. Ora, definindo padrões das calçadas e traçado das ruas, definia-se também a expansão da cidade.



Rua Nereu Ramos, década de 50, com a Catedral ao fundo.

Outro aspecto que merece destaque é a formação de um padrão estético para a cidade de acordo com os princípios de vida social e estética dos dirigentes. Definiu-se que para as pinturas das fachadas das casas devem ser utilizadas cores claras, sendo expressamente proibido o uso de cores escuras (art. 24), bem como a obrigação da pintura das residências, anualmente, no período de setembro a dezembro (art. 35).

Ao lado dessas normatizações relativas aos padrões construtivos estão presentes algumas regras que produzem, em curto e médio prazo, o afastamento dos grupos populares do centro da cidade. O art. 20, no parágrafo 7, é claro ao definir que nenhuma frente da casa será construída sem ser de pedra ou tijolo. Ora, no final do século XIX e início do século XX, o

tijolo era um material relativamente caro, como demonstra Peluso numa monografia realizada sobre Lages algumas décadas depois. O autor constata que:

> Os prédios modernos são construídos de alvenaria e tijolos, material excessivamente dispendioso para a classe pobre, que o usa o menos possível. (...) É, porém, na classe pobre que se manifesta com maior intensidade a subordinação aos recursos naturais da região. A floresta de araucárias dá à população a madeira por baixo preço ... As construções menos dispendiosas utilizam o pinheiro, e as dos pobres são feitas exclusivamente desse material (Peluso, 1991, p. 96).

Essa observação foi feita sobre Lages, na década de 40, início do processo de exploração comercial da araucária.

Diante, pois, da evidência de que a construção de casas de tijolos ou pedras constituía-se num sistema dispendioso para grande parte da população, incidindo sobre as estratégias de sobrevivência dos grupos populares, conclui-se que o Código de Posturas era um instrumento de seleção e exclusão social engendrado pelas elites. Essa função de seleção e exclusão aparecia de forma subliminar na delimitação da presença ou permanência de setores sociais nos limites considerados urbanos.

Tal conclusão ganha ainda mais substrato com o que apresento a seguir: se não bastasse a obrigatoriedade da construção das frentes das residências serem em pedra ou alvenaria, o código promove um processo ainda mais direto e rígido de eliminação das residências mais carentes, veja-se o que diz o artigo 39:

> Os muros, frentes, casas e sobrados e, em geral, quaisquer edifícios, obras em construções que, no todo ou em parte, ameacem ruína ou desabamento, serão no prazo marcado pela Superintendência, demolidas por seus proprietários. - o infrator será punido com a multa de 10$000 a 20$000 reis, e far-se-á a mesma demolição, logo após do prazo, a sua custa (Código de Posturas, 1895).

Outro aspecto, ainda, a ser destacado do Código de Posturas em referência, diz respeito aos limites nas concessões de terrenos urbanos, principalmente, no que se refere ao seu tamanho. Prática comum no sistema colonial brasileiro, os lotes concedidos eram estreitos e de grande profundidade, muitas vezes ocupando toda a extensão da quadra. Conforme Reis Filho (1997), era comum no Brasil desse período, a concessão de lotes nas vilas urbanas com aproximadamente 10 metros de frente e grande profundidade. Essa praxe, presente também em Lages - com marcas refletidas ainda hoje em grandes quadras com o meio vazio no centro da cidade - , foi enfrentada pela criação da lei, forçando a ocupação nas duas frentes:

> Art 180 § único não será de hora em diante concedido terrenos, que atravessem uma quadra, de forma que os terrenos, só farão frente n´uma rua e conceder-se-á somente a metade dos fundos; os proprietários legítimos de terrenos que fazem frente em duas ruas, serão obrigados a edificarem nas duas frentes, no prazo de três anos, sob pena de perderem o direito na metade dos fundos, que será concedida para edificações convenientes na frente não ocupada, na forma do presente código
>
> Art. 182 § único. Toda frente de terrenos concedidos deve ser ocupada por edificações, de conformidade com o presente código, desde que o terreno se ache dentro do perímetro da cidade. (Lages, 1895)

O Código de Posturas é, sem dúvida, o grande marco normatizador das construções urbanas. Entretanto, outras leis posteriores surgem com o mesmo espírito normatizador. Assim é, por exemplo, por uma lei posterior que são definidas multas e taxas para terrenos não cercados.

Nessas leis posteriores, podemos observar a preocupação com a aplicabilidade do Código de Posturas. Em 1896, por exemplo, a Lei nº 18, de 5 julho do mesmo ano, isenta os proprietári-

os de obedecer às alturas estabelecidas no Código de Posturas, quando da reconstrução da frente das casas, desde que não procedam à demolição da estrutura da cobertura.

A criação dessas leis passa, necessariamente, pelo crivo da elite local que forja, em determinados momentos, sua modificação. Algumas medidas são nítidas, outras encobertas no princípio da segurança pública, do aformoseamento da cidade e, principalmente, embasadas nos discursos higienistas. Esse era um período de definição do espaço público concedido aos grupos populares, agora não mais propriedade dos coronéis, mas ainda sob a liderança política e cultural dos mesmos.

Pelo detalhamento do Código de Posturas, percebe-se os projetos para remodelar a cidade e seus habitantes. Por exemplo, nos passeios, novo elemento introduzido na cidade, é proibido transitar com cargas, mercadejar, colocar fogareiros, fornos ou cadeiras e bancos, bem como andar a cavalo ou conduzir qualquer veículo ou animais. Interessante, ainda, observar que, sendo uma cidade cujo meio de transporte mais comum continua a ser o animal, há regulamentação específica proibindo amarrá-lo nas portas, portões ou em outros elementos fixos.

b) Da limpeza das ruas à reformulação de condutas: ações públicas intervindo no privado

A intervenção na cidade, legitimada pelo discurso higienista, se estruturou no Brasil no século XIX[20]. Com base nos discursos de prevenção e combate a epidemias, muitas cidades foram remodeladas e, nesse processo, também foi controlada a presença dos grupos populares e de suas práticas na cidade.

[20] A cidade se transforma em objeto médico a partir do século XVIII e, no século XIX, a razão médica será o principal argumento para as intervenções nas cidades (conforme trabalhado por Abreu, 1997, p. 40).

O Código de Posturas de 1895 utilizou-se largamente deste discurso e método de intervenção urbana, definindo, inclusive, as relações restritas ao universo domiciliar. Entre outras medidas, definia-se, por exemplo, que era proibido lançar:

> Art. 51 § 1. cisco, palhas, vidros, imundices, materiais fecais, animais mortos, lixo, entulho nas praças, ruas e travessas, no perímetro da cidade ou povoações, assim como conservar lamaçais ou águas estagnadas, cloacas abertas, urinar ou fazer dejecção nos mesmos lugares. (...) § 3. despejar ou lançar das casas ou dos sobrados para rua, águas limpas ou servidas. (Lages, 1895).

O grau de exigência e interferência na gestão da cidade chegou ao nível de definir horários para que os moradores apresentassem os espaços públicos das residências limpos: "até as nove horas da manhã deve estar limpas as frentes das casas e os fundos da mesmas, limpas dos esterquilinos dos gados e animais cavalares" (art. 52). De um lado, a limpeza da cidade é a tônica central que leva a indagar sobre os hábitos dos moradores. Tinha-se a regulamentação oficial das práticas e comportamentos no urbano e, em consonância com as orientações do poder público, os jornais publicavam constantemente observações e notas sobre a limpeza da cidade e a necessidade dos moradores contribuírem para tal, bem como notas de reclamações sobre animais soltos e falta de limpeza. De outro lado, a questão da saúde pública era uma constante, assim como a resistência dos grupos locais a essas novas práticas e medidas administrativas, como pode-se observar no relato feito em 1900, ao falar sobre a vacina obrigatória e a eliminação das cloacas na área urbana:

> a população continua a manifestar repugnância a tão importante meio profilático, sendo de notar que essa repugnância é mais acentuada na população da cidade do

> que na rural 12/13. Foram vacinados 150 pessoas e 15 a segunda dose. Medidas necessárias será a proibição das cloacas nos quintais, no perímetro urbano e a organização da remoção de lixo e materiais fecais." Porém: " não vos ocultarei as dificuldades que encontrará um tal empreendimento, que trará como conseqüência inevitável a criação de novos tributos, como todos, mal recebidos pelo nosso povo, tão refratário ao pagamento de impostos. Não nos devemos, porém, tomar de desanimo ante essas dificuldades que serão facilmente vencidas com alguma energia e perseverança. (Lages, 1900).

Somente em 1904, pela Lei Municipal nº 1222, de 8 janeiro de 1904, é que foi criado o serviço de remoção de materiais fecais, mantido pela prefeitura. Por essa lei, ficava determinado que a remoção fosse feita duas vezes por semana e, pela mesma, ficava expressamente proibido o uso de depósitos irremovíveis de materiais fecais dentro do perímetro urbano. Este serviço ainda está presente na lembrança de muitos. O funcionário da prefeitura que fazia a limpeza, ainda vive nas lembranças dos moradores mais antigos, mostrando as nuanças dos conflitos econômicos, culturais e étnicos, como se pode observar no depoimento abaixo. São lembranças de uma senhora de 94 anos e sua filha. Interessante observar no diálogo a necessidade de legitimar e de fazer prevalecer sua imagem e memória da cidade:

> Filha: Ela já contou do banheiro, que naquele tempo, lembra daqueles ranchinhos?
> Mãe: Não.
> Filha: Que era largado tudo no caveiras, a mãe morava bem pertinho.
> Mãe: Claro, tinha umas latas, o falecido Laurindo puxava o carro, tinha aqueles carros assim, tinha as gavetas lá fora. Então colocava aquele barrilzinho ali, aí fazia ali e enchia, (Inclusive ele vinha com a cara feia, porque tinha cocô) juntando barril.

Filha: Então eu morava lá na carreira.
Genro: Chegava ali no Santa Rosa virava o carro, era barril para tudo quanto lado, bebia muita pinga.
Mãe: Bebia, aí morava lá nas carreiras, e ele tinha uma égua e ele dizia: ´anda desgraçada, anda loirinha da bosta`. Puxando e dando laço naquela égua. Ela era boa que era um perigo.

Há poucos registros sobre este trabalho e seus funcionários. Dessa forma, procurou-se indagar mais sobre o funcionário, procurando traçar um pouco do seu perfil e de sua relação com os moradores locais:

Mãe: Laurindo Velho (nome como era conhecido o funcionário). Puxava a carretinha. Nós dizia ´puxa. Laurindo`. `Laurindo. Bêbado`. Tinha que tá bêbado para lidar com aquilo o dia inteiro né?

Nesse diálogo, a busca de afirmação era constante. Quando indagado sobre o percurso e a quantidade de viagens que o funcionário fazia, trava-se um interessante diálogo entre nossa principal interlocutora e sua filha sobre a legitimidade das falas sobre a cidade:

– Quantas viagens ele fazia durante o dia?
Genro: Ah! Eu não sei, mas era o dia inteiro.
Mãe: O dia inteiro. Eu morava bem pertinho da... de onde ele passava.
Filha: Naquela época a cidade era pequena.
Mãe: Não era muito pequena.
Filha: Ah não! Eu estou com 71.
Mãe: É ela era pequena, ela tinha uns...
Filha: Uns doze anos.
Genro: Como é que eu não esqueço até do meu amigo.
Filha: E eu vou me esquecer. Era eu que mais corria dele, entrava... quase morria de medo. Morria de medo do nego velho. Chegava...
Mãe: É, tu era criança, mas a cidade já tava maior.
(Entrevista realizada em 30/03/1995).

Outro objeto de regulamentação das práticas urbanas diz respeito ao comportamento dos grupos na cidade. Sobre isso, são definidas algumas regras quanto a barulhos, reuniões e vestimentas. O artigo 117 do Código de Posturas, além de proibir, regulamenta multas de 5$000 a 10$000 reis[21] para quem infringir qualquer artigo.

> É proibido:
> § 1. fazer bulhas, vozerias, dar gritos altos sem necessidade reconhecida;
> § 2. fazer samba ou batuques, quaisquer que sejam as denominações, dentro das ruas da cidade e das povoações;
> § 8 estar na própria casa ou na alheia, de modo indecente ou imoral, de sorte que possa ser notado pelos transeuntes ou vizinhos;
> § 9. Andar pelas ruas indecentemente vestido com roupas dilaceradas, ou sem que traje pelo menos calça e camisa, sendo essa por dentro d´aquella
> § 11. viver sem ocupação lícita, ou esmolar, não estando nas condições de indigência e sem permissão da autoridade de policia

Interessante observar que esses comportamentos que a lei delineava como proibitivos, de modo geral, são freqüentes nos grupos populares.

A preocupação com a mudança de comportamento entre grupos sociais pode ter inspirado ainda o artigo 157, que proíbia a "reunião de filho de famílias, fâmulos ou criados, nas lojas, tavernas, ruas e calçadas, casas de vísporas e renhideiros."

Como podemos observar, essas medidas, ao mesmo tempo, incentivam as práticas de divertimento da elite e, na medida do possível, restringiam-nos a espaços privados como clubes e

[21] Para termos uma idéia do valor da multa, vamos compará-lo com o vencimento de um soldado da Guarda Municipal, conhecido como praça, que recebia mensalmente 45$000 (Lei. Nº 08 de 10 julho de 1895); portanto, a multa equivale a 11 % e 22 % do salário do soldado, respectivamente.

residências. Do mesmo modo, determinava que os espaços públicos da cidade deviam ser reservados ao uso profissional, assim como os espaços de sociabilidade deviam ser restritos aos clubes, cafés, teatros e (de certa forma) à igreja. Esses eram espaços controlados e condutores de novas regras de comportamento. Até mesmo os espaços públicos, restritos ao uso profissional, na ótica dos dirigentes, deviam ser regulamentados com proibições. Por exemplo, o artigo 110, parágrafo 7 proibia o "trânsito de carro de eixo rangendo pela cidade", já o artigo 112, parágrafo 1, proibia "aos condutores de carroças o fazer vozerias ou soltar gritos que perturbem o sossego público, ou proferir palavras obscenas".

Este mesmo Código definia os horários de funcionamento do comércio entre 05 e 22 horas no verão e 06 a 21 horas no inverno; regulamentava as feiras, nas quais era proibida a exposição de gêneros alimentícios e produtos nas portas e calçadas. Em janeiro de 1897, uma nova Lei Municipal de nº 26, vinha delimitar ainda mais este horário, determinando então que aos domingos, o comércio podia ficar aberto até as nove horas.

O tempo cíclico, aos poucos, foi sendo abandonado, definindo-se novos padrões de comercialização, nos quais, para o olhar atento do administrador, a estética comercial deveria seguir novos moldes de exposição e de trabalho. Assim, o mesmo Código de Postura, ao definir uma estética, proibia a comercialização de produtos nas ruas sem prévia autorização oficial e, por conseqüência, mais um espaço dos grupos populares foi delineado, controlado e taxado, pois esses profissionais deviam pagar o imposto sobre profissões, como podemos observar no artigo 173 do Código de Posturas (1895), que ressaltava a necessidade de autorização do superintendente para:

§ 13. mercadejar ou vender pelas ruas e estradas, miudezas, fazendas, doces em tabuleiro ou caixas;
§ 14. vender pelas ruas, frutas, legumes, hortaliças, peixes assados, carne seca ou qualquer outro gênero de alimentação. (Lages, 1895)

Nos depoimentos observa-se que essas ocupações constavam das estratégias de sobrevivência de grupos locais, mormente os grupos populares.

Entre flores e impostos o conflito da elite se reflete no urbano

Embasados no Código de Posturas que, conforme os próprios dirigentes, já precisava ser remodelado para dar conta das exigências do desenvolvimento local, a primeira década do século XX iniciam com um projeto audacioso de remodelar as três praças. Entenda-se aqui, modificar o estilo arquitetônico e definir novos padrões de sociabilidade, assim como, arborizar a cidade.

Em janeiro de 1900, na ótica do governo local, tinha-se um quadro bastante animador da situação econômica do município. A principal preocupação era com o comércio e essa era apenas tangencial:

> nota-se um certo enfraquecimento no movimento comercial da nossa praça, este fato, porém explica-se pela descentralização que se operou no comercio do município, outrora circunscrito a cidade, e hoje inteiramente disseminado por todo o seu vasto território ... (Lages, 1900, p. 14).

Como se vê, a preocupação com o comércio se restringia à sua forma. E a pecuária, por outro lado, estava tendo ótimos resultados. Essa, diga-se, foi o carro-chefe da economia local. Quanto "às demais indústrias do município são, por enquanto, ensaios prometedores. A fabricação da cerveja, que promete de-

senvolver-se bastante, produz já o suficiente para o consumo local."(Lages, 1900; 18).

No cômputo do Estado de Santa Catarina, Lages reafirmava sua importância econômica, sendo a quinta cidade em habitantes e a quarta em arrecadação, como podemos ver no quadro seguinte.

Quadro 2 - População e arrecadação das maiores cidades de Santa Catarina - 1900 e 1902.

Municípios	Habitantes: censo 1900	Receita arrec. 1902
Blumenau	34.472	89:254$540
Florianópolis	32.759	133:228$607
Tubarão	23.389	29:828$412
Joinville	19.670	66:903$256
Lages	18.872	44:939$576

Fonte: Santa Catarina. Mensagem apresentada à Assembléia em 26 de julho de 1903.

Aliado aos projetos de embelezamento e remodelação das praças, o nivelamento de ruas, a iluminação pública e um sistema de controle e regulamentação da cidade foram a tônica da gestão do Major Vidal José de Oliveira Ramos Júnior.

Mas a cidade, mesmo respirando alguns ares da modernidade, era ainda a "cidade dos coronéis", que em seus ordenamentos exprimia as necessidades e aspirações da classe dominante. Necessidades e aspirações, por certo, nem sempre homogêneas, pois da implantação do Código de Posturas em 1895 às mudanças posteriores na gestão seguinte, observa-se novo direcionamento na gestão da cidade, embora a troca de poder que existiu nesse período, tenha ficado restrita ao interior da mesma oligarquia.

Em 1903 assumiu a Superintendência Municipal o Coronel Belisário José de Oliveira Ramos[22]. Foi o início de uma longa gestão, que duraria até 1922, entremeada com pedidos de licen-

[22] Irmão de Vidal Ramos Junior, que neste ano assume o posto de Governador de Estado.

ça, quando então era substituído por Otacílio Costa (genro) e Aristiliano Laureano Ramos (filho).

Delineava claramente, nesse período, uma orientação diversa na condução e gestão do município. Uma das primeiras medidas foi a modificação da Lei nº 94 de 8 de julho de 1902, que orçava e fixava a despesa do município de Lages para o exercício de 1903. Nessa lei, as principais fontes de arrecadação eram os impostos sobre transmissão de propriedade no valor de 20:000$000, seguidos dos impostos sobre exportação, no valor de 6:000$000. Pela Lei nº 96 de 7 de janeiro de 1903, suprimindo-se a cobrança de impostos sobre exportação: uma atitude clara em favor dos pecuaristas, grupo de base no poder local.

Por essa mesma lei reduziu-se o valor do imposto sobre foros, de $100 (terrenos sub-urbanos) e $025 (terrenos na área urbana) para $002 por metro quadrado, independente de estar na área urbana ou suburbana.

Com relação à ocupação urbana, seguindo já novas orientações sobre lotes urbanos, ainda constava a construção no alinhamento da rua, porém, abrindo possibilidade para um portão ao lado, como se salienta no artigo 3º, da Lei nº 96 (7 de janeiro 1903) "para a edificação, nas ruas, praças e travessas. Só se concederá a frente do terreno preciso para a construção e para um portão ao lado dessa, com fundo até a meia quadra" (Lages, 1911). Com isso podemos observar que aos poucos o padrão de ocupação dos lotes urbanos foi-se alterando. O deslocamento, ainda que parcial das divisas laterais, mostrava a sintonia com as transformações arquitetônicas no Brasil, no qual, como menciona Reis Filho (1997, p. 44) "em todas as regiões onde se fazia sentir o declínio da escravidão e a presença do progresso tecnológico, encontravam-se os mesmos mecanismos de adaptação às novas condições". Em Lages, a alteração do código municipal foi um movimento preciso do gestor local num projeto de modernização da área urbana. Este

descompasso foi marcante, pois o cotidiano era ainda ditado pela "cultura da fazenda[23]", ou seja, pela mão-de-obra barata e abundante, marcado pelo sistema de compadrio e autoritarismo nas relações entre elite econômica e política e os demais grupos sociais.

Em 1903 encontramos a primeira diferenciação nas leis para construções no urbano, que incide exatamente sobre as alturas permitidas. A diferença pode parecer insignificante, porém, o que se estava definindo era altura mínima, e nas áreas centrais exigia-se um gabarito maior de altura. Duas áreas foram definidas com índices diferenciados para as construções: essa foi uma das primeiras divisões do urbano em zonas:

a) Ruas Quinze de Novembro, Marechal Deodoro, Coronel Córdova e Rangel Pestana, bem como nas ruas transversais, e as praças João Ribeiro e Vidal Ramos. Nessas áreas permite-se construções com altura mínima, entre a soleira e a cimalha, de 3,52 m.

b) Nos demais ruas e praças a altura mínima estabelecida é de 3,08 m.

No mesmo ano de 1903[24] foi criado o imposto de prédios urbanos (Lei Municipal nº 112 de 8 de janeiro de 1904), que iria contribuir para a arrecadação municipal. Já que não havia mais o imposto sobre exportação, de certa forma, essa foi a maneira encontrada para socializar as despesas, pois este imposto atingia sem distinção grande parte da população. O imposto cobrado era calculado em 10% sobre o valor locativo dos prédios urbanos incluídos neste rol (qualquer moradia ou construção como

[23] "Cultura da fazenda" é uma expressão muito utilizada pelo historiador Sérgio Sartori, professor na Uniplac, para caracterizar um sistema de dominação, pautado economicamente na pecuária, no mandonismo local e na morosidade dos processos de decisão e de alterações na vida social.

[24] Vale mencionar que neste mesmo ano, pela Lei Municipal nº 108, o governo local concedeu um terreno de esquina para a Congregação Franciscana para construírem um colégio (local atual). Em contrapartida a congregação deveria proceder à urbanização, ou seja, abrir as ruas e murar o terreno.

cocheira, barracas, etc., com exceção dos prédios públicos e das casas de pessoas pobres) "cuja subsistência seja mantida pela caridade pública" (Lei Municipal nºº 112/1904).

Em 1907, a Lei Municipal nº 190, regulamentava o imposto predial, isentando os prédios públicos, hospitais, igrejas, pessoas pobres "indigentes" que conseguissem provar tais condições. E para as pessoas reconhecidamente pobres "a avaliação do aluguel será feita com a maior moderação e nunca excederá da metade do aluguel que poderia ter se fosse alugado, devendo essa circunstância constar do lançamento." (Lei Municipal nº 190/1907). Para ter-se idéia da importância deste tributo, assinale-se que em 1908, o mesmo constituiu-se na segunda fonte de arrecadação do município. A primeira fonte era o imposto sobre transmissão de propriedade imóvel com 14:000$000, seguido pelo imposto sobre prédios urbanos com 3:550$000 (Lei Municipal nº 190 de 8 de julho de 1907).

A questão do imposto era muito complexa e denotava um movimento no sentido de diminuição do imposto sobre propriedade[25] e atividades ligadas às principais fontes econômicas do município. Por outro lado, empreendeu-se um aumento de impostos que incidiam sobre os grupos populares, como imposto sobre profissão, que inclui entre os tributáveis até mesmo os biscateiros e vendedores de doces caseiros, e as taxas sobre melhoramentos nas construções urbanas. Neste mesmo espírito de aumento da arrecadação às expensas dos grupos populares, foram instituídas as multas sobre atitudes impróprias e necessidade de licenças especiais para animais (gado à solta, cachorros, etc).

Somente em 1911 o quadro de arrecadação do município sofreu alterações e a principal se deu com a criação do imposto pastoril (criado pela Lei Municipal nº 2.589 de 27 de agosto de

[25] Em 1911, por exemplo é instituída a Lei Municipal nº 272 de 8 de julho de 1911 que isenta de imposto predial urbano o Clube 1º de Julho.

1910). De toda maneira, ficou ainda como fonte principal de receita, o imposto sobre transmissão de propriedade orçado em 13:000$000. O pastoril veio em seguida com 10:000$000, depois o imposto sobre indústrias e profissões com 4:500$000 e o imposto predial com 3:500$000. (Lei Municipal nº 257 de 27/08/1910).

Ao fazer a análise dos impostos orçados e cobrados em 1912, observa-se um quadro interessante que denota, por um lado, o crescimento da cidade e, por outro, a eficácia nas cobranças dos impostos devidos que não recaiam sobre os fazendeiros. Com efeito, naquele ano ocorreu uma receita considerável, resultante do excesso de impostos arrecadados, comparativamente ao previsto nos itens indústrias e profissões, predial urbano e transmissão de propriedades. Já no item pastoril, o quadro é inverso, veja no quadro a seguir:

Quadro 3 - Quadro comparativo entre receita orçada e realizada em 1912 - Lages / SC

Receita	Estipulado	Realizado
Imposto sobre indústria e profissões	4:500$000	5:186$500
Imposto sobre transmissão de propriedade	13:000$000	17:036$498
Imposto predial urbano	3:500$000	4:096$800
Imposto pastoril	10:000$000	6:880$000

Fonte: Lages. Relatório da Gestão dos Negócios do Município de Lages, no ano de 1912. Florianópolis, 1913.

Para garantir a mudança de comportamento e induzir melhoramentos na cidade foram constantemente redefinidos os valores de multas a serem cobrados[26] e foi criada a taxa de melhoramento. Tal expediente era uma constante. Encontramos diver-

[26] Lei nº 132 de 9 julho de 1904 modifica o Código de Posturas em seu art. 173, aumentando o valor da multa e ampliando seu alcance, inclui também como passíveis de multa os que nas ruas, praças e travessas alimentarem os animais. Inclui ainda um artigo pelo qual determina que todo proprietário que lavar suas casas e deixar as águas escorrerem para frente deverá imediatamente lavar as calçadas.

sas leis voltadas explicitamente ao aumento das taxas a serem cobradas em caso do não cumprimento de melhoramentos, de animais soltos na cidade e no caso de comportamento não-condizente (com os desejos da elite).

Pela Lei Municipal nº. 162 de 1906, sobre a taxa de melhoramento, tem-se que os proprietários que não tivessem as casas conforme o código seriam multados, a não ser que fizessem os devidos melhoramentos. Nessa lei, foi dada especial atenção para as casas cujas frentes fossem de pedra ou tijolo e não estivessem rebocadas a cal; ainda ressaltava grade de madeira ou ferro que não esteja pintada a óleo ou outra cor, com exceção da cor preta. Interessante observar a justificativa para a cobrança dessas taxas de melhoramento:

> estabelecendo taxas penso que conseguir-se-á dar á nossa cidade aspecto cada vez melhor, compelindo por processo indireto e de seguro resultado, os proprietários de prédios em ruas já definitivamente niveladas, calçadas e sarjetas a fazerem os melhoramentos indispensáveis nas fachadas dos prédios, muros e gradis. A ação dos poderes locais, construindo sarjetas, abaulando e nivelando ruas justo é que correspondam os proprietários, melhorando a fachada dos prédios, rebocando-as, caiando-as e fazendo só serviços de pintura nas fachadas, muros ou gradis com frente á via pública (Lages, 1913, 13).

Ainda para garantir o crescimento ordenado da cidade foi proposto o levantamento cadastral (Lei Municipal nº. 200 de 8 janeiro de 1908), no qual definia-se, em projeto, a abertura de quatro avenidas com 50 metros de largura em direção aos quatro pontos cardeais. Por essa lei as ruas transversais deveriam medir 22 metros de largura e ter distância mínima de 250 metros e máxima de 400 metros entre uma e outra. Era a tentativa de, por um lado, padronizar a ocupação urbana e, por outro, garantir a uniformidade das novas ruas. Seguindo ainda, as primeiras plan-

tas e orientações do crescimento da cidade.

Nas primeiras décadas do século XX, a cidade começava a apresentar um lento processo de crescimento populacional que se concentrava, ainda, no centro histórico. Por uma série de ações, o governo local procurava promover a expansão para além dos limites desse centro, principalmente concedendo terras para implantação de fábricas, escolas e pomares. Nesses processos de concessão de terras, geralmente, estava presente a isenção de impostos, com a contrapartida da construção de muros e calçadas. A título de exemplo, como se pode observar, isto ficava claro na Lei Municipal nº. 187 de 8 de julho de 1907, que concedia área de terreno municipal a particular de até 1,5 hectares no perímetro urbano para instalação de uma fábrica de conservas, com isenção de 8 anos dos impostos sobre aforamento, indústria e profissão, em contrapartida obrigava ao foreiro fazer calçadas e muros na extensão do terreno.

Por outro lado, foram empreendidas ações de embelezamento e melhoramento das ruas, praças e jardins que, invariavelmente, foram nominadas com nomes masculinos, de representantes das oligarquias locais. Essas ações de embelezamento incluiam a construção de calçadas, arborização e, ao mesmo tempo, eliminação ou regulamentação de atividades populares no centro da cidade.

O término dessas obras era marcado por festa de inauguração, que dava visibilidade às ações do governo local e induzia, ademais, a um determinado comportamento, como mostra no relatório sobre a inauguração do jardim Coronel Belizário Ramos, que ficava na praça Coronel João Ribeiro:

> foi uma festa a que compareceu crescido numero de Ex.mas famílias, ostentando custosas toilettes. O jornal Região Serrana noticiando essa festa, disse ter sido superior a mil o número de assistentes, notando a presença do que ha de mais selecto na sociedade lageana, tendo sido uma das mais agradáveis festas que aqui se tem assistido. (Lages, 1913)

Ainda sobre a cidade, nesse período, foi interessante o projeto de arborização. O governo local, na figura do Superintendente, embasado no Congresso Nacional de Agricultura (1913, RJ) que recomendava que se plantassem árvores na cidade, iniciou um processo de arborização em Lages. Começou pelas principais ruas e pela praça do Mercado (hoje praça Vidal Ramos Sênior). Interessante observar a justificativa deste projeto de arborização, feito com mudas de Catalpa, "fraxinus", "machoerium tipa" e plátanos vindas de Buenos Aires:

> por mais intenso, que possa tornar-se, futuramente, o movimento comercial urbano, as árvores ainda que atinjam grande crescimento não o prejudicarão, dada a largura das ruas onde vicejam. Dentro de alguns anos serão sentidos os benefícios que elas proporcionam, purificando o ar, impedindo, em parte, a penetração do pó pelas casas, servindo de abrigo no período canicular, dando enfim as ruas e praças um aspecto mais atraente (Lages, 1913; 25).

Algumas décadas mais tarde, essas árvores foram retiradas das áreas centrais, num novo projeto de modernização a cidade que incluia, entre outras alegações, a necessidade de limpeza do espaço urbano.

Foi também nesse período que se começou a articular uma imagem para Lages, a imagem de "Princesa da Serra". Nessa campanha procurou-se destacar as potencialidades do local. Em 1907, observa-se essa preocupação do governo local que autorizou a impressão de folhetos, livros e álbuns nos quais constassem:

> descrição das riquezas naturais e manufaturadas do município, seus produtos naturais, qualidades de aclimatação e a reprodução de tipos geológicos, zoológicos e botânicos, em estampas, com descrições cientificas de suas qualidades e utilidades. (Lei Municipal nº. 167 de 08 janeiro de 1907)

Além de tudo, esse período pode ser caracterizado como de grande exposição e presença forte da cidade de Lages no âmbito regional, e de influência na política do Estado de Santa Catarina. A elite local procurou dar consistência ao seu projeto de cidade, bem como de elite dirigente. Constatou-se a participação de Lages na exposição internacional de Turim (Itália), propagou-se a construção de uma estrada de ferro elétrica entre Lages e Estreito (Florianópolis)[27], que viria resolver os problemas de ligação com a capital do Estado (aspecto que já era alvo de preocupação do governo anterior). Foi também um período de atuação marcante por parte do Governo do Estado, que criou um Posto Zootécnico, destinado à pesquisa, monitoramento e assistência à produção agropecuária local (principalmente à pecuária). Destaca-se ainda a atuação governamental marcante com a criação da Escola Vidal Ramos, que implicou a construção de um pomposo edifício. Foi para a elite local o momento em que:

> ... aproxima-se da realidade o sonho que há tanto tempo acalentamos de vermos essa amada porção de terra - atingir ao progresso a que pode aspirar - pelas suas invejáveis condições climatéricas e pela uberdade admirável de seu solo (Lages, 1912, p. 18).

Na cidade, a instalação da iluminação pública com gás de acetyleno (1910), novas ruas, energia elétrica (1913), rede telefônica (1915), novas praças e prédios públicos iram servir de símbolos do crescimento urbano e representariam o projeto de cidade desse período.

Até a década de 40, a cidade de Lages, sede religiosa e administrativa, estruturava seu cotidiano e sua economia numa relação de estreita vinculação com as atividades da pecuária extensiva.

A "Cidade dos Coronéis" foi marcada pela criação de es-

[27] Conforme este Relatório (Lages, 1913), já estava firmado o acordo do Governo do Estado (Vidal Ramos) com a empresa construtora para a construção dessa estrada que nunca saiu do projeto.

paços de sociabilidade diferenciados para elite e para os grupos populares. Na criação desses espaços, jornais e clubes literários e recreativos constituíram-se nos principais espaços para a formação de novos hábitos e modos de ser, bem como dos discursos sobre a cidade e sobre os grupos sociais. Este foi um processo que permitiu a formação de jogos de visibilidade da elite e suas práticas e invisibilidade dos demais grupos sociais. Neste contexto, os jornais desenvolveram um importante papel de homogeneizar o discurso da elite, bem como de divulgação das práticas e projetos desejados, pois:

> o cronista e o jornalista, de maneira geral, tornaram-se prescritores de hábitos, ditadores de novas modas e comportamentos, passando também a condenar as atitudes que destoassem do imperativo maior que se constituiria em fator dinâmico por excelência dos novos tempos (Araújo, 1989, p.140) .

NOVOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE: JORNAIS E CLUBES LITERÁRIOS.

Importante observar nesse período, as representações e imagens de cidade que vão constituindo-se, os desejos e sonhos alimentados por uma intensa modificação da dimensão econômica e social. As imagens de cidade que são construídas não são neutras. Conforme Chartier (1988), elas "produzem estratégias e práticas" que servem, entre outras coisas, para legitimar e garantir os projetos e ações dos grupos dominantes que, no caso específico de Lages, estavam na base da legitimação de um projeto de cidade.

Para Chartier, através da análise das representações e percepções do social podemos "compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio" (1988, p. 17).

Para captar um pouco dessas imagens, dessas percepções, uma análise dos jornais locais publicados na época podem ajudar a perceber essa cidade que vai formando-se. Uma imagem de cidade construída e alimentada por grupos da elite, que divulgam pelos jornais as suas percepções.

Os jornais locais, ligados a grupos políticos e/ou religiosos, trazem à tona a percepção dos integrantes da elite política e econômica do município. Não houve na cidade nenhum jornal de feições populares ou operárias, com o qual poder-se-ia, por um lado, contrapor e, por outro, observar os processos de interpretação dos discursos da elite. O alcance dos jornais era restrito a alguns grupos locais. Vale lembrar que a maioria dos grupos populares não tinha acesso a esse meio, ou somente de forma esporádica, através, principalmente, da divulgação verbal.

Se, por um lado, os jornais refletem a percepção de grupos da elite, eles se constituíam também no universo de informações escritas que os migrantes tinham acesso ao chegar a Lages: uma porta de entrada para conhecer a cidade.


O LAGEANO

Anno II — Orgam independente e noticioso — Numero 26

LAGES

S. CATHARINA

Expediente

A Nova Matriz

Pelos pobres

Salve 24 de Outubro!

Os jornais em Lages começaram a circular em 1883 com o primeiro número de "O Lageano". A cidade teve diversos jornais de tiragem semanal e bissemanal. Todos eles criados com orientação política e/ou religiosa bem definida. Com exceção dos jornais criados pela Igreja Católica, os demais jornais representavam facções da oligarquia local.

Uma das características marcantes era a defesa incondicional da política, do partido que representavam, defendendo as idéias e os projetos de seus partidários, e acusando os adversários. Tal crítica sempre vinha recheada de apelo popular, como se fosse uma crítica representativa dos interesses da população local. Enfim, os jornais desse período se constituiam num espaço de debates e divulgação das idéias da elite lageana.

Desde 1883 até 1940, Lages teve uma série de jornais. No quadro seguinte, o período de formação de cada um deles:

Quadro 4 - Jornais que circularam em Lages - 1883 a 1977

Nome	Período	Observações
O Lageano (fase 1)	14/04/1883 - 1889	
O Serrano / O Echo da Serra	01/1885	Conservadores
O Escudo	26/01/1886 - 1893	Liberais
O Lageano (fase 2)	4/01/1891	- João Costa, Belisário Ramos, Vidal Ramos Júnior ...
Gazeta de Lages	21/04/1892	Republicano
Rebate	1893	Partido Republicano Federalista
O Município	1896	
Região Serrana 1	1897 1914	
O Imparcial	23/06/1901 - 1907	De orientação maçônica, ligado à família Ramos
O Cruzeiro do Sul	13/05/1902 1915	Católica / franciscana
A Aurora	7/09/1906	
O Clarim	1907	
A Evolução		
A Noticia	01/01/1912	
O Lageano	1915	
A Justiça	1919 (uma edição)	
O Planalto	Junho de 1917	
Correio Lageano 1	1924	Partido Republicano Catarinense
A Época	1924	Aristiliano Ramos (então oposição)
O Conciliador	1/03/1929	
A Defesa	1930	
Guia Serrano	7/03/1936 24/12/1971	Católica
Jornal da Serra	1951	
Jornal de Lages	1956	
Correio Lageano 2	21/10/1939	
Correio Lageano 3	11/08/1951	A partir de 1967 passou a ser diário
O Planalto	15/10/1977	

Fonte: Costa, 1982. v.3 e informações sobre orientações políticas e religiosas, através de pesquisa em exemplares dos mesmos.

Algumas dessas publicações tiveram curta duração e eram o veículo que dava visibilidade à elite e aos seus grupos de apoio, constituindo-se em espaço de defesa das suas idéias e projetos. No processo de legitimação política e econômica do grupo a constituição do jornal servia como elo unificador e de frente de luta. Tanto a Igreja, como os demais grupos (de orientação maçônica e político-partidária) veiculavam críticas e expunham seus conflitos. O debate girava sempre em torno das idéias e percepções do grupo representado e raramente apareciam reivindicações dos grupos populares.

Na "Cidade dos Coronéis", os jornais "O Lageano", "O imparcial", "Região Serrana", "Cruzeiro do Sul", "A Época" e "O Conciliador" mostravam as fissuras e formavam opinião pública. Eles foram unânimes em exaltar o discurso do progresso e da busca da modernidade, mas encontravam, em sua ótica, como um dos principais obstáculos, os grupos populares e suas práticas.

Essa percepção era bem visível nas primeiras edições de "O Lageano", que defendia necessidade imperiosa de abrir caminhos para a modernidade, tomando como exemplo Rio Grande do Sul e São Paulo:

> nós os habitantes da serra cima, em contínuo contacto com as florescentes povoações da opulenta província do Sul: admirando constantemente seu progressivo desenvolvimento, não podíamos quedar-nos mudos, a vista de tanta vida, de tão animador movimento. Era preciso não descendermos da heróica raça Paulista, tão digna do alto renome de que goza, pelos ousados cometimentos com que ilustram as paginas da história pátria, para então repousarmos com o Estado de apatia em que vegetamos. Desmereceríamos de tão nobre estirpe, si nos conservássemos indiferentes ao censurável abandono de nossos vitais interesses, sem ao menos procurarmos opor barreira as perniciosas causas que fazem jazer depreciadas, as prodigiosas riquezas, em que a natureza tão prodigamente

> dotou o nosso abençoado solo.(...) por um lado, a pobreza ameaçada pela fome, por outro, o monstro da ignorância aterrando o espírito público com horrorosas tragédias, atentados e violências! Da ação do governo esperamos providência para obtermos: o desenvolvimento da instrução; melhoramento das vias de comunicação e a boa colonização que utilize o fértil território que possuímos. E, sobre tudo força publica considerável que destrua o elemento heterogêneo que põem em perigo a boa ordem, garantidora do bem estar e sossego (O Lageano, 26 de abril de 1888).

Neste discurso aparecem, claramente, três elementos que serão chaves nos discursos da época: a instrução, com ênfase na mudança de comportamento, a necessidade de vias de comunicação e a defesa da colonização. Nas entrelinhas do discurso estava a identificação do entrave ao desenvolvimento ligado aos brasileiros (grupos populares). Por outro lado, atribuiam ao governo local o papel chave na produção dessas modificações e na busca da modernidade.

Este debate se tornou freqüente, tanto nos tempos de rebelião como nos tempos de normalidade (Silva, 1988), sendo que o tempo de rebelião foi marcado, aqui, pelos momentos de revoltas políticas, pelos caudilhos, pelas lutas intra-elite, e os tempos de normalidade foram marcados pelos interstícios dos momentos de revolta, onde a tônica era a harmonia social. Neste período, o tempo errático de que nos fala Gurvicht, marcado pela instabilidade, foi permeado pelo tempo permanente, de alianças transitórias que produziam as ilusões da modernidade.

Nesse curto período, Lages foi marcada pela existência de conflitos armados. Pelo menos três produziram dissensões e rupturas na elite local. O movimento de 1893 (federalistas e republicanos), a Guerra do Contestado e o Movimento de 1922. Em

todos esses houve ocupação da cidade ou de seus arredores pelos grupos em luta, tropas oficiais e tropas "revolucionárias". Com exceção da Guerra do Contestado, nos outros dois movimentos o embate marcava interesses divergentes das oligarquias locais.

O discurso predominante sobre a cidade falava sobre o progresso, sobre a modernidade aliada à valorização de aspectos tradicionais como a proximidade das relações, ressaltando os tênues limites entre consangüinidade (parentesco) e a gestão pública, como podemos observar no artigo publicado no jornal o Conciliador em 20/04/1929, com o título "Hoje Amanhã":

> ... Eis porque nas grandes cidades vive o espírito cosmopolita e nas pequenas, naquelas que sorveram séculos para sua formação agita-se antes de tudo o sentimento de famílias pelos vínculos do sangue largamente disseminado em sucessivas gerações.
>
> Nessa última situação está a nossa cidade que conta cerca de cinco quartéis de século. Confinada nos vastos sertões do Oeste, ahi vegetou histemente o seu afastamento do convívio social, formando um pequeno mundo à parte, cercado do gentio, raramente visitada de tropeiros que por muitos anos ainda transitaram a Estrada dos Conventos, beira - praia. As gerações foram se superpondo e quase só delas formou-se o núcleo edil que no último quartel, no quartel republicano assumiu verdadeiramente o aspecto de cidade pela ação benéfica das administrações públicas.
>
> Como as águas das lagoas vertentes demandam canais para formarem a mercê das inclinações do solo as veias cabeceiras do rio, assim foi mister à cidade, para o seu progresso social, a fartura dessa artéria que ligando-nos à capital do Estado, tem sido para nós um verdadeiro cordão umbilical.
>
> Coincide toda a nossa evolução com os diferentes estados dessa estrada, quando simples trilho, quando aberta ao transito das tropas, quando carroçável. Essa ultima fase é de um contraste flagrante com o passado. Data dela os mais notáveis melhoramentos, as primeiras comodidades

> reais, a reforma de certos costumes, a inflação para um surto definitivo e já agora inosbitável .

No início da década de 40, as transformações da cidade foram comparadas ao passado. As imagens deste passado reafirmavam um discurso da ordem como necessária ao desenvolvimento. Construiu a imagem de uma cidade calma, tranqüila, homogênea, na qual os laços de parentesco eram predominantes (aspecto este que a identificava como cidade pequena, segundo os discursos presentes nos jornais). Essa imagem idílica do passado, contraditória em si mesma, se contrapunha a um cotidiano conflituoso, hierárquico e diverso, que necessita ser compreendido e organizado. Vários são os discursos e práticas que procuravam organizar e hierarquizar as novas situações. A ordem (na política, no social, etc) era elogiada, pretendida e defendida como uma pré-condição para o progresso (Souza Neves, 1994).

Mesmo tendo uma base de sustentação comum, as práticas da elite nem sempre são unívocas, como se demonstra ao tratar das intervenções urbanas, e dos discursos sobre a cidade. Na "cidade dos coronéis", existem fissuras, traços de conflito e de projetos que se escondem por detrás dos discursos de progresso, modernidade e intervenção urbana. O que permanece dessa cidade são as práticas de invisibilidade e exclusão dos grupos populares, sempre reprimidos e deslocados para a periferia.

Houve nesse período todo um projeto de controle sobre esses grupos populares, que perpassou a normatização das construções, dos comportamentos, das profissões e dos grupos considerados "carentes". Nesse período, foram criadas casas de assistência, com sistema de cadastro das famílias e pessoas carentes, juntamente com uma campanha para isolamento e a retirada dos mesmos do centro da cidade. Esses

discursos e projetos foram veiculados nos jornais, independente da orientação que caracteriza-se cada um deles. Nesses veículos, perpassava o discurso assistencialista e excludente sobre a pobreza, que com sua simples existência quebrou o tempo ilusório. O artigo publicado no jornal "O Conciliador" retrata bem essa postura:

> Pelos pobres:
> ... Está inaugurado já há anos o Hospital de Caridade, preenchendo uma grande falta e, entretanto não é bastante, para fazer face as nossas necessidade. Precisamos de mais alguma coisa em favor dos pobres que diariamente percorrem as ruas da cidade, e principalmente aos sábados, no mercado, estendendo a mão mirrada à caridade pública, recebendo aqui, o óbulo do bom, ali, as migalhas de uns, mais além o desprezo de outros (...) Precisamos de qualquer maneira auxiliar os necessitados, para minorar os seus sofrimentos, e também os dissabores, ao sairmos de casa a passeio, ou aos sábados, no mercado, encontrando aqui e ali, tremendo de frio, o cego, o aleijado, o paralítico, com a mão estendida, pedindo uma esmola por amor de Deus (...) com um pequeno auxílio, de todos em geral, os mendigos terão o conforto que necessitam e nós não passamos pelo dissabor de encontrar, em toda parte, a mão estirada pedindo uma esmola... (O Conciliador, 20/04/1929).

Enfim, ficou evidente que grupos "indesejados" pela elite faziam parte da "Cidade dos Coronéis" e que diária e constantemente, mesmo que apenas com a presença, eles desconstruíam o discurso homogeneizante do progresso.

Na cidade, a criação de novos espaços privados de sociabilidade foram importantes para o delineamento do espaço urbano. Neste período, além de diversos grupos dramáticos literários, foi fundado, por representantes de tradicionais famílias de fazendeiros, o Clube 1°. de Julho, em 1896. Espaço eminentemente masculino e elitista, foi criado com a finalidade de regulamentar os espaços de lazer. Havia, no primeiro estatuto, a proi-

bição de tratar de assuntos políticos e religiosos (Ata 2, 05/07/1896). Tal proibição nos remete à própria origem do clube, que surgiu como uma tentativa de eliminar conflitos de interesses entre a elite. Em 1920 foi criado o Clube 14 de Junho, por um grupo dissidente do 1° de Julho: discordâncias políticas que se refletiam nas organizações culturais e de lazer local.

Interessante observar que foi criado, em 1918, o Centro Cívico Cruz e Souza, para se constituir num espaço literário e de recreação para os "homens de cor" (Marcon, 1999). Na origem, essa organização foi apoiada pela elite local que, com isto, agia sobre duas questões num só tempo: exercia sua tarefa de disciplinar os espaços sociais e abria um espaço de lazer e sociabilidade para este grupo étnico, eliminando de vez reivindicações de participação em outros espaços reservados à elite lageana (branca).

As festas e encontros promovidos por essa elite estavam sempre envoltos numa aura de civilidade, de intelectualidade, de padrões e modelos a serem copiados pelos demais, que a festa só a observavam de longe ou dos bastidores, como se lê no jornal Guia Serrano de 07 de julho de 1940, ao escrever sobre a fundação do Clube 1°. de Julho (1896):

> muito antes da hora inicial, já enorme massa popular se acotovelava em frente do tradicional clube para apreciar a entrada dos sócios e exmas famílias.

Eram espaços, por excelência, de valorização de padrões culturais europeus, onde na roupa, na música, no teatro e nos discursos procurava-se e produzia-se um espetáculo, o mais próximo possível de uma utopia civilizatória.

Pelas Ruas - traços de identidades e resistências.

No cotidiano, na resistência às modificações impostas, na religiosidade popular, no transitar nos limites da lei, os grupos populares mantinham tradições e forjavam espaços na cidade.

As festas religiosas (principalmente a da Santa Cruz, capela até meados do século XX considerada fora dos limites da igreja oficial); os fandangos nas áreas mais afastadas do Centro; o sistema informal de venda; a feira oficial e os negócios no paralelo.

A praça do mercado, nessa época, era exemplar para as práticas de resistência. Em contraposição à Praça João Costa (antiga Praça Municipal), que era espaço de reunião e de negócios dos fazendeiros locais, a Praça do Mercado era um espaço popular, local de venda de produtos alimentícios, principalmente agrícolas, vindos do interior do município. Ao lado da praça, todo um sistema auxiliar se estruturava, com bar, hotel e residências.



Acima: movimento em frente ao Mercado Municipal, 1880.
Abaixo: a praça do mercado urbanizada.



Por seu turno, conforme já mencionado anteriormente, o governo local procurava de todas as formas regular e definir padrões de venda e de comportamento nas feiras semanais, definindo inclusive seu dia (sábado), formas de exposição das mercadorias, horários, quantidades a serem vendidas, entre outras definições. Todas elas intervenções pautadas em discursos higienistas e moralizantes.

O antigo mercado, foi construído no final do século XIX, era um dos principais pontos de comércio da cidade e um dos espaços de sociabilidade dos grupos populares. Nesse local se reuniam agricultores do interior do município, tropeiros e outros vendedores que comercializavam seus produtos diretamente com os consumidores. Nas ruas circundantes, todo um comércio popular, pousadas, barbearias e, mais tarde, a rodoviária foi se estruturando. Enfim, nos dias de feiras livres (sextas e sábados) a praça do mercado ficava repleta de pessoas que iam vender, comprar e oferecer serviços como "carregador"[28] – entre outros. O mercado se constituía num espaço diverso no centro da cidade, ali as diferenças entre os grupos sociais eram marcantes, presentes nas roupas, nas falas, nas compras. Um pouco dessas diferenças de estilos e modos de viver é relatado por uma senhora que conheceu, quando pequena, o antigo mercado. Suas lembranças são de uma criança de dez anos que acompanhava a dona de casa, sua patroa, às feira:

> -A senhora chegou a ir em alguma feira ali?
> - Fui, alguma vezes eu fui. Mas era bem pequena. Acho que tinha uns 10 anos por ai, eu ia com a velha que eu morava sabe. Ia para trazer as coisas pra ela. ...
> - Tinha mulheres que trabalhavam nas feiras?
> - Trabalhavam! Usavam aqueles vestidos bem comprido, assim do interior sabe? Elas eram assim bem (pensa um

[28] Carregadores eram principalmente meninos ou jovens pobres, que ajudavam as senhoras a carregar as sacolas de compra, ganhando assim algum dinheiro. Este dinheiro era importante no orçamento familiar.

> pouco), bem matuta né. Aqueles vestidão bem comprido e tamanco, não era sapato assim. Era aqueles tamanco assim ... de madeira né.

O diálogo continua, relatando lembranças das roupas cotidianas, sempre em comparação com as roupas utilizadas pelas mulheres da cidade:

> - Era diferente das mulheres da cidade. As da cidade já se vestiam assim (pausa) mais, mais chic, mais granfina assim né. Elas não, se tava frio elas já botavam uma bombacha velha do esposo, ali mesmo, já vestiam pra esquentar as pernas né, vestia um vestidão ali por cima, vestia mais uma blusa, mais outra blusa uma comprida outra curta era assim bem, dava de ver quem era do sítio e quem era da cidade (entrevista realizada em 06/03/96).

Esse contexto e esses conflitos já presentes na "Cidade dos Coronéis" iriam se agravar nas décadas seguintes com o aumento da população local, decorrente da exploração econômica da madeira que, além de aumentar a circulação de pessoas, trouxe para o município grande circulação de dinheiro. Dessa "Cidade dos Coronéis", pelas ruas ainda podemos ver, além dos prédios públicos (igreja, prefeitura, colégio), muitas casas térreas que preservam o estilo colonial, nas fachadas com janelas abrindo para a calçada, e um sistema viário básico. Dela, as imagens presentes construídas são de um passado harmonioso, romântico - porém, nos frisos dessas imagens, delinea-se um passado conflituoso, de disputas oligárquicas e de controle e expulsão dos pobres para a periferia.

Novos conflitos, novos comportamentos e novos estilos se configuram fazendo ruir a "Cidade dos Coronéis" e sobre a qual se constituiu a "Cidade dos Locomóveis".

CIDADE DOS LOCOMÓVEIS[29]

> *... a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras. (Italo Calvino, 1990, p. 15).*

As décadas de 40 a 60 são períodos chaves para se compreender a atual formação sociocultural da cidade. Iniciaram-se uma série de transformações na vida econômica, cultural e social dos lageanos. Até a década de 40, a cidade de Lages, sede religiosa e administrativa, estruturava seu cotidiano e sua economia numa relação de estreita vinculação com as atividades da pecuária extensiva.

Cidade administrativa, cidade religiosa, cidade residência, cidade passagem. Todos os espaços eram bem estruturados. O local da praça de negócios, da igreja, do mercado popular, da zona de meretrício. Das residências dos fazendeiros (na área central), das residências populares, algumas no centro, mas grande parte nos quatro bairros que formavam a periferia da cidade, sendo um exclusivamente de moradores negros[30].

---

[29] Locomóveis eram máquinas ou caldeiras que geravam a força motriz das serrarias. Também chamada de caldeira ou locomotiva pelos operadores. Apitava nos horários de início, intervalo e término do turno de serviço e também às 18 horas.

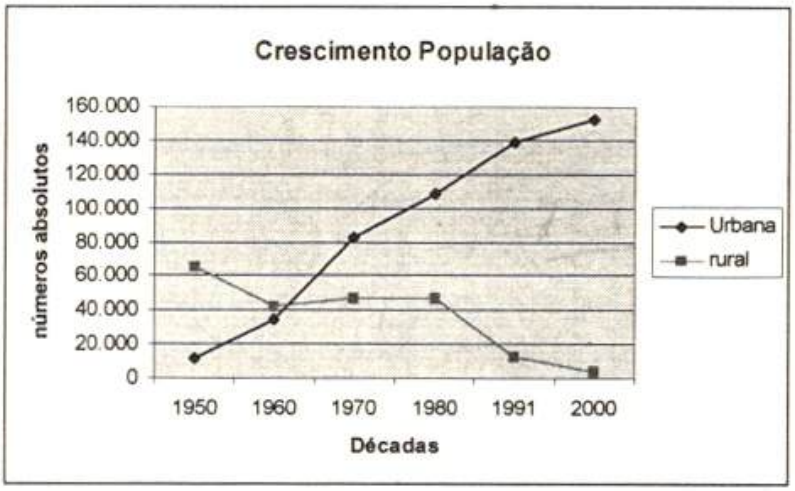
[30] Este bairro, chamado Bairro da Brusque, é o mais antigo da cidade, no qual os escravos libertos fizeram suas residências, um local que no início do século era afastado do centro da cidade e hoje fica numa área central, com um intenso processo de valorização das terras e afastamento dessa população.

É uma cidade que, no início da década de 40, ainda estava aglutinada em torno de um espaço administrativo, religioso, educacional e comercial. Eram três espaços bem delineados que perfazem quatro ruas centrais. A igreja, situada numa elevação com uma praça na frente e, ao seu lado, a prefeitura. Da praça partia uma rua em direção ao centro comercial e ao mercado. Esse centro era localizado na junção de três ruas centrais: Rua Nereu Ramos (antiga XV de novembro), Correia Pinto (entrada da cidade) e Marechal Deodoro. Ruas essas que se encontravam na praça João Costa (hoje calçadão), espaço importante na cidade, de sociabilidade intensa, onde existiam diversos bares e cafés. Espaço do *footing*, sob os sons da "voz da cidade". Espaço também de negócios entre os fazendeiros. Mas nessa vila já sopravam os ventos de profundas modificações no seu cotidiano.

A partir de 1940, novos grupos, novas atividades, novos tempos e novos espaços começavam a se estruturar e a estruturar a cidade. As décadas de 40, 50 e 60 foram períodos de intensas transformações. Vivia-se o fascínio do novo, do desconhecido, do reordenamento e da resignificação dos espaços, ao mesmo tempo, da permanência e da luta para manter-se padrões de conduta e de hierarquia dos espaços sociais. Nessa década intensificavam-se uma série de ações e discursos sobre modificações e remodelações urbanas em que se destacavam: o sistema de esgoto, a canalização da água, a iluminação, o remodelamento das praças, a abertura e calçamento de ruas, a construção de estradas intermunicipais, as vias aéreas e o transporte coletivo urbano. Enfim, práticas e discursos de remodelação e resignificação dos espaços e usos desses na área central.

Houve também um crescimento vertiginoso de sua população, como mostra o gráfico seguinte,

Gráfico 1 - Crescimento da
população urbana em Lages: 1950 - 2000



Fonte: IBGE
Nota: Gráfico elaborado com os dados censitários do IBGE para as respectivas décadas.

Um novo ritmo se estabelece na cidade: o ritmo dos carros, do horário do comércio, das serrarias com seus apitos marcando o início e o fim de um dia de trabalho. Desse hábito ainda temos um remanescente, que é o apito da rádio da cidade, marcando o início e o fim do horário comercial.

Delineando o fio condutor do trabalho, buscava-se a confluência dos elementos tradicionais e modernos na constituição urbana da cidade. Metodologicamente, lidar com a categoria de fluidez traz algumas dificuldades, principalmente na forma de apreender o movimento. Uma discussão interessante e que pode ajudar no trabalho com essa categoria é travada nos debates sobre culturas híbridas. Nessa perspectiva de miscigenação cultural, a fluidez é um elemento de análise. O processo de hibridação refere-se às diversas modalidades com que determinados aspectos culturais separam-se de sua matriz cultural e recombinam-se em novas formas e novas práticas (Grandis, 1995). Neste sentido, a forma de

apreender o híbrido é através de suas modalidades de endurecimento (Grandis, 1995).

Da mesma forma, uma das alternativas metodológicas de apreensão da fluidez entre o tradicional e o moderno ocorre nos momentos de intersecção nodal que levam à fixação dos mesmos, ou seja, nos pontos de endurecimento. Esses elementos podem então ser lidos e/ou apreendidos na paisagem da cidade e nas formas de intervenção urbana. Lidos nas praças, nos estilos arquitetônicos, nas propostas dos governantes locais de intervenção na cidade, enfim, nas práticas e ritos da cidade. É em busca desses pontos nodais que se pode observar o processo de urbanização de Lages.

Neste capítulo, os pontos nodais dessa trama encontram-se na estruturação do poder público local, nas intervenções urbanas realizadas pelo executivo local, na arquitetura urbana e nos discursos de progresso e modernização para a região. Juntos, eles compõem um padrão com os fios da modernidade e da tradição.

Propõe-se aqui a análise de um dos fios que interliga a trama da vida cotidiana, a composição da cidade e a intervenção do poder público municipal, compreendendo como Azanha que "os fatos da cotidianidade, tanto individual como social, apresentam-se articulados numa trama em fluxo permanente que abrange por inteiro a vida de seus protagonistas" (Azanha, 1992, p. 74).

O desafio metodológico é pensar o movimento, o fluxo permanente, e apreendê-lo pelos pontos bem articulados de sua trama cotidiana, na formação da cidade. Não interessa aqui todos os pontos ou fios, mas principalmente um deles, produzido pela ação dos poderes públicos constituídos na gestão da cidade.

A década de 40 é um período de transição econômica e social para Lages, de uma cidade residencial com grande proeminência dos fazendeiros e voltada para as atividades do campo, para uma cidade fornecedora de bens e serviços para a indústria

madeireira. É o período em que novos grupos de poder econômico se instalam na cidade e novas alianças se fazem necessárias. É também um período de grande visibilidade e expressão regional e nacional da oligarquia Ramos, bem como de suas fissuras e conflitos que ganham proeminência estadual.

Para entendermos as intervenções dos dirigentes municipais no espaço público, precisamos fazer uma breve análise dessas fissuras políticas do bloco no poder.

Entre os desafios do novo e as alianças com o velho: a hegemonia dos Ramos

As fissuras na família Ramos, que já se delineavam em projetos de cidade diferentes nas primeiras décadas do século XX, rompem-se publicamente na década de 30. Elas se traduzem num período marcante do cenário nacional, tanto no que diz respeito ao processo de urbanização e industrialização da sociedade, quanto na área política brasileira, através do populismo. Politicamente não houve a ruptura com as oligarquias locais, mas um intrincado jogo de alianças, como salienta José de Souza Martins: "a Revolução de 30, nos seus primeiros meses, apenas iniciou uma guerra contra os potentados locais, especialmente no nordeste, abandonando-a em seguida" (1994, p. 31).

Com essas alianças, a oligarquia local continuou a manter sua estrutura de poder e estilo de fazer política. A década de 30 marca a sucessão política dentro da família Ramos. Os dois velhos coronéis Vidal José de Oliveira Ramos e Belisário José de Oliveira Ramos (irmãos) vão passando para o papel de coadjuvantes no cenário da ação política de Nereu Ramos e Aristiliano Ramos (seus respectivos filhos).

A família Ramos mantinha-se no poder desde o século XIX, assumindo posições de liderança, como chefia do partido

conservador no período da monarquia (Vidal José de Oliveira Ramos Sênior), presidência da Câmara de Vereadores (Belisário Vidal José de Oliveira Ramos - filho do anterior) e após a Proclamação da República, integram e assumem a liderança do Clube Deodoro, formado pelos antigos integrantes do partido conservador e do partido liberal.

Logo após a proclamação da República, criou-se em Lages, da mesma forma que em outras cidades, os clubes políticos, agremiações que substituíram temporariamente os partidos políticos. É um período de rearticulação das forças políticas e readaptação às novas ordens. Num primeiro momento há a formação de dois clubes, um com os antigos integrantes do partido conservador e outro com os integrantes do partido liberal. Este último não teve força política o suficiente para manter-se, fechando em seguida.

Vidal José de Oliveira Ramos Sênior, chefe do partido conservador na época do Império, transforma-se em chefe do partido republicano. É neste período que se sedimenta-se a força política da família Ramos, solidificada a partir de uma base patrimonialista. Como é possível observar no quadro na página 105, integrantes da família Ramos estiveram à frente do poder público municipal durante grande parte do século XX.

Para uma melhor compreensão da atuação política dos Ramos em Lages e Santa Catarina, foi elaborado o quadro na página 106. Nele, foram elencados alguns cargos de maior destaque, assumidos por integrantes da família.

Na década de 30, já com a proeminência de Nereu e Aristiliano Ramos no cenário político local e regional, observa-se a divisão política da oligarquia Ramos. Nereu, mantendo grande parte do grupo de apoio tradicional e Aristiliano formando o grupo de oposição e integrando-se a ele.

Quadro 5 - Lista dos prefeitos municipais de Lages: 1895 a 2000.

Nome	Período	Observações.
Vidal José de Oliveira Ramos Júnior	16/01/1895 a 31 /12/1898 1/01//1899 a 31/12/1902	Governador Estadual em duas gestões: 1902 – 1905; 1910 – 1914.
Belisário José de Oliveira Ramos	1902 assume como substituto. Superintendente entre 01/01/1903 – 31/12/1922	Irmão de Vidal José de Oliveira Ramos Júnior.
Octacilio Costa	Substituto em exercício de 01/1911 – 08/1914	Genro de Belisário Ramos.
Belisário José de Oliveira Ramos	1915 – 1918	
Aristiliano Ramos	Substituto em exercício 01/1919 – 12/1922	Filho de Belisário – assume também o Governo do Estado Santa Catarina.
Octacilio Costa	01/1923 – 1926	Já como um dos articuladores, desde 1916, da oposição aos Ramos. Um dos motivos alegados, para essa primeira fissura foi a disputa da herança política do sogro.
Caetano Vieira da Costa	1927 - 10/1930	Na revolução de 30, colabora na resistência em Florianópolis contra Getúlio.
Octávio Ignácio da Silveira Filho	10/1930 – 10/1932	Nomeado por Nereu Ramos e Aristiliano.
Henrique Ramos Júnior	1932 a 05/1935	Aliado de Nereu e Aristiliano.
João Cruz Júnior	05/1935 – 03/1936	Substituto interino.
Henrique Ramos Júnior	1936 - 11/1937	Saiu por discordar do golpe de 1937.
Ewaldo Schaeffer	11/1937 – 12/1937	
Indalécio Domingues de Arruda	5/01/1938 – 14/05/1941	Nomeado por Nereu Ramos quando o mesmo era Interventor Federal em SC.
Vidal Ramos Júnior	21/07/1941 – 14/11/1945	Irmão de Nereu Ramos – 1° mandato.
Indalécio Domingues Arruda	11/1945 - 01/1946	Com a exoneração de Nereu Ramos da Interventoria em outubro de 1945, logo termina o mandato de Indalécio.
Vidal Ramos Júnior	14/02/1946 – 31/01/1951	É substituído num breve período por Jairo Ramos de 24 de abril a 20 de dezembro 1947. 2° mandato.
Osni de Medeiros Régis	01/1951 – 12/1954	Eleito pelo Partido Social Democrático (PSD). Em dezembro de 1954 deixa a prefeitura para assumir mandato como Deputado Estadual.
Valdo da Costa Ávila	12/1954 – 02/1955	PSD.
Euclides Granzotto	1955 – 01/1956	PSD.
Vidal Ramos Júnior	02/1956 - 31/01/1961	3° mandato. Morreu em set. 1961
Wolny Della Rocca	01/1961 – 01/1966	PSD.
Valdo da Costa Ávila	01/1966 - 12/ 1966	Faleceu em dezembro 1966.
Nilton Rogério Neves	12/1966 – 01/1969	Aliança da Renovação Nacional – Arena.
Áureo Vidal Ramos	01/1969 – 01/1973	Arena
Juarez Furtado	01/1973 – 01/1977	Movimento Democrático Brasileiro – MDB. Primeira gestão oposicionista. Pertencia ao antigo PTB.
Dirceu Carneiro	11/1976 – 1982	MDB – arquiteto.
Paulo Duarte	01/1983 – 12/1988	Representando as velhas forças políticas do município. Foi eleito Deputado.
Raimundo Colombo	01/1989 – 12/1992	Partido Frente Liberal – PFL
Carlos Fernando Agustini – "Coruja"	01/1993 – 12/1996	Atualmente Deputado Federal. Foi eleito por uma coligação da Frente Popular (PT; PDT; PSDB).
Décio Ribeiro	01/1997 – 12/2000	Eleito pela Coligação Frente Popular (PT; PSDB; PDT).
Raimundo Colombo	2001 – 2004	PFL

Fonte: Costa, 1982 e pesquisas em jornais locais nos respectivos períodos.

Quadro 6 - Árvore Genealógica e política da família Ramos

Gerações	Nomes	
Primeiro	Laureano José Ramos	
Primeira geração no poder	*Tenente Coronel Vidal Ramos Sênior* – Partido conservador – Chefe do Partido Monárquico. Chefe do Partido Republicano.	
Segunda geração no poder	*Vidal José de Oliveira Ramos Júnior*- 1866 – 1954 (deputado provincial, superintendente municipal, deputado estadual, vice-governador, governador, deputado federal e senador. Genro de Joaquim Fiúza de Carvalho (juiz de direito). Partido conservador. Partido republicano.	*Belisário José de Oliveira Ramos* – Vereador Império. Superintendente Municipal.
Terceira geração no poder	*Nereu Ramos* (1888 – 1958) – interventor federal no Estado de SC – 10 anos. Deputado, senador, Presidente da República, por um breve período.	*Aristiliano Laureano* Ramos (1888 – 1976). Deputado Estadual – 1916. Substituto em exercício na Superintendência Municipal até 1922. Interventor no Estado – nomeado por Getúlio (1933 – 1935).
	Vidal Ramos Júnior – assumiu a prefeitura durante três mandatos.	
	Celso Ramos – governador de SC.	
Quarta geração no poder	*Aderbal Ramos da Silva* (governador pelo PSD –1947 a 1950).	

Fonte: Costa, 1982.

Esse grupo já vinha formando espaços de poder alternativo desde 1916, como salienta Costa:

> ... a fundação da Sociedade Turf Catarinense, a da União dos Criadores, a organização da Primeira Feira Agropecuária do Município, com suas diretorias ostensivamente integradas por elementos de prestígio na sociedade, indústria, jornalismo e comércio locais, sem qualquer vinculação com os Poderes Públicos Municipais ... (1982, p. 170).

Durante os anos de 1923 e 1930, o referido grupo assume a frente do executivo local. Temporariamente afastada da frente da política municipal, ocorre um período de rearticulação de forças internas da oligarquia Ramos. Importante salientar que foi uma facção da própria elite dominante que formou o grupo de oposição.

Em 1929 foi fundado em Lages o Jornal o Conciliador, cujo objetivo maior era a "união da família lageana". Além deste, havia os jornais "A Época", sob orientação política de Aristiliano Ramos (agora na oposição ao governo local), e o " O Planalto", de orientação favorável aos novos governantes. Num artigo de 9

de março de 1929, "O Conciliador" publica uma reportagem sobre o carnaval, mas com claros objetivos políticos:

> Separação Prejudicial.
> Há perto de dez anos que a nossa pacata população local, movida a princípio por simples blocos de clubes carnavalescos, mais tarde reforçados com a repulsa que uma parte fizera a política dominante de nossa terra, separou-se infelizmente este duas partes ou partidos. Essa separação ao nosso ver, foi a coisa pior que podia acontecer a este povo, causando dissabores sem conta, a todos e a cada um, produzindo desgostos e até lágrimas a muitas mães extremosas, sobrecarregando ainda grandes prejuízos, no tocando ao progresso geral do município.
> Agora, que já lá vão tantos anos de rompimento notamos distintamente que não há mais aquela torrente de ódio que então existia de parte a parte, pelo que vimos no recente carnaval, em que tudo correu as mil maravilhas, referente às relações entre uma e outra sociedade carnavalesca d'aqui, não deixaria de ter um procedimento nobilitante e não menos patriótico, o lageano que por amor a sua terra natal, fizesse um pouco de esforço próprio, para conseguirmos a união da família lageana, porque a mais elevada e mais viva aspiração dos povos civilizados que prosperam sempre, foi essa, mormente nos casos eletivos, quando faz-se mister a escolha de novos governantes.
> Quem não muda de pensamento não progride intelectualmente. Dai a razão porque nos sentimos animados na tarefa urgente que abraçamos, diante da palpável tolerância de nossos (povos) que já estão um tanto modificado demonstrando por conseguinte que tem progredido. Depois, para dizermos de passagem das vantagens da união de nossa gente se alcançarmos, julgamos, apenas necessário afirmar aqui, que não acreditamos existir alguém de bom senso nessa comuna do bandeirante audaz Correa Pinto, que não tenha verdadeiras saudades de nosso passado político- social, quando essa metrópole construída ao longo dos píncaros

da serra do mar, parecia ser uma outra terra de Chanaan, ou alias, um outro seio de Abrahão, onde se via em uma só pessoa o chefe supremo do partido dominante, em cada conterrâneo um amigo, em cada amigo um irmão.

Hoje isto não acontece aqui. Também existem poucos municípios nessa unidade da federação, que encontram a harmonia partidária e o justo respeito aqueles que estão investidos dos legítimos poderes de chefes do partido republicano no Estado, porque raros são os condutores de homens, muitos são os que querem obedecer.

E todas as falanges políticas assim, que não procuram um meio para satisfazerem os descontentes, que sempre existem, serão fatalmente prejudicados, dando margem a novas dissensões entre os paredes dos partidos, a ponto de enfraquecidos, não removerem nem um grão de areia sem dificuldades. Para não chegarmos nessas condições e subirmos mais um degrau da escada por onde hoje ou amanha ha de ser feita união do povo de Lages, senão completa ao menos relativa, basta um pouco de boa vontade de ambas as partes.

"Querer é poder". O lageano que ama a terra que lhe serviu de berço, não regateará contra o nosso desideratum, porque não queremos outra coisa com isto, a não ser o bem comum. (Renato Farias. O Conciliador - 9/03/1929).

As disputas políticas locais, mesmo restritas a integrantes da elite econômica e política, geravam divisões que se espalhavam pelo cotidiano da cidade, na criação de clubes, jornais e blocos carnavalescos, entre outros.

Com a Revolução de 30 e as alianças estabelecidas entre Nereu, Aristiliano Ramos e Getúlio Vargas, voltou novamente a proeminência política dos Ramos, no município de Lages e no Estado de Santa Catarina. Nesse período, acirrou-se a disputa interna entre Nereu e Aristiliano, tendo como objetivo a eleição para interventor estadual, em 1934, à qual os dois se candidataram. Nereu Ramos assumiu em 1935 e em 1937 é nomeado interventor federal até 1945. A partir de 1946, ocupou cargos na esfera naci-

onal. Nesse mesmo ano assumiu a liderança do Governo na Constituinte Federal e a vice-presidência da República. Em 1950 é eleito Deputado Federal. A partir de então, Aristiliano e correligionários formaram um grupo de oposição a Nereu Ramos e seus aliados.

Após 1945, Nereu Ramos tornou-se chefe do PSD no Estado, aliado a Octacílio Costa (um dos antigos opositores) e Aristiliano tornou-se um dos fundadores da União Democrática Nacional - UDN, aliado à oligarquia Konder (oriunda do Vale do Itajaí).

Em 1951, assumiu a prefeitura local Osni Régis, candidato do PSD, enquanto que no Estado assumia o Governo Irineu Bornhausen, da UDN. O mapa político nesse período é muito interessante: Nereu assumiu a Presidência da Câmara dos Deputados Federais, seu partido PSD continuava à frente do governo municipal de Lages (com Osni Régis), seu irmão Celso Ramos tornou-se vice-presidente do diretório estadual do PSD e seu outro irmão, Vidal Ramos, assumiu-se na presidência do partido em Lages. Por outro lado, no Estado, assumiu o partido de oposição UDN com apoio de seu primo Aristiliano Ramos (para uma análise mais detalhada dessas aliança entre Aristiliano e a oligarquia dos Konder, ver o trabalho de Cristiane Barreto, 1997). Esse quadro de apoios, alianças e rupturas se manteve praticamente inalterado até 1958 com Nereu[31], assumindo cargos importantes no governo federal e mantendo as alianças e o controle político necessário para a manutenção de sua força local.

Politicamente, entre os eleitores, apesar do conflito, a identificação familiar ainda era forte, tanto quanto, a identificação com o poderio dos coronéis, como lembram:

[31] Entre 11/11/1955 e 31/01/1956 assume a Presidência da República, passando o cargo para Juscelino Kubischek. Morreu em 16/06/1958.

> É. Eles eram adversário, eram parente e eram adversário político, um era Udenista, outro era Pessedista né. Então eram parentes mas adversário, assim de se matarem como diz o causo. Tempo da política, tempo dos coronel ainda né. Era o Coronel Vidal Ramos, Coronel Celso Ramos, ... como era... (tenta se lembrar) esqueço o nome do homem, sei que ele era Ramos também... mas eram adversário, era Ramos mas era adversário político. Tem aquele o Celso Ramos, o Vidal Ramos, o falecido Nereu Ramos, então tudo era da família Ramos né, mas esse Celso e o Vidal eram filho do falecido Vidal Ramos velho que fez o grupo escolar, foi ele que fez o grupo escolar o pai dele... então o Vidal Ramos o Celso Ramos era tudo filho, Nereu Ramos, tudo filho do falecido Vidal. Vidal Ramos velho, pai deles. (Entrevista realizada em 1996 - trabalhador, 80 anos)

Além desses conflitos entre a elite política tradicional, uma nova disputa econômica e política se estabeleceu com a chegada dos madeireiros, oriundos principalmente do Rio Grande do Sul. Foi um período em que novos grupos, portadores de novos interesses, entramram na disputa pela hegemonia econômica, política e cultural. Politicamente, há uma discordância com a forma como a elite tradicional conduziu a gestão municipal, principalmente no que diz respeito ao sistema viário e fiscal (Martendal, 1980; 44), não havendo uma articulação dos partidos existentes (PSD e UDN), criam o "PTB como o partido dos gaúchos" (Munarim, 2000, p. 104).

Estabeleceu-se um conflito interessante entre essa nova elite econômica e a tradicional elite econômica e política. Ambas procuravam identificar-se como agentes de progresso e modernizadoras da região: nos discursos, as elites nativas consideravam esses "novos ricos" como exploradores ou aves de arribação,: "aves de arribação, eles vinham subindo, destruindo os pinhais, deixando tocos" (comerciante, 1996). Em contrapartida eram considerados pelos novos ricos como sendo "atrasados, elite decadente e insensíveis

ao progresso" (Munarim, 2000, p.105). Nessa disputa entre elites econômicas, todos procuravam identificar-se como portadores do progresso, acusando o outro grupo de destruidores ou atrasados.

Conforme Munarim, essas disputas políticas e econômicas, traduzir-se-iam em "base de um processo histórico de mudanças estruturais nessa região na medida que significou, embora tardiamente, o início do fim da era do coronelismo" (2000, p. 105).

Essas cartografias de alianças e conflitos estavam inscritas no corpo da cidade, delineiavam-se em sua gestão, na constituição do espaço urbano, entre eles, por exemplo, a criação do Bairro Coral como sendo bairro dos "gringos"[32]. Nas décadas de 1940 a 1960, Lages mudou suas feições urbanas, econômicas e sociais. E, politicamente, manteve-se a dominação tradicional dos Ramos.

Depois deste desenho dos jogos políticos pode-se ir atrás dos escritos, inscritos e proscritos na configuração da cidade. O desenho dos jogos políticos e do surto econômico, o que é considerado por alguns como a "idade de ouro" de Lages, inscrita nas ruas, esquinas e cores da cidade, darão a tonalidade dela.

Da economia da madeira ao sonho de cidade

Há dois momentos marcantes no crescimento econômico e populacional da cidade:

1. Década de 40, com o início da exploração da madeira que se estendeu até meados da década de 60. Período de grande circulação de pessoas, mercadoria, dinheiro e expansão dos limites da cidade.

2. Fins da década de 60, com o fim do ciclo da madeira e procura de outras alternativas para o desenvolvimento econômico.

Esses dois momentos troiuxeram profundas modificações no estilo de vida, no cotidiano local e no crescimento

[32] Apelido pelo qual, pejorativamente, eram conhecidos os imigrantes descendentes de italianos.

populacional na área urbana. Quando as madeireiras começaram a se instalar em Lages, algumas ficaram nos distritos e, grande parte delas, nos arredores da cidade, criando vilas operárias, que mais tarde transformaram-se em bairros. Esses foram dois momentos marcantes para a constituição de seus diversos espaços e na caracterização das atuais estruturas e aspectos urbanos.

Com as madeireiras, a cidade vivenciou uma nova perspectiva econômica: do aumento da circulação de dinheiro ao aumento considerável de população. Ela aumentou, cresceu e se expandiu em todas as direções.

Entre o pessoal que veio de fora, principalmente do Rio Grande do Sul, temos dois grandes grupos: a) os donos de madeireira, atividade exploratória e temporária, que ficaram, em sua maioria, até terminar a exploração da madeira, depois se dirigindo a outros locais; b) grupos que vinham trabalhar nas madeireiras e em todo o setor terciário e de prestação de serviços necessários à atividade madeireira (motoristas, comerciantes etc), grande parte dos quais permaneceu na região.

Além desses dois grupos, houve a migração interna, dos agregados e peões das fazendas que vinham devido à destruição de seu modo de vida no campo e se dirigiam para cidade, em busca de novas alternativas de sobrevivência. Inicialmente, o emprego nas serrarias apareceu como um grande atrativo, levando em consideração a situação de emprego nas fazendas locais, o salário fixo ao final do mês e a própria vila operária próxima ao local de trabalho, como espaços de maior sociabilidade.

Não se pode esquecer que o ciclo da madeira em Lages, coincidiu com o processo de implantação das leis trabalhistas no governo de Getúlio Vargas, como se pode observar nessa entrevista, nas declarações de um senhor com 81 anos de idade, pedreiro e que mora em Lages há 61 anos, ao explicar por que se mudou para a cidade:

> Naquele tempo o Getúlio Vargas decretou um preço melhor pro trabalho na cidade. No sítio a gente quase não ganhava nada e, ainda, quando se machucava, tinha que vim para a cidade se curar e ficava sem trabalhar esse tempo e aí é que não ganhava nada mesmo... O salário aqui era 8 e lá no sítio era 1 pila, mas eu fazia hora (extra) e tirava até 10 por mês (Entrevista realizada em 1999).[33]

O trabalho na serraria tornou-se um ideal para muitos jovens, não somente agregados e peões das fazendas, mas também para os pequenos proprietários rurais. E esse foi um duplo movimento: num sentido, houve um processo de atração pelo emprego na serraria; no outro, um processo simultâneo de eliminação das possibilidades de trabalho nas fazendas. Como salienta Martendal (1980, p. 43):

> O tradicional fazendeiro lageano não era e ainda não é um homem afeito a fazer investimentos. Seu interesse maior, neste novo processo, era a venda de pinheiros, pois isto se constituía numa nova renda suplementar inesperada. A par disto, a pecuária passou para um segundo plano e seu desenvolvimento estagnou.

Os empresários que se dirigiram a Lages para a exploração da madeira trouxeram consigo uma "nova" lógica de trabalho e administração, combinando aspectos de racionalização da mão-de-obra (técnicas tayloristas na organização interna da serraria) com oportunismo de mercado nas negociações, principalmente com o Estado. Nesse caso, particularmente, usando e abusando de relações clientelísticas.

Os proprietários de terra na região que, tradicionalmente, baseavam sua vida econômica na pecuária extensiva, tinham com a exploração da madeira uma nova fonte de renda, sem muitos custos e com grande rentabilidade. Os fazendeiros vendiam o pinheiro e as serrarias se encarregavam da derrubada e transpor-

[33] Entrevista realizada por Marcon *et all*, 1999.

te até as serrarias, ficando o proprietário da terra com grandes extensões de "terra limpa" para aumentar a criação do gado, além de dinheiro para investir.

Os migrantes que chegaram à cidade traziam consigo uma concepção diferente de trabalho e de sua valorização, já imbuído de uma lógica capitalista, diferente da lógica de trabalho, tempo, espaço e vida dos peões e agregados locais. Enfim, da população cabocla da região. Esse foi um momento de conflito, de rearticulações das identidades e das concepções de tempo, espaço e trabalho.

Com as madeireiras ocorreram modificações nas relações de trabalho. Por um lado, passou a ser um atrativo para os agregados e peões o trabalho assalariado, diferente do regime de trabalho com os fazendeiros; por outro lado, com algumas reformas na Lei trabalhista e da terra (usucapião), muitos agregados foram expulsos das fazendas. Um trecho de uma entrevista com um comerciante da cidade retratava de certa forma essa mudança:

> Aí é outro fenômeno social muito importante, é a retirada do trabalhador da fazenda de criação, que ganhava só uma gorjeta do 'compadre'. Era o compadrio que empregava. O relacionamento entre o fazendeiro e os empregados naquele tempo, era feito através do compadrio. Eram os agregados, o cara que ganhava uma terrinha para plantar etc e tal e ganhava uma gratificação quando vendia a tropa uma vez por ano. Aí apareceu o madeireiro. O madeireiro tinha que se subordinar as leis trabalhista, fazia a vila operária no próprio local da serraria, não exigia qualificação profissional. (Entrevista, março de 1997).

O diálogo continua relatando o lucro dos fazendeiros e o aumento da periferia na cidade que, com o fim do ciclo da madeira, criou verdadeiros bolsões de pobreza nos arredores da cidade.

Diversos bairros surgiram. Alguns espontaneamente e outros através de loteamento e construção de casas populares. Algumas características são marcantes no surgimento dos bairros, como, por exemplo, a criação de uma estrada de acesso a Lages, a proximidade das serrarias, das indústria de beneficiamento ou a proximidade com o centro[34].

Muitas terras foram loteadas dando origem a bairros e tal fato era noticiado amplamente pelos jornais locais, como se pode observar neste anúncio de criação do Loteamento "Bairro Guarujá"

> No seio da princesa da serra surgirá o 'Bairro Guarujá' ... com um moderníssimo plano de loteamento ... Em posição privilegiada pela beleza panorâmica e saudável (Correio Lageano, 19/01/1952).

O bairro Guarujá é um bairro popular. Através de algumas entrevistas no local, com os primeiros moradores, eles contam que quando se mudaram para lá não havia nem estrada. Assim como esse, todos os bairros foram constituindo-se sem a infra-estrutura básica.

Outro aspecto interessante que merece uma análise mais específica, principalmente através de entrevistas, é a localização dos bairros e a origem da sua população. Cada bairro tem uma característica peculiar em termos de composição étnica, atividade e origem. O Coral, principal bairro, foi-se constituindo na década de 50 ao longo de uma via de acesso ao centro, formado por migrantes, principalmente do norte do Rio Grande do Sul, que vieram trabalhar com atividades, direta ou indiretamente, ligadas ao ciclo da madeira. Característica marcante, também, é a predominância de descendentes de italianos no bairro.

---

[34] Interessante notar que muitos terrenos ocupados entre a área urbana e as chácaras eram, até o início do século, terras devolutas de uso comum.

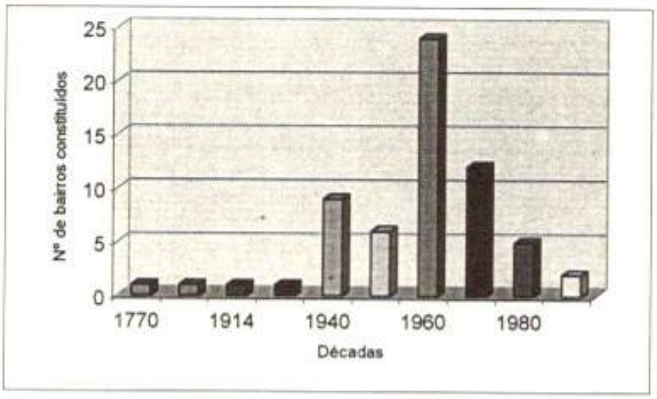


Inauguração do posto Coral que deu origem ao nome do bairro homônimo, 1948.

Percebe-se que a ocupação dos espaços e a formação dos bairros, respondia, internamente, a uma lógica de proximidade do centro e conhecimento do local. As pessoas que vieram do interior da região escolheram locais para morar no caminho de acesso. Esse espaço constituía-se como uma porta de entrada do município. O local escolhido ficava entre sua antiga região e sua nova fonte de sobrevivência, ou seja, a cidade. Esse já era um espaço conhecido, um ponto de referência, pois fazia parte do seu percurso quando ainda moravam no interior e necessitavam vir a Lages. Essa forma de ocupação, diferente de outras cidades, como as litorâneas por exemplo, levou a uma expansão em todas as direções. Hoje é comum ouvirmos entre os "caboclos" na região, a percepção de que "Lages é (uma cidade) espaiada" (sic).

Esse foi o período de expansão e de intensificação da urbanização, como se poderá observar no gráfico a seguir. Entre as décadas de 1940 e 1970, foram criados aproximadamente 50 bairros; somente na década de 60, auge da exploração da madeira, foram criados 25 bairros.

Gráfico 2- Crescimento dos bairros em Lages.



Fonte: Prefeitura Municipal de Lages - SC
Nota: Elaborado através dos dados históricos, com cadastro na Prefeitura.

Entre esses bairros, no final da década de 40, começou a ocupação do bairro Coral[35], atualmente mas importante de Lages. Localizado num dos principais acessos à cidade - a antiga BR 2 - foi ocupado por migrantes oriundos, em sua maioria, do Rio Grande do Sul e de descendentes de italianos. Aspecto que fazem questão ainda hoje de ressaltar. Com a instalação de serrarias, empresas de serviços, comércio e setor financeiro, o bairro foi, ao longo dos anos, construindo sua autonomia em relação ao Centro da Cidade. Na década de 70, passou a ser conhecido como "bairro-cidade", cognome dado pela rádio Difusora, instalada no bairro[36].

Essa característica do bairro é bem marcante na cidade, o que delinea Lages como uma cidade policêntrica, com o cotidiano urbano entrelaçado nesses dois pólos: centro - coral. A urbanização e o crescimento econômico desses dois espaços foram simultâneos: com setores financeiros, religiosos, culturais, educacionais e comerciais bem definidos. O que pode parecer

[35] O nome do bairro origina-se nas siglas do nome de um posto de combustível inaugurado em 1948, com o nome de Companhia Rosário de Abastecimento Ltda – CORAL.
[36] Trabalho de iniciação científica Zonatto *et alli*, 1999.

estranho para uma cidade de porte médio como Lages, mas o que se pode, perceber nessa constituição do espaço urbano, são os conflitos e as lutas na sua definição e constituição. As disputas, que no espaço político e econômico se traduziram entre os "novos ricos" e a elite tradicional, no espaço urbano se delinearam na constituição de um espaço social desvinculado do centro tradicional. É esclarecedor um estudo realizado em 1980, em que se salienta:

Os empresários da área madeireira se caracterizavam pelo espírito empreendedor e progressista detendo em suas mãos os negócios mais lucrativos da época. Passaram a ser os "ricos" da cidade em substituição aos fazendeiros, cobiçando permanentemente o poder para desbancar os políticos tradicionais. Os `senhores da terra` invadida ridicularizavam os madeireiros alegando sua `grossura´ no relacionamento social e na política. Esses, por sua vez, revidavam às acusações dizendo que os lageanos eram insensíveis ao progresso, que não tinham visão econômica e que estagnavam o desenvolvimento regional. (Martendal, 1980, p. 44).

Essa citação ilustra um pouco o universo de conflito que se estabelece entre esses grupos. Uma relação dúbia e marcada pela necessidade de delimitar os espaços socioculturais, implicando na criação de clubes distintos e na criação de tradições e identidades culturais, em que sedestaca, inclusive, a formação de uma identidade gaúcha para a cidade, com a valorização dos Centros de Tradições Gaúchas. Há também uma disputa na definição de quem teria iniciado esse movimento na cidade, ou seja, se o mesmo veio com os migrantes oriundos do Rio Grande do Sul ou é um aspecto tradicional dos fazendeiros locais que, com a chegada dos migrantes, precisavam reafirmar sua identidade. Afinal, afirmam esses últimos, gaúcho não é quem vive no Rio Grande, mas quem lida com atividades campeiras.

Não podemos esquecer que tradição não é a perpetuação

de rituais ou símbolos do passado, ou fragmentos de um passado congelado. Como salienta Giddens, a tradição tem um caráter normativo, ou seja:

> todas as tradições têm um conteúdo normativo ou moral que lhes proporciona um caráter de vinculação. Sua natureza moral está intimamente relacionada aos processos interpretativos por meio dos quais o passado e o presente são conectados. A tradição representa não apenas o que é feito em uma sociedade, mas o que deve ser feito (1997, p. 84).

O processo tradição/memória/identidade vai remeter a um passado continuamente reconstruído, tendo por base a experiência individual e coletiva do presente e, ainda, como salienta Giddens:

> a tradição implica uma visão privilegiada do tempo; mas também tende a exigir o mesmo do espaço. É o espaço privilegiado que mantém as diferenças das crenças e práticas tradicionais. A tradição é sempre, em algum sentido, enraizada nos contextos da origem ou dos locais centrais (1997, p. 101).

Dessa forma, a disputa pela legitimidade da tradição trouxe consigo uma disputa pelo espaço social e pela formação de uma identidade, ligada ao "herói desbravador" e empreendedor, significados articulados em torno da imagem do gaúcho e que, até hoje, ainda disputam a primazia do movimento.

A identidade de descendentesw de italianos, onde destacam a valorização do trabalho e o dinamismo, identidade essa construída na relação com o outro (nativo), ainda é valorizada no bairro, onde seus dirigentes destacam

> "o dinamismo é uma peculiaridade do bairro. Por conta dele, há agilidade nas decisões e nos empreendimentos, com visão de futuro. Dessa forma e buscando sempre sua auto-suficiência" (Correio Lageano, 14/12/1997).

Esses conflitos são escondidos na imagem de cordialidade do povo serrano; fazem parte de um sistema de compromissos

econômicos, rentosos para ambas as partes, fazendeiros e novos empresários do ramo da madeira. Porém, não ficavam restritos aos grupos com maior poder aquisitivo, disseminavam-se pelos diversos grupos.

Para Lages, esse foi um período de intenso crescimento econômico. Com o comércio da madeira fazendo circular dinheiro e pessoas, incrementando o comércio local. Esse período "próspero" não ocorreu de forma igualitária na cidade, muitos operários, agregados e trabalhadores não tiveram os mesmos retornos. Foi também um período de profundas modificações no cotidiano dos moradores e dos que se deslocavam para a cidade. Foram modificações no regime de trabalho, na percepção e estruturação do tempo, do espaço social, entre outros. Por um lado, foram as políticas públicas que procuraram dar conta desse "progresso tão almejado", com uma perspectiva de controle e organização do espaço urbano; de outro, modificações na estruturação do tempo, do cotidiano dos diversos grupos sociais. Este foi o outro ponto nodal na fluidez do moderno e do tradicional.

Intervenções públicas no espaço urbano.

O Estado aparece, nesse processo, como um dos sujeitos centrais na estruturação de ações e definição do crescimento da cidade. Através dos Códigos de Postura, a administração local definia os padrões, orientações e exigências quanto às ruas, casas, bares, bairros, etc. Em 1941, por exemplo, o Código definia que, nas ruas centrais, as casas deviam ter dois pavimentos e que deviam ser pintadas com cores claras, de preferência branco. Definir também, como uma das prioridades da administração, o calçamento das principais ruas e a criação de avenidas. Por outro lado, havia uma grande ênfase na luta pelas estradas intermunicipais.

A administração pública e suas ações foram o interlocutor principal dos artigos e noticiários. A cobrança

de infra-estrutura, como ruas calçadas, esgoto, luz e segurança eram uma constante. Dependendo de qual partido político estivesse à frente da administração, os artigos eram escritos elogiando ou criticando o que a administração fazia, poderia ter feito ou ainda não fazia.



Rua Correia Pinto, com casas de dois pavimentos, como definia o Código de Postura, década de 40.

Na lógica dessa modernidade que estava instaurando-se, foram tomadas medidas de ordenamento e saneamento urbano, sendo que a característica central dessas medidas era a exclusão social promovida. Conforme Souza Neves, este caráter excludente "preside a própria tessitura do urbano" (1994, p. 139). Era um processo simultâneo de exclusão e inclusão. Exclusão de espaço, de memória e, ao mesmo tempo, inclusão num imaginário de cidade grande.

Pode-se agrupar a ação do executivo municipal em dois grandes grupos que ressaltam bem essa lógica de ordenamento e hierarquização do espaço urbano, sob a bandeira do moderno e do progresso. Num primeiro grupo, as medidas disciplinadoras e sanitaristas do centro urbano; num segundo grupo, as intervenções nos espaços centrais com remodelamento e reordenamento das praças e espaços centrais.

Controle dos espaços urbanos e saneamento.

Pode-se salientar, em primeiro lugar, as medidas disciplinadoras e higienistas promovidas pelo Centro de Saúde, destacando-se: regulamento da remoção dos lixos; regulamento do comércio, dos hotéis e hospedarias, dos cuidados pré e pós-parto e uma série de práticas que, sob o discurso higienista, promoveram um controle sobre as ações e atividades dos grupos populares.

Ao mesmo tempo em que essas medidas foram tomadas pensando-se na saúde pública, constituíram-se um ótimo instrumento para acabar com uma série de atividades dos grupos populares, como se pode observar no seguinte decreto:

> Departamento de Centro de Saúde de Lajes. Saúde Pública 6° Distrito Sanitário
> Edital de ordem do Sr. Dr. chefe do 6° Distrito Sanitário, levo ao conhecimento dos srs. proprietários de padarias, quitandas, etc que, a partir do dia 5 de fevereiro próximo vindouro, ficam proibidas as vendas ambulantes que não dispuserem de veículos para transporte apropriados e aprovados por este Centro de Saúde, e, proibida terminantemente a venda de pães, pastéis, doces e similares, que não sejam feitos em estabelecimento legalmente licenciados conforme prevê o art. 268, do Regulamento em vigôr. Esgotado esse prazo se fará aprensão da mercadoria e multados os responsáveis a 500$000, de acôrdo com o parágrafo segundo art. 269.
> Centro de Saúde de Lajes, 19 de janeiro de 1942. Asbél Souylar da Silveira Guarda Chefe. (Guia Serrano, 22/01/42).

Uma das atividades mais comuns, junto aos grupos populares, era a venda de leite, entregue nos domicílios, e a venda de pães e outros quitutes para ajudar no orçamento doméstico, sendo que esses últimos eram feitos pelas mulheres e as crianças os vendiam nas ruas, tempos e espaços ainda vivos na memória desses grupos:

> No tempo que eu vendia leite, eu vendi leite também, quando era piazão, vendia leite, lá onde é aquela... lá embaixo, lá na beira do rio prá cá um pouquinho, tinha a chácara do Lourenço Andrade, então eu trabalhava com ele né, vendia leite na cidade aqui, tempo do Dr. Carrilho aí, cansei de entregar leite prá ele... trazia aquelas bolsa, bolsa dos cavalo né, então tinha aquelas coisa prá por as garrafas. Então vinha vender na cidade, aqui entregava na cidade, entregava era tudo contratado. Às vezes 4, 5 horas da manhã entregando. Muita gente diz: "Ah! Capaz que entregava leite!" Não agora tá certo, agora não pode vender leite sem ser pasteurizado agora. Aquele tempo não!... quebrava muita garrafa naquele tempo porque à cavalo né e começava trotiá e a sacola meia fina, batia quebrava 2, 3 garrafa... as garrafa tudo assim, uma em cima da outra, vinha 3 bolsa daquela assim, tudo com garrafa tapada com palha ainda tempo que tampava com palha. (entrevista realizada em 13/05/96 - morador em Lages, 66 anos)

Essa portaria vinha de certa forma dificultar e até mesmo inibir essas práticas de sobrevivência dos grupos populares.

Uma outra ação, que extrapolava os limites do poder público e envolvia grande parte da elite local, servindo para demonstrar a relação que a elite mantinha com os grupos populares e a sua idéia de cidade, foram as diversas medidas tomadas para erradicar a mendicância da sua área central.

A partir da década de 30, os jornais começaram a noticiar o aumento da mendicância nas ruas da cidade. Foram criadas diversas associações de caridade para resolver esse problema. A Associação São Vicente e a Associação Santa Izabel foram as principais, ambas mantendo programas de assistência aos mendigos e desenvolvendo projetos de construção de asilos e orfanatos para a retirada dos mendigos das ruas ou " indigentes", como são tratados com mais freqüência.

Paralelamente, os jornais faziam campanha para que as doações e as esmolas fossem dadas para as associações e não para

aos pedintes. Por outro lado, desenvolveram-se junto aos órgãos de segurança um registro dos mendigos e uma campanha para que Lages atendesse somente "seus mendigos". Tal campanha passou por um controle rigoroso no cadastro de indigentes e uma mobilização junto aos motoristas que transportavam mercadorias, principalmente madeira, para que não dessem carona, evitando assim o deslocamento da população carente das cidades próximas para Lages.

O programa de assistência consistia em tirá-los da rua e, periodicamente, fornecer auxílio-alimentação, para o que foram organizados bailes, chás e cafés beneficentes, entre outras promoções. Construiu-se, em torno dos mendigos, indigentes e outros, uma imagem de preguiça e indolência, culpados única e exclusivamente de sua situação.

Os indigentes e os carentes destruíam a imagem de progresso que era construída pela elite local, trazendo à tona todos os problemas desse modelo de desenvolvimento econômico e, portanto, deviam ser retirados da cidade, mantendo-os à parte, isolados. Os mendigos davam visibilidade a outra cidade, que entrava em conflito com a cidade plena de progresso que era o desejo da elite local.

Velhas praças, novos usos

Na configuração central da cidade, três praças foram marcantes pontos centrais e de confluência das principais ruas de Lages. A praça João Costa, a praça Vidal Ramos Sênior, e a Praça João Ribeiro. As três se constituíam como espaços privilegiados de lazer, trabalho e religiosidade e em todos os projetos urbanísticos sempre sofreram alguma intervenção.

No período em estudo, elas passavam por alterações significativas que demonstravam a prática e os projetos de urbanização dos governantes locais. A primeira grande alteração foi feita na praça do Mercado.

Praça do Mercado

Era o espaço histórico de comércio local. A primeira medida foi a transferência do mercado público dessa praça para uma área periférica, o que aconteceu no final da década de 40, através de um projeto de remodelação e "embelezamento" da área central.

O antigo mercado, construído no final do século XIX, era um dos principais pontos de comércio da cidade e um dos fortes espaços de sociabilidade dos grupos populares. Local de venda direta, onde se reuniam agricultores do interior do município, tropeiros e outros vendedores que comercializavam seus produtos diretamente. Nas ruas circundantes, todo um comércio popular, pousadas, barbearias e mais tarde, a rodoviária, foi-se estruturando. Enfim, nos dias de feiras livres (sextas e sábados) a praça do Mercado ficava repleta de pessoas que iam vender, comprar e oferecer serviços como "carregador" entre outros. As imagens daqueles dias ainda está presente nos grupos que freqüentavam o mercado:

> Eu puxava frete, naquele tempo puxava frete de carro pras senhora. Naquele tempo chamava dona rica. Todo sábado nós ia lá fazer frete.
>
> Fazia frete, as senhora ia lá comprar né. Aí comprava. A gente levava o saquinho de casa, então chegava e via, tinha frete, quanto é o saco grande? ... leva batata, coisa assim, batata-doce a moranga as coisa assim. Botava naquele saco prá levar prá ela em casa.
>
> Ganhava! Na época 200 réis, 300 réis, 500 réis, conforme. A maioria davam 500 réis prá ajudar a gente né, ou 300 réis naquele tempo né.
>
> O nosso normal era 200 réis, por conta do cara né. 200 réis, 300 réis. Pertinho era tostão, mas quando era assim prá trás da Igreja por ali, grupo escolar por ali, era 200 réis, 300 réis. (morador, 72 anos; entrevista realizada em 13/05/96)

E, sobre o mercado, as lembranças registram a diversidade de produtos alimentícios:

> Era tudo livre ali... as banca ali dentro, milho, feijão, tudo vinha, batata essas coisa tudo no saco, naquele tempo puxava da... carroça, 6 cavalo, mula. Açúcar, traziam lá de baixo (litoral catarinense). Vendia de tudo ali: charque, coisa, lingüiça. tudo vendia tudo ali. (morador, 72 anos, entrevista realizada em 13/05/1996).

Observa-se aí um espaço de trabalho que oferecia alternativas de renda não somente para os comerciantes, mas também para diversos grupos locais.

A justificativa oficial para a transferência do mercado foi o embelezamento da cidade e a necessidade de um mercado maior. Além disso, sua transferência resolveu o problema da presença constante de grupos populares em área central da cidade. Esse elemento aparece nas entrelinhas das entrevistas e nos discursos dos jornais e a transferência contribuiu para uma elitização do espaço central.

A transferência do mercado e a construção de um novo foi elogiada nos jornais locais como uma medida de modernização e limpeza da cidade.

Observa-se na descrição do projeto de remodelação, lá pelos idos de 1944, onde se comentava que o objetivo do prefeito era "...transformar a antiga praça do mercado em vistoso e garrido jardim" (Guia Serrano, 27/02/1944). O jornal de oposição não fazia comentários sobre esse projeto, somente critica à forma de negociação do antigo mercado. Com a transferência, o mercado foi aos poucos perdendo seu caráter central no comércio local e de espaço de socialização. E a praça, agora com novas roupagens, com jardins ovais, flores, árvores, um chafariz na parte central e um nome, Vidal Ramos Sênior, escrito com arbustos. Foi, durante os primei-

ros meses, freqüentado pelos moradores da área central, depois, aos poucos, foi-se transformando somente num local de passagem. Na visão dos dirigentes locais, mais um espaço público ordenado e disciplinado. Mudou seus usos e seus ocupantes. Dele e do antigo espaço de trabalho restaram as memórias de quem conheceu os dias festivos das feiras, de quem trabalhou no mercado. E, atualmente, da nova praça também só restam lembranças.

São ações desse estilo que foram reconfigurando os espaços sociais na cidade, que foram constituindo e redefinindo as diversas cidades presentes na cidade, através de medidas, muitas vezes autoritárias, que traziam no seu âmago a exclusão e a violência (física e simbólica) em relação aos grupos mais pobres.

A praça João Costa

Nos diversos discursos e práticas, delineava-se claramente a ação da elite local e administração na ordenação e hierarquização dos espaços urbanos. Um exemplo dessas posturas e conflitos foram os usos e espaços que se constituíram na praça central (praça João Costa). Ali ficavam os bares e cafés, espaço de reunião dos fazendeiros, políticos e comerciantes. Durante muitos anos havia o bar dos fazendeiros e o bar que era ponto de encontro dos políticos e dos comerciantes. Era o local mais movimentado da cidade, passagem obrigatória para todos os moradores. Os cafés e as calçadas eram ponto de encontro dos moradores que ali discutiam os acontecimentos do dia, fechavam negócios e olhavam atentamente o movimento. Como ainda lembram os moradores:

> Tinha o costume de passear na praça. Mas era muito pouco freqüentado porque era mal iluminada. A luz era ruim a Força e Luz dava pouco rendimento, então ficava só os cafés funcionando. Aliás, Lages era cidade que tinha o maior nú-

mero de cafés na praça, cada esquina tinha um, no meio da quadra aqui tinha outro, e os cafés tinham mesas, ... cafezinho era servido na mesa de canto com 4 cadeiras. A diversão da marmanjada no café era jogar, isso aqui tinha tabuleiro de xadrez (70 anos. Entrevista realizada em março de 1997).



Praça João Costa, em 1940.

Em 1941 é instalada nessa praça a da Voz da Cidade, um programa irradiado através de dois alto-falantes, com noticiário, música e comerciais. Diariamente, entre as 19 e 21 horas, a praça ganhava um novo alento. A criação desse serviço, ao mesmo tempo que servia como um espaço de lazer, promotor de sociabilidades, divulgava notícias locais e sobre a guerra (o sistema de comunicação escrita era restrito a alguns grupos e o rádio ainda não era muito comum). Nas memórias da criação da Voz da Cidade, articula-se o elemento do pioneirismo:

> Quando, num determinado período foi moda em toda cidadezinha do interior, inclusive Lages, copiou de Florianópolis, sem intenção de copiar. O cara que criou o serviço de alto - falante, o primeiro de Lages, nem sabia que Florianópolis já tinha um ... , experimentou fazer um contato com o amplificador de som, acontece que ele veio para cá em 40. Em 40 o Brasil ainda não tava em guerra, mas o

> mundo já tava em guerra e já começava a fazer falta de peças de rádio, essa coisa. Por que havia o esforço de guerra dos EUA, que também ainda não tinha entrado na guerra, mas tinha os aliados que ele fornecia e material da Europa não vinha, tava muito difícil. Então ele montou assim, uma montagem meio de improvisação, peça dum, doutro... depois ele fez um amplificador razoavelmente bom para época e ai conversa com um, conversa com outro e arranjaram para botar nessa praça aqui, onde agora tem o calçadão. Naquele tempo era a única rua calçada de Lages, ali em 1940, ... o resto era terra comum, com macadame, saibro no chão, etc.. e tal. Ele espalhou 3 ou 4 alto-falantes. (morador da cidade 70 anos, entrevista realizada em março 1997).

A Voz da Cidade era também um espaço de formação da opinião pública, no qual se veiculavam as notícias de interesse da elite ou da facção da elite no poder. Se os jornais ainda podiam abrir espaços para vozes dissonantes, o mesmo não ocorria com a Voz da Cidade, até pelo alcance que a mesma tinha. Como se pode observar na conversa com um comerciante local, sobre o tipo de notícias que eram veiculadas:

Geralmente eram as notícias que interessavam à política dominante, principalmente porque o dono estava sempre atrelado à política dominante.

> - Na época era o qual partido?
> - Primeiro na época era ditadura né, até 46 era ditadura. Depois de 46 aí vem PSD mandando, a ditadura do Estado de Santa Catarina era exercitada pelo pessoal que compunha o PSD. O PSD é um fruto da ditadura é um fruto que o próprio Getúlio depois criou... (entrevista realizada em 1997).

Ao final da tarde, acontecia o "footing" – palavra inglesa que significa caminhar – a qual foi incorporada ao cotidiano da cidade, freqüentemente utilizada nos jornais e mencionada nas entrevistas realizadas. O "footing" acontecia no está momento em que os jovens e, às vezes, as famílias caminha-

vam na praça. Aparentemente não haveria espaço mais democrático, porém, cada grupo tinha seu local definido. De um lado da rua, os negros e pobres, no meio os que se consideravam "classe média" e no outro lado da rua os ricos, conforme se observa no depoimento seguinte:

> Ela (a Voz da Cidade) tinha horário, logo depois da janta, a turma vinha para a praça para passear, então começava às 7 h. da noite e ia até às 9 h. ou 9 h. 30 min, conforme o dia. Depois estabeleceu um horário fixo das 7 h às 9 h 30 min, que era a hora que a turma fazia o que chamavam footing. Era o passeio e aí havia um fenômeno engraçado, havia depois de um determinado tempo uma seleção natural, porque em geral rapaziada, ...a turma ficava na beira contra as casas e as moças desfilavam na frente... ou lá no muro ficavam debruçados no muro, porque ali onde tem o edifício do Dr. Acácio era um muro e como o piso do lado de dentro era mais alto que o nível da rua, eles ficavam debruçados ali, e a luz era muito ruim, depois de uma certa hora, nesse horário era baixíssimo, que tudo tava aceso na cidade, então era uma brazinha, a gente para conhecer às vezes a pessoa era difícil... Mas a seleção natural que aconteceu foi o seguinte, é que as moças da sociedade, principalmente da Escola Normal aqui e as do Santa Rosa, desfilavam aqui na calçada, a única rua calçada era essa, na rua desfilava a classe média da cidade, comerciários etc e tal, e na calçada de lá era o time do batente, empregadas domésticas e tudo. (Entrevista realizada em março de 1997).

Essa linha divisória, imaginária, que dividia a praça, foi significativa ao ruir com a imagem idílica de Lages, da "cidade-família"; a divisão era muito clara entre os grupos sociais, internalizada e vista como perfeitamente "natural", como é possível verificar também no depoimento de um senhor:

> - É, vinham para ali. Aquele tempo ali, da praça, ali do calçadão, meu tempo de gurizão ainda, ali tinha três parte, a

de baixo, onde é a farmácia Pilba, era dos rico, no meio dos remediado, em cima dos pobre. É, e dava até briga se passasse pro lado do outro, sabia? Dava até briga ...

- Não podia passar pro lado contrário?
- Não podia passar de jeito nenhum, os rico andava só na calçada de baixo ... ali era calçada dos rico, no meio a dos remediado, em cima era dos pobre.
- Como surgiu essa divisão?
- Aquilo foi uma lei que inventaram assim. Que eu acho que o povo mesmo que inventou, né. Porque não era lei, era uma coisa que eles mesmo se dividiram né...
- Mas não misturava?
- Não, não. Dificilmente misturava, de jeito nenhum. Ficava de olho assim. (faz barulho com a boca como se fosse briga)
- Era homem e mulher?
- Homem e mulher tudo, não tinha (separação), é tudo que era coisa. Não tinha perigo. Não podia era passar pro lado do outro. Pode perguntar pros mais velhos. Tinha a rua dos rico, que era a calçada de baixo do lado da Pilba, ali do banco ali na esquina até no café ali. Ali era dos rico. Ali da esquina ali, até na outra esquina era dos pobre, no meio remediado. Do calçadão em cima ali era tudo os pobre né... agora é tudo um só. (Entrevista realizada em 13/05/96).

É nessa praça e em torno dela, nos cafés e esquinas, que se desenrolava muito da vida política do município. Foi inúmeras vezes palco de comícios, festas, procissões; além disso inscrever sua marca nessa praça era prática comum entre os administradores locais. Dois fatos foram significativos da intervenção do executivo na referida praça. O primeiro foi a construção, na década de 30 da Escola Normal - Colégio Aristiliano Ramos, na época em que o mesmo era Interventor em Santa Catarina. O segundo foram as diversas brigas pela definição de usos e atividades nesse espaço.



Colégio Aristiliano Ramos, década de 40.

A década de 40 e 50, mesmo marcando o predomínio da oligarquia Ramos na política local, não foi um período calmo, pelo contrário, transcorreu com forte oposição de outras facções da elite local e, nos anos 50, implicou a própria divisão política na família. No início da década de 50, quando Osni Régis, ligado ao PSD, era prefeito municipal (quadriênio 51 - 54) e Irineu Bornhausen (UDN), governador do Estado, essa praça foi palco de um conflito declarado entre o PSD e a UDN. O motivo para a demonstração de força de ambos os lados foi a transferência do ponto de táxis, que existia na praça.

A transferência do ponto de táxis foi um ato do Delegado Regional de Polícia (autoridade ligada ao Governo do Estado). Houve greve por parte dos motoristas e o conflito se estendeu entre dezembro de 1951 até meados de 1952. Houve reação por parte da prefeitura com o apoio dos taxistas que não aceitavam a transferência do ponto para a Praça do Mercado, e do prefeito, particularmente, por considerar que essa era uma área de ação do executivo local, portanto, estaria havendo ingerência do Estado em assuntos municipais. O jornal "Correio Lageano" noticiava da seguinte forma os primeiros conflitos em dezembro de 1951:

> Praticamente solucionada a greve dos motoristas: foi determinada a Praça Vidal Ramos Sênior para o estacionamento. Os choferes resistiram a essa determinação, entretanto novamente em greve amparados pela portaria da Prefeitura Municipal, que determinava permanecerem na Praça João Costa..." os motoristas, retiram-se da Praça João Costa, mas negam-se ainda a permanecerem na Praça da Matriz, sendo que muitos deles pretendem abandonar definitivamente o trabalho, outros a mudaram para outras cidades. (Correio Lageano, 15/12/51).

Em 1952, houve a ocupação da praça por parte da tropa de choque da polícia estadual, enviada pelo Secretário de Justiça, Laerte Ramos Vieira (UDN), para fazer cumprir as ordens do delegado regional. Esse conflito só foi resolvido na justiça, que deu parecer favorável ao prefeito e taxistas. Acompanhar esse conflito pelos jornais locais é interessante, o que permite observar também a forma como se construía o apoio aos grupos em luta. Noticiou da seguinte forma o fato o jornal "Região Serrana" em 21/06/1952:

> 16 de junho - dia do "golpe" de força, experimentado pelo pessedismo lageano, contra as autoridades constituídas: ex-prefeito Vidal Ramos Júnior, agora transformado em 'gangster', audaciosamente trepado ao guarda-lama de um automóvel de aluguel seguido de mais alguns carros, ocupando à força, um local proibido pelas autoridades da delegacia de trânsito, como impróprio para uma 'praça de autos em vista de estar fronteiro ao nosso maior educandário. Para conter o situação o Ten. Cel. Trogilio Melo, delegado da Ordem Política e Social em Fpolis com alguns praças da polícia especial, comandados pelo Ten° Newton Lemos do Prado que "restabeleceu a ordem". (Região Serrana, 21/06/1952).

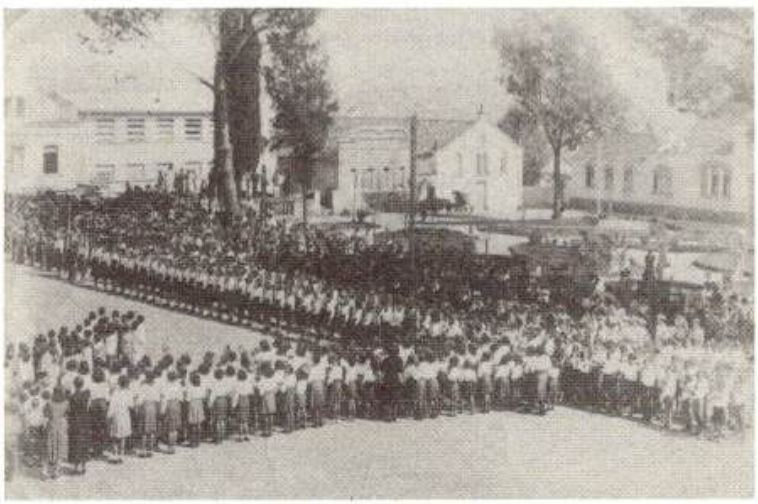
O jornais, que apoiavam o governo local, noticiaram o fato e criticaram o Governo do Estado por transformar a praça de Lages num espaço de guerra, com milícias armadas. A UDN

sofreu considerável desgaste político, principalmente depois que a justiça deu ganho de causa para o prefeito.

Essa situação exemplifica bem a luta entre as facções da elite que se inscreveram na cidade, delineando e criando espaços sociais. Pela intervenção na cidade, a tentativa de hegemonizar suas posições e suas posturas, enfim de construir hegemonia no poder e de deixar registrado, inscrito no corpo da cidade seu domínio e seus projetos.

Nessa praça, cujo nome já é uma homenagem a um político local, João Costa, em 1957 recebeu mais um símbolo que marcou o predomínio da oligarquia local. Foi colocada na área central uma estátua de Nereu Ramos, homenagem feita durante o governo de Vidal Ramos (irmão do homenageado). A prática de intervir no espaço urbano através de monumentos, obras ou estátuas, era ação comum entre os dirigentes.

Praça João Ribeiro



Praça João Ribeiro

Outra praça bem peculiar na cidade, que passou nessas décadas por uma reurbanização e padronização de condutas e formas de lazeres, foi a João Ribeiro, que ficava em frente à

Igreja Católica. Após os trabalhos de "embelezamento" da praça, a mesma virou cenário para diversas homenagens. Fazendo uma cartografia dela, em cada canto da mesma, existia um busto em homenagem a certos homens e grupos que os mesmos representavam. Nas décadas de 40 e 50, foram inaugurados três bustos. Em 1948, os bustos de César Sartori e D. Daniel Hostin. O primeiro foi um médico famoso em Lages, na primeira metade do século, conhecido pelos serviços prestados aos grupos populares e por suas convicções em favor desses. Para seu enterro deixou o pedido que o caixão fosse levado por homens negros.[37] D. Daniel Hostin foi primeiro bispo da Diocese de Lages, responsável pela estruturação da Igreja Católica na região. A escolha dos dois indicava uma postura bem populista do governo local, um agrado às camadas populares e à Igreja. Em 1970 são inaugurados os bustos de Thiago de Castro, advogado, que atuou muito tempo na política e Dr. Walmor Ribeiro, médico e abastado fazendeiro. No centro da praça foram erguidos, em 1958, um monumento e um busto de Getúlio Vargas. Foi uma composição interessante inscrita na cidade. No final da década de 90, foi retirado o busto de Thiago de Castro para fazer parte do museu pertencente a seus descendentes.



Corpo de César Sartori carregado por negros

[37] A fotografia deste enterro é muito significativa, o caixão sendo carregado por homens negros, vestidos em trajes simples e rodeado por representantes da elite. A diferença socioeconômica bem visível.

Ainda hoje é prática comum comemorar-se a Revolução de 30 com vigília no monumento a Getúlio Vargas. Um grupo de homens vestidos em trajes gauchescos passam o dia conversando e tomando chimarrão em torno de uma tocha acesa. Não se pode esquecer que tradição envolve rituais, formas de manter-se o elo com uma imagem de passado, que envolve a formulação de verdades e a constituição de guardiões (Giddens, 1997; 81), sempre prontos a perpetuar, interpretar e defender a tradição.

Vidal Ramos ainda mandou fazer uma estátua a Correia Pinto, fundador de Lages, na entrada da área central, em 1956, e um busto de Octacílio Costa foi colocado na praça Vidal Ramos Sênior (antiga praça do Mercado mencionada acima).

Criando-se memórias e criando-se tradições, como salienta Giddens 1997:

> A tradição implica uma visão privilegiada do tempo; mas também tende a exigir o mesmo do espaço. É o espaço privilegiado que mantém as diferenças das crenças e práticas tradicionais. A tradição é sempre, em algum sentido, enraizada nos contextos da origem ou dos locais centrais. (Giddens, 1997, p. 100).

Podemos assim verificar como a hegemonia política e a valorização da imagem passam pelo controle do espaço, ou melhor, pela criação do espaço social, atribuindo-lhe marcas e significados.

O uso desses monumentos perpetua uma parte da história: são elementos que persistem e marcam, por um lado, o estilo de governar, por outro, revelam o culto a personalidades representantes da elite.

A EXPANSÃO URBANA E O PRIMEIRO PLANO DIRETOR

A partir da década de 30 começou a aparecer nos atos da administração pública uma distinção entre possibilidades e necessidades do planejamento da cidade e códigos de posturas,

leis comportamentais. Produzem-se legislações específicas para zoneamento do solo urbano, funcionamento do comércio, etc.

É dessa época uma das primeiras divisões geopolíticas da cidade, baseada em critérios aparentemente socioeconômicos, definidos pelo Decreto nº. 53 de 8 de setembro de 1938. Esse Decreto municipal divide o perímetro urbano em três zonas:
Zona A: rua Emiliano Ramos, Beco do Tanque; Frei Rogério; rua Joinville, Frei Gabriel, até a rua Lauro Muller; praça Cruzeiro, rua projetada até a avenida Laguna, avenida Laguna, praça Siqueira Campos, até rua a Quintino Bocaiúva, por essa até a praça Vidal Ramos. Da praça Vidal Ramos, rua Serafim de Moura, rua Coronel Fausto, rua Correia Pinto até o ponto de partida.
Zona B: toda a faixa limítrofe da zona A com exclusão dos bairros Brusque, Lagoão e Banhado.
Zona C: é constituída exatamente por todas as exclusões acima.
Bairros como Brusque, Lagoão e Banhado são característicos bairros populares, operários. Observe-se abaixo, a descrição feita em 1941 sobre esses bairros:

Peluso, caracteriza como o mais importante bairro da cidade o Banhado. A descrição a seguir nos remete ao mesmo:

> Bairro de gente pobre, apresenta o Banhado aspecto aprazível e boas casas de madeira. O movimento de crianças, de mulheres a conversarem às portas da casas e de outras nos quintais a lavarem roupas, dão ao local a vida características da população humilde que aí habita. Pequenos comerciantes e pequenos proprietários rurais misturam-se com os operários e trabalhadores sem especialidade. (Peluso, 1991, p. 89).

Nesse mesmo estilo, e acentuando a ocupação dos bairros por grupos populares, pobres, mestiços e negros, o autor continua a descrever mais três bairros.

O decreto busca ordenar o tipo de construção e o material construtivo das casas; na zona A, é vedada qualquer construção

em madeira, todas devem utilizar alvenaria nas paredes externas. Na zona B, com exceção da fachada das residências que deve ser feita em alvenaria, nas paredes externas pode ser utilizada madeira beneficiada. A zona C não possui nenhuma restrição quanto ao material. Interessante observar que, ainda hoje, pode-se notar essa conjugação de materiais construtivos. Um exemplo é a Igreja Presbiteriana, com a fachada em tijolos e as outras paredes em madeira.

Além disso, não há nenhuma regulamentação sobre o uso e as possibilidades de expansão urbana. Ainda com relação à zona A, que compreende o centro comercial, administrativo, religioso e de lazer, definiu-se que todas as casas de esquina deveriam ter os cantos curvos.

Em 1941, pelo Decreto – Lei nº. 19, de 4 de julho, é novamente foi editada legislação sobre melhoramento da cidade, sendo que em sua justificativa consta:

> Considerando a imediata necessidade de dotar a sede deste município dos imprescindíveis melhoramentos urbanos de que faz mister o aformoseamento da cidade e a melhoria das condições de trânsito, como a obrigatoriedade, em determinadas zonas, de passeios e calçadas.
> Considerando que a sede deste município, em franco progresso, requer medidas que obriguem seus habitantes a cooperar com os poderes públicos, para um empreendimento dessa natureza.

Em 1944, o Decreto nº. 1, de 25 de janeiro, fixa os perímetros urbanos e suburbanos da cidade de Lages. Ressalte-se que o sistema de delineamento do perímetro urbano, os pontos de referência são limites geográficos ou terrenos onde são citados, os nomes dos proprietários.

Em 1942, foi adotado, em caráter provisório, o código de construções de Blumenau (Decreto-Lei Municipal nº. 07 (10/06/1939). Além da preocupação com a definição dos limites urbanos

são criados alguns incentivos fiscais para a exploração de algumas atividades, entre elas, a construção de hotéis, oferecendo a isenção por dez anos de qualquer imposto municipal que incidisse sobre a atividade (Lei Municipal nº. 52 de 29 de novembro de 1951).

Esse tipo de isenção já era há algum tempo "cobrada" em matérias jornalísticas publicadas nos jornais locais, que solicitavam medidas de incentivo por parte do executivo local para o estabelecimento de empresas comerciais.

Em 1966, houve outra ampliação do perímetro urbano da cidade e já dividindo-a em 15 setores. Um setor central e comercial, o centro comercial histórico; quatro setores residenciais; dois setores residencial e comercial; um setor comercial; dois setores residencial e industrial, dois setores industriais e três setores verdes. E pela Lei Municipal nº. 11, de 10 de março de 1966, foi instituído o primeiro Plano Diretor do Município.

A história desse primeiro plano apresentava alguns detalhes importantes. Desde a década de 50, diversas notícias circulavam nos jornais locais, salientando a necessidade de um plano urbanístico para a cidade, a necessidade de uma intervenção na forma da ocupação urbana e do seu desenvolvimento. Como poder-se-á verificar em duas reportagens, deliberadamente escolhidas, uma do início da década de 50 e outra do final, a primeira notícia extraída do "Região Serrana", em 20/10/1951, com o título "Problema de urgente necessidade", fala sobre a necessidade de um plano de urbanização para a sede, pois:

> Edificações em ruas estreitas e tortuosas. Arruamentos em terrenos baldios que são verdadeiros bêcos sem saída. Quadras intermináveis, dificultado o trânsito e prejudicando a estética urbana. Licenças para loteamento de terras, constituindo balbúrdios inqualificáveis executados ao sabor dos proprietários. Tudo isso pela falta de um plano urbanístico, que devia ser feito pelo menos antes das grandes vendas dos terrenos do patrimônio municipal. A cidade pre-

> cisa com urgência de um serviço desses antes que, no Conta Dinheiro, na Várzea, na Caixa D´água e outros bairros se multipliquem as edificações. Urge evitar que os donos de grandes chácaras que existem ainda na zona suburbana as dividam em lotes sem obediência a um plano geral.

Ao longo da década este tema voltou à tona algumas vezes; em 1958 é publicada uma carta aberta ao prefeito no "Jornal Catarinense" (12/07/58), por um engenheiro civil e urbanista que, de sua visita a Lages, salientava que:

> Noto um extraordinário progresso em todos os setores administrativos. Eu não poderia deixar de mencionar as novas e caprichadas casas residenciais feitas com apurado gosto artístico: o Banco INCO, mais alto do que largo... o Ginásio Diocesano (...) até aí falou o modesto arquiteto a admirador do belo. Vem agora o urbanista lamentar que, a par dessas jóias de arquitetura, se construa na zona central da cidade uma casa no meio da rua.(...) Quanto ao monumento do Presidente Vargas, não posso ainda dizer que não gostei, por que está em obra e eu não conheço sua maquete; lamento, porém, a escolha do local, que não poderia ser pior, pois vem tirar a vista de um dos maiores monumentos arquitetônicos do Sul do Brasil, que é a Igreja Matriz de Lages, inteiramente construída de cantaria no arenito creme. Lages está crescendo a olhos vistos, mas precisa de um urbanista que entenda realmente da matéria, para evitar erros grosseiros como os acima citados.

Na carta-aberta ao prefeito, além da defesa da profissão de urbanista, delineava-se a cobrança de um planejamento urbano. É bom salientar que, em 1953, a prefeitura já havia tomado medidas para o levantamento cadastral da cidade, com vistas à elaboração futura do plano de desenvolvimento.

Em 1963/64 foi nomeada pelo Prefeito Municipal uma comissão para fazer as alterações ou um novo Código de Posturas

para o município. Dessa comissão original, ficou uma equipe composta por um arquiteto, um sanitarista e um representante do Batalhão de Engenharia. Essa equipe, baseada em outros códigos de posturas e obras, entre eles o de Porto Alegre e Florianópolis, elaborou primeiro o Código de Posturas do Município, e retirou dele todas as normatizações sobre obras, que iriam constituir um Código específico. Elaborados os dois, iniciaram-se os trabalhos para a realização de um Plano Diretor para o Município.

O norte básico desse trabalho era fazer um Plano Diretor "ameno", que não provocasse conflitos com os grupos econômicos, pois, como se salienta, era um:

> Plano diretor ameno, sem grandes exigências, sem cutucar o poder econômico, porque se você cutuca o poder econômico ele reage. O poder econômico é um dos grandes poderes do mundo em matéria de pressão. Eles fazem pressão para ganhar o dinheiro deles e não se entrega assim, não vai dar o dinheiro deles de mão beijada. Então se você fizer uma guerra com o poder econômico muitas vezes o poder público que é político tem que recuar, pra inclusive não cair. (Arquiteto - entrevista realizada em 20/08/97).

Esse plano entra em vigor em 10 de março de 1966, pela Lei Municipal nº. 11; saudado pelo jornais locais da seguinte forma:

> O Exmo Sr. Prefeito Municipal de Lages vem tomando uma série de providências no sentido de dinamizar a administração pública, para que Lages tenha um desenvolvimento ... abandonando os métodos rotineiros. (...) O crescimento de Lages, tem sido desordenado e agora com a aprovação deste projeto haverá um desenvolvimento seguro e orientado dentro da técnica moderna. (Guia Serrano, 19/03/66).

Esse plano teve uma longa vigência. Somente em 1988 foi aprovado outro Plano Diretor. Com certeza, seus objetivos foram alcançados no tocante à política do não-conflito com a elite econômica, já integrada na época pelo setor de construção e

imobiliário. Para a ocupação de solo, utilizava o índice de aproveitamento do terreno. Na área central, diferenciava prédios residenciais, comerciais e industriais, os dois últimos tendo um índice de aproveitamento maior.

O zoneamento das alturas, permitia no setor central comercial, a altura máxima de três vezes a largura do logradouro para o qual fazia frente o terreno (art. 48), definindo também o número de pavimentos mínimos que deveria ter o edifício, no caso quatro ou três pavimentos dependendo da rua. Continuava as limitações quanto ao uso de madeira nas construções. Não havia no Plano Diretor nenhuma definição de expansão urbana ou regulamentação de loteamentos. (Lei Municipal nº. 11, de 10 de março de 1966).

A CIDADE "ESPALHADA": EXPANSÃO URBANA - LOTEAMENTOS E BAIRROS

Uma característica da ocupação urbana e do seu crescimento horizontal é a pouca regulamentação e controle dos organismos públicos sobre o assunto. Peluso, num estudo sobre a configuração urbana da cidade de Lages, em 1941, traça um perfil da distribuição urbana da população. No início da década de 40, além da área central, havia alguns bairros com população predominante de operários, sendo uma das principais características a ocupação aleatória sem seguir padrões urbanísticos, como se pode observar na descrição do autor:

> Espalham-se os prédios pelo campo, apresentando, geralmente, ruas com gramíneas das que cobrem os pastos da zona rural. São os pedestres e os veículos os marcadores do estreito caminho pelo qual costumam passar. (Peluso Júnior, 1991; 87).

As questões dos loteamentos remetem a dois pólos. Por um lado, as estratégias de moradias dos grupos populares, por outro, a ação das imobiliárias ou dos proprietários de terras.

Com a grande migração para a cidade de Lages, que se processou principalmente a partir da década de 40, uma série de loteamentos são criados, todos eles sem infra-estrutura necessária, mesmo havendo algumas regulamentações exigindo infra-estrutura básica em ruas, como a Lei Municipal nº. 31, de 10 de novembro de 1954. Essa lei, de certa forma bem branda, exigia que os loteamentos tivessem as ruas abertas por conta do proprietário, demarcação de lotes e quadras, e doação de 6% do terreno para a prefeitura para construção de praças e jardins.

Na década de 60 houve uma proliferação de loteamentos, em sua grande parte promovidos por proprietários de terras, que dividiam suas propriedades sem a ação de empresas da área. A facilidade na aquisição das terras, a proximidade com as vias de acesso à cidade, a proximidade aos locais empregadores de mão-de-obra e o baixo custo do terreno foram fatores que contribuíram para a rápida ocupação dos loteamentos, num período em que Lages era o grande pólo de atração de migrantes, que vinham de sua própria área rural como de outras cidades. O baixo custo dos terrenos era o principal atrativo para os moradores de baixa renda, preocupados com a aquisição de terreno para a construção da casa própria, essa sempre envolta no simbolismo da autonomia e segurança para a família, mesmo em locais sem condições apropriadas. Ressalte-se que desde a década de 50 é possível observar esse ideal sendo construído pelos jornais locais. A prefeitura não estabeleceu um plano de desenvolvimento para os loteamentos ou mesmo para a implantação das vilas operárias nas serrarias, sendo que grande parte dos bairros ainda hoje não apresenta infra-estrutura básica, tendo havido, inclusive, algumas intervenções de asfaltamento das ruas centrais dos bairros, porém, sem a realização dos serviços de saneamento básicos, constituindo-se, assim, em simples maquiagens no perfil dos bairros.

Grande parte desses loteamentos deram origem aos bairros da cidade, como se observa no quadro seguinte:

Quadro 7 - Demonstrativo dos bairros da cidade de Lages até 1980, com data de ocupação e ano de implantação

Bairro	*Ocupação*	*Implantação*	*Observações*
1 Centro		1766	
2 Brusque		1890	Ocupação inicial por escravos e descendentes
3 Morro do Posto	10	1914	Posto zootécnico
4 Morro Grande	30	1930	Invasões. Ocupação no início do século. Em 1966, possuía serraria, descascador de arroz e duas charqueadas. Até década de 60, teve importante papel como um dos únicos bairros da cidade junto com Morro do Posto, Conta Dinheiro, Brusque e Várzea.
5 Conta Dinheiro	40	1940	Estrada federal
6 Passo Fundo	40	1940	Acesso norte, estrada Lages Curitibanos.
7 Triângulo	40	1940	Madeireira.
8 Dom Daniel	40	1944	Invasão.
9 São Cristóvão	40	1947	Estrada e loteamento.
10 Coral (antiga várzea)	40	1948	Charqueada início do século. Em 1937 uma olaria, é dessa data também a primeira serraria. Em meados da década de 40, a abertura da BR 02. Importantes estabelecimento de auto-peças.
11 Santa Rita	40	1948	Ocupação inicial em torno de Madeireira.
12 Copacabana	40	1949	Ocupação inicial em torno de Madeireira.
13 Sagrado Coração de Jesus	40	1949	Década de 40, com instalação de charqueadinha e olaria. Na década de 60 instalação de serrarias.
14 Ipiranga	50	1950	Ocupação terras da mitra.
15 Penha	50	1950	Loteamento, olaria.
16 Santa Catarina	50	1950	Ocupação nas proximidades da BR-2.
17 Vila Militar	50	1950	Exército.
18 Guarujá	50	1952	Abatedouro e loteamento empresarial.
19 Popular	50	1953	Conjunto habitacional 152 casas.
20 Frei Rogério	50	1959	Loteamento próximo a estrada Lages/Curitibanos via Morro do Posto, estrada de tropeiros e posto EMPASC.
21 Bates/COHAB III	60	1960	Em 1960 foi instalado a vila da madeireira Giroto. Depois a vila da empresa Bates em 68 a 85. Em 1982 é feito a cohab III com 141 casas.
22 Cidade Alta	60	1960	BR-116 e Hotel Planalto.
23 Ponte Grande	60	1961	Loteamento de terras de Juca Prudente.
24 Santa Maria	62	1962	Loteamento.
25 Beatriz	60	1963	Loteamento. Madeireira Gamborgi (fabrica de caixas) 1958 até 1977. Loteado área anexa a madeireira.
26 São Francisco	60	1963	BR-36 e ligação com a BR-116. loteamento.
27 São Vicente	60	1963	Loteamento.
28 Gethal	60	1964	Madeireira, abertura da BR-282, ocupação nas laterais.
29 São Paulo	60	1964	Br-36 hoje 282, loteamento e madeireira.
30 Ferrovia	60	1965	Instalação da estação ferroviária, olaria, madeireira.
31 São Luiz	60	1965	Loteamento de invernadas. Também teve serrarias.
32 Universitário	60	1965	Ocupação data de 1945, com instalação de Aeroporto e madeireira.
			Ocupação de terras do campo de aviação. Doação para diversas instituições (universidade, exército, mesquita etc).
33 Centenário	50	1966	Ocupação data de 1950 com Serraria e charqueada.
34 Chapada	60	1966	BR-282.
35 Maria Luiza	60	1966	Loteamento.
36 Vila Nova	60	1966	Instalação de instituição estadual CIL.
37 Santa Clara	60	1967	Expansão para zona sul, as margens da BR-2.
38 São Miguel	60	1967	Loteamento com a passagem da linha férrea.
39 Tributo	60	1967	Parcelamento urbano/loteamentos Madeireira Pisani (antiga madeireira Portoalegrense).
40 Petrópolis	60	1968	Conjunto Habitacional com 1.044 casas Cohab I, iniciou em 1968, mas só foi concluído em 1972.
41 São Pedro	60	1969	Loteamento.

42 Vila Comboni	60	1969	Loteamento.
43 CDL	60	1969	Loteamento
44 Cruz de Malta	60	1966	Loteamento
45 Boqueirão	50	1970s	Ocupação inicial em 1955 com loteamento para chacaras, efetiva-se na década de 70.
46 Pisani	50	1970s	Madereira 1957
47 Jardim Celina	70	1971	Loteamento.
48 Santa Cândida	70	1971	Novo traçado da BR-116
49 Vila Mariza	70	1971	Loteamento
50 Area Industrial	60	1973	Ocupação data da década de 60, com as indústria Pandolfo (madeireira).
51 Santa Helena / Santa Clara	70	1973	Loteamento próximo ao bairro Copacabana
52 Santa Mônica	70	1974	Área industrial. Loteamento do final da década de 60, ao longo da BR-116 e a instalação de algumas madeireiras.
53 Habitação	70	1978	Projeto habitacional da gestão Dirceu Carneiro
54 Bela vista	70	1979	Cohab II, com 157 casas, concluído em 1981
55 Caroba	70	1979	Área industrial, loteamento
56 Guadalarara	70	1979	Loteamento.
57 Golim	80	1980	Loteamento/ desapropriação
58 Santo Antonio	60	1980	Loteamento, ocupação inicia no final de 1968. Em 1982, abre um novo loteamento com casas financiadas pela caixa. Na decada de 60, ficava numa estrada central com proliferação de boates e casas de prostituição.
59 Jardim Panorâmico	80	1982	Loteamento empresarial.
60 Pró-Morar	80	1982	Cohab 1980/82. 700 casas. Elaborado pelo governo do estado. Inicialmente o projeto previa 793 casas.
61 Araucaria	80	1980	

Fonte: Quadro elaborado com dados sobre os bairros, fornecidos pela Prefeitura Municipal de Lages.

Entre as décadas de 40 e 60, foi criada grande parte dos bairros da cidade, oriundos de vilas operárias e loteamentos individuais, alguns poucos casos por ocupação de terras do município ou pertencentes à Igreja Católica.

Em fins da década de 40, a questão da moradia já era um tema preocupante para a administração local. Pela Lei nº. 15, de 25 de maio de 1948, o executivo foi autorizado a alienar terrenos municipais para a "construção da casa própria". Na década de 50, foi construído o primeiro conjunto habitacional de casas populares pela Fundação Casa Popular, entidade federal, em terreno doado pelo município, com a obrigação da Fundação de construir, no mínimo, 50 casas populares (Lei Municipal nº. 29, de 05/06/1952).

Esse conjunto foi construído no bairro Nossa Senhora das Graças que, depois da implantação do conjunto habitacional, ficou conhecido como Bairro Popular, onde foram entregues 98 casas, todas no mesmo estilo e com o mesmo padrão de ocupação do terreno.

Em fins da década de 60, o governo federal e estadual, através da COHAB, iniciou mais um núcleo habitacional em Lages, com a construção de 1044 casas populares. Em 1979 e 1982 foram feitos mais dois núcleos.

Esses conjuntos habitacionais e loteamentos, na época em que foram construídos, ficavam distantes do centro da cidade, produzindo entre os loteamentos e o centro um amplo espaço vazio, o qual foi sendo valorizado com as melhorias urbanas, que aos poucos foram implantadas. Há diversos estudos que salientam essas práticas entre o poder público e o capital nos processos de expansão urbana, estratégias de valorização do capital - terra (Santos, 1998; Lojkine, 1997).

Os anos de 50 e 60 foram o auge da exploração da madeira na região, com a exceção de uma crise no setor em 1952, foram anos de um considerável aumento da circulação de dinheiro, de investimentos públicos na urbanização, da intervenção pública na construção de hospitais, colégios, estradas, do sistema de aviação, aumento dos bairros e da periferia, do crescimento dos problemas sociais, como falta de moradia, violência e prostituição[38]. Ainda nessas décadas tivemos a implantação do ensino superior em Lages, com a criação, em 1959, da Associação Catarinense de Cultura, primeira mantenedora da faculdade. A criação do ensino superior

[38] Lages, por suas características de cidade-caminho, já era famosa pelo sistema de prostituição que, na década de 60, aumentou consideravelmente, sendo que em 1967 apontava-se para a existência de 1200 prostitutas em 83 casas de prostituição na cidade (Guia Serrano, 9/09/67). Foi neste período também que se intensificaram ações para a retirada das casas de prostituição do centro da cidade, bem como, campanhas para formação de opinião pública veiculadas pelo jornal católico, propondo a criação de um "bairro" de prostituição, longe da cidade: "levar para fora da cidade". Portanto, eliminar com condições, isto é, "a prefeitura concederá terrenos, fora do perímetro urbano, a preços justos, com instalação de água e luz, evitando com isso a bagunça dentro da cidade"(Guia Serrano, 9/9/67); Este é um exemplo de medida bem recorrente na história urbana de Lages, cujas zonas de prostituição, ao ritmo do crescimento da cidade, foram empurradas para locais mais distantes. O bairro mencionado foi criado, dessa vez, a uma boa distância da cidade, aproximadamente 10 Km.

na região foi feita com o mesmo discurso de progresso e de modernidade.[39]

Do início da década de 40 ao final da década de 60, o ritmo da cidade transformou-se substancialmente, porém os elos de ligação com seu passado, a ligação com o sistema político tradicional, as formas clientelísticas de se fazer política, as alianças e os conflitos se inscreveram no urbano, em suas praças, ruas, residências e em seus problemas sociais – Resultado de uma modernização que se processou simbioticamente com os elementos tradicionais, havendo processos simultâneos de desincorporação e reincorporação desses elementos.

Art déco: o símbolo da modernidade



Novo Mercado Público em estilo *Art déco* construído na década de 40

Nessas décadas, o centro da cidade recebeu melhoramentos básicos, como sistema de esgoto, calçada, iluminação, sistema de transporte coletivo, definição de traçados urbanos, remodelamentos de praças e jardins. Verificou-se, porém, que

[39] Para uma análise mais detalhada desse processo de criação do ensino superior em Lages, seu longo caminho de faculdades isoladas à universidade, em 1998, ver o trabalho "Os 40 anos de Ensino Superior na Região Serrana de Santa Catarina" desenvolvido por Sartori, Peixer e Nunes, 1998.

esse crescimento e essa expansão foram feitos sobre o traçado original: onde antes transitavam os cavalos, agora transitam os carros, sobre as ruas foram feitos os calçamentos e melhoramentos, entretanto, o sistema de abastecimento e esgoto permanece o mesmo. Não houve um planejamento do desenvolvimento ou como salienta Reis Filho (1997), não houve uma atualização qualitativa nos esquemas urbanísticos. Com o crescimento da população, aumentaram também os problemas de ocupação de solo e dos loteamentos irregulares.

Pelos jornais, podia-se perceber que os desejos e projetos de modernidade faziam parte dos discursos da elite dominante em Lages, desde o século XIX, tendo como modelo referencial de estilo de vida São Paulo e Porto Alegre. A cidade representou para esses um espaço e uma possibilidade de "integrar-se ao sonho do moderno". A cidade era percebida como portadora de símbolos sociais da modernidade. Muitos integrantes da elite local investiram na cidade (casas e prédios), mas investiram, principalmente, num estilo de vida, na constituição e aquisição de capital simbólico que os permitia diferenciar-se de outros grupos locais. Nesse sentido, a partir dessa época, Lages passou a integrar o circuito das grandes companhias de espetáculos e teatro nacionais.

Essa cidade que se procurava construir devia representar, para a elite dominante, os "tempos modernos". Projeto esse que transpareceu no estilo arquitetônico das casas e edifícios públicos. Buscou-se símbolos dessa modernidade, e, neste sentido, foram sendo construído os projetos e os discursos de urbanização pela elite dominante que, ao mesmo tempo, buscava romper com a imagem "rural" da cidade, porém mantendo as bases rurais da elite econômica e produzindo símbolos de sua permanência no poder.

A alteração no estilo arquitetônico das residências e a alteração substancial na arquitetura da cidade poderiam ser indícios

de transformações estruturais na sociedade. A literatura demonstra que, em momentos de transformação econômica, os novos grupos ou novos ricos, procuram imprimir, dar visibilidade ao seu novo "status" através, entre outros aspectos, do estilo arquitetônico. Entre as décadas de 40 e 70 houve uma alteração substancial no estilo da cidade, novos prédios e novas residências, com linhas que remetiam ao estilo *art déco*. Foi um período de forte transformação econômica com novos grupos estabelecendo-se na cidade, todavia, a hegemonia política e econômica[40] ainda se mantinha nas mãos dos antigos fazendeiros e seus aliados.

A alteração do padrão arquitetônico, sem alteração substancial na estrutura social não é uma situação típica de Lages, inclusive, como lembra Reis Filho, constitui-se num dos "problemas mais delicados da arquitetura no Brasil" (1997, p. 140). Esse autor, ao analisar a arquitetura neo-clássica no Brasil, observa que sua implantação é um processo *sui generis*, pois:

> conservando-se as bases econômico-sociais da vida brasileira, os mesmos proprietários rurais, senhores das mesmas terras e dos mesmos escravos, ocupados no fornecimento do mesmo tipo de produtos agrícolas para exportação, passam quase subitamente a consumir um novo tipo de arquitetura, em suas residências rurais e nos centros urbanos. (Reis Filho, 1997, p. 140).

Em Lages, não se está falando do neo-clássico, mas as semelhanças do processo acabam por colocar o mesmo dilema, de um novo estilo, porém sem as rupturas que acompanham novos estilos arquitetônicos. Este, talvez sem a profundidade ou a pureza na definição arquitetônica, aproxima-se do estilo *art déco*.

[40] Há uma transferência de dinheiro a curto prazo para os donos das terras, tradicionais fazendeiros, com a venda do pinheiro. Os empresários, donos das serrarias têm um interesse voltado exclusivamente à atividade extrativa e temporária na cidade. Grupos intermediários, de apoio à atividade madeireira, se estabelecem na cidade numa perspectiva de longo prazo: é com esse grupo que se verificam algumas disputas mencionadas anteriormente.

Esse termo teve origem na "Exposition Internationale des Arts Décoratives et Industrielles Modernes" - Paris, em 1925. O seu auge foi na década de 30, quando alcançou os limites da Europa e obteve limite mundial. Na década de 70 foi reconhecido como estilo arquitetônico (Bayer, 1992). Uma das características deste estilo é a composição com elementos contrários, linhas retas compondo com janelas em formas de escotilhas, portas estilizadas, elementos geométricos, mosaicos em preto e branco entre outras composições que brincam com os contrastes.

O estilo *art déco* não se restringe à arquitetura, havendo toda uma produção em móveis, moda, utensílios domésticos e jóias que seguiam essa tendência, inclusive peças muito difíceis de se encontrar e que alcançavam uma boa cotação no mercado de artes. Em termos de arquitetura, apresentava abundância de linhas retas, simplificadas, valorização das esquinas, volumes simétricos, valorização das entradas, *design* abstrato, valorização da cor, predomínio dos cheios sobre vazios. Na época, os arranha-céus e os cinemas eram representantes desse estilo.

Como salienta Segawa:

> O cinema (e por associação, alguns teatros), a grande novidade dentre os espetáculos de massa que mimetizava as fantasias da cultura moderna, desfilava sua tecnologia sonora e visual em deslumbrantes salas no Rio de Janeiro, em São Paulo e algumas outras capitais em verdadeiros monumentos Déco. (1999, p. 61).

Patrícia Bayer (1992), em seu trabalho sobre arquitetura *art déco*, a define como uma arquitetura de ornamento, geometria, energia, rememoração, otimismo, cor, textura, luzes e muito simbolismo, que utiliza elementos contrastantes e se permite a utilização de fontes/ elementos antigos, exóticos ou regionalísticos. Como menciona a autora, esse estilo teve influências de uma variedade de fontes antigas, exóticas e mais recentes.

Esse estilo seguiu e coexistiu com inúmeros outros estilos, com muitas de suas características sendo compartilhadas, e em que muitos criadores do estilo absorveram os anteriores, bem como imbuíram-se de um inconfundível senso de modernismo.

O *art déco* surgiu entre as duas grandes guerras mundiais e assim "como estilo de uma época de mudanças sempre cedentes, era suficientemente fluida para refletir essa mudança" (Lemme, 1996, p. 8). O que tem o *art déco* de tão fascinante para Lemme, grande parte de seu segredo e sucesso, está presente na sua fluidez, ou seja, na sua capacidade de reapresentar o antigo, condimentado com ingredientes novos, "O espírito da *art déco* era o do moderno. Embora adaptasse estilos mais antigos para sua própria utilização, não deixava de ser o do novo" (Lemme, 1996, p. 26). Representava a velocidade, a era da máquina e do vapor, a era do rádio e do cinema.

No Brasil, ainda são poucos os estudos sobre tal estilo. Conforme Segawa, o "*Art déco* foi o suporte formal para inúmeras tipologias arquitetônicas que se afirmavam a partir dos anos 30" (1999, p. 61). Havia um forte impulso do estilo no período de Getúlio, inclusive muitos prédios da empresa de Correio e Telégrafos foram padronizados, nas décadas de 30 e 40, no estilo *art déco*. No Brasil há, além dos motivos geométricos, a utilização de elementos nacionalistas, como motivos indígenas: esse foi o momento de formação do nacionalismo e o *art déco* permitiu essa simbiose.

A cidade do Rio de Janeiro possui um considerável conjunto nesse estilo, e, em Santa Catarina, Florianópolis e a cidade de Lages apresentam o maior número de construções que remetem a esse estilo, ambas do mesmo período de predominância política da oligarquia Ramos.

Uma característica desse estilo ainda é o uso do contraste e a simbiose entre elementos tradicionais e modernos, que é o pon-

to nodal para o entendimento da vida econômica, cultural e social da cidade de Lages.

Há uma profunda mudança de fonte econômica - da pecuária à madeira. Novos grupos chegavam a região para a exploração da madeira. Essa exploração foi feita através de alianças com os setores econômicos tradicionais, que não mudaram sua fonte econômica básica, seu estilo organizacional e lucravam, através da venda da araucária. Além disso, continuavam com a hegemonia política e cultural articulada nos jornais, nos clubes, nos cafés, no comércio, na religião e na administração pública porém precisavam criar uma imagem ligada à modernidade, ligada ao progresso e, além de tudo, serem percebidos como agentes centrais dessa mudança. Através da intervenção urbana, eles articulavam essa imagem, definiam seu projeto de cidade em que mesclavam novos elementos com aspectos tradicionais, ou seja, elementos de continuidade que deixaram bem claro a condução das mudanças. E o *art déco*, na época, trazia em si o símbolo de uma modernidade que se construia não pela ruptura, mas pela continuidade, o que para a elite histórica local era muito interessante.

Como salienta Martins:

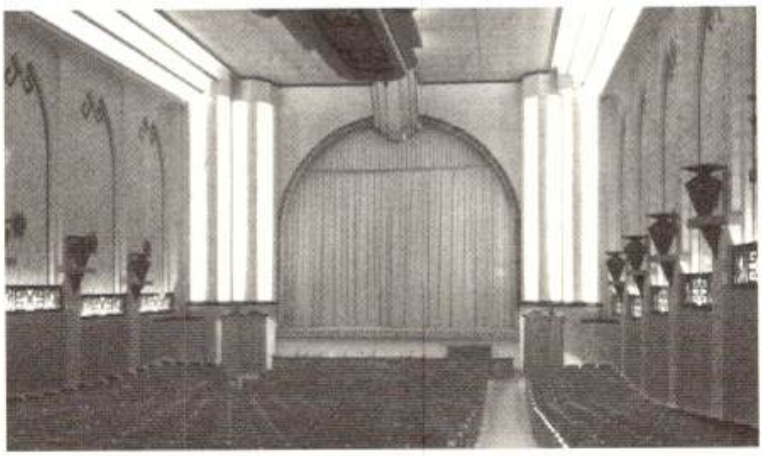
> Na sociedade brasileira, a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem. Portanto, as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. O novo surge sempre como um desdobramento do velho (1994, p. 30).

Concordando com Martins, mais do que um desdobramento, a modernidade em Lages resultou do processo simbiótico e fluido com o antigo: a ambigüidade presente no estilo arquitetônico, o apego à modernidade e ao novo e o apego à tradição.

Em termos mundiais, a década de 40 marcou o declínio da utilização do *art déco*, que foi, por sua vez, o período em que

começaram a aparecer construções identificadas com o estilo em Lages, já como manifestações tardias do movimento.

Não se encontrou registro de que a utilização inicial do *art déco* fosse uma opção deliberada pelo estilo, porém o mesmo representava a modernidade tão almejada. Alguns prédios e residências, entre eles o cine-teatro Marajoara (1947) começaram a ser construídos com esses padrão que por quatro décadas foi-se disseminando pela cidade. Pela flexibilidade do estilo e relativa simplicidade das linhas, há em Lages grande número de residências oficiais e particulares construídas que se aproximam do estilo, se não no todo, mas em detalhes, não somente na área central mas também em alguns bairros.



Interior do Cine Marajoara, atual Teatro Marajoara.

Havia alguns incentivos oficiais para a adoção de determinadas práticas construtivas, forjando e inscrevendo símbolos da modernidade nas ruas e esquinas. Usaram-se duas posturas como exemplo.

O arredondamento das esquinas, fato que chama atenção ao transitar-se pelas ruas de Lages, foi transformado em Lei pelo Decreto Municipal nº. 53, de 02 de setembro de 1938 (pleno auge do *art déco*). Essa lei regulamentava a construção de prédios na cidade e definia também o perímetro urbano. Em sua justificativa salienta:

... e considerando nos últimos tempos a cidade de Lages vem passando por uma grande transformação; considerando que, é relativamente avultado o número de construções no perímetro urbano, considerando que as construções tendem a aumentar cada vez mais em virtude da excelente rede de viação que vem sendo executado pela União, pelo Estado e pela Prefeitura, considerando que a situação geográfica da sede do município é e será o centro comercial e cultural de uma vasta zona da região serrana; considerando que as leis reguladores das construções atuais não correspondem às exigências do progresso da atualidade. (Lages, 1938).



Esquina da Praça João Costa com Nereu Ramos. Ao fundo o antigo Café Ouro, exemplo da aplicação dos cantos arredeondados, exigidos por lei.

E, em seu artigo terceiro, estabelecia como condição para as edificações nas esquinas: "que as mesmas tenham o canto quebrado ou curvo, em condição de permitir amplo angulo visual para as ruas confluentes" (Decreto Municipal nº. 53 - 1938).

Além deste, alguns incentivos como a isenção de impostos de placas (imposto sobre propaganda) por cinco anos para os estabelecimentos que instalassem as propagandas e letreiros a "gás colorido", ficando ainda as despesas com a luz por conta da prefeitura municipal (Lei Municipal nº. 25, de 4 de junho de 1951). Uma adaptação local ao estilo de propaganda da época, de acordo com os recursos locais que remetiam aos símbolos da modernidade.

Entre os profissionais de arquitetura da cidade há uma certa preocupação em aceitar que houve em Lages adoção de um estilo *art déco*, mas percebem como uma manifestação de algumas características, de forma aleatória, frutos de cópias de

imagens presentes em filmes, revistas, originando inspirações sem vinculação ao estilo[41].

Cópia ou não, produto de importação de padrões europeus ou não, inclusive essa é uma crítica que se faz à grande parte da arquitetura brasileira (Reis Filho, 1997), é inegável (como pode-se ver nas fotos) o considerável número de residências com esse estilo. Também não se pode deixar de registrar a participação dos pedreiros e mestres de obras na disseminação do estilo, considerando-se o baixo número de engenheiros e arquitetos:

> Eu fui mestre de pedreiro, trabalhei muitos anos como mestre (...) Eu trabalhei no edifício Marajoara de pedreiro, trabalhei no Tamoio, no Cine Avenida, trabalhei no edifício Centenário do começo ao fim (...) Aquelas esquinas redonda foi um pedreiro quem inventou que fizesse redondo desde baixo, ... aquelas semálhas eles faziam só por boniteza. (entrevista realizada em 1999)[42]

Foi nesse período também que começou o processo de verticalização da cidade, modesto em suas alturas, porém portador do símbolo de progresso, como verifica-se abaixo:

> Nossa cidade cresce para um futuro risonho e promissor, enfim cheio de alegrias. Novos e grandes edifícios erguem-se para o céu, como que em agradecimento ao Criador pela maravilhosa terra que nos deu. Os edifícios com suas arrojadas formas arquitetônicas formam um belíssimo contraste com as residências, algumas das quais construídas pelos nossos colonizadores, proporcionando à cidade um maravilhoso aspecto. O gritante antigo de uma época dá a cidade um embelezamento moderno. O moderno por sua vez natural e altivo oferece a Lages um ar de menina-moça que dentro em breve se tornará uma grande metrópole ... além das belezas naturais e do trabalho de nossa gente, além des-

[41] Esse debate foi levantado na pesquisa realizada pelos acadêmicos do curso de Ciências Sociais, Marcon *et allii*, 1999).

[42] Entrevista realizada por Marcon *et allii*, 1999.

> te grande progresso Lages apresenta a enorme movimentação em suas ruas, a maturidade de seu comércio e a audácia de suas indústrias. Sendo Lages uma região de grandes matas possui uma poderosa reserva florestal, especialmente em pinho, que lhe coluna no cenário nacional como um dos maiores produtores de madeira. (Guia Serrano, 08/11/69)

Dessa forma e ao longo de trinta anos, as linhas, os contrastes e os detalhes do *art déco* foram-se espalhando pelo espaço urbano em Lages. Atualmente, já não são mais vistos como símbolo de modernidade ou como representantes de uma fase de ouro para a cidade, em que cada novo prédio era saudado como o progresso chegando à região, mas identificados como resquícios de uma promessa que não se concretizou, de um sonho efêmero, da continuidade do tradicional.

A ERA DA MODERNIDADE:

OS DISCURSOS DE DESENVOLVIMENTO E A IMAGEM DA CIDADE PRODUZIDA NOS JORNAIS LOCAIS

Importante observar nesse período as representações e imagens de cidade que se vão constituindo, os desejos e sonhos alimentados por uma intensa modificação da dimensão econômica e social. As imagens de cidade que são construídas não são neutras, conforme Chartier (1988), elas "produzem estratégias e práticas" que servem ,entre outras coisas, para legitimar e garantir os projetos e ações dos grupos dominantes que, no caso específico de Lages, estavam na base da legitimação de um projeto de cidade.

Para Chartier, através da análise das representações e percepções do social, pode-se "compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio" (1988; 17).

As entrevistas, os jornais e as leis municipais são as três portas preferenciais de entrada na cidade para análise dessas percepções. A última mostrando as intervenções do poder público muni-

cipal, os jornais mostrando as percepções e as imagens compartilhadas com a elite local, e as entrevistas permitindo contrabalançar essas imagens, muitas vezes harmônicas e unilaterais da cidade, trazendo o discursos de pessoas simples e suas imagens do urbano.

Uma análise dos jornais locais publicados na época pode ajudar a perceber essa cidade que se vai constituindo: uma imagem de cidade construída e alimentada por grupos da elite, que divulgavam pelos jornais as suas percepções.

Nas décadas de 30 a 60, o principal jornal local era o "Guia Serrano", de orientação católica. Ele começou a ser editado em 1936 e com algumas interrupções permaneceu até 1971. Foi criado para ser um instrumento de orientação e veiculação das idéias religiosas, sendo um canal de luta contra o comunismo, a maçonaria e o espiritismo, enfim, contra tudo o que fugia aos parâmetros tradicionais da Igreja Católica Tramontana. Além desses, sobressaiu o apoio político e um aspecto marcante do jornal, uma espécie de guia comportamental, compostos de artigos dirigidos principalmente às mulheres, nos quais os valores tradicionais da mulher submissa, recatada, religiosa e, sobretudo, mãe, são ressaltados. Tais dicas apareciam com mais freqüência a partir da década de 40, quando a mulher começava a ingressar intensamente no mercado de trabalho local.

Além do "Guia Serrano", nessas décadas, circulou na cidade o "Região Serrana" a partir de 1937; o "Jornal da Serra", a partir de 1951 e o "Correio Lageano". O Correio Lageano foi fundado inicialmente em 1924, com breve duração. Relançado em 1939, interrompeu por um tempo as publicações e retorna em 1951. Nessa última fase, a orientação política partidária do jornal não era mais tão explícita, mas refletia as idéias da elite local. Em 1967, esse jornal passou a ser diário.

Muito mais do que uma análise do jornal em particular optou-se por uma análise das idéias e de algumas imagens de cidade

que foram veiculadas pelos jornais, principalmente na década de 40. Pois, nesse período é possível perceber a novidade das transformações, a cidade que se projetava, a cidade-memória e a cidade que se vivenciava. Em alguns momentos, buscou-se um diálogo com outras fontes, também, como a entrevista.

Lages possui a alcunha de "Princesa da Serra"[43], sendo que tal expressão se firmou na década de 40, quando começaram a surgir artigos nos jornais e textos com esse título. Essa imagem de nobreza sintetiza não só os momentos de crescimento econômico que Lages vivenciava, mas principalmente uma perspectiva de futuro. Desenvolveu-se um imaginário de cidade grande e, dos desejos máximos de alguns grupos locais, do "progresso", da modernidade.

Nas conversas com pessoas que aqui chegaram nessa década, aparecia essa imagem e perspectiva de futuro. Ao conversar com uma senhora que veio para Lages com a família, na década de 40, ela comenta que seu pai veio porque essa era uma "cidade de futuro". Nesse caso específico, essa perspectiva foi construída através de conversas com religiosos locais.

A imagem de "Princesa da Serra" foi fomentada, principalmente, pelos jornais locais, como pode-se notar num artigo do "Região Serrana", em 13/05/50, no qual se observa a exaltação da fábrica e do trem como portadores do progresso:

> Lajes Princesa da Serra: Já ouves o apitar de uma fábrica e muito breve ouvirás o de uma locomotiva que há de transpor teu fértil solo de norte a sul, dando incremento ao teu progresso e levando teu nome às regiões longínquas dos país. Fôstes a escolhida para rota do gigante metálico dos ares, que veio, como presente precioso, te proporcionar as vantagens insofismáveis do século XX. (Rubens Nazareno Neves).

[43] Alguns a intitulam de "Rainha da Serra", porém a mais comum é "Princesa da Serra".

O discurso presente nos jornais é o discurso do progresso, do desenvolvimento, da urbanização e do crescimento da cidade. Tais termos são utilizados aleatoriamente e, na maioria das vezes, como sinônimos de um "futuro promissor." Tal discurso foi proferido em artigos, comentários e poemas como esse, transcrito abaixo, onde sobressai o desejo de progresso, de cidade grande, organizada e movimentada, com amplas vias de transporte em contraposição ao seu presente:

> A minha Terra:
> ...Ela o idílio dos lares/Para o progresso a sorri/
> Ornado de tantas graças/Há-de crescer e florir/
> Hoje tenra camponesa/Sem pompas e sem grandeza,/
> Namora, namora em vão/Mas amanhã, em noivado/
> Verá o progresso ao lado/Lhe estendo a culta mão
> Longe dos mares - na selva/Sem um barco a velejar
> A via férrea sonhada/Seus campos virá regar
> Depois gigantes sobrados/Nas praças jardins plantados,
> Nas ruas o povo/Carros, bondes, telefones,
> Do progresso audaz ciclone/Envolvendo tudo em luz.
>
> (Mateus Junqueira - Guia Serrano 11/07/43)

No início da década de 40 as transformações da cidade foram comparadas com o passado. As imagem desse passado reafirmavam um discurso da ordem como necessária ao desenvolvimento. Construiu-se a imagem de uma cidade calma, tranqüila e homogênea, na qual os laços de parentesco eram predominantes (aspecto esse que a identificava como cidade pequena, segundo os discursos presentes nos jornais). Essa imagem idílica, contraditória em si mesma, contrapõe-se a um cotidiano conflituoso, hierárquico e diverso, que necessitava ser compreendido e organizado. Vários são os discursos e práticas que procuravam organizar e hierarquizar as novas situações. A ordem (na política, no social, etc) era elogiada, pretendida e defendida como uma pré-condição para o progresso (Souza Neves, 1994).

Era um momento de remodelação das praças, abertura de novas ruas, alargamento e calçamento das antigas, a construção de edifícios públicos, como a maternidade, colégios e fórum, todos seguindo linhas arquitetônicas monumentalistas. Todos esses aspectos apareciam e eram elogiados como os signos do progresso. A fábrica (principalmente de papel e celulose), as estradas intermunicipais, o trem, todos eram enaltecidos como portadores e símbolos desse progresso.

Nas crônicas e artigos presentes nos jornais, esses discursos apareciam em sua plenitude, num movimento de legitimação das práticas e de remodelação dos espaços e usos do centro da cidade, permitindo assim, a retirada do mercado público, dos mendigos, das casas de prostituição da área central e das várias medidas sanitaristas.

Tudo era sinônimo de progresso, como se observa nessa descrição do crescimento da cidade, escrita no "Guia Serrano", em 7/07/40. O artigo comentava as novas construções e novos hotéis:

> A primeira impressão que se tem ao deparar a cidade de Lages é que, nos últimos tempos, tudo aqui, à guisa de milagres, se processa num dinamismo incomum, da noite para o dia.

Dois anos depois, em artigo na página central, esse mesmo jornal enumerava as obras do "progresso", em que se delinea o claro apoio político ao administrador local, pertencente à família Ramos:

> Apesar da crise que dizem existir em todos o meios comerciais, justificada pela Guerra que devasta o mundo, Lajes, a Rainha da Serra, vem se desenvolvendo continuamente e a olhos vistos, apresentando sempre novas, belas e elegantes construções que revelam o gosto apurado de sua gente. Ao lado dessas construções de particulares, vemos os majestosos edifícios públicos (...) Assim já foi iniciado, com paralelepípedos, o calçamento do centro da cidade que progressivamente abrangerá todas as ruas de

> maior movimento. Pela mesma ocasião deu-se início ao ajardinamento da Grande Praça Vidal Ramos Sênior, de vulto que bem executada, muito contribuirá para o embelezamento da nossa urbs... (Guia Serrano 19/04/1942).

Foi nos aspectos políticos que se diferenciaram os jornais. Quando a administração era da mesma orientação partidária eram feitos elogios e enumeradas todas as ações desenvolvidas. Quando o jornal estava na oposição, enumeravam-se todos os problemas de infra-estrutura enfrentados pela cidade, nos quais destacam-se: falta de esgoto, de água encanada, problemas com energia elétrica, calçamento das principais ruas, etc, sempre apontando a necessidade dessas práticas para garantir o progresso da cidade.

A grande ausência nos jornais eram os grupos populares. Seu cotidiano e suas ações praticamente não apareciam nos artigos e nas crônicas locais. Sua presença ocorria, nas crônicas sobre caboclos e nas páginas policiais. Em outros momentos, a referência ao povo era para legitimar pedidos ou críticas à administração. Nesse caso, apareciam como sendo reivindicação do povo como um todo. A percepção do povo, pelos jornais, era sempre vista como algo homogêneo e, em grande parte, suas práticas eram consideradas um empecilho ao progresso como se verifica na seguinte notícia:

> Ao correr da idéia: é o reflorestamento dessa zona a começar pela cidade com o fito de dar exemplos ao nosso caboclo que impiedosa e inconscientemente vai destruindo nossa fortuna vegetal, presente da natureza através de séculos (Correio Lageano, 20/11/1948).

Desnecessário dizer que o caboclo não era o dono das terras, nem das serrarias, era, sim, em grande parte, o peão que trabalhava na fazenda e, depois, o operário que ia trabalhar nas serrarias.

Em alguns momentos, apareciam algumas reivindicações populares, como os pedidos para a construção de casas populares, as quais eram artigos publicados por uma comissão da Associação do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários, que pedia a criação de uma "carteira imobiliária". Reproduze-se abaixo, parte da justificativa do pedido que dava uma visão do crescimento da cidade e do custo de vida que levava a um movimento de expansão e ocupação dos arredores da cidade:

> a) Em virtude do crescente progresso que se faz sentir neste município (...) h) Por força do elevado custo de vida por que atravessamos, os operários se vêm impossibilitados de satisfazer a maior aspiração de ter um lar confortável e higiênico propício ao desenvolvimento sadio de sua prole. i) Com o progresso vertiginoso por que atravessa essa comuna, os operários inevitavelmente são obrigados a retirarem-se para mais distante do local em que trabalham ou a sujeitarem-se a pagar arrendamento de casas sem que esses pagamentos venham revidar em benefícios próprios. (Região Serrana, 13/08/1949).

Tais manifestações dificilmente eram publicadas nos jornais locais, sendo poucos os registros das mesmas.

Através dos jornais, é possível perceber-se algumas das modificações que estavam ocorrendo em Lages. A mais evidente era o ideal de cidade, de progresso. A cidade real, vivenciada por diversos grupos e seus conflitos, ficava encoberta através de um discurso de modernidade, de homogeneidade, que conseguia refletir alguns pontos nas brechas das disputas políticas.

O discurso da modernidade é contraditório, deseja-se a modernidade econômica, no que ela pode trazer de lucro, porém, há resistência às mudanças cotidianas como no comportamento dos jovens, das mulheres, entre outros. Neste sentido,

nas décadas de 50 e 60 intensificavam-se as matérias sobre o comportamento da mulher, a idealização da "rainha do lar"[44], a imagem santificada do casamento.

Ao mesmo tempo em que nos discursos, a modernidade aparecia como uma constante, o cotidiano político local era marcado intensamente pelas relações de compadrio, pela presença marcante do coronel, da oligarquia e das diversas alianças que se iam instaurando entre as elites tradicionais e as novas elites. Uma modernidade que se ia produzindo através da articulação com aspectos tradicionais da vida local, permitindo um amplo controle pelos grupos dominantes: novas alianças, novos discursos e a manutenção do seu domínio.

Portanto, uma modernidade que não se constituiu pela ruptura total com o modo de vida anterior, mas se processou por rupturas e alianças, principalmente entre o novo e o velho, entre o moderno e o tradicional. Um processo que Harvey (1993) designa como uma "interpenetração fluida de oposições dinâmicas", presentes, aqui, na constituição dos múltiplos espaços da cidade.

[44] Não é objetivo deste trabalho, mas foi recolhido um material significativo sobre o trabalho feminino, que a historiografia oficial tende a desconsiderar. Em termos gerais, as mulheres das classes populares, quando se estabeleciam na cidade, procuravam desenvolver atividades com retorno econômico, como lavação de roupa para fora, empregadas domésticas, doceiras e vendedoras de produtos ambulantes. Essas estratégias eram importantes para a sobrevivência econômica da família.

A CIDADE DOS ESPOLIADOS: DAS SOMBRAS DA CIDADE UMA NOVA PROPOSTA URBANA

> *Toda cidade está simbolizada em algum signo, ou signos. São emblemas imediatos, taquigráficos, que logo a situam no imaginário de uns e outros, muitos, nos mais distantes recantos do mundo.* (Ianni, *1996, p. 91).*

Assim é Lages e as lembranças que ela evoca em diversos locais. Todos querem saber da experiência democrática vivida na cidade, conhecida nacionalmente como "Lages: a força do povo", slogan da administração Dirceu Carneiro, durante os anos de 1977-1982, época em, que no Brasil, vigorava o regime militar e seu sistema autoritário. A imagem mítica e simbólica dessa experiência encantando e encobrindo parcelas dessa mesma realidade.

Esse período da história de Lages já foi tema de diversos trabalhos acadêmicos, alguns com uma perspectiva voltada somente a esse período, como: Produção de Educação e Cultura Popular: a experiência de Lages, 1977 - 1982, pesquisa realizada sob a coordenação de Julieta Calazans (1983); A Força do Povo: Democracia Participativa em Lages, de Márcio Moreira Alves (1980), esse livro divulgou a experiência realizada em Lages, nacionalmente; O Fracasso da Oposição no Poder em Lages: 1972 - 1982 de Elizabeth Farias da Silva (1994), um trabalho sobre as relações políticas enfocando análise de partido; A Força do Povo: do Clientelismo Diádico ao Clientelismo de Massas de Edinara Andrade (1996); A 'Força do Povo em Lages, mas o que foi

mesmo essa experiência? de Jucirema Quintero (1990). Outras pesquisas cujas análises perpassam esse período, mas que são fundamentais em suas caracterizações, como: A Práxis dos Movimentos Sociais na Região de Lages, dissertação de mestrado de Antonio Munarim (1990) que, além da análise desse período, faz uma caracterização da história de Lages, desde o início do século, servindo de referência aos trabalhos produzidos posteriormente. Educação e Esfera Pública na Serra Catarinense (2000), também do mesmo autor. Poder Oligárquico Catarinense: da guerra aos "fanáticos" do Contestado à "opção pelos pequenos" de Marli Auras (1991), que dedica um capítulo sobre o período, denominado "A Força do Povo, em Lages, Desestrutura um dos Berços Históricos da Oligarquia". Foram enumerados somente alguns trabalhos que, no entanto, são prioritários para o entendimento de Lages nesse período.

Em todos, além da caracterização geral, enfoca-se o caráter pioneiro da participação popular na administração pública, ressaltando-se as análises políticas sobre populismo, clientelismo, sistema partidário local e o enfoque sobre os programas de educação, considerado como o melhor projeto da administração. Nenhum deles se detém na análise dos projetos urbanos, da concepção de cidade que permeia e dos conflitos na gestão do espaço urbano, mesmo porque essa não era a tônica central da administração. A análise do projeto de cidade, explicitada no plano diretor proposto e que não foi aprovada, é o fio condutor desse capítulo.

LAGES: A EXPERIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PODER LOCAL

No final da década de 70 e intensificando-se na década de 80, houve uma revalorização do poder local e das cidades como *locus* das experiências de democratização e descentralização política. Surgem diversas administrações públicas defendendo a

participação popular na gestão, algumas mais efetivamente, outras restringindo-se só ao discurso. Diversas pesquisas procuram dar conta desse novo contexto, algumas enfatizando o papel das Organizações Não-Governamentais (ONGs) e movimentos sociais, outras enfatizando a descentralização e gestões municipais participativas.

A questão do poder local está presente nos debates sobre democratização da sociedade, da participação popular e sobre processos de globalização. Observa-se, tanto entre pesquisadores quanto em outras instâncias da sociedade, uma valorização desse espaço na esfera da organização e delimitação da vida pública.

O local tanto pode referir-se a um espaço geográfico especifico, como referir-se a um espaço social (espaço de relações) indicando, nesse caso, processos de articulação, alianças, conflitos e oposições (Fischer, 1993). Nesse sentido:

> ao se falar em local, alude-se ao conjunto de redes sociais que se articulam e superpõem, com relações de cooperação ou conflito, em torno de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração deste conjunto. (Fischer, 1993, p. 11).

Assim entendido, o local é um espaço estratégico de atuação e democratização do poder e que, segundo Dowbor, pode constituir-se num ponto de relações de força mais equilibrado entre setores populares e a elite econômica; pode constituir-se em um mecanismo que permite "equilíbrios mais democráticos frente ao poder absurdamente centralizado nas mãos das elites." (Dowbor, 1994, p. 3).

O espaço local é um espaço de convivência, conflitos, identidades, culturas e singularidades; espaços múltiplos e diversos, específicos e interligados; espaço de histórias, identidades e práticas políticas, tradicionais ou inovadoras.

Atualmente, questões relacionadas à cidade, ao local e ao

poder ganham vitalidade nas discussões sobre qualidade de vida, democracia e descentralização político-administrativa. Num período de globalização crescente, repensa-se o papel do local e da cidade na resolução de muitos problemas, bem como na busca de uma melhor qualidade de vida.

Essa mudança de perspectiva delineou-se claramente na reunião preparatória para o encontro da Cúpula Social em Copenhague, 1995, no qual houve uma conferência de prefeitos que, pela primeira vez, foram reconhecidos pela ONU como "autoridades subestatais" (Borja, 1996, p. 79). Conforme análise de Borja, isto representou a percepção de que grande parte da problemática social pode ser tratada localmente, pois, "os processos sociais, econômicos, culturais e populacionais tendem a globalizar-se, mas seus efeitos concentram-se nas aglomerações urbanas e requerem atuações políticas integradas". (Borji, 1996, p.79).

O espaço local pode ser visto como um espaço imediato da ação, ou seja, "o espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação" (Gottdiener, 1993, p. 127).

Algumas análises sobre poder local o colocam como um "terceiro eixo" (Dowbor, 1994) na perspectiva democrática. Até então, a ação dos indivíduos ou dos grupos sobre a transformação social, processava-se via "eixo político-partidário e o eixo sindical-trabalhista". Nessa nova vertente que se abre, acredita Dowbor, abrem-se novas perspectivas para a democracia. Abre-se a possibilidade de uma efetiva democracia participativa.

A revalorização do local coloca-se perante o desafio de percebê-lo como um processo múltiplo e dinâmico. Perceber o local não como uma unidade homogênea, mas como um espaço complexo onde interagem indivíduos, grupos, histórias, traba-

lhos, memórias, significados e significantes entre outras dimensões, isto é, percebê-lo como um espaço aberto a alternativas democráticas e de desenvolvimento. Pode-se dizer, como um espaço privilegiado de participação popular.

O local é também um espaço de disputas entre formas de gestão administrativa opostas, encobertas sob o mesmo discurso de democratização, no qual o centralismo excessivo do Estado é criticado em prol de um processo de descentralização. Entretanto, a descentralização pode ter formas e significados diferentes, principalmente no tocante à distribuição do poder na sociedade. Conforme Munarim (2000), pode ser percebida como processos de transferência de responsabilidade e execução de serviços tradicionalmente centralizados no Estado, o que é o cerne da proposta democratizante do neo-liberalismo. Por outro lado, pode ser considerada como um processo de descentralização dos espaços de decisão, de definição e implementação de políticas públicas. Salienta-se nesse último caso a:

> a descentralização é um movimento centrípeto (da periferia para o centro) do poder; ou seja, trata-se de conquista e do reconhecimento à 'periferia' (entidades da Sociedade Civil e instâncias regionais e locais) de certas capacidades próprias de produção de políticas públicas que, desde um status de política de governo passará a ser política de Estado. (Munarim, 2000, p. 76).

Sob o mesmo discurso, há propostas diametralmente opostas. Uma traz em si uma perspectiva autoritária para o movimento de descentralização, cuja essência é ainda a centralização e manutenção do poder político sob o jugo de elites. Na outra perspectiva, vê-se um processo de valorização dos canais e formas concretas e efetivas de participação dos grupos populares, principalmente os grupos organizados,

percebendo a descentralização como forma efetiva de democratização do poder político. Essa rápida diferenciação entre os significados do processo de descentralização nas esferas administrativas é necessária para que se possa distinguir no processo político local, ênfases diferentes na gestão da cidade, sob o mesmo discurso.

Assim, a análise de experiências que procuraram inserir formas de participação popular nas gestões administrativas municipais tornam-se significativas, num momento em que as administrações vivem o desafio e o dilema da descentralização e participação dos grupos sociais na produção do espaço urbano.

Analisar uma das experiências pioneiras na área de poder local e participação no Brasil, implica a percepção da multiplicidade do local, de um espaço social não-homogêneo e contraditório. Implica também uma perspectiva de análise das diversas dimensões constitutivas do local e, de certa forma, uma tentativa de distanciamento dos vários mitos criados sobre esse período da vida política em Lages.

A década de 70 foi marcante na história política e social de Lages. Foi uma década em que se quebrou a hegemonia política dos tradicionais mandatários locais e iniciou-se uma experiência mais voltada para os grupos populares, com os governos de Juarez Furtado (1973-1976) e Dirceu Carneiro (1977-1982).

Foi um momento em que Lages vivenciou grandes modificações na economia e na estruturação urbana; um momento de busca de alternativas num contexto de crise econômica aguda. Foi também quando ocorreu o esgotamento das reservas de araucárias, resultando no fechamento de grande parte das madeireiras e o aumento considerável da população urbana. No Brasil, estava-se vivenciando o esgotamento do "milagre brasileiro" (politicamente era uma fase de enrijecimento do

autoritarismo militar). É nesse contexto nacional que Lages busca alternativas para enfrentar seus problemas de educação, saúde, habitação e, desemprego, entre outros.

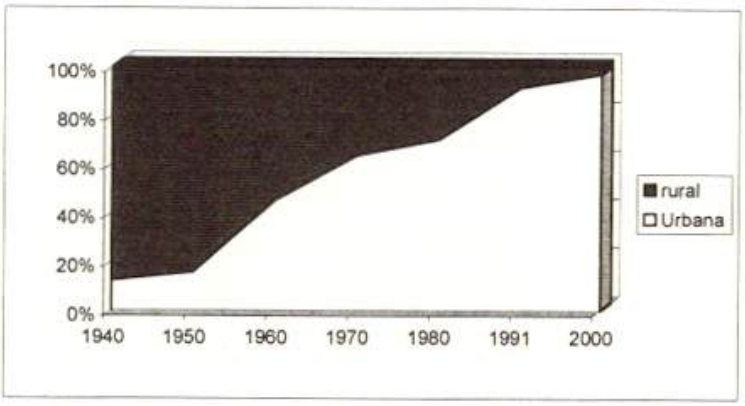
Conforme Munarim (1990), entre as décadas de 30 e 70, houve o fortalecimento das oligarquias locais, enquanto em nível nacional observava-se o fortalecimento do populismo. Essa singularidade da política local pôde-se observar também na década de 70, quando em Lages experimentou-se uma gestão mais democrática e, em nível nacional, viveu-se o auge do regime autoritário.

A década de 70 iniciou com o município vivenciando uma grande crise econômica e a necessidade de buscar alternativas para o desenvolvimento econômico.

Das vilas para a periferia: a crise do setor madeireiro e o adensamento da periferia

Entre 1950 e 1960 a cidade de Lages teve um grande crescimento urbano, em grande parte oriundo de uma migração interna no próprio município, pois conforme os dados do IBGE, das respectivas datas, houve um aumento da população urbana em torno de 189% e um decréscimo na população rural na ordem de 36%. Entre 1960 e 1970, houve um crescimento da população urbana em torno de 137% e também um crescimento da população rural em torno de 12%, o que significou um aumento da população fruto de uma migração externa no município. E entre 1970 e 1980, nota-se um crescimento urbano de 33% e um decréscimo na população rural de 1%. Em termos absolutos, a população urbana aumentou de 34.647 em 1960, para 82.006 em 1970 e 108.727 em 1980. No gráfico a seguir, pode-se observar a representação do crescimento da população urbana em Lages no período.

Gráfico 3- Percentual de população urbana e rural no município de Lages: 1940 - 2000



Fonte: Quadro elaborado com dados censitários do IBGE.

Em meados da década de 60, Lages entrou numa crise econômica, motivada pela crise no setor madeireiro. A exploração madeireira também entrou em crise no resto do país. Seu último impulso fora a construção de Brasília e, aliada a essa relação do mercado nacional, em Lages, a extração predatória e intensiva levou ao esgotamento das reservas florestais naturais.

Lages entrava num novo período econômico, caracterizado pela crise, pelo adensamento da população no espaço urbano, aumento da periferia e dos problemas sociais correlacionados e pela falta de "perspectiva de um novo eixo condutor de desenvolvimento diante do que se esgotara" (Munarim, 2000, p. 109).

Contribuíram para essa crise o fechamento do 2º Batalhão Rodoviário, instalado desde os anos 30, que chegou a empregar na década de 50 cerca de 1.650 civis e em torno do qual formou-se um bairro com aproximadamente 12.000 moradores (Auras, 1991, p. 58).

Outro aspecto foi a falta de planejamento a longo prazo dos setores produtivos locais e a cultura empresarial tradicional, ou seja, "uma certa falta de espírito empreendedor, embora longe de ser determinante, tem contribuído com a lentidão do desenvolvimento industrial da região. É o que alguns chamam

de 'mentalidade bovina do serrano' para expressar o apego às formas tradicionais de produção pecuária" (Munarim, 1990, p.149). Isso, aliado ao não investimento produtivo na região, do retorno de capital obtido com a venda dos pinheirais. Grande parte do capital foi direcionado para o setor imobiliário. Importante salientar que o processo de crescimento da cidade não esteve ligado a um processo de industrialização.

Todos esses aspectos contribuíram para a formação e o adensamento da periferia, grande parte constituindo um grupo de espoliados urbanos.

No processo de migração, dois momentos devem ser considerados. Primeiro, uma migração externa atraída pelas ofertas de empregos nas serrarias e madeireiras, muito forte na década de 60. Em segundo, a partir da década de 70, a migração interna para a cidade, ocasionada pela crise no setor madeireiro, com o fechamento das mesmas e o deslocamento das vilas para a cidade.

A impossibilidade de voltar para o antigo sistema de trabalho (fazendas); expulsão, ou transformação dos antigos campos em terras de reflorestamento e o processo de mecanização dos mesmos. Além disso, a crise no setor de madeiras alastra-se para os setores subsidiários, com o fechamento de micro e pequenas empresas e estabelecimentos de serviços ligados ao setor, assim como salienta Alves:

> Acontece que, ao desaparecerem, as serrarias deixaram em Lages, além de montanhas de serragem, os seus empregados. (...) Com isso, criou-se um excedente de mão-de-obra, parte do qual foi absorvida pelas 290 pequenas indústrias que foram aparecendo, ficando o resto desempregado, a viver de biscates e de trabalhos eventuais. Uma das conseqüências dessa crise localizada é ter Lages a maior zona de meretrício do Sul. Outra, é terem surgido pelos banhados as favelas. Hoje (1980), estima-se que a percentagem da população em idade de trabalhar que não tem ocupação - in-

cluindo-se no cálculo os estudantes e as mulheres que ficam em casa - é de 56,27% do total. (Alves, 1980, p. 24/5).

A vinda para a cidade, processada em dois tempos: primeiro, a morada na vila das serrarias, e depois na periferia da cidade, não representou uma ruptura cultural com o antigo modo de vida, com as percepções de mundo articuladas ou mesmo, com os sistemas de subordinação aos velhos ditames da política. A produção de uma nova sensibilidade, que contribuiria para o rompimento com o sistema de dominação anterior, atribuída à vida na cidade, não foi instantânea, foi sendo forjada nas novas relações de trabalho, de política e de vizinhança, entre outras. Foi no rompimento dessa cultura que a administração local apostava, porém, a história demonstrou que a transformação de cultural política é um processo bem mais longo.

Em seus estudos sobre os grupos sociais em Lages, Munarim demonstra que "as condições com que ocorreu a evasão dos caboclos das roças e fazendas para as serrarias não são geradoras nem são geradas por qualquer processo de crise nas relações sociais e nas relações de produção da época" (2000, p.107), continua afirmando que esse foi um dos fatores que contribuiu para a hegemonia política dos Ramos até a década de 70. Nessa mesma linha de argumentação, pode-se concluir que a forma como se processou o desenvolvimento econômico em Lages e região permitiu a continuidade das relações culturais históricas, que asseguraram a reprodução da cultura política tradicional.

Neste sentido, pode-se afirmar que a vinda para a cidade, ao não implicar uma ruptura com o modelo antigo, engendrou um processo de resignificação dos antigos valores, em que as relações paternalistas com os fazendeiros se reelaboram em posturas eivadas de clientelismo com o poder público local, personificado nas figuras do prefeito e seus auxiliares diretos, nos presidentes de subdiretórios partidários, nos presidentes das as-

sociações de bairro, como também nos representantes do legislativo e nas entidades assistenciais do município.

Esse processo inscreveu-se nas estratégias de sobrevivência desses grupos populares, como salienta Cancline:

> proceso de resimbolizacion, de rituales y del capital cultural heredado y acumulado por la memoria histórica que frente a nuevas condiciones materiales de existencia se transforma proponiendo nuevas combinatorias simbólicas como formas de resolver conflictos de ordem social, económico y cultural en general. (Cancline *apud* Grandis, 1995, p. 8).

Essas novas combinações simbólicas tiveram um papel significativo no jogo político local e foram marcantes para a não-continuidade do grupo na administração municipal.

Muitas das vilas operárias das serrarias transformaram-se em bairros da cidade, adensando a periferia e, como salienta Auras:

> As luzes da cidade atraíram a vasta maioria dos moradores rurais. Mas, se não havia o que fazer no interior, em contrapartida, poucos encontrarão o que fazer na cidade. A ordem econômico-social mantém-se marginalizadora. (1991, p. 61).

O deslocamento para a cidade já foi um segundo momento do processo de saída do campo. Houve um primeiro deslocamento para o trabalho nas madeireiras, onde se iniciou a inserção em uma lógica de relações capitalistas de trabalho, diferente da lógica dos trabalhos na fazenda. Grande parte dessa população que migrou para o urbano eram trabalhadores dessas madeireiras que, com o fim das araucárias, encerraram suas atividades na região. Esse período foi bem caracterizado no relato seguinte:

> A década de 70 iniciou de forma difícil para a cidade de Lages. Este período demarca o final do ciclo da madeira, que tinha alterado todo contexto sócio-econômico, e também democrático, da região serrana de Santa Catarina. As

> reservas florestais tinham sido esgotadas; a maior parte das serrarias, localizadas no interior do município e da própria região, haviam encerrado suas atividades, por falta de matéria-prima; as grandes indústrias madeireiras, situadas no perímetro urbano, estavam em declínio de produção; os contingentes de trabalhadores, liberados das serrarias, aportavam na cidade, em busca de outros lugares de trabalho; as periferias da cidade iam-se ampliando consideravelmente. No setor primário (agricultura e pecuária), as perspectivas eram reduzidas, por força de toda a estagnação que fora produzida no decorrer do período da industrialização da madeira. Na área de prestação de serviços, o sistema de manutenção mecânica e o sistema de transporte, criados para sustentar o ciclo da madeira, também entravam em colapso." (Calazans, 1983 p.8).

Desemprego, miséria, crescimento das favelas, violência, crise política (desestruturação das elites tradicionais) e o sonho do progresso, alimentado nas últimas décadas, ruindo: toda essa migração repercutiu na formação de uma grande periferia, na formação de uma Cidade de Espoliados. O conceito de espoliação urbana foi amplamente trabalhado por Lúcio Kowarick, em fins da década de 70. O autor procurava mostrar que com o desenvolvimento do sistema capitalista, auxiliado pela intervenção do Estado no espaço urbano, criava-se um sistema de exclusão de grande parcela dos grupos populares.

Assim, nesse primeiro momento, o conceito de espoliação dava ênfase à análise das condições estruturais do processo de exclusão social na sociedade capitalista. Salientava-se que a dinâmica de acumulação do capital e o conflito de classes inscreve-se na cidade, na produção e reprodução de espaços sociais diferenciados. A parte mais pulsante desse processo é a "segregação socioeconômica e espacial imperante nas áreas desigualmente providas de bens e serviços" (Kowarick, 2000, p. 99), salientando-se aí a formação de periferias nas cidades, espaços

nos quais a população tem parcos acessos aos bens de consumo coletivo. Forma-se assim um processo múltiplo de exploração do trabalho e espoliação desses grupos.

Através desse conceito, explicava-se os processos de exclusão e inclusão dos grupos populares, produzidos com o apoio do Estado, no espaço urbano e no acesso aos benefícios do crescimento econômico. Muitos trabalhos em Lages, sobre movimentos sociais, foram escritos tendo como uma de suas âncoras esse conceito estrutural de espoliação.

Na década de 90, fruto de diversas análises do autor, houve um redimensionamento da noção de espoliação urbana, articulando a noção anterior com a perspectiva de "produção de experiência", em que se enfatizam também as "produções simbólicas realizadas por atores que confeccionam discursos com sinais positivos ou negativos sobre uma situação concreta de exclusão, a partir da qual estruturam as orientações de suas ações coletivas" (Kowarick, 2000, p. 14).

Essa nova ênfase amplia o quadro explicativo e procura dar conta da participação do indivíduo no processo:

> Isso significa dizer que as condições materiais objetivas, de per si, não constituem o motor das transformações sociais, pois o que importa é o processo de produção de experiências do qual decorrem os significados que ele passa a ter para múltiplos e freqüentemente opostos atores sociais. (Kowarick, 2000, p. 83).

Salienta-se ainda que, no mesmo grupo de atores, os significados podem ser opostos, no qual se deveria incluir perspectivas de *habitus*[45] e capitais culturais diferenciados. Essa ampliação do conceito, incluindo-se a dimensão da subjetividade

[45] O conceito de *habitus* é utilizado por Pierre Bourdieu para designar o "princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas" (1996; 21).

social, do valor da experiência e da produção simbólica desse processo, pode ser uma chave explicativa interessante na análise dos movimentos e organizações populares, estruturados a partir da prática administrativa da equipe Dirceu Carneiro (1977-1982) e da ruptura processada nessa atuação com as eleições de 1982, em que a tradicional elite econômica e política reassumiram a prefeitura.

Isto pode ajudar ainda a encontrar os pontos nodais desse processo, mostrando como "autoconstrução, reivindicação por terra ou serviços públicos, podem tanto apresentar pouca capacidade de transformação no sentido de visar a resultados parciais e isolados, como, ao contrário, implantar-se dentro de um processo de confronto radical e estratégico" (Kowarick, 2000, p.71). A questão subjacente leva a indagar sobre o ponto nodal dessa relação.

Muito já se produziu procurando demonstrar porque uma administração com estilo altamente participativo e democrático não conseguiu fazer o seu sucessor na eleição de 1982. Não é objetivo desse trabalho entrar nessa análise, porém, cabe levantar algumas explicações, já analisadas nos trabalhos mencionados sobre Lages. Foi fruto, primeiro de uma ampla articulação do poder político estadual e federal em aliança com as forças políticas tradicionais, representantes das antigas oligarquias e dos setores empresariais, que investiram largamente numa política assistencialista, investindo na noção de governo paternalista em contraste com o governo local que pregava autonomia da população; segundo, contribuíram também os dilemas impostos pela cultura clientelista, com cujas práticas democratizantes da equipe não conseguiram romper; terceiro elemento: a desarticulação interna do partido, MDB, fruto de disputas entre facções divergentes. Todos esses elementos certamente contribuíram para a não-continuidade dessa experiência.

Em Lages, como muitos trabalhos demonstram (Munarim, 1990; Martendal 1980, Ribeiro, 1988; Auras, 1991), a periferia da cidade transformou-se no espaço social dos espoliados, formada por migrantes, em locais desprovidos dos serviços urbanos básicos, deficiências no acesso à educação, saúde e trabalho. A título de exemplo sobre o tamanho dessa periferia, num trabalho realizado em 1982 (Paes, 1982) menciona que 60,65% da população urbana concentrava-se na periferia. Os outros 39,35 % viviam no centro e nos bairros próximos.

Foi com o trabalho voltado a esses grupos e com a participação dos mesmos que foi elaborada uma proposta de cidade, a qual se encontrava sintetizada no plano diretor para a cidade elaborado no período. Da periferia, marcada pela sombra da cidade central, repensou-se Lages.

Enfim, esse foi o início da década de 70 em Lages, que ficou marcada pela busca de alternativas sócio-político-econômicas e pelas experiências na gestão administrativa.

Da velha oligarquia ao novo populismo

Em pleno regime autoritário, nas eleições municipais de 1972, assumiu a Prefeitura Municipal de Lages Juarez Furtado pelo partido da oposição, o Movimento Democrático Brasileiro - MDB. Para sua vitória, foi tecida uma ampla gama de alianças, algumas explícitas, como o apoio de facções da antiga oposição (UDN), outras não tão explícitas como o apoio da velha oligarquia dos Ramos.

Sua vitória foi considerada como o marco do fim da política dos coronéis na região (Munarim, 1990; Costa, 1982; Alves, 1980; Silva, 1994; Andrade, 1996), porém, é inegável que sua eleição teve a contribuição dos antigos coronéis. A vitória de Juarez Furtado nas urnas deveu-se em parte também, à quebra dos laços de compadrio e ao nascente operariado local (Munarim, 1990; Alves, 1980).

Historicamente, na formação do MDB em Lages, houve a presença dos antigos integrantes do PTB e da UDN, conforme Silva:

> Com o bipartidarismo imposto ao país, a maior parte da família Ramos enquadra-se na Aliança Renovadora Nacional - ARENA-, juntamente com as elites surgidas no apogeu da exploração da araucária; e os correligionários de Aristiliano Ramos, que antes pertenciam à UDN passam a dar apoio ao MDB. (1994, p. 34).

Na eleição, a legenda do MDB era composta de duas candidaturas, Juarez Furtado e Dirceu Carneiro como candidatos na primeira sublegenda, e Laerte Ramos Vieira e Clito Zappelini Neto na segunda sublegenda. Pela ARENA, concorreram Nilton Borges da Costa e João D´Ávila Vieira, representando segmentos do empresariado local, aglutinados em torno do slogan "Movimento Pró-Lages" e Remi Goularte e João Argon Preto de Oliveira, ligados à tradicional oligarquia Ramos. Essa última sublegenda da ARENA renunciou em setembro de 1972, pouco antes da eleição (Silva, 1994, p. 51).

Após a renúncia desses candidatos, houve declaração pública de apoio aos candidatos do MDB, por parte da viúva de Vidal Ramos Júnior (ex-prefeito), bem como do prefeito Áureo Vidal Ramos, ambos da Arena e lideres expoentes da liderança dos Ramos (Silva, 1994). Essa declaração de apoio fortaleceu o MDB. O partido, que já tinha um bom apoio na periferia da cidade, pelos votos oriundos dos antigos petebistas, tornou-se mais forte com o apoio de elementos-chaves do antigo PSD, ligados à oligarquia Ramos, não esquecendo que havia na periferia da cidade, pela origem desses grupos, uma identificação com a oligarquia Ramos, conforme estudo feito por Elizabeth Silva (1994). Aqui presentes, os elementos de resignificação de antigas alianças, onde a personificação dos antigos líderes ainda era forte e:

> não só Laerte Ramos Vieira, há que salientar, obteve apoio de grupos da ARENA, identificados com o seu passado de udenista. Juarez Furtado também será ungido pelas "benesses" de pessedistas incrustados na sigla arenista. (Silva, 1994, p. 54).

Para a autora, o apoio ao MDB também pode ser visto como uma última tentativa dos Ramos pessedistas de deter um pouco de poder político, possibilidade que viam como remota no candidato da ARENA, ligado mais às elites surgidas com o ciclo da madeira. O rompimento com a política dos coronéis e com a elite política tradicional ocorrerá na próxima eleição, com a vitória de Dirceu Carneiro (1976), pelo MDB também.

A esse dado acrescentou-se o fato de que os dois partidos possuiam o mesmo discurso, em que se salientava a promoção da industrialização, através da implantação de um parque industrial que viria responder aos problemas de desemprego, a representatividade de amplos setores da sociedade, bem como procuravam sintetizar as imagens de progresso e de modernidade.

Nessa gestão, algumas mudanças significativas no espaço urbano foram empreendidas. Foi criada por decreto municipal uma área industrial, com o objetivo de incentivar a implantação de indústrias na região e resolver uma parcela do desemprego local.

Na área central da cidade foi construído o Calçadão, sendo que, a exemplo de Curitiba, a criação desse espaço público foi feita em um local já tradicional na cidade, de importância simbólica e social. As esquinas dessas ruas, que foram transformadas em Calçadão, já eram pontos importantes de sociabilidades, negociações e vivência local. Dizem que os bares de cada esquina eram reservados a grupos específicos, como os comerciantes, os fazendeiros, os políticos e os integrantes de um mesmo partido. E, com a criação do Calçadão, alargou-se esse espaço antes restrito aos bares, esquina e praça. Um dos "causos" da cidade mais contados sobre esse espaço relata que

ali foi o "escritório" onde os fazendeiros se reuniam para negociar boiadas. A pedestrianização dessa praça foi um marco na intervenção urbana e, em conjunto com a criação do setor industrial, marcaram a proposta de cidade dessa primeira gestão oposicionista.

Juarez Furtado teve uma administração tipicamente populista, caracterizando populismo como "fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, considerado como agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes" (Incisa, 1992, p. 980).

Conforme Alves, foi uma "administração criativa e modernizante, porém clássica" (1980, p. 26). Uma vez que se preocupava basicamente com obras e ações de visibilidade, voltadas basicamente para a área urbana central, como a construção de avenidas, calçadão, iluminação, etc. O prefeito possuía uma boa inserção nos grupos populares, costumava freqüentar batizados, passando por casamentos a velórios. Mesclou uma prática de compadrio e clientelismos com ações populistas.

Por sua vez, foi um período que abriu caminho para novas possibilidades no campo administrativo, com um jogo de forças mais equilibrado entre as velhas oligarquias e essa nova elite política que estava despontando. A vitória do seu sucessor Dirceu Carneiro marcou definitivamente a crise na velha oligarquia política.

Entretanto, a perspectiva de cidade não mudou, o ideal de progresso, industrialização e urbanização foi alimentado nessa gestão. A construção de infra-estrutura, a busca de indústrias, tudo isso alimentando a "utopia de cidade", construída desde a década de 40 em Lages. Contudo, algumas modificações no estilo político já se faziam sentir, principalmente no incentivo à organização popular via subdiretórios do partido e na prestação de serviços públicos.

Alguns discursos de participação popular começavam a ser adotados pela administração, porém esse processo inicial foi conduzido de "forma autoritária e demagógica" (Ferreira, 1991, p. 4).

Nessa primeira gestão, é importante salientar duas ações da prefeitura: primeiro, a criação do distrito industrial e, segundo, a criação de um Calçadão na área central da cidade.

Assim que assumiram a prefeitura em 1973, Juarez e Dirceu Carneiro participaram de um curso de administração, pública promovido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM (Correio Lageano, 14/01/73). No final do mesmo mês, técnicos do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM e Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - SERFHAU, visitavam Lages (Correio Lageano, 26/01/1973). Com esse apoio, delineavam-se as ações do executivo, voltadas à estruturação de um gabinete de planejamento, à criação da empresa lageana de urbanização, de um novo plano diretor e à promoção da industrialização de Lages (Silva, 1994).

Essa orientação administrativa enquadrou-se na política de administração municipal incentivada pelo IBAM e SERFHAU, conforme Egler:

No quadro dessa conjuntura histórica, o Estado foi reconhecido como o lugar no qual se organizavam os diferentes interesses dos agentes que atuavam no processo de construção do espaço. O planejamento foi entendido como instrumento capaz de estabelecer prioridades, hierarquizar investimentos, ordenar especialidades, atender às necessidades sociais de equipamentos de consumo coletivo. (1991, p. 173).

Assim, sedimentou-se a necessidade de atuar em duas frentes: no planejamento urbano e na industrialização. Na área urbana, buscando promover medidas de impacto e de alta visibilidade, como o calçamento das ruas, o Calçadão no centro da cidade e a criação do setor industrial, com incentivos para a instalação de indústrias.

Conforme Silva (1994), com uma gestão orientada ao urbano, teve amplo apoio da classe média, já apresentando percepções e orientações diferenciadas de seu vice que se elegeu prefeito nas eleições de 1976.

Das sombras da cidade um novo projeto urbano.

Em 1977, assumiu a administração Dirceu Carneiro, vice-prefeito na gestão anterior. Iniciou-se um processo de ruptura com as gestões anteriores. Ruptura no plano político, administrativo e ideológico. A situação socioeconômica não se havia modificado, muito pelo contrário, havia aumentado a crise local no qual:

> A agricultura e a tradicional pecuária do município continuavam estagnadas. As duas fábricas de papel, longe da cidade, mantinham sem alteração os seus quadros de pessoal, sem criar novos lugares de trabalho; eram na verdade, a principal fonte de receita para os cofres do município. As populações de periferia permaneciam em seu Estado de marginalização. (Calazans, 1983, p. 13).

É neste contexto de agudização da crise que se iniciou a gestão "Lages: a força do povo". A administração procurou implantar uma gestão participativa e alternativa para enfrentar a crise econômica e urbana. Essa gestão tentou romper com as anteriores ao centralizar suas atenções na periferia e na busca de alternativas econômicas, centradas principalmente na área agrícola. Foi a cidade e a sua gestão vistas sob uma nova ótica: uma ótica de organização e participação popular.

Alguns princípios básicos norteavam essa administração, tais como: organização e participação popular; a busca de alternativa econômica ao modelo industrial; a importância da agricultura; a educação como princípio libertador e organizativo e a importância da memória, da história e da cultura popular (Calazans, 1983, p. 19/20).

Foi um período de reconfiguração do poder local, em que buscaram novas relações entre o público e o privado, entre governo e a sociedade local. Buscaram a construção de novas parcerias, procurando romper com as práticas clientelísticas e assistencialistas. Nessas práticas o governo local era visto como principal empreendedor e responsável pela resolução dos problemas da localidade, personificados nos indivíduos que esperavam a por um tratamento individual.

A equipe Dirceu Carneiro procurou romper com essas práticas, tendo por princípio que a resolução dos problemas locais só era possível com a participação da sociedade. Uma participação que envolvesse prioritariamente a sua organização; conforme Dowbor (1994) essa mudança na prática política com ênfase na participação direta da população, constitui-se num "eixo estratégico" de transformação do processo de decisão sobre o desenvolvimento econômico e social. É um processo de abertura de novos espaços de democracia e autonomia da população. Tal prática delinea-se, por exemplo, na organização das localidades rurais, formando os núcleos agrícolas, configurando-se num exercício de gestão coletiva pelos pequenos agricultores, do equipamento agrícola cedido pela prefeitura.

Na área urbana foram desenvolvidos alguns projetos especiais, que podem ser divididos em dois grandes grupos.

a) Projetos que visavam à organização da população para resolução de seus problemas:

- criação da associação dos moradores de bairro;
- projeto de hortas comunitárias e Hortão: preocupado com a qualidade da alimentação de grupos populares na periferia, o poder público coloca à disposição dos mesmos terra para projetos de horta, com assessoria técnica. O Hortão é também um espaço de geração de emprego para famílias mais carentes;

- projeto de habitação: com objetivo de produzir alternativas habitacionais para famílias carentes, com renda mensal de até dois salários mínim os. Foi feito um loteamento no qual as casas eram feitas em mutirão[46]. Grande parte do material de construção era coletado no município, através de doações ou reaproveitamento de demolição[47];
- projeto de medicina preventiva: construção de postos de saúde nos bairros (junto com a associação de moradores), investimento em educação, medidas de higiene, saneamento e o resgate de uma cultura local no tratamento da saúde com ervas medicinais;
- criação da Associação Lageana de Pequenos e Médios Comerciantes: com o objetivo de reduzir os custos, através da aquisição coletiva de um maior volume de mercadorias, possibilitando assim a esses pequenos comerciantes a diminuição dos preços para o consumidor final que, na sua grande maioria, eram moradores da periferia da cidade;
- criação da associação de pais e professores.

b) Projetos de educação popular:

- projetos de medicina comunitária;
- projeto de teatro (Gralha Azul);
- projetos culturais (Gralha Azul);
- projeto de educação formal: baseava-se em duas dimensões centrais - valorização da cultural local e da experiência do aluno através de uma educação contextualizada, e participação dos pais e comunidade em geral no processo de ensino.

[46] Muitos analistas discutem a utilização do mutirão como uma forma de exploração do tempo livre do trabalhador, na resolução de problemas de responsabilidade da administração pública. Nesse caso percebe-se o mutirão como uma forma conjunta de resolução dos problemas coletivos.

[47] A prefeitura facilitou, através de isenção de taxas, os pedidos de demolição, em troca da doação do material para as casas.

Grande parte desses projetos não se restringiram ao urbano, sendo que alguns eram específicos ao meio rural, como as associações agrícolas. A organização desses trabalhos seguiam alguns princípios básicos, como:

- mobilização das camadas populares, moradoras da periferia da cidade, para a busca de soluções conjuntas para seus problemas;
- incentivo à participação no processo administrativo. Os grupos organizados deliberavam sobre assuntos de interesse comum, definindo formas de ação e busca de recursos;
- superação das práticas tradicionais do fazer político, baseado tradicionalmente nas práticas paternalistas;
- resgate da cultura e saber local na busca de desenvolvimento alternativo para o local.

A organização dos grupos na área urbana foi um dos instrumentos de participação da comunidade na gestão municipal – com certeza, um instrumento efetivo de democratização da gestão da cidade, não somente nos períodos de concretização da obra, mas também na concepção e gestão dos recursos.

Os governos locais sempre enfrentavam o desafio de buscar soluções e alternativas para o desenvolvimento, e a proposta colocada em prática em Lages foi de enfrentar esses desafios junto com a localidade, com uma política voltada para as camadas populares.

Um dos trabalhos de destaque desenvolvido pela administração começou nos bairros, com o projeto "Viva seu bairro", o qual teve suas origens na gestão anterior, sendo rearticulado e redefinido pela equipe Dirceu Carneiro. A partir desse trabalho, incentivou-se a organização dos bairros, com a criação das Associações de Moradores e fortalecimento das ações coletivas.

Esse representou um período de ruptura com o projeto de cidade e com a sua percepção construída anteriormente. Até 1976, as atenções estavam voltadas ao núcleo central da cidade, com incentivo à industrialização, à construção de grandes avenidas, ao asfalto, enfim, desenvolviam-se ações de visibilidade e criação de infra-estrutura voltada à instalação de grupos econômicos e a industrialização: foi o sonho da indústria, na busca do progresso. Nessa gestão, a indústria não era vista como solução para os problemas econômicos do município nem como possibilidade de desenvolvimento ou portadora de progresso para a região. Desenvolveu-se uma política de apoio e incentivo às atividades agrícolas, trabalhando com o que chamavam de "vocação agrícola" da região. Longe de buscar a solução nos grandes projetos agroindustriais, foi desenvolvido um trabalho na organização e capacitação dos pequenos e médios proprietários. Conforme o prefeito:

> o principal problema da cidade de Lages, (...), é o inchamento da sua população. Essa gente vem para a cidade porque não consegue no campo recursos suficientes para ter uma vida decente. Então, não adianta nada falar em estancar o êxodo rural se não se constróem alternativas econômicas para o peão e o agricultor. (Dirceu Carneiro apud Alves 1980, p. 28).

Buscou-se fixar o homem no campo, incentivando a organização e possibilitando-lhe assessoria técnica e comercial. Ao mesmo tempo, procurou-se conter o deslocamento populacional para a periferia da cidade.

A percepção que foi sendo gestada era de uma cidade centrada na qualidade de vida de todos os moradores, na busca conjunta da solução para os problemas comuns e na valorização da cultura local. Como as cidades são múltiplas, constituem-se por excelência num espaço de lutas, conflitos, relações

de força e poder e de muita resistência por parte de grupos da elite econômica e política tradicional. Confronto de forças que se delineam nas ruas, nos grupos, nos jornais e configuram-se em apoios e críticas.

Esse conflito, no que diz respeito à produção do espaço urbano, foi explícito no embate travado no projeto de um novo plano diretor para a cidade e no Programa Municipal de Habitação Popular.

Programa Lageano de Habitação Popular: lições de cidadania na casa própria.

O processo de expansão urbana em Lages produziu espaços de moradia diferenciados. Essas configurações espaciais foram-se modificando historicamente, porém a matriz básica foi a mesma: de valorização das áreas próximas ao centro histórico e de ampliação da periferia.

A questão da moradia, da habitação popular, com o rápido crescimento da população, representava um dos graves problemas sociais a serem solucionados com a intervenção do Estado. Na década de 50 havia incentivos municipais para a aquisição de lotes; foi com a participação do Governo Federal iniciado um programa de habitação popular (Bairro Popular). Em 1968, a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC iniciou um projeto para construção de 1.044 casas populares, as quais em 1973 estavam inacabadas. Nessa época, a COHAB/SC encomendou uma pesquisa para levantamento de demandas de novos conjuntos habitacionais (Krügel et all, 1973) e a síntese do trabalho mostrou que haveria demanda para construção de mais casas populares (na década de 80, são empreendidos, pela COHAB, mais dois conjuntos habitacionais). Esses elementos foram informativos da necessidade de programas habitacionais na região.

Na administração Dirceu Carneiro, para resolver o problema habitacional de parcela da população que morava em favelas na periferia, cuja renda insuficiente não permitia a entrada nos programas habitacionais do governos estaduais e federais, foi desenvolvido o Programa Mutirão. A prefeitura fez um loteamento com 960 lotes dotados de infra-estrutura básica e as casas foram construídas em Mutirão: esse loteamento deu origem ao bairro Habitação.

Localizado próximo ao bairro universitário, já havia sido apontado pela população como um dos preferidos para a construção de um conjunto habitacional popular, pela relativa proximidade ao centro da cidade .

A questão da habitação, assim como de outros projetos, tinha por princípio promover a participação da população em todo o processo.

Os grupos organizados, junto com o poder público, faziam coleta de material para construção. Buscavam, inclusive, material alternativo, como era o caso dos sacos plásticos de leite para o isolamento das bases da casa e a substituição da madeira nobre dos caibros pela madeira da bracatinga (árvore resistente, abundante na região e bem mais barata) . Os próprios moradores e vizinhos construíam a casa.

Essa ação era incentivada com propagandas como essa abaixo, conclamando os habitantes da cidade a ajudar com doação de material ou trabalho:

> ... Faça sua contribuição. Se você não dispõe de material algum, empreste seu trabalho. Dedique um dia ajudando a construir uma casa. Muita gente já faz e vem fazendo isto. É Lages resolvendo o problema da casa própria em casa. (Foulder, 1980)

O interessante nesse projeto habitacional é que se definia somente a estrutura básica da casa, com aproximadamente 36

metros2, sendo que o acabamento ficava por conta do proprietário, que definia, na medida do possível, o estilo.

Com relação à moradia própria foi indiscutível sua importância econômica e, principalmente simbólica, na estrutura familiar e em suas estratégias de sobrevivência.

Nesse aspecto, Kowarick (2000) traz um elemento importante para a análise que é a percepção da moradia como o "locus" privilegiado da formação do cidadão privado. Observa que a mesma desempenha um importante papel como ponto de articulação dessa dimensão que, como menciona, pode estar em conflito com a própria noção de cidadania, já que esta implica a noção de direitos coletivos. Contudo, essa dimensão da cidadania tem-se constituído num elemento significativo da cidadania coletiva, importantes na definição e compreensão do indivíduo como sujeito no seu cotidiano – como pode-se observar no depoimento de uma moradora desse conjunto, sobre o que representou a casa em sua vida:

> Eu vivia que nem pedra de rio, rolando de um lugar para outro. Agora, graças a Deus, já tenho pouso. Valeu a pena. No princípio acordava às cinco da manhã e vinha para cá a pé, porque não tinha dinheiro para a condução. Muitas vezes perdia o dia, por falta de material. Mas minha casinha está pronta e esse sacrifício todo foi recompensado. (apud Alves 1980, p. 61).

Nesse processo de construção da própria moradia, estratégias de autoconstrução, observa-se a busca da diferenciação, da singularização das moradias, onde eram feitos aumentos e decorações variadas:

> Há uma casa com uma passarela de entrada forrada de cacos de azulejo multicoloridos, levando a porta principal, emolduradas também por azulejos catados em refugos de material. (Alves, 1980; 57).

Tal perspectiva de construção popular entrou em contraste com diversos planos habitacionais empreendidos pelo Estado, que homogeneízava as moradias, mesmo quando o planejamento era de uma cidade inteira, como foi o caso de Itá[48].

Pode-se perceber que a participação nesses mutirões, seja da construção da casa própria, nas melhorias para o bairro, na construção do centro de saúde ou seja nas hortas, configuram o local como o:

> lugar privilegiado da vida e de suas relações (sempre impregnadas de pessoalidade). É o lugar dos laços afetivos do aconchego, das emoções, da energia vital, do sentir-se em casa. É o lugar, por excelência, de realização do (com)viver, do compartilhar a vida, da vida em comum, da comunidade de ação e da fala (comunicação, em suma), enfim, da comunidade que se faz identidade. (Rubim, 1996, p. 73).

Por outro lado, permitia ao indivíduo, além da construção da identidade comunitária, tornar-se sujeito no processo de desenvolvimento local.

A imagem dessa experiência foi divulgada em diversos locais. Nesse período, Lages tornou-se um laboratório de participação popular. Atualmente, muito dessa experiência faz parte da memória de quem a vivenciou. Observam-se desde defensores absolutos da idéia a opositores ferrenhos da mesma. De 1993 para cá, algumas tentativas foram feitas na área de promoção da participação popular, como uma tentativa incipiente de orçamento participativo, também realizando trabalhos de valorização da cultura popular na periferia da cidade, mas com certeza, sem o simbolismo e o "glamour" da década de 70.

---

[48] Itá é uma pequena cidade do Oeste de Santa Catarina que foi relocada para a construção de uma hidroelétrica. O planejamento da cidade e das casas contou com participação pequena da população, e seguiu cinco padrões básicos para construção das moradias. Essa uniformização, observada só com a nova cidade pronta, entrou em conflito com a percepção do que deveria ser a cidade e a moradia para os moradores. (Peixer, 1993).

Plano Diretor: o direito à cidade.

Na gestão de Dirceu Carneiro foi projetado um novo plano diretor para a cidade, tendo por base a participação popular na sua elaboração e gestão. Assim que assumiu a prefeitura, Dirceu, encaminhou alguns técnicos da área de planejamento urbano para o IBAM. A necessidade de um novo plano diretor para Lages, a partir de orientações do SERPHAU, já era apontado na gestão anterior. Para desencadear esse processo foi formada uma equipe técnica, composta por profissionais da área de arquitetura e por uma comissão interna multidisciplinar, com profissionais da área da educação, economia, história e comunicação. Adotou-se também a prática de reuniões setorializadas com os técnicos da prefeitura por área específica, como por exemplo, educação, cultura, esporte, habitação, saúde e outras, para discussão e delineamento interno dos encaminhamentos do plano diretor.

Esse novo plano seguiu três eixos norteadores:

- análise da estrutura urbana: identificando os pontos dos serviços comunitários, tipo de ocupação do solo urbano e sistema viário;

- levantamento histórico / cultural da ocupação urbana;

- participação popular no processo de elaboração do mesmo.

Esse último, sempre ressaltado pelos gestores, qualificando a forma e o tipo de participação da população, em contraposição à participação popular como mera legitimadora dos projetos dos planejadores públicos, era:

> e complementávamos essa informação com uma variável nova que era a participação popular; então a terceira fonte de informação. Porque formava um tripé, era a discussão no bairro, mas não uma discussão aonde você levava 'o que vocês querem aqui?'. Não. Uma discussão aonde na verda-

> de nós juntaríamos os outros dois pontos que era a informação física, com a informação histórica. Que isso possibilitava você ter uma identificação real do que estava acontecendo com a cidade, que ele contasse o seu dia-a-dia e também uma informação aonde nos dava o que estava acontecendo no bairro. (entrevista com um dos integrantes da equipe - arquiteto, 09/05/97).

Dois elementos são importantes e inovadores nesse processo: primeiro, a análise histórica da formação e ocupação dos bairros, necessária para delimitar os aspectos culturais da produção urbana; segundo, a ênfase na participação popular.

A participação popular na elaboração e gestão de políticas públicas, atualmente, é um elemento presente no discurso de muitos gestores públicos, porém, em fins da década 70 era inovador. Era o auge do sistema militar, em que o Estado era concebido como o principal agente do desenvolvimento, cabendo a ele definir as políticas urbanas e formas de implantação. Inclusive, um dos desafios atuais na elaboração de planos diretores " é inventar procedimentos democráticos para a participação popular na política urbana" (Egler, 1991, p.74).

Esse foi um dos elementos fortes na gestão de Dirceu Carneiro, reconhecida nacionalmente pela participação popular. Em pleno regime militar, a experiência em Lages foi significativa e transformou-se em marco nas gestões municipais. Nas palavras do prefeito:

Aqui o processo de organização dos grupos de natureza reivindicatória, participativa, esportiva ou produtiva agrária / urbana, tinham no seu bojo exatamente o exercício da cidadania de opinar, discutir, pensar e apontar o caminho que melhor lhe conviesse, e essa discussão e consciência fez com que as pessoas participassem do planejamento da cidade. O plano diretor foi o pioneiro no Brasil que consultou todas as classes sociais, onde elas moravam, todos opinavam, discutiam e todos compreende-

ram o que são mecanismos políticos do planejamento urbano, isto é, privilegiar, se for feito sem a dimensão da participação de um setor, áreas ou classes sociais, e o planejamento é um instrumento ideológico, o orçamento do município é a peça mais importante de planejamento e investimento. (apud Caminha, 1992).

Em que pese um pouco de apologia nas palavras do prefeito, é inegável a importância da participação dos diversos grupos na elaboração do plano diretor, ressaltando-se a importância de pensar o processo como um elemento de aprendizagem e de conquista da cidadania. É, entretanto, um processo inacabado, interrompido, o qual para ser entendido deve ter analisadas as tramas da objetividade - subjetividades presentes nas relações e concepções de cidade e lideranças políticas.

Interessante observar a justificativa do novo plano diretor, quando o esse foi encaminhado para a Câmara dos Vereadores, para uma análise, em que se salientava ser este plano uma síntese dos trabalhos da gestão Dirceu Carneiro:

> A lei do plano diretor urbano de Lages ... é uma síntese de todo o esforço empreendido pela administração Dirceu Carneiro, na qual a população lageana, através dos seus diversos segmentos organizados se fez presente, nas decisões, ao participar da elaboração do projeto que define o rumo que tomará o desenvolvimento social, econômico e político urbano da cidade de Lages ... O resultado desse trabalho, que concretizamos nesse projeto de lei, temos a certeza de ser a aspiração do povo lageano, em sua maioria, que pela primeira vez na história tem a oportunidade de atuar conjuntamente com seus representantes nos projetos que outrora eram elaborados em gabinetes, alheios à realidade local. (Justificativa ao projeto de Lei Municipal nº. 016/1982).

Para a elaboração desse plano, a Prefeitura montou uma equipe formada por jovens arquitetos, recém-formados e um urbanista com experiência profissional na Europa, além do apoio

do prefeito, também arquiteto. O que se salientava nos discursos da equipe era a intenção de "reverter as prioridades", dar um novo encaminhamento, um novo planejamento à cidade. Nas políticas anteriores e como se demonstrou nos capítulos precedentes, a cidade era pensada como sendo um espaço funcional, com zonas industriais, comerciais e residenciais bem definidas. Por outro lado, grande parte dos investimentos e regulamentações dirigiam-se ao centro da cidade, transformando os locais periféricos em espaços de negociação. Por sua vez, no centro, as regulamentações eram gerais o suficiente, permitindo a máxima lucratividade do espaço.

O discurso de "reverter as prioridades" não estava somente direcionado ao planejamento urbano da cidade. Em todos os projetos do executivo transparencia a necessidade de valorização da periferia, dos grupos populares e do investimento prioritário na agricultura. Essa foi uma quebra do paradigma dominante, que tinha como metas a industrialização do município e que buscava a modernidade pela intervenção no centro da cidade, articulando-se assim também uma quebra do pacto territorial estabelecido.

Mas as armadilhas foram muitas nesse processo. Como salienta Rolnik ao falar sobre a primeira gestão do PT em São Paulo, onde se buscou, segundo sua análise, também uma inversão de prioridades, "a experiência do poder mostra que isso é bem mais complexo e que as armadilhas do clientelismo são bastantes poderosas. E se refazem, e se reconstituem, de certa maneira: isso engole também o desejo de ruptura" (1999a, p. 153). Assim, esse plano diretor de Lages encontrou muitos obstáculos para se efetivar, principalmente entre os empresários e o setor imobiliário.

Na busca dessa nova cultura política, "construída em oposição à noção de identidade municipal, vinculada à história das elites dominantes, à relação fisiológica e clientelista com os donos do poder" (Bittar; Coelho, 1997, p. 348), muitos conflitos e embates

foram travados e os mesmos ficaram delineados na cidade.

Faz-se necessária uma breve exposição dos elementos dessa proposta de Plano Diretor, a seguir. Foi um plano sucinto com 39 artigos (o anterior tinha 78 artigos), que definiu e delineou as estratégias para o desenvolvimento urbano. Esse Plano Diretor, em seu artigo segundo, definiu as diretrizes básicas para:

- arruamentos;
- zoneamento de usos;
- sistema viário;
- áreas de preservação;
- áreas de interesse histórico-cultural;
- áreas de urbanização especial.

Observe-se, nesses princípios, a inclusão de áreas de preservação e áreas de interesse histórico - cultural, elementos que não estavam presentes no anterior e que demonstram já uma nova orientação à cidade.

Divide a área urbana em:

- Setor Comercial Central;
- Setor Comercial Coral;
- Setor Comercial - Cultural;
- Setor Corredor de Comércio e Serviços;
- Setor Industrial;
- Setor Institucional (Morro do Posto);
- Setor Institucional Misto;
- Setor Entreposto de Transporte;
- Setor Residencial Ocupação Intensiva;
- Setor Residencial Ocupação Extensiva.

Nessa divisão, observa-se a divisão dos setores comerciais do Coral e do Centro da Cidade, a criação de um setor de entreposto de transporte e de um setor institucional. O tratamento diferenciado entre Centro e Coral demonstrava e assumia a diferença histórica de formação desses dois setores, legalizan-

do uma autonomia entre os dois. O setor institucional marcou a presença de instituições do governo federal e estadual que se concentravam na região desde o início do século e o setor de entreposto de transporte, tendo em vista a expectativa de crescimento na área de transporte, bem como de atender:

> uma aspiração natural do município e de sua sede, de vir a ser um entreposto de transporte rodo-ferroviário com a conclusão da BR-282, optamos pela definição de um setor que se destine a terminal de transporte, localizado junto à intersecção da BR-282 com o contorno viário sul, ligando a BR-116 à rede ferroviária. (Justificativa ao projeto de Lei Municipal nº. 016/1982).

Além desses, previa a criação de áreas de preservação permanente, de urbanização especial e de preservação histórica. Nas áreas de urbanização especial, destacavam-se os setores de ocupação irregular, cuja propriedade da terra não pertencia aos ocupantes; nesse sentido, o Plano definia que qualquer medida de urbanização, teria de ser feita após uma consulta prévia dos ocupantes.

Sabe-se que a ocupação irregular é uma prática constante na ocupação do espaço urbano, que nos remete a estratégias de sobrevivência dos grupos populares. A literatura sobre cidades demonstra que coexistem lógicas diversas de urbanização: uma que protege e define claramente os limites e as leis para os territórios privilegiados; a própria normatização é uma forma de proteção desses espaços. E a outra, lógica, que negocia constantemente sua inclusão/exclusão na cidade, começando pela ocupação, definição e utilização de serviços urbanos.

Colocando-as na definição do Plano Diretor já dava às mesmas condições de existência, no sentido de que o reconhecimento da ilegalidade permitisse negociações dentro do sistema legal e não nas sombras da ilegalidade; por outro lado, procurava romper com os anéis do clientelismo, ou seja, com as possíveis negociações feitas com a intervenção de lideranças políticas, alvos de promessas

em épocas eleitorais, para a incorporação na cidade legal: elementos importantes na definição da cidadania desses grupos.

Havia também a perspectiva de criação de um conselho do Plano de Desenvolvimento Urbano, com a função de consulta e orientação nas políticas urbanas, mas, infelizmente, como o Plano não foi aprovado pela Câmara de Vereadores, não houve a sua regulamentação.

Além dessas modificações, havia nesse Plano uma preocupação com o crescimento vertical da cidade, com a ocupação e a qualidade de vida no centro, área extremamente valorizada e alvo de especulação imobiliária. Ao mexer com o capital imobiliário e com os proprietários de terrenos na área central, as reações foram extremas, o que levou à sua inviabilização.

No setor comercial central, setor comercial Coral e nos corredores de comércio e serviços, definiu-se, além do afastamento das laterais, o máximo de 10 pavimentos, dependendo da localização. E para os setores residenciais delimitou-se a altura em 4 pavimentos. O Art. 16 é categórico "em nenhuma hipótese será permitida a edificação superior a dez pavimentos, inclusive o térreo." (Projeto de Lei Municipal 016, 1982. Plano Diretor).

Esse aspecto foi crucial na reprovação do Plano, considerado como exigente para os padrões da localidade, como muito bem sintetizado no depoimento abaixo, que ressalta a resistência do poder econômico local e seu poder de pressão sobre as administrações municipais:

> tentaram implantar códigos ai exagerado, inclusive com exigências de altura. Foram acabar nas gavetas dos prefeitos. Que não agüentam não suportam a pressão política, econômica e social daquilo. Eles podem até gerar problemas sociais, porque daqui a pouco você vai construir uma unidade popular e você não pode construir unidade popular porque exige coisas que vai encarecer a obra ... (arquiteto, 20/08/97).

Ao justificar o novo Plano Diretor, o prefeito deixou claro que a intenção desse zoneamento era fazer uma "cidade voltada ao interesse do povo, em detrimento de minorias" e "buscando melhorar a vida para as populações carentes" (Projeto de Lei Municipal 016/82), assim se configurava um rompimento com os discursos e práticas da elite tradicional, no que dizia respeito ao planejamento da cidade.

E no jogo de forças entre grupos de interesse na produção do espaço urbano de Lages, encontrou-se resistência ao novo Plano Diretor, exatamente entre os empresários locais, pelos comerciantes e dentro da própria associação de engenheiros e arquitetos, muitos deles proprietários ou ligados aos interesses de empresas construtoras, além dos proprietários de terrenos centrais, cuja percepção de cidade era mediatizada pela valorização do capital. Como salienta Andrade, no processo de elaboração do Plano, que teve uma boa discussão e representatividade da periferia:

> No entanto, a Associação Profissional de Engenheiros e Arquitetos, o CDL e ACIL, não foram consultados. Foi apenas apresentada a proposta do plano já definida, através das sugestões dos moradores. Em conseqüência, o plano foi rechaçado violentamente por essas entidades não sendo aprovado pela Câmara de Vereadores. Interessante salientar que o PMDB tinha maioria na Câmara, comprovando divisões internas do partido. (Andrade, 1996, p. 47).

Pode-se concluir, pela análise da proposta do Plano Diretor, que a pouca discussão com o CDL, CREA ou ACIL, pouco influenciaria no resultado final, pois havia uma contradição entre seus planos e percepções da cidade. Contradições essas já delineadas pela equipe de elaboração do Plano Diretor e pela própria administração municipal. Enquanto um destacava a qualidade de vida dos moradores, delineando ações que a promovessem e a preservassem, o outro grupo estava interessado na lucratividade da terra e na mercantilização do espaço urbano e

qualquer limite ao que consideravam o direito "sagrado" da propriedade seria recusado, como se observará nos conflitos com relação aos processos de preservação histórica na década de 90.

É um projeto de cidade mais igualitária, que se delinea nesse Plano Diretor e também em outros projetos, como o Código Tributário de Lages (Lei Municipal nº. 047 de 29/12/1977), que cria uma tributação com alíquotas progressivas de IPTU (até o máximo de 5%) para imóveis urbanos sem edificações e com metragem superior a 500 m2, numa clara tentativa de coibir a especulação imobiliária[49]. Conforme Alves (1980; 114) alguns prédios do centro da cidade tiveram um reajuste nos tributos em torno de 500%, sendo que 18,07% do total de imóveis teve um reajuste em torno de 200%, por outro lado, nas áreas periféricas houve uma redução do imposto.

Ao procurar inverter a lógica da desigualdade, através da criação de mecanismos legais, como o sistema tributário e o Plano Diretor, buscou-se ampliar o uso social do espaço e inverter a trama de desigualdade presentes na produção histórica da cidade.

A essência desse projeto de cidade é delineado no depoimento seguinte:

> Então essas coisas nós fizemos aqui para demonstrar a sociedade que ela não é um mecanismo de acumulação de capital, como pretendem os especuladores, a cidade é um lugar para o homem morar, e ele tem que ter o mínimo de dignidade para morar na cidade, e isto é possível obter desde que haja uma política urbana compatível com os interesses da cidadania ... (Carneiro *apud* Caminha, 1992).

Utopia administrativa? Talvez. Houve uma mudança de qualidade na proposta de cidade, porém a tentativa de mudança da lógica de produção urbana evidenciava os conflitos existen-

[49] Para se ter uma idéia, em 1997, o centro possuía em torno de 14.000 lotes vagos, conforme entrevista com o secretário do Gaplan no período.

tes entre os segmentos sociais. Dos grupos interessados na valorização do capital, que se viam ameaçados por uma administração, e de grupos periféricos, que começavam a perceber o seu direito à cidade. Contudo, esse último processo não foi apreendido por grande parte dos moradores periféricos, que ainda continuam vendo a cidade através de uma trama de segregação.

Essa experiência, pode-se dizer pioneira no contexto nacional, marcado pelo autoritarismo e pela centralização política, foi marcante e inovadora no que se refere a tentativas de articular uma administração voltada à participação popular.

Representou uma ruptura com as práticas administrativas e políticas anteriores, bem como buscou introduzir modificações na cultura política local. Percebe-se, ainda nesse processo, a importância do poder local como agente promotor da organização e participação popular.

A prefeitura foi o principal ator na promoção da participação "apresentando-se enquanto mentora e animadora do processo de participação" (Ferreira, 1991, p. 12). A forma encontrada para romper com a prática política anterior foi induzir a organização e participação da população.

O estudo de Ferreira demonstra que o processo de participação popular em Lages "não chegou a um amadurecimento a ponto de influir de modo direto e decisivo no planejamento e na definição das prioridades do governo" (1991; 14) e que garantiria sua continuidade. Se, por um lado, não houve essa influência decisiva nas prioridades gerais da administração, não se pode esquecer que as prioridades locais ou dos bairros eram decididas pelos diretamente interessados, ou seja, os moradores do bairro. Muitas das prioridades desse governo local foram definindo-se no próprio processo de promoção da participação e organização popular.

Procurou-se criar canais e formas de decisão e ação coletiva, assim as associações se constituíam na referência básica de

ação da administração pública, bem como se configuravam como o próprio suporte dessas ações, realizadas em grande parte na forma de mutirão. Buscou-se a promoção da co-responsabilidade na gestão dos bairros e na resolução dos problemas básicos.

Por outro lado, a dicotomia centro-periferia se amplia, e cada organização participa dos projetos ligados ao seu espaço e ao seu cotidiano, principalmente no bairro.

Essa administração abriu espaço, canais e formas de participação, de aprendizado e de possibilidades na área de poder local e participação popular. Porém, apresentou limites e encontrou fortes adversários locais e regionais, como o governo do Estado, os representantes das elites econômicas tradicionais e parcelas da população, assim como teve dificuldade nas articulações políticas locais. Limites que se configuraram na não-continuidade do processo organizativo e participativo ao fim da gestão.

A participação popular, induzida ou não, na gestão do poder público e na definição de políticas, tanto quanto na concretização dos projetos, foi um importante instrumento de democratização e descentralização. Participar significava agir, intervir e conhecer. Era um aprendizado contínuo para todas as partes envolvidas.

A promoção da participação popular no poder público deve ter como um de seus objetivos a autonomia dos grupos e de seus projetos de desenvolvimento, tornando-os co-responsáveis pela gestão e pelo bem público. A participação efetiva abre espaço para a explicitação dos interesses e delineamento dos conflitos existentes. Esse aspecto é importante na própria definição de cidade e de desenvolvimento local desejado, configurando-se nos espaços geográficos e sociais de cada localidade.

Atualmente, com os processos de globalização, de transformações e redimensionamentos das noções de tempo e espaço, a cidade e o local são revitalizados como espaços importantes na esfera participativa. Uma ação que deve conjugar tanto a

participação nas diversas dimensões de articulação e planejamento, como também nas esferas decisórias. As possibilidades passam por atuações conjuntas na busca de um desenvolvimento autônomo, centrado nas prioridades de cada local.

Viveu-se, portanto, um momento de articulação do local como espaço importante na definição de políticas públicas, centradas no princípio da participação popular (e de outros segmentos da sociedade), um processo simultâneo e interrelacionado com a redefinição da cidadania.

E o fio condutor, nessa experiência, percorreu os caminhos de um projeto de cidade elaborado com a participação da população periférica, como diria Kowarick (2000), dos espoliados urbanos, que em sua trama e em sua sedimentação foi cortado. O jogo dos interesses representados pelos grupos empresariais, proprietários urbanos, enfim, pela elite tradicional aliado às armadilhas da cultura política local, abortaram o projeto. Como salienta Auras:

> Ao capitalismo altamente excludente que se espraiava pelo país e era responsável pela produção da marginalidade do povo lageano (cujas condições de vida - classe em si - não propiciavam a percepção da correlação de forças econômico-políticas responsáveis por sua opressão), o governo peemedebista respondeu voltando-se para um trabalho de resgate das condições de vida dos despossuídos ... (Auras, 1991, p. 70).

Processou-se nesse momento um salto qualitativo na proposta de modernidade para Lages. Uma modernidade inclusa, subversiva, escondida na utopia de uma cidade mais igualitária. Os fios da mudança qualitativa do projeto de modernidade na cidade não foram fortes o suficiente para segurar os fios que teciam o poder tradicional local, ou melhor, para imprimir sua marca na cidade. Desse projeto, encontrar-se-ão os fios, novamente na política de preservação histórica, realizada na década de 1990.

A CIDADE DE CONCRETO

> *A nível de proyectos y planes siempre existe cierta distancia entre la elaboración y la ejecucion. En medio de ambos intervienen la reivindicación y la impugación, la cuales suelen confundir con demasiada frecuencia. (Lefebvre, 1976, p, 141)*

NOVOS ATORES E A RETOMADA DE VELHAS ALIANÇAS

A década de 80 que representou em termos mundiais a entrada de novos ares políticos pautados na democracia contra sistemas autoritários, em Lages, mostrou que voltavam a soprar os velhos ventos de sistemas autoritários. Contudo, sob novas roupagens e novos discursos que incluíam a participação popular como um de seus enfeites.

Toda a experiência de participação popular na administração pública e na gestão da cidade, todo um projeto diferenciado para o desenvolvimento local, como mencionado no capítulo anterior, foi interrompido no processo eleitoral de 1982, no qual se consagrou vencedor o Partido Democrático Social - PDS.

A vitória do PDS representou todo o poder das tradicionais elites dominantes, que soube muito bem articular as práticas tradicionais de cooptação política com a apropriação do discurso de participação. Marli Auras (1991), em seu estudo salienta essa particularidade do processo eleitoral de 1982 em Lages, onde:

> mediante intenso processo de cooptação e contando com o aval da máquina governativa estadual, apoiou publicamente a organização popular e, em campanha, assumiu o compromisso de prosseguir, a seu modo, o processo de democratização. (1991, p. 73).

Além disso, o Governo do Estado teve importância fundamental no processo. Salienta-se toda a sua articulação e de prática efetivas de cooptação, presentes nas ações do executivo estadual em Lages. Essas práticas foram da criação de coordenadorias regionais a repasse de verbas, via partido político, amplamente divulgadas nos jornais locais, tais como: "Fundação Catarinense de Cultura entrega cheque, noticiando que" o presidente do PDS local entregou cheque no valor de Cr$ 20.000,00 para o conservatório de música local (Correio Lageano, 25/04/1981).

Esse período, 1983-1993, na história política lageana foi caracterizado por Munarim (1990) como uma gestão tecnoburocrática, significando para o autor mais uma roupagem do autoritarismo político da região:

> De tal modo, a tecnoburocracia funciona em favor das classes proprietárias, sob um manto aparente, por ela criado, de equidade e objetividade - no caso de Lages, também sob um manto real de modernidade. (1990, p. 212).

Sob o discurso da técnica, da neutralidade administrativa, da participação comunitária e da "cidade para todos", estruturou-se uma administração autoritária, voltada à criação de infra-estrutura urbana para o desenvolvimento industrial e exógeno.

Houve uma prática de apagar as marcas da gestão anterior, seja apropriando-se do discurso e mudando-o em sua essência, (vide participação popular), seja pela incineração pura e simples dos projetos e seus registros. Era necessário eliminar da cidade e da memória essa experiência de participação popular e a melhor forma foi apropriar-se dos discursos anteriores, entre eles

o da tônica da participação popular, melhor dizendo, cooptar a participação popular, direcioná-la, administrá-la e tutelá-la. Retomou-se, ainda, o discurso da modernidade, ligado à industrialização do município e à urbanização, reatando-se, assim, as antigas alianças e discursos.

Conforme Celso Daniel (1997), no Brasil, em finais da década de 80 e início da década de 90, foi marcante no cenário das administrações municipais a disputa entre paradigmas de sociedades diferentes, que disputavam e procuravam constituir novos modelos de desenvolvimento. Essa luta se configurava no espaço local e nas propostas de administrações públicas. De um lado, propostas vinculadas ao modelo neoliberal, calcado na defesa do Estado mínimo e da liberdade econômica, de outro lado as propostas vinculadas aos princípios da democracia e da cidadania. Ambas, como salienta o autor, tendo que articular a herança do modelo de desenvolvimento anterior, o nacional-desenvolvimentismo.

O autor demonstra a diferenciação entre modelos de gestão local, voltadas ao "desenvolvimento econômico local", das voltadas ao "desenvolvimento urbano". Esta diferenciação pode ajudar a delinear as características desse novo período na história de Lages. Para Daniel:

> é necessário distinguir com clareza as iniciativas de desenvolvimento econômico local das propostas de política urbana denominadas de desenvolvimento urbano. Com efeito, este último se refere, no fundamental, a uma tendência, presente em grande número de gestões locais de caráter tradicional, no sentido de efetuar investimentos pesados em grandes obras, com um duplo objetivo: fazer crer - embora ilusoriamente - que tais investimentos consistem na solução dos problemas urbanos e marcar essas gestões com "grandes realizações", visíveis de imediato, com vistas à disputa de hegemonia local. (Daniel, 1997, p. 297).

É essa disputa que se processou em Lages no início da década de 80. A experiência no governo entre 1973 e 1982 estava bem mais próxima do desenvolvimento econômico local, voltado à promoção dos direitos sociais, da diversidade histórico-cultural. Quando o PDS assumiu a prefeitura em 1983, o seu projeto continha as linhas do que Daniel (1997) chamou de "desenvolvimento urbano".

O que se evidenciou em Lages foi a ruptura com o modelo anterior, voltando-se a uma política de características liberais, articulada aos interesses dos setores privados mesclados com uma política assistencialista em setores sociais. Essa foi a tônica da política municipal entre 1983 e 1993. Duas gestões municipais sob a mesma orientação. Em 1989 assume Raimundo Colombo, PFL, um importante articulador político das forças políticas tradicionais com uma proposta marcadamente neoliberal, enfatizando a necessidade de industrialização para combater o problema do desemprego e da eliminação das políticas paternalistas no municipio, como ele mesmo ressalta numa reunião do Conselho de Desenvolvimento Urbano:

> Falou aos Conselheiros que a sua postura será sempre isenta de favoritismo e compromissos pessoais, mas sim voltada para as questões sociais, para a melhoria da qualidade de vida, para produção e para o emprego. (Ata 21 de 15/03/89).

Essa fala é significativa e dá ênfase para o setor de produção e para o emprego (leia-se aqui a busca da industrialização do município). Para tanto, criou diversos incentivos e investiu na infra-estrutura local.

Essa disputa política, existente entre modelos opostos de gestão municipal iniciou bem cedo em Lages. Em termos de Brasil, é a partir das eleições de 1988, nas quais um grande número de partidos de esquerda assumiu as gestões municipais com propostas orientadas à participação popular e onde acirrou-se o conflito

com os modelos liberais de gestão municipal (Bittar, 1997, p. 328). Em Lages, como um laboratório, esse conflito já delineava as práticas de gestão municipal no início da década de 80.

Em dez anos, percebeu-se um processo de eliminação da participação popular e construção de um projeto político articulado às práticas políticas tradicionais, que retomou itens de industrialização, urbanização e relegou a participação dos moradores da periferia aos canais de representatividades, como conselhos, associações de bairro e o legislativo.

Na produção urbana, esse período foi marcado pela elaboração de um novo plano diretor para a cidade, chamado de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Foi esse plano que constituiu o fio para o entendimento do modelo de cidade adotado.

"Nova Lages": a retomada do antigo pacto territorial

A noção de pacto territorial é interessante para mostrar os jogos políticos e de interesses que ocorreram na gestão, na produção e reprodução da cidade. Foram bem demonstrados nos estudos urbanos os pactos estabelecidos entre a ação do Estado e das elites econômicas na apropriação e transformação do espaço urbano. Alianças que permitiram a reprodução da hierarquia de espaços e desigualdade na cidade.

Conforme Daniel, uma característica importante das cidades no Brasil é a produção de seu espaço urbano vinculada ao modelo nacional-desenvolvimentista, onde se destaca a apropriação econômica do espaço urbano, do acesso desigual à terra, a ação do Estado que reforça os padrões desiguais e a ambigüidade da lei que "abre espaço para a convivência entre a `cidade legal` e a `cidade ilegal`, alimentando ainda uma vez o processo de exclusão social urbana." (Daniel, 1997, p. 295).

Esse pacto territorial, de alianças entre setores econômicos

tradicionais, setores empresariais, capital imobiliário e Estado, significou a retomada de um modelo de desenvolvimento urbano anterior, de valorização dos espaços centrais, de políticas de exclusão urbana entrelaçadas pelo véu da modernidade e da industrialização. Os fios dessa cidade, antes enfraquecidos, se reestabelecem e a cidade "tradicional" tomou um novo alento, revigorou-se.

O plano diretor fazia parte desse pacto. Ele integrou o "Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado", projeto orientador das ações do executivo, que iniciou sob o slogan de "Nova Lages".

"Co-autoria": uma nova perspectiva de cidade desenhada no Plano Diretor

Esse plano começou a ser desenvolvido em 1984 com o objetivo de nortear as diretrizes e promover o desenvolvimento global da região (Projeto do Plano Diretor, 1984); pretendia a atuação conjunta das esferas de administração local, estadual e federal. Esse foi um projeto articulado e desenvolvido pelo Gabinete de Planejamento - Gaplan. Em seu projeto, salientavam-se as seguintes etapas:

1. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano:

a) lei de zoneamento de uso do solo urbano;

b) lei de parcelamento do solo;

c) código de obras;

d) diretrizes para o sistema viário;

e) diretrizes para o desenvolvimento socioeconômico,

f) reurbanização de favelas;

g) projeto Cura;

h) diretrizes para preservação e destino de áreas verdes;

i) diretrizes para equipamentos urbanos e comunitários.

2. Plano Diretor de Desenvolvimento Rural:

a) plano rodoviário municipal;

b) programa de municipalização da agricultura;

c) Proinfra III.

Para dar conta desse plano de desenvolvimento integrado, que resultaria em novas orientações para o desenvolvimento urbano, além dos acordos com instâncias federais e estaduais, consideravam-se necessários o mapeamento urbano e a discussão com a comunidade. Isto foi significativo pela prática a ser adotada e pelo significado de participação nos processos de decisão.

Essas foram as bases para a confecção do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, com o cognome de "Projeto Nova Lages". A escolha desse nome, conforme seus condutores, foi para facilitar o entendimento do plano.

A metodologia de implantação do projeto foi significativa na explicitação do tipo de participação almejada. Procedia-se a um levantamento do perfil físico da cidade, destacando-se equipamentos urbanos, demografia e composição social, sistema viário, ocupação do solo, zoneamento e usos. A partir desse perfil e com a montagem de um audiovisual sobre a cidade, partia-se para a discussão nos bairros e setores organizados da sociedade, como o Clube dos Diretores Lojistas - CDL; Associação Comercial e Industrial de Lages - ACIL, o Conselho Regional Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA e a Câmara de Vereadores. Num documento de avaliação do Projeto salienta-se, como objetivo das reuniões nos bairros:

> - Conscientizar a população sobre o que consiste um plano diretor;
> - Torná-lo participativo, à medida que os moradores opinariam na decisão sobre o espaço que moram e usufruem, descentralizando o poder de decisão sobre o espaço urbano;
> - Obter respaldo político, pois sendo os moradores "co-autores" do plano, achamos que cobrarão dos vereadores sua aprovação. (Lages, avaliação do Projeto Nova Lages, 1985).

Essa avaliação delineava os verdadeiros interesses na pro-

moção da participação popular, pois, mais do que considerá-los como sujeitos do processo, foram utilizados para dar respaldo político e legitimidade à proposta; houve, inclusive, a clara alusão ao poder de pressão dos grupos populares. A participação efetiva no processo de elaboração dos planos diretores foi além da dimensão do simples opinar ou de elementos a serem consultados. O planejamento e a participação não são instrumentos neutros, como salienta Daniel, o planejamento "contém distintas virtualidades" (1997, p. 303). Assim tanto um quanto o outro podiam servir para legitimar propostas tradicionais de gestão da cidade, tão excludentes quanto propostas elaboradas nos gabinetes.

Percebia-se essa diferenciação de uma forma muito sutil, na condução das reuniões nas comunidades. Os planejadores partiam do princípio de diferenciação de apropriação do espaço urbano e da existência de grupos com mais "legitimidade" para emitirem suas opiniões.

O Plano Diretor, nesse processo, foi concebido como o elemento que faltava para a prefeitura "pôr ordem na casa"[50], reforçando o seu papel como principal sujeito na produção da cidade e gerando uma imagem de "cidade conduzida por planos diretores competentes" (Rolnik, 1997, p.357).

Mesmo sendo um processo dirigido e com fins claros de produzir legitimidade ao órgão público, alguns conflitos e percepções de cidade diferenciadas emergiram.

Foi bem nítida a percepção do que era a cidade e de como devia processar-se sua ocupação. Quanto à altura dos edifícios, o Plano Diretor elaborado na gestão anterior, limitava o crescimento vertical da cidade e, por conseqüinte, a especulação imobiliária. Nesse novo Plano Diretor, ainda vigente, por pressão do setor imobiliário e de construção, apesar de diversos elementos restritivos, na prática liberou-se a altura dos prédios. A

[50] *Slogan* de um cartaz convidando os moradores do bairro para a reunião com a prefeitura.

lei foi suficientemente ampla para permitir duplicidade nas interpretações ou deixar brechas plausíveis.

A década de 80 representou para Lages um crescimento vertical, sem a necessária criação de infra-estrutura e análise da qualidade de vida no centro (problemas de congestionamento, de insolação, de ventilação entre outros). Nessa mesma década, morar em apartamento representou simbolicamente uma mudança de "status", representava a personificação da utopia de cidade grande e um processo de intensificação dos limites diferenciais entre centro e periferia.

Foram realizadas reuniões em 25 bairros, algumas delas reunindo mais do que um bairro, abrangendo 1/3 dos bairros existentes. O projeto "Nova Lages" foi amplamente divulgado no jornal local, com manchetes que procuravam destacar a participação: "comunidade participará do Projeto 'Nova Lages' para melhorar a cidade" (O Estado 15/05/85); "Uma Nova Lages" (Correio Lageano, 16/05/85), que salientam:

> Para atualizar o Plano Diretor do Município de Lages, o Gabinete do Planejamento - Gaplan - está executando agora o Projeto "Nova Lages", que tem como básico a consulta à comunidade a qual terá, conforme o Secretário, Marcos Nerbas, a oportunidade de "decidir sobre como e o que deve o Plano gerir dentro da área urbana". (Correio Lageano, 16/05/85)

A mesma reportagem salientava a forma da participação da comunidade, em que "através de discussões e preenchimento de um questionário a população já estava dando sua colaboração e participando efetivamente" (idem).

O trabalho com a comunidade iniciou em maio de 1985, sendo realizada a primeira reunião no bairro Vila Mariza em 16 de abril de 1985. A intenção inicial era que o Plano Diretor ficasse pronto ainda em 1985 (A Noticia, 16/05/85).

Desse trabalho, a Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei Municipal nº. 1.052 de 27 de novembro de 1986) foi a primeira a ser implementada; ressalte-se que a mesma fazia-se necessária para adequação das Leis Municipais à Lei Federal nº. 6.766 de 19 de dezembro 1979, que entre outras coisas, exigia a definição de leis municipais sobre o parcelamento do solo urbano e loteamentos. Na própria justificativa encaminhada ao Legislativo, menciona-se que em Lages, nesse período, existiam 419 loteamentos, dos quais 315 estavam regularmente implantados, sendo que os demais apresentavam irregularidades tanto técnicas quanto jurídicas. É bom salientar que, mesmo entre os 315 loteamentos regularmente implantados, existiam problemas quanto à infra-estrutura básica.

Do projeto inicial do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Lages, além da Lei de Parcelamento do Solo Urbano, foi aprovada a Lei Municipal nº. 1.036, de 26 de novembro 1986, que regulamentava a construção de garagens; a Lei Municipal n.º 1.049, de 27 de novembro 1986, que Criava o Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Lages e por fim, a Lei Municipal nº. 1.362, de 12 de junho de 1988, que "Estabelecia diretrizes, normas e critérios para o uso e ocupação do solo urbano do município de Lages".

Do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado para o município, resultaram algumas ações parciais e desvinculadas. Na produção da cidade, ainda se processando pelos liames da legalidade e na definição do que era permitido e do que era proibido, iam-se observando os conflitos entre diversos grupos de interesse, nos quais se sobressaíam os ligados aos setores do capital imobiliário e da elite econômica como um todo. Interesses esses, protegidos pelo discurso da técnica ou do progresso, como se iria perceber na atuação do Conselho do Plano Diretor.

Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Lages.

Em 1986 é criado o Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Lages (CMPDDUL). Esse Conselho foi ligado diretamente ao prefeito municipal e tem função consultiva e de assessoramento. Foi regulamentado pelo Decreto Municipal nº. 1.754, de 14 de janeiro 1987. Conforme esse decreto, o Conselho tem como finalidade "zelar pela correta aplicação e interpretação do Plano Diretor, em caráter permanente e independente de solicitação do Governo Municipal" (art. 2º.).

Na sessão de posse do primeiro Conselho, 21 de maio 1987, foi destacada pelo Prefeito a sua importância como representante da comunidade.

> responsabilidade dos conselheiros pois os mesmos são representantes comunitários e devem também zelar pela cidade, para que possamos nos orgulhar daquilo que ajudamos a construir e preservar. (Prefeito P. Duarte, Ata nº. 01 de 21/05/1987).

E o seu papel primordial de adaptar as leis urbanas ao novo momento da cidade de Lages:

> a necessidade da criação desse Conselho, pois atualmente as leis estão defasadas, datadas de hum mil novecentos e sessenta e quatro e os conselheiros, representando a comunidade, tem como finalidade zelar pela correta aplicação e interpretação do Plano Diretor bem como emitir parecer para a atualização e complementação do mesmo. (Secretário do Gaplan. Ata nº. 01 de 21/05/1987).

Pensado para ser um conselho paritário, com representantes de todos os segmentos organizados da sociedade, ele foi composto por 21 membros, sendo três representantes do executivo municipal, um da Câmara de Vereadores, um da UNIPLAC, um do Ministério Público e 15 das entidades de classe e lideranças comunitárias.

Importante destacar que a lei que o regulamentou previa que, do grupo de 15 vagas, deveria ser respeitado o mínimo de cinco vagas para representantes de entidades de classe (ACIL, CDL, CREA, Sindicato dos Corretores) e cinco para as lideranças comunitárias. As outras cinco vagas seriam indicações diretas do prefeito, sob critérios políticos o que demonstrava a clara orientação do Conselho e as possíveis combinações de força.

Além disto, havia uma clara predominância dos setores de capital imobiliário (construtores, corretores, proprietários de terra com fins especulativos) e do setor técnico. O primeiro Conselho tinha a participação de nove técnicos da área de construção civil (engenheiros, arquitetos e técnicos em edificações), sendo que na segunda composição havia dez e na terceira, doze conselheiros ligados ao ramo.

Para sua organização e funcionamento, esse Conselho foi dividido em três câmaras de estudos e análises, sendo elas: Câmara de Uso do Solo; Câmara de Parcelamento do Solo; Câmara de Código de Obras e Posturas. Tinha o Conselho funções básicas de emitir pareceres sobre aplicações do Plano Diretor e mudanças do mesmo, bem como de analisar propostas de políticas urbanas, definidas sempre pelo executivo municipal.

Ainda em destaque nesse Conselho, estava a escolha do presidente do mesmo, uma vez que qualquer um dos integrantes podia ser o presidente e a escolha era feita entre os conselheiros.

A figura dos conselhos só via ser institucionalizada no nível de gestões municipais a partir de 1988 com a Constituição Federal. A existência de conselhos municipais já mostrava um novo "design" do poder público local. Entendida por um lado como a abertura de espaço para a intervenção e participação dos diversos setores da sociedade civil na gestão municipal, por outro poderia ser também um espaço de hegemonização dos setores dominan-

tes, como ressalta Abreu, em relação aos conselhos de direito:

> Por um lado, apresentam-se como possibilidade de constituir-se espaços de expressão política da classe trabalhadora, na luta pela garantia de meios à própria reprodução material e subjetiva. (...) Por outro lado, podem desenvolver-se como mecanismos privilegiados de manifestação dos interesses dominantes, e do exercício do controle social pelo capital [sem grifo no original] (1999, p. 68).

Entender a dimensão política desse Conselho é, portanto, apreender os diversos interesses que o formam. O segundo aspecto destacado por Abreu configura-se nitidamente nas ações e composição do Conselho, no qual a cidade é apreendida como espaço de vivência e de interesse dos setores empresariais e suas associações de classe. Um dado adicional na análise é que essa proposta se configurava num período, em que, de certa forma, já existia uma experiência de participação popular na gestão da cidade, adquirida e fomentada nos 6 anos de administração da Gestão Dirceu Carneiro.

Grande parte da atuação do Conselho em 1987, direcionava-se à sua organização interna, com regimento interno, divisão das câmaras e estudo das leis vigentes. Já na sessão de posse do Conselho destacou-se a necessidade de revisão das leis urbanas que datavam ainda da década de 60.

Iniciou-se a análise da proposta de um novo Código de Obras para o Município, elaborado pelo Gabinete de Planejamento - Gaplan, sendo o mesmo devolvido para ser refeito, tornando-o mais claro. Essa lei de código de obras, não passou de projeto em discussão no Conselho, em 2000 ainda vigorava o Código de Obras feito em 1965 (Lei Municipal nº. 236 de 08 de junho 1965).

Em dezembro de 1987, começavam as solicitações de pareceres sobre casos de construção, loteamentos ou usos irregu-

lares de espaços urbanos. Grande parte da atuação do Conselho nessa primeira fase foi direcionada à resolução desses casos. E foi pelas soluções dadas que se delineou-se o conflito e a ambigüidade na aplicação das leis.

Em 18 de novembro 1987 foi analisado o processo de um loteador, solicitando a aprovação do loteamento, onde enfatizava que já vendera os terrenos mas não tinha condições financeiras de executar as obras de infra-estrutura exigidas por lei no momento porém comprometendo-se a fazê-las. A solução encaminhada por um dos conselheiros foi que os:

> proprietários das chácaras se organizassem, formando um condomínio ou sociedade entre eles para que os mesmos assinassem o termo de compromisso se responsabilizando pelas obras de infra-estrutura para legalizarem o chacreamento. Caso os proprietários não aceitassem a proposta deveria então ser aplicada a lei contra o proprietário. (ata nº. 09 de 18 de setembro 1987).

Nessa mesma ata, registrou-se um pedido do mesmo conselheiro para que o Conselho enviasse um ofício, explicando a um tradicional empresário local que um projeto de ampliação de uma casa comercial foi "encaminhado ao Conselho apenas para parecer sobre a necessidade ou não de garagem, argumentando também que caberia explicar que ao Conselho competia a emissão de parecer e a aprovação ao órgão competente da municipalidade". Constantemente era solicitada votação fechada ou sigilo sobre os processos, a fim de evitar-se pressões.

Em setembro de 1988, dois casos delineavam bem o jogo de forças no Conselho. O primeiro caso foi sobre mudança de zoneamento: o proprietário de um terreno solicitando que seu imóvel fosse enquadrado na Zona de Corredor de Comércio e Serviços, o qual em sua justificativa, salientava que dessa forma haveria um melhor aproveitamento do citado terreno, pois:

> se for Corredor de Comércio a taxa de ocupação é de 75% com índice de aproveitamento de 5,6 e se for Unidade Residencial a taxa reduz para 66% e o índice será de 2,7. Poderia-se construir mais de sete pavimentos, possibilitaria mais um pavimento para garagem. (Ata nº. 17 de 21/09/88).

O caso foi encaminhado para decisão do Gaplan, mas a justificativa denota muito bem os interesses na produção urbana e nas tentativas de burlar a mesma.

O outro caso foi sobre a regularização de um prédio de quatro andares, especificamente a regularização do último pavimento, sendo que o proprietário já estava morando há dois anos sem o "habite-se". Sobre esse fato, o presidente do Conselho comentou:

> sobre o conflito da realidade com a lei, existente no caso, e que após análise do Relator, será posto em votação no plenário do Conselho à luz da lei e à luz do bom senso, uma vez que este conselho visa o bem comum da comunidade. (Ata nº. 17 de 21/09/88).

A solicitação voltou a ser analisada em outras reuniões e foi tema de um interessante debate sobre a aplicação o e entendimento da lei e a necessidade de fiscalização por parte dos órgãos públicos. Para o caso, o parecer do Gaplan já era pela não-aprovação da solicitação. A decisão do Conselho foi pelo deferimento do processo comentando que: "o fato da não-aprovação poderia implicar em processos contra a prefeitura movidos pelo interessado por ter sido o projeto aprovado fora dos padrões" e ainda "o presidente comentou que a aprovação do processo resolveu um sério problema de ordem social, primado pela clareza e legalidade" (Ata nº. 19 de 23/11/88).

Mesmo sendo um Conselho do Plano Diretor e com ampla maioria do prefeito municipal, sua participação na elaboração da lei que "estabelece diretrizes", "normas e critérios para o uso e ocupação do solo urbano do município", foi resumida. Foi

encaminhada ao Conselho em 16 de março de 1988 junto com o convite para a sessão da Câmara de Vereadores em que a lei seria apresentada ao legislativo. A proposta de lei foi analisada em detalhes por um conselheiro que emitiu parecer, aprovado depois pela plenária. Desse parecer, são significativas as alterações no que diz respeito ao aproveitamento do solo urbano na área central e à não-limitação quanto às possibilidades de verticalização no centro.

Além dessas sugestões foram encaminhadas outras, no sentido de maior definição dos artigos. O relato com as sugestões foi aprovado. Assim, o projeto de lei foi aprovado na mesma reunião, salientando que "a posição do Conselho vai dar um peso grande no legislativo municipal" (Ata nº. 13 de 21/04/88).

Com certeza, a posição do Conselho teve um grande peso na decisão e nas sugestões feitas pelo Legislativo, que também organizou uma comissão com três técnicos para analisar o projeto. Um desses técnicos foi o mesmo profissional que fez a análise para o Conselho. Desta forma todas as sugestões do Conselho estiveram presentes no parecer do legislativo.

Alguns itens devem ser considerados e são indicativos do processo de construção de legislação urbana. Salientava-se na exposição de motivos que acompanhava o projeto de lei, a elaboração conjunta com a comunidade, com os órgãos representativos da sociedade:

> Para se chegar até este projeto muito foi discutido, proposto e encaminhado, de modo que ele é o resultado da participação comunitária, pois foi no bairro através das associações de moradores, nas entidades de representação de classe, nas associações de profissionais liberais, nas escolas, nos conselhos municipais e nos gabinetes dessa municipalidade que o mesmo foi gerado, discutido, emendado, alterado e teve sua sistemática concebida ... Lages, Exposição de motivos, 14 de março 1988).

Salientava-se também como um dos objetivos do mesmo "Permitir e promover a participação comunitária no processo de planejamento urbano, através dos seguimentos organizados da comunidade e do Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano" (idem).

Legislar também fazia parte do planejamento urbano e, nesse caso, o Conselho ainda teve tempo de opinar sobre o projeto. Entretanto, a participação dos grupos populares ficou restrita ao papel de consultados no início do processo e, ainda, através de algumas entidades representativas.

Essa Lei foi aprovada pelo Legislativo e sancionada pelo executivo. É a Lei Municipal n.° 1.362, de 12 de julho de 1988, conhecida como Plano Diretor da cidade. O mesmo foi exaltado pelo jornal local, dizendo que: "Lages, assim vai ser a cidade catarinense com o melhor Plano Diretor, garante o Gaplan, pois o trabalho procurou preservar todos os interesses públicos e comunitários, sem criar entraves ao desenvolvimento" (Correio Lageano, 07/08/88).

Essa última é a principal característica do Plano Diretor, não criar entraves ao desenvolvimento econômico liberal. Como se pode observar, o discurso foi muito mais democrático do que a prática efetiva.

O que se observa nessa nova elaboração de um plano diretor para a cidade é a posse, apropriação e resignificação das práticas participativas, com todo seu imaginário democrático, com objetivo claro de abortar e eliminar todos os resquícios, memórias e signos da experiência anterior. A análise do novo plano e de seu processo de elaboração demonstrou que a nova perspectiva de cidade era um reatar de velhos pactos territoriais e também um retomar das antigas concepções e projetos de cidade.

Essas ações de encaminhar projetos ligados ao desenvolvimento urbano direto para o Legislativo, sem passar pelo Con-

selho se repetira em 1989 e 1990, quando da discussão da ampliação do perímetro urbano e da Lei Orgânica, já então sob uma nova gestão, embora com a mesma orientação política e econômica do anterior. Esses projetos eram enviados ao Legislativo, que então solicitava o parecer do Conselho.

Em 1990, grande parte dos temas tratados aponta para a necessidade de revisão do Plano Diretor, principalmente no que se refere ao zoneamento, definições de usos e atividades permitidas, recuos e alturas. São analisados diversos processos de construções, algumas já concluídas, que se encontram fora dos requisitos exigidos, principalmente em recuos, garagens e altura. Alguns conselheiros são da opinião de que o Plano Diretor não deveria, em princípio, ter definições de áreas através de proibição, mas sim estabelecer condições para o uso e ocupação do espaço, e usavam como exemplo planos diretores dos "países de primeiro mundo" (ata n.º 53 de 20/11/91). Essa perspectiva apontava nitidamente para a defesa dos interesses empresariais e imobiliários na gestão da cidade, na qual tudo era possível, desde que cumpridas algumas exigências, de acordo com os princípios liberais, de privatização dos espaços urbanos.

Pelos processos analisados pode-se observar o movimento de construção da cidade fora dos limites estabelecidos em Lei - a cidade real muito longe do previsto na cidade legal. Há questões de ocupação de terras e de loteamentos ilegais em áreas de interesse de preservação, alvarás de atividades para áreas impróprias e outros.

Outra iniciativa interessante e que demonstra os diversos interesses que também afloram no Conselho é o projeto de utilização da avenida Cará, que forma um anel viário em torno do centro da cidade. A análise das decisões sobre processos solicitando alteração de uso na área apontam para uma proposta de defini-la como corredor de comércio e serviços.

Um dos conselheiros (que atua na área da construção civil, empresário no setor) sugere a formação de loteamentos ao longo da avenida. Outro conselheiro[51] sugere transformar o espaço em área de lazer e áreas verdes, formando um cinturão verde ao redor do centro da cidade. Outra proposta e que acaba prevalecendo é a de transformar a área em corredor de comércio e serviços (Lei Complementar nº. 021, de 21 de setembro 1995). São diferentes interesses em conflito na definição e produção desse espaço urbano, que circundava o centro da cidade.

Além desse movimento da cidade real, havia as diversas nuanças na aplicação da lei, a fluidez e as negociações no que se considerava permitido ou não.

Isto pode ser observado, por exemplo, numa solicitação para aumento de mais um pavimento numa residência unifamiliar, localizada numa das áreas mais valorizadas no centro da cidade, quando se posicionou da seguinte forma o Conselho:

> argüiu o plenário a respeito do caso de uma casa unifamiliar localizada no Tanque em que se pretende elevar o 4 pavimento. Discutido em plenária e argumentado quanto à legalidade, uma vez encontrado respaldo na Lei do Plano Diretor, Art. 68, já que na hipótese de transferência pra multifamiliar não fere a lei, desde que obedecidos os requisitos a priori, a iniciativa é perfeitamente legal. (Ata nº. 30 de 18 de abri 1990).

O discurso da competência técnica perpassava todas as ações do Conselho. Freqüentemente, observavam elogios aos pareceres técnicos. É significativa dessa posição tecnicista a seguinte fala:

> fez uso da palavra para parabenizar o relator, uma vez que o mesmo sendo leigo no assunto soube posicionar corretamente o seu relato perante o plenário. (Ata nº. 15 de 15 de junho 1988).

[51] Na época, secretário do Gaplan e que vai assumir a prefeitura em 1993, por uma coligação de esquerda.

Ou ainda,

> agradece também aos demais conselheiros e aos membros de sua câmara, os quais considera profissionais de elevado padrão profissional, e pessoas cuja opinião técnica deve ser respeitada por serem pessoas capazes e de grande responsabilidade em seu trabalho. (Ata n.º 24 de 09 de junho 1989).

Além desses discursos sempre presentes, só era permitida a participação na sessão e a defesa de algum processo, pelos interessados, através de documento escrito e de forma oral, somente se o interessado se fizesse representar por técnico da área (engenheiro civil ou arquiteto), abrindo-se exceção para defesas feitas por advogados.

De modo geral, isto atribuiu um espaço e poder considerável aos urbanistas "que teoricamente detém o saber fazer sobre a cidade" (Rolnik, 1997, p.358). E que nos embates travados, não somente no Conselho mas em outros espaços, atribuíam a si a legitimidade e a autoridade da fala sobre a cidade, reservando-se os direitos exclusivos do planejamento urbano. Como demonstra Rolnik (1997), essa é uma postura comum, quando entram em jogo os debates sobre reforma urbana, planos diretores e outros concernentes à cidade. Como salienta a autora, os mesmos se consideravam como os que:

> possuem a 'receita' do Plano Diretor, que dominam o jargão, e que, aberto o debate, saíram na defesa irrestrita da ordem urbanística em vigor, fornecendo os argumentos técnicos para os embates políticos que se sucederam à apresentação de projetos com um novo perfil. (Rolnik, 1997, p. 358).

A importância do Conselho, o significado do mesmo e o grau de participação atribuída a esse espaço ia-se modificando e mostrava exatamente o delinear e o resignificar do processo de participação da população. Isto foi claramente observado nos

discursos de posse dos novos conselheiros nesse período (mandato de dois anos).

O primeiro Conselho assumiu como instância de representação dos interesses comunitários, representando a comunidade. O Conselho foi modificando sua própria imagem e os discursos passarem a enfatizar a representação de grupos, como se pode observar na sessão de posse do terceiro Conselho em 1991.

> Falou que no Brasil se faz uma lei e não se cumpre e que o trabalho do conselho será fazer cumprir a lei. Falou sobre os problemas do crescimento da cidade, áreas do município não aproveitadas ... Disse ainda que todo prefeito sofre pressão de pessoas que querem burlar a lei e portanto, a função do Conselho é muito importante no sentido também de fiscalizar a prefeitura, não fazendo concessões e cumprindo a lei. ... E que Lages estará nos próximos anos em processo de crescimento acelerado haverá industrialização, e a contribuição do Conselho, de cada entidade que os srs conselheiros representam é de elevada importância. (Ata nº. 52 05/11/91).

Nas eleições de 1992, ficou bem delineado como, na organização e gestão da cidade, estavam presentes práticas clientelísticas, conforme salientou o presidente do Conselho: "coloca que os trabalhos foram realizados razoavelmente, passou-se muita coisa o ano passado (1992). Por ser um ano eleitoreiro, lamentando fatos ocorridos" (Ata nº 74 de 18/11/93) e retoma o assunto na última reunião do Conselho dizendo "houve engrandecimento de todos, apesar das interferências eleitoreiras, estando o Conselho sempre colocado à disposição da municipalidade" (Ata nº 76 de 16/11/93). Interessante observar que no segundo semestre de 1992 mencionou-se nas atas a aprovação ou não dos processos sem, no entanto, mencionar-se o teor de grande parte deles.

Entre 1993 e 1997, a postura do Conselho com relação ao executivo iria mudar substancialmente, configurando-se num espaço de oposição aos projetos do prefeito. Contexto político

diferente e uma nova rearticulação de forças e espaços na defesa do pacto territorial.

Em 1997, a estrutura e composição do Conselho foi alterada substancialmente (Lei Complementar nº 075 de 23-12-97). Passando a ter dez membros, sendo que cinco eram representantes do executivo municipal (um do Gabinete do Prefeito; um do Gabinete de Planejamento - GAPLAN; um de Secretaria Municipal de Obras; um da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços; um da Fundação Cultural) e cinco são representantes de outras entidade (um da União das Associações de Moradores do Município; um da Associação Comercial e Industrial de Lages - ACIL ou da Câmara de Dirigentes Lojistas de Lages - CDL; 01 do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar; 01 da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Planalto Catarinense; 01 do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis). Além dos titulares, os respectivos suplentes faziam também parte do Conselho. Essa mesma Lei alterou a presidência do Conselho, que passa a ser exercida pelo Secretário do Gabinete de Planejamento.

Entre 1996 e final de 1997 houve uma interrupção dos trabalhos do Conselho que voltou a trabalhar efetivamente em setembro de 1998. Nesses dois últimos anos, a discussão dentro dele centrou-se na necessidade de mudar o Plano Diretor e na criação de um Setor de Planejamento Urbano, nos moldes dos Institutos de Planejamento Urbano.

Do Plano Diretor à Lei Orgânica.

A partir da promulgação da Constituição Brasileira em 1988, diversos municípios fizeram revisão de seus planos diretores. Em Lages, a discussão voltou-se para a elaboração da Lei Orgânica Municipal, elaborada em canais institucional-

lizados. Ainda em vigor encontra-se o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano aprovado em 1988, com preocupações típicas de ordenamento e uso do solo urbano, sem incorporar novas propostas. O plano diretor vigente (1988) define como objetivos

> I - Ordenar e orientar a localização industrial, habitacional, comercial e de serviços.
> II - Promover a melhoria da qualidade de vida da população, mediante a reestruturação urbana, adequando-a ao crescimento econômico e demográfico da sede do município.
> III - Evitar ou impedir o uso ou ocupação de áreas que se enquadram nos termos do artigo 34 parágrafo 1 da Lei nº 1052 de 27 de novembro de 1986.
> IV - Evitar o crescimento urbano desordenado e a formação de "vazios urbanos".
> V - Possibilitar a rápida e eficiente circulação de pessoas e veículos entre as zonas de uso, facilitando a integração da população residente.
> VI - Permitir e promover a participação comunitária no processo de planejamento urbano, através dos seguimentos organizados da comunidade e do Conselho do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.
> VII - Conservar o patrimônio ambiental do Município através da proteção ecológica, paisagística e cultural através da promoção de Leis Complementares quando for o caso.

Nesse Plano há ainda alguns princípios que são remanescentes da Proposta do Plano Diretor anterior, como o imposto progressivo para imóveis não-construídos no centro da cidade, a própria figura do Conselho do Plano Diretor, bem como a definição de algumas áreas de preservação cultural e ambiental, a diferenciação entre o Centro e o Bairro Coral. Porém, mesmo sendo bem mais extenso do que a proposta anterior, é suficientemente vago para permitir a existências de muitas nuanças interpretativas.

Em 1990 foi promulgada a Lei Orgânica Municipal, que tinha um capítulo sobre Desenvolvimento Urbano e definiu o Plano Diretor como instrumento básico da "política de desenvolvimento e da expansão urbana" (Art 168). Limitando a participação das entidades comunitárias "no estudo, encaminhamento e solução dos problemas, planos, programas e projetos, que lhes sejam concernentes" (Art. 169).

Com a Lei Orgânica, tem-se a institucionalização da participação popular através dos co7777nselhos, os quais deveriam ser regulamentados. Interessante observar que essa Lei obrigava a formação de doze conselhos e entre eles citava a criação do Conselho de Desenvolvimento Urbano e Plano Diretor, redundância que passou despercebida pelos próprios conselheiros e que, também, pode ser representativo quanto ao seu papel "proforma" no desenvolvimento de políticas públicas.

Não convém esquecer que a própria definição do que é concernente aos grupos populares foi alvo de muitos conflitos e interpretações diversas. O que se observava é que, com a institucionalização nos conselhos, havia um esvaziamento dessa participação e do seu poder de participar das decisões. O mesmo não se aplicava aos grupos da elite, conforme Munarim "o município de Lages é pródigo em organizações da Sociedade Civil de caráter elitista de classes dominantes" (2000; 241), que assumem esses conselhos e os transformam em espaços de legitimação de suas práticas e garantidores do pacto territorial.

Pacto territorial esse expresso na produção do centro da cidade, na verticalização, nas demolições, nos usos e práticas, nos percursos da cidade:

> hoje os edifícios tomaram conta do centro da cidade, de uma forma inconseqüente. Hoje nós temos problemas sérios com edifícios no centro da cidade que estão tirando a qualidade de vida do centro da cidade de Lages, estão sendo feitos com

> critérios simplesmente especulativos com uma Lei que não atende aos interesses do usuário do centro da cidade, ela atende aos interesses do que for possível melhor se fazer em termos de aproveitamento imobiliário, não se leva em consideração nada ... (Arquiteto, entrevista realizada em 09/05/97).

As marcas deste Plano Diretor estavam na cidade, na qualidade de vida dos moradores, nos grandes empreendimentos de verticalização, como expressado no depoimento acima, que sintetiza esse período.

Cidade cindida

A década de 90 se constitui numa nova fase para as atividades do Conselho do Plano Diretor e para a cidade. Nesse período evidenciou-se, na prática efetiva do Conselho, a "cidade do capital" e sedimentou-se o antigo pacto territorial. Contudo, no mosaico da cidade, apareceram novas propostas e visões de cidade que passaram ao largo do Conselho, voltadas para o desenvolvimento de políticas de proteção histórico-cultural. Era a análise desse conflito que se delineava as políticas de preservação histórica, que permitiriam observar os pontos de articulação e conflitos.

"Conselho Aconselha".

Após dez anos de um governo local identificado com as propostas das elites tradicionais e de todo um movimento para resignificar o entendimento e esvaziar os canais de participação popular, bem como aprimorar a centralidade, não somente das decisões políticas, mas de riquezas, informações e de poder, surgia uma brecha nessa hegemonia. Em 1993 assumiu a prefeitura local uma composição de forças da oposição, autodenominada de "Frente Popular" (PDT, PT, PSDB), a qual retomou o discurso de participação popular, assumindo também:

> uma postura política de não afronta às classes dominantes ou mais que isso, de busca de convencimento dessas e das camadas médias de que a melhor solução para todos é o Estado compensar os desequilíbrios sociais priorizando políticas sociais de atendimento aos mais necessitados. A julgar pelos resultados eleitorais em área de maior concentração desses eleitores (o centro da cidade), esse discurso "social democrata" foi eficaz. Ou seja, historicamente, nessas concentrações, os representantes conservadores sempre foram vencedores. Dessa vez porém perderam. (Munarim, 200, p. 233).

Esse período, marcado por práticas populistas, caracterizado por Munarim como um governo "neo-populista", que trabalhava com o paradoxo de incentivar a participação popular com o exercício autoritário do poder, que se sintetizou na imagem carismática do prefeito e seu discurso paternalista de "opção pelos pobres" (Munarim, 2000).

Houve nesse período a busca deliberada das ligações (elos perdidos) com a experiência da década de 70 com a equipe Dirceu Carneiro, buscando ainda uma identificação mítica por parte de alguns setores. O tema da participação popular, discurso obrigatório, tinha como vitrina a proposta de Orçamento Participativo, uma experiência que não pode ser considerada como efetivamente democrática, mas que serviu, segundo Munarim (2000, p. 238 - 240) para:

1. processo, mesmo que limitado, de educação para a cidadania;
2. jogo político de controle da participação popular;
3. instrumento de poder do Executivo diante do Legislativo.

Como se pode observar, participação foi o elemento-chave nos discursos elaborados nesse período. Foi nesse contexto, mas bem longe dos discursos e das práticas efetivas de participação, que o Conselho do Plano Diretor de Lages continuava atuando e constituindo-se num espaço privilegiado de defesa

dos interesses dos grupos ligados ao capital imobiliário e à elite econômica, que se apropriava e interpretava a cidade como sendo um espaço único de valorização econômica.

Mesmo as leis que regulamentavam a expansão e o zoneamento da cidade sendo recentes, (1988) grande parte dos processos analisados apontavam, e era constantemente lembrada pelos conselheiros, a necessidade de revisá-las. Eram processos para construção nos limites dos terrenos, para diminuição dos recuos obrigatórios, para modificação dos índices de aproveitamento em sua maioria.

Como pano de fundo dos trabalhos do Conselho, o entendimento e a construção de um discurso, que entendia o papel do Conselho como o de um simples consultor do executivo local, portanto, não tendo poder de decisão. Havia uma frase que sintetizava essa postura e era utilizada com freqüência pelos conselheiros, "o Conselho aconselha a ...". Essa perspectiva de entendimento do que era o Conselho, de alguma forma já presente desde a sua fundação, permitia, por um lado, explicitar os interesses dos grupos que lucravam com a cidade, em segundo, isentar-se do ônus político da decisão, o que num governo com discurso "popular" serviria paradoxalmente para criar espaços de defesa dos interesses da elite e para mostrar as contradições internas do mesmo.

Foram significativos dessa postura a utilização do princípio de Corredores de Comércio e Serviço e a ampliação da UTCT - Unidade Territorial Central Tradicional, áreas que permitiram um maior aproveitamento de terrenos.

A defesa da ampliação da UTCT é esclarecedora:

> A UTCT, permite construir 12 andares, e que a UTCT, hoje está limitada, e com isto perde o Comércio de se expandir, a construção civil deixa de construir e a municipalidade deixa de arrecadar com o comércio. Com a ampliação da UTCT, ganham todos, ganha a comunidade, que

terá mais emprego e mais opções de compra, através do comércio. (Ata nº 18 de 06/11/95).

Da proposta original feita pelo Gabinete do Planejamento e pelo presidente do Conselho, houve sugestões para ampliações que foram incorporadas ao projeto. Junto com essa ampliação foi sugerido o aumento do índice de aproveitamento do solo urbano nas unidades territoriais residenciais, exclusiva 1 e unidade territorial residencial predominante 2.

Tal ampliação (e o seu significado em termos de gestão e uso da cidade, bem como seus principais beneficiários), foi feita sem nenhuma publicidade, passou sem nenhuma discussão abrangendo a comunidade. Essa ampliação, aprovada rapidamente, entrava em contraste com a preocupação demonstrada com a criação de áreas de interesse especial, que implicava na delimitação de alturas das construções; passou por um longo processo no Conselho, demonstrando quais os interesses hegemônicos.

Para definir a ampliação da área central, não foi solicitada a realização de uma audiência pública, como foi solicitado ao projeto do executivo para definição das áreas de interesse especial.

O Plano Diretor prevê a criação de áreas de interesse especial para "assegurar a preservação de valores culturais e paisagísticos ou recursos naturais renováveis ou não" (Art 41). A primeira vez em que foi discutida a criação dessas áreas de interesse especial foi por solicitação da Secretaria do Meio-Ambiente, preocupada com a ocupação de áreas próximas aos mananciais de águas, preocupação essa motivada pela instalação da Cervejaria Brahma.

O Conselho se posicionou favorável aos estudos que possibilitassem a preservação ambiental, porém, fez duas observações: primeiro, coloca-se sem poder de decisão, pois: "a opinião do Conselho não tem força de lei, ele não autoriza nem impede, o Conselho apenas aconselha", e assim sendo, "nós do Conselho vamos apenas aconselhar a Câmara e o Município, pois não temos poder

de lei" (Ata nº 09 de 19/12/94), e em segundo: a ressalva de que "existe a propriedade privada e nela não se pode mexer" (idem).

Esse quadro permaneceu quando novamente voltou à discussão a criação de áreas especiais, agora para proteção das praças centrais da cidade, o que implicaria uma delimitação das alturas máximas das construções. O "Conselho aconselha" que seja feita uma audiência pública para definição dessas áreas de interesse, pois envolvem "direito adquirido" (Ata nº. 12 de 17/04/95). Em setembro de 1995, o assunto voltou novamente para discussão (no Conselho) em que novamente é aconselhado pelo presidente a "que se análise com muito cuidado essas áreas, pois estamos tratando com direito de propriedade" (Ata nº. 16 de 04/09/95).

Essas áreas de interesse especial só serão aprovadas em 10 de dezembro de 1996 (Lei Complementar nº. 044), que definiu como áreas de proteção as praças Parque Jonas Ramos; Praça Vidal Ramos; Praça Santa Cruz; Praça João Costa; Praça João Ribeiro e Praça Leoberto Leal.

Essa foi a tônica da atuação do Conselho: a primeira justificativa servia de escudo e proteção e a segunda, enunciava seu posicionamento e seu projeto de cidade, ligado aos interesses do capital.

Ao lado dessas posturas, da defesa inquestionável do direito de propriedade, da liberalização e da promoção da verticalização da cidade, nesse mesmo período (1994 - 1998) foi definida uma política de preservação histórico-cultural, que produziu algumas intervenções no espaço urbano. Essas discussões não passaram pelo Conselho do Plano Diretor mas pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural - COMPAC. Foi uma outra proposta de cidade e de valorização do espaço urbano, que mostrou as contradições e fissuras no governo local e as diferentes visões que embasam o papel dos conselhos nas gestões municipais.

Lages: Políticas de preservação do patrimônio local

Nos últimos anos tem crescido, consideravelmente, a preocupação com a preservação do patrimônio histórico-cultural e arquitetônico. Esse tema passou a fazer parte das agendas do poder público local e das reivindicações de grupos da sociedade civil, preocupados com a qualidade de vida das cidades e com a valorização das especificidades históricas.

Quando se fala em valorizar a história de um povo, preservar a memória, preservar os símbolos dessa cultura, muitos logo imaginam a conservação de objetos muito antigos com anos de história, ou então justificam que isso é coisa "para quem tem história, como os países da Europa que têm mais de 500 anos" (depoimento registrado em reunião com Associação dos Amigos do Tanque, 1996), discurso esse muito comum entre os grupos contrários à ações de preservação cultural, que tendem a desvalorizar a experiência histórica. Com certeza, nossas cidades não são "tão velhas", entretanto a importância das mesmas, sua história e seus símbolos fazem parte da identidade cultural do povo e como tal devem ser valorizadas.

No Brasil, é somente no século XX, a partir da década de 30, que se observa a preocupação com a defesa do patrimônio histórico-cultural institucionalizar-se. Em 1937 foi instituída a possibilidade de tombamento e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional responsável pela definição de uma política de preservação do patrimônio histórico. Desde então, a mudança mais significativa na política oficial se deu com a Constituição de 1988, a qual atribui aos municípios um importante papel na definição de políticas e ações de preservação do patrimônio histórico-cultural e arquitetônico.

Esse aspecto contribuiu para uma ampliação da participação da população na preservação de seu patrimônio. Foi através dessa

experiência vivenciada em Lages e dos conflitos gerados na cidade, nos quais transpareciam as diversas percepções de cidade e a tentativa de concretizá-las, que se pretendeu esmiuçar a atuação do poder público local, os conflitos internos e as articulações de grupos locais pró e contra ações de tombamento.

Muito se tem discutido sobre o que preservar, por que preservar, como preservar, qual a melhor forma de proteger alguns aspectos (móveis e/ou imóveis) significativos da história de um povo.

O patrimônio de um povo é um termo amplo, que engloba tradicionalmente três grandes grupos: patrimônio ambiental; conhecimento, técnicas e saber adquirido; bens culturais. É sobre esse último, que inclui patrimônio construído, artefatos, objetos e expressões culturais que se centra a experiência em Lages.

As cidades sempre foram espaços de intervenção, conflitos, articulações e experimentações. Da ideologia do novo e do moderno, passando pelas cidades totalmente padronizadas, percebe-se no Brasil duas grandes formas de intervenção nos espaço centrais da cidade ou nos espaços históricos[52]:

a) Intervenção a partir da destruição sumária do patrimônio construído. Tal política baseia-se no discurso ideológico do novo, no qual tudo o que está construído deve ser destruído para dar lugar a novos prédios, de preferência verticais, levando a uma maximização da área construída. Tal postura desconsidera padrões de qualidade de vida nos centros da cidade, planejamento populacional adequado à infra-estrutura existente, bem como promove uma privatização intensa dos espaços públicos do centro urbano. Nessa perspectiva, nenhuma referência à história de um povo deve ser preservada, ou deve-se preservar so-

[52] Por espaços históricos, entende-se a referência aos espaços sociais mais antigos da cidade, locais por onde iniciou o aglomerado urbano.

mente alguns objetos isolados, de preferência longe dos locais mais valorizados do centro da cidade.

b) Preservação cultural. Baseia-se na valorização do patrimônio construído e na compreensão da importância das medidas preservacionistas para ampliação da qualidade de vida, que passa pela valorização da história, da memória dos diversos grupos sociais que constituem a cidade. Grande parte das políticas de preservação cultural encontram resistência por parte de alguns segmentos da sociedade, mais interessados na perspectiva de lucratividade do capital.

Atualmente, já se percebe uma mudança nos discursos e posturas, havendo um maior interesse em políticas de preservação, aliados inclusive a uma perspectiva econômica de incentivo ao turismo.

Nesses últimos anos, a noção de patrimônio tem sido ampliada. De uma visão inicial centrada, principalmente, em objetos e monumentos pertencentes aos grandes feitos e homens da história, ampliou-se para uma concepção que inclui diversos aspectos da vida quotidiana e cultural dos grupos.

Percebe-se uma mudança significativa na concepção de patrimônio, superando a visão limitada e elitista que se preocupava com a proteção de objetos ou bens isoladamente, ou pertencentes somente à elite, embasados numa história factual, para uma visão mais abrangente, que permite, por exemplo, que sejam considerados patrimônio, elementos significativos pertencentes aos grupos populares.

Por outro lado, ocorre também uma mudança nas estratégias de preservação, principalmente com relação à participação popular no processo e a na análise do bem tombado com seu entorno.

Inicialmente, as estratégias de preservação viam o bem tombado como um ser isolado, promovendo uma descontextualiza-

ção do mesmo, transformando-o num monumento petrificado. Hoje, ao analisar-se um bem significativo, percebe-se o conjunto em que o mesmo está inserido, em suma: busca-se a sua contextualização física, social e cultural.

Quanto à participação popular, nos processos de tombamento e valorização do patrimônio cultural, ela tem-se ampliado; há a criação de canais institucionalizados de participação, como os conselhos municipais de patrimônio cultural. Uma outra estratégia utilizada é o investimento em educação patrimonial, pois é somente com a sensibilização e a participação da população que se consegue uma efetiva proteção desse patrimônio.

Nos últimos anos, com o processo de globalização se intensificando e a urbanização crescente das cidades, a definição e implantação de uma política de preservação do patrimônio cultural é uma das estratégias utilizadas para o processo de diferenciação e valorização das identidades de cada cidade. Busca-se a humanização das cidades e a melhoria no padrão de qualidade de vida de seus moradores e visitantes.

Ainda são poucos os municípios brasileiros que definem leis próprias para proteção do patrimônio histórico-cultural (Souza Filho, 1997). Em Lages, por iniciativa do executivo local, foi definida uma lei municipal, a Lei Complementar nº 022, de 21 de setembro 1995. Essa lei conhecida localmente como a Lei do Tombamento, legisla sobre a preservação de patrimônio natural e cultural do município de Lages e cria o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural - COMPAC.

Define o poder público municipal como responsável pela preservação e com poderes de tombar bens considerados como relevantes ao patrimônio natural e cultural do município, atribuindo ao COMPAC a função de julgamento dos processos de tombamento. Essa lei foi aprovada sem nenhuma modificação,

sendo que mais tarde, tendo em vista alguns tombamentos realizados, um vereador propôs a sua alteração, transferindo para o Legislativo essa função. Tal alteração não ocorreu por alegação de inconstitucionalidade.

O Conselho é composto de seis integrantes do poder executivo: prefeito e os secretários de Cultura, Educação, Meio-Ambiente, Planejamento e de Turismo; um representante do Patrimônio Histórico da Fundação Catarinense de Cultura; um representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e nove integrantes nomeados pelo prefeito municipal da sociedade civil, entre esses são obrigatórios um historiador, um antropólogo e um arquiteto. A constituição desse Conselho não vincula os representantes da sociedade civil a entidades de representação de classe e, por outro lado, vincula a presidência ao prefeito municipal.

Em 21 de dezembro de 1995, o primeiro conselho tomou posse e as primeiras reuniões dirigiram-se para estruturação do regimento interno, que regulamentava a estrutura dos processos de tombamento e seu caráter público, garantindo a defesa das partes envolvidas em todo o processo. Em maio de 1996 entrou em análise o primeiro processo de tombamento - Parque Jonas Ramos.

A Lei Orgânica do Município de Lages (1990) já havia considerado como Patrimônio Histórico Municipal os seguintes bens:

- Catedral Diocesana;
- Mercado Municipal;
- Colégio Aristiliano Ramos;
- Colégio Vidal Ramos;
- Carvalho;
- Fórum Nereu Ramos;
- Prédio da Prefeitura Municipal;
- Igreja São José;

- Prédio da Fazenda Experimental de Lages (EMPASC);
- Igreja Presbiteriana;
- Cacimba;
- Antiga Cúria Diocesana.

Esses bens não podem ser restaurados, modificados ou destruídos sem o prévio parecer do Conselho. O espaço do Tanque não foi o primeiro imóvel tombado no município, porém, no processo de tombamento foi dada ampla publicidade e possibilidade de discussão pública sobre a importância desse tombamento. O processo de tombamento e as discussões eram articuladas pelo então Departamento de Cultura. Esse diferencial levou a uma ampla discussão, com realização de dois seminários e um debate, ambos exaustivos entre os defensores do tombamento e os contrários ao mesmo. Antes de relatar este processo e a atuação do COMPAC, espaço que se tornou significativo na luta política em defesa de projetos de cidades diferenciados, devia-se explicitar a política adotada pelo Departamento de Cultura, que depois iria transformar-se em Fundação Cultural.

Políticas de preservação histórico-cultural a perspectiva da Fundação Cultural de Lages

Ao caminhar-se pela cidade, por suas ruas, calçadas e praças, na maioria das vezes não se percebe os vestígios e símbolos das várias cidades, presentes na cidade atual. Cidades que passam apagadas na imagem cotidiana dos trajetos que se fazem. Resquícios de modos de vida, de trabalho e de sonhos. Algumas dessas referências fazem parte dessa paisagem, ainda presentes nas fachadas, nas casas, nas ruas. Outras só existem na memória de alguns poucos, destruídas pela voracidade de uma perspectiva de progresso que se faz pela destruição sumária do que não é novo e da memória social.

O trabalho na área de patrimônio cultural iniciou em 1994, no Departamento de Cultura[53], com a criação de um núcleo de pesquisa sobre o processo de urbanização da cidade. Depois, com a criação da Fundação Cultural da Cidade (1995), foi instituído o Departamento de Memória e Patrimônio Cultural, ao qual estavam vinculados os trabalhos de valorização e preservação do patrimônio cultural[54].

O trabalho do Departamento de Cultura partia do princípio de que a cidade é multidimensional, síntese de projetos, desejos, trabalhos, interações e articulações entre diversos grupos culturais e indivíduos. Cada cidade, presente na cidade, é a representação e a concretização de articulações e vivências passadas e presentes.

Essa cidade traz em suas ruas, traçados, casas, esquinas, praças e povo, marcas de sua história, de sua experiência, de suas vivências. Conhecê-las, delineá-las e preservá-las deve ser a essência de uma política de preservação cultural. Política essa embasada na promoção da qualidade de vida de seus cidadãos, a qual passa, necessariamente, pela valorização de sua história, de sua memória, tendo como objetivo central a promoção da cidadania. Ações e políticas que passam também pela pesquisa social-histórica, delimitação e reconhecimento dos bens histórico - culturais, políticas de tombamento, incentivos fiscais e simbólicos à conservação de fachadas e imóveis.

Por quais caminhos trilhar para alcançar esses objetivos? Essa era uma das indagações da equipe. Desde a década de 30 tem-se no Brasil leis que permitem a proteção de bens históricos considerados de extremo valor arquitetônico, histórico ou cultural. Entretanto, existe uma grande lacuna que dificulta esse trabalho, que se resume na falta de uma visão a longo prazo e numa perspectiva de lucro imediato. É o capital financeiro e

[53] A diretora do departamento na época era Iáscara Almeida Varela.

[54] Essa equipe era composta por arquiteto, sociólogos e historiadores. Dela participei como pesquisadora até o início de 1998.

imobiliário controlando a cidade, dividindo-a, manipulando-a em detrimento dos interesses coletivos.

Por outro lado, no Brasil, como também em outros países, a política de preservação de bens culturais e históricos trabalha num campo de conflitos e tensões entre os interesses do capital imobiliário e financeiro (principalmente), que vêem nas propostas de preservação histórica e cultural uma ingerência sobre o que consideram seus direitos privados. Tal discurso é muito claro quando se posicionam contra o tombamento de imóveis privados, acusando essas políticas de preservação de estarem interferindo na propriedade privada. Em seu discurso, omitem completamente o papel social da propriedade privada.

Os trabalhos nessa área, em Lages, começaram efetivamente com a criação e aprovação da Lei de Tombamento do Município em 1995. Procurou-se desenvolver as ações no sentido de que a preservação de patrimônio histórico/cultural/arquitetônico não fosse uma exceção na vida e gestão da cidade, mas que fizesse parte do planejamento e da gestão urbana. E mais ainda, que a população reconhecesse o seu direito à memória, participação, preservação e valorização de seu patrimônio.

Há três campos de atuação, norteados pelo princípio básico de que só é possível preservar com a participação efetiva da população:

1. Processos de Tombamento: há alguns bens culturais que necessitam, para sua preservação, de uma medida administrativa que os considere bens de interesse de preservação. Em 1995 foi aprovada a Lei de Tombamento Municipal. Essa Lei definia a forma de tombamento e institucionalizava também a participação da sociedade civil no processo. Todo processo de tombamento inicia-se

com um levantamento meticuloso de sua importância histórica, cultural e/ou arquitetônica para a localidade. São realizados estudos históricos, sociológicos e arquitetônicos quando é o caso de bens imóveis. Feitos os estudos e optando-se pelo tombamento, definem-se quais são os parâmetros de preservação do bem e sua área envoltória.

2. Educação Patrimonial: numa manhã de sábado, numa das praças centrais, um museu de rua foi inaugurado. O Museu Imagens e Memórias com fotos antigas da cidade. Essa exposição foi o início de um trabalho de sensibilização para aspectos do patrimônio cultural da cidade. A preservação do patrimônio cultural não pode basear-se somente em leis. Há necessidade de um processo de sensibilização da população como um todo, um processo de reconhecimento e valorização dos bens culturais. Os diversos grupos que compõem a cidade devem reconhecer seu patrimônio cultural, valorizá-lo e preservá-lo. Percebê-lo como significativo no processo de articulação de suas identidades específicas.

Esse trabalho de sensibilização é feito em diversos espaços.

3. Revitalização do centro histórico da cidade: projeto de valorização do centro da cidade, incluindo ações de valorização e preservação das fachadas, ordenamento do mobiliário urbano, ordenamento dos espaços de propaganda. Esse projeto não saiu do papel, por disputas políticas que envolveram a condução do mesmo.

Esses projetos foram iniciados na gestão Fernando Agostini (1994 - 1996), que deu sustentabilidade política aos mesmos e encerraram-se na gestão do prefeito Décio Ribeiro (1997 - 2000), atendendo às pressões explícitas dos setores contrários à políticas de preservação histórico-cultural.

Processos de Tombamento: a cidade histórica fervilha

Com base na Lei de Tombamento foram realizados e aprovados três processos de tombamento. Em 1996, a Fundação Cultural de Lages abriu dois processos de tombamento. O primeiro, n°. 001/96 foi o do Parque Jonas Ramos, mais conhecido como Tanque. Esse processo de tombamento de uma área pública foi exemplar em dois momentos: ao definir uma área envoltória de proteção ao bem tombado e ao garantir a participação dos proprietários dessa área no processo. Foi um processo complicado tendo em vista que havia muita especulação imobiliária no local. Entretanto, o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural aprovou o tombamento nos termos propostos pela Fundação. O segundo processo de tombamento, concluído em 1997, de n°. 002/96 foi o do Sobrado do Aristiliano Ramos. Uma residência do século passado que conservava as características originais, representando um belo exemplar da arquitetura do final do século passado e do estilo de moradia da elite local[55].

Para um bem ser tombado, precisa passar por um estudo histórico e arquitetônico sobre sua importância. Ao se definir que o bem deve ser preservado, são feitos estudos para a regulamentação dos parâmetros de sua proteção, estudos para delimitação da área envoltória sobre o imóvel, como, por exemplo, análise de insolação, ventilação, "Sky.line", segurança, ambiência, volumetria, largura da caixa de rua. Parâmetros que ao mesmo tempo garantem a ambiência do imóvel tombado, garantindo também uma volumetria, que leve em conta prioritariamente a qualidade de vida no centro da cidade.

[55] Em 2000, por inoperância das instâncias municipais e descuido dos proprietários, caiu a fachada do imóvel, dois meses depois caiu todo o primeiro andar.

Importante observar que essa área de proteção não é tombada, incidem sobre ela apenas delimitações de alturas máximas. A definição de uma área de proteção para o imóvel tombado, nesse caso, é fundamental para garantir sua integridade física e visual.

Para a definição da área envoltória parte-se do princípio de que a obra arquitetônica sempre se relaciona de forma íntima com seu entorno imediato. Ela sempre se insere num determinado contexto, tanto em conjuntos edificados quanto em elementos "isolados", dentro de uma malha urbana específica, não sendo, portanto, um elemento solto, mas uma parte integrada ao seu entorno.

O processo de tombamento do Parque Jonas Ramos, talvez por ser o primeiro ou por envolver um grande número de pessoas numa área residencial central, extremamente valorizada nos últimos anos, foi tumultuado. Foi tombada a praça pública e delimitada uma área de proteção ao redor, sobre a qual incide delimitação de alturas máximas. É a definição de zonas de proteção ao imóvel tombado.

Esse foi o elemento gerador dos conflitos, ao se definir área de proteção, não tombada, mas com critérios específicos que limitavam a altura das construções, geraram-se protestos por parte de alguns dos proprietários dessa área, organizados em torno da Associação dos Amigos do Tanque, que havia sido criada para defender os interesses dos moradores favoráveis à construção de um prédio de 12 andares no local (possível pela utilização de uma das brechas no Plano Diretor) e para delimitarem os usos do espaço. Havia solicitação de projetos de reurbanização que promovessem uma redefinição social desse espaço; registra-se já em 1992, no Conselho Municipal do Plano Diretor, uma solicitação para que o executivo fizesse um projeto para resolver a grande concentração de pessoas na quaresma: "no qual durante a quaresma devido ao acúmulo de pessoas causa transtorno aos moradores". (Ata nº. 57 de 18/03/92).

Esse tipo de reivindicação traz, em sua essência, o desejo da privatização dos espaços públicos, onde o "fechamento", mesmo que simbólico, das ruas e praças é desejado para garantir a "segurança" e a "comodidade" dos moradores.

No processo de tombamento, foram realizadas reuniões e palestras com advogados e arquitetos para esclarecimentos à população como um todo e, principalmente, aos moradores da área circunstância.

A delimitação da área envoltória, que é a área próxima ao bem tombado, faz-se necessária para proteção do imóvel, garantindo assim, além da perspectiva estética do conjunto, as condições técnicas e ambientais do espaço construído (ventilação, estrutura, "sky.line", insolação, etc).

A Lei de Tombamento Municipal define desde a possibilidade da área envoltória à criação de canais institucionalizados de participação da população, através do Conselho e diretamente junto à Fundação Cultural. Em que pesem as críticas a esse tipo de participação, ela tem possibilitado uma sensibilização dos moradores locais, não somente dos grupos envolvidos.

No processo de tombamento do Tanque foram utilizados diversos argumentos para inviabilizar essa ação mesmo, alegando-se: inconstitucionalidade da Lei Municipal, conflitos com a garantia da propriedade privada, incompatibilidade com o Plano Diretor, supremacia da Lei do Plano Diretor sobre a Lei de Tombamento, falta de "valor histórico e cultural" e erros técnicos para delimitação de alturas da área envoltória.

Como muito bem salienta Lefebvre (1976), nos movimentos de impugnações, de protestos contra projetos de intervenção urbana, estão presentes as ideologias, as percepções desses grupos, a sua publicidade abre espaços para o seu enfrentamento. Pode também ser utilizado, segundo esse autor, como um medidor de democracia urbana, pois:

> La ausencia de democracia urbana, es decir, de democracia concreta, se mide por la pasividad de los interesados, su silencio, su prudencia reticente hacia lo que les concierne. (Lefebvre, 1976, p. 143)

O COMPAC fez um minucioso estudo sobre o processo, solicitando pareceres técnicos das áreas jurídica, arquitetônica, histórica e antropológica, procurando esclarecer os aspectos levantados para as impugnações.

Uma das questões que mais suscitaram debates foi sobre a legalidade da lei de tombamento municipal. Argumentava-se que tais ações só poderiam ser tomadas pelo Governo Federal, apostando assim numa ineficiência e impossibilidade dessa esfera do poder em analisar e tomar medidas de proteção para todo o país. A competência do município para legislar sobre o patrimônio cultural foi definida pela própria Constituição Federal que, em seus artigos, confere autonomia aos municípios, através dos quais, conforme estudos feitos por Souza Filho:

> O poder público municipal que não se utilizar de sua competência legislativa para proteger o seu patrimônio cultural local e, por isso se omite na preservação e cuidado desses bens, está infringindo a Constituição Federal, além é claro, de perder a sua própria história e de desrespeitar o direito de seus cidadãos. (1997, p. 94)

Conforme o Jurista Frederico Marés Souza Filho[56], o município pode legislar suplementarmente sobre leis federais e estaduais e principalmente sobre assuntos de interesse local, nesse sentido:

> o sistema viário ou os índices construtivos e todas as coisas que são típicas do urbanismo, não são tão de interesse local quanto é a preservação do meio ambiente e do

[56] Em palestra proferida em Lages no mês de abril de 1996, sobre "os aspectos jurídicos dos processos de preservação".

> patrimônio cultural de um município, porque isso diz respeito diretamente a população, porque isso diz respeito diretamente a vida (Souza Filho, 1996).

Legislar sobre assuntos de interesse local, nesse caso, definir uma política de preservação do patrimônio cultural de uma cidade é investir na qualidade de vida dos moradores. Embasado nesse princípio, elaborou-se o processo de tombamento do Tanque, percebendo-se o mesmo como um espaço de uso coletivo e :

> o reconhecimento de um bem como patrimônio cultural e o interesse na s ua preservação não se baseia necessariamente na idade ou em características arquitetônicas excepcionais mas na sua importância para uma determinada comunidade, no conjunto de atributos que lhe conferem valor. (Ata COMPAC 18 de setembro 1996)

As justificativas para o cancelamento do processo utilizaram-se também de uma análise histórica, através da qual o espaço em questão não teria valor histórico e cultural nenhum, pois não foi palco de "fatos memoráveis da história ou fatos que apresentem excepcional valor" (Lages: Processo de tombamento 001/96 - impugnações).

Tal visão da história tende a atribuir significados relevantes aos espaços da elite ou palcos de grandes acontecimentos, de forma geral, tendem a desprezar o espaço construído pelos grupos populares, seus espaços de trabalho e lazer. Para acentuar o valor cultural do espaço, destacou-se a sua constituição como espaço de trabalho e que isto se revestia de significados especiais, uma vez que como consta no parecer antropológico:

> caracterizava-se como local de trabalho e atualmente como espaço público de convívio social. O que é interessante destacar é que os lugares, uma vez que são palco para relações sociais de atores diversos revestem-se de significados simbólicos que não estão diretamente relacionados à relevância das pessoas que por eles passaram,

> mas sim pelos territórios e identidades que o definiram e construíram ao longo de sua existência ... Contrapondo-se a uma interpretação de senso comum de "fatos memoráveis", como eventos de feição notável realizados por indivíduos ou grupos isolados, o fato de mulheres lavarem roupa neste espaço, resgata os papéis sociais atribuídos as mulheres, a forma como elementos do mundo privado perpassavam o universo do mundo público, além de constituírem relatos da história do trabalho na comunidade, num relato de excepcional valor da vida cotidiana dos diferentes atores sociais, reconhecendo nesses parte significativa da história da cidade. Justamente porque este espaço passou a fazer parte do imaginário social da população local, que lendas e mitos foram criados conferindo-lhe uma identidade e integrando-o a memória da cidade. (Cardoso; Assis, 1996, Ata Compac, 18/09/96).

Esse conflito que se estabelece foi muito bem explicitado pelo relator do Processo, que destacou em sua análise que o pano de fundo era a defesa de interesses privados "contra efetivos direitos e interesses sociais" (Ata do COMPAC, 18/09/96), tendo, de um lado, parcela dos proprietários da área envoltória e, de outro, o poder público. Vêm à tona, através de uma intervenção de parte do poder público local, os interesses dos setores privados (proprietários, setor de construção civil, corretores) na defesa incondicional da propriedade privada sem função social, na gestão e produção de uma cidade hierarquizada e sob suas regras de valorização do capital em detrimento da qualidade de vida urbana. Como salientado pelo relator do processo:

> O espaço Tanque é no presente, pelo que é e pelo que foi no passado espaço que necessita da intervenção humana consciente no sentido de preservá-lo também para o futuro, como um lugar de todos. (Ata do COMPAC - 18/09/96).

"Como um lugar de todos", eis aí mais um conflito subjacente, o pacto territorial até então estabelecia um lugar privilegiado, de

boa valorização imobiliária, com projetos que traziam em sua essência, a privatização do espaço. O tombamento do Tanque rompe também com essa perspectiva ao trazê-lo para o debate como um espaço de uso popular, primeiro com suas memórias de trabalho e depois, como espaço de lazer igualitário.



Parque Jonas Ramos, 1996, a época de seu tombamento.

Com a aprovação do processo de tombamento e de mais dois imóveis, o Sobrado Belizário Ramos (Processo 002/96 - aprovado em 19/02/97) e o Cine Teatro Marajoara, o conflito entre esses grupos de interesse se desloca para o Legislativo, onde um vereador do PL apresenta um projeto de lei propondo a alteração da lei de tombamento municipal, passando para o Legislativo a responsabilidade de aprovação final dos processos de tombamento.

Era obvia a tentativa de mudar o espaço político de luta, bem como de retirar a autonomia do Conselho. A análise desse projeto no Conselho ressaltava a própria heterogeneidade da composição do Conselho; para um dos conselheiros, o projeto teria legitimidade, pois ele considera que o Conselho não poder intervir na propriedade privada e que quando houve a votação da Lei de Tombamento os "vereadores foram descuida-

dos, não sabiam o que estavam votando" (Ata do COMPAC, 02/04/97). Para a maioria do Conselho, entretanto, a alteração caracterizava um ato autoritário e a confusão sobre competências, no qual transparece o embate entre dois princípios da relação entre Estado - Sociedade Civil, conforme definiu um conselheiro:

> O primeiro conceito, princípio liberal no qual o Estado faz a lei, o cidadão obedece que é o projeto da Câmara. O outro princípio, trabalha com a noção de cidadania ativa, no qual a cidadania não significa somente votar e ser votado. Reivindica o direito de como cidadão legislar num espaço democrático. (Ata do COMPAC, 02/04/97)

O Projeto não passou pelo Legislativo por ser considerado inconstitucional já na própria subcomissão de justiça da Câmara (Ata do COMPAC - 06/05/97). Como não houve possibilidade de reverter os processos nessa instância, passou-se a fazer um trabalho de formação de opinião pública através dos jornais locais, como se pode observar na notícia transcrita abaixo:

> Há que se rever os critérios para o tombamento:
>
> A preocupação com a preservação das antigas edificações de Lages veio tarde demais, pois poucas são as casas e sobrados realmente antigos que continuam em pé. (Correio Lageano, 07/11/98)

Continua a reportagem listando diversas casas de famílias ilustres que já foram demolidas "sem que ninguém protestasse" e que hoje o "Conselho do Patrimônio Histórico tenta conter o avanço das construtoras do Centro da cidade, mas se questiona os critérios que vêm utilizando na escolha dos bens a serem tombados" (idem).

Algumas das indagações levantadas são procedentes, como a frágil garantia de que um bem tombado seja efetivamente preservado, preocupação de todas as políticas de preservação. Po-

rém, atribui ao Governo a responsabilidade de preservação, quando a responsabilidade é conjunta com o proprietário do imóvel. Nas entrelinhas da discussão, procura-se colocar o Conselho como um entrave ao "desenvolvimento". Esse conflito se acirra com os embates travados com a Igreja Católica no processo de restauração da Catedral Diocesana.

Já na segunda gestão da Frente Popular, no governo Décio Ribeiro (1997-2000), evidencia-se uma gestão preocupada com o abafamento de conflitos com os poderes estabelecidos (econômicos e religiosos), onde vai-se aos poucos enfraquecendo e esvaziando a atuação do Conselho.

Enfim, nesse processo de tombamento do Tanque, pôde-se observar na atuação desses dois conselhos, as visões de cidade, as formas diferentes de intervir no espaço urbano, os interesses presentes na produção e reprodução desse espaço. De uma cidade valorizada pela sua diversidade, pela valorização dos diversos grupos que a constituem a uma cidade envolta nas tramas da especulação imobiliária, na hierarquização dos espaços na proteção inconteste da propriedade privada.

MODERNIDADE TARDIA: A BUSCA DA EFICIÊNCIA TECNOCRÁTICA NA GESTÃO DA CIDADE

> *... el espacio oculta uma ideología - más exactamente una ideo-lógica.* (Lefebvre, *1976, p. 162).*

Em Lages, desde sua constituição, o poder público teve um papel importante na definição e constituição do espaço urbano. O grande desafio é perceber a cidade constituindo-se através das relações entre os grupos, fugindo das análises clássicas de função urbana, população, demografia etc., procurando percebê-la nas relações, interações e conflitos, buscando a sua multidimensionalidade.

Neste capítulo, pretende-se mostrar que a própria imagem de cidade construída pela elite local, que embasa e legitima práticas de ordenamento e resignificação do espaço, não são homogêneas, pelo contrário são parciais e contraditórias, mas seguem uma perspectiva de futuro, ou seja, formam no imaginário a cidade ideal, na qual as indústrias, o calçamento, a energia, o trem, as estradas são símbolos portadores do progresso e da modernidade para a cidade. É um discurso que pretende homogeneizar e diluir os conflitos existentes entre os grupos sociais na constituição dos diversos espaços, das diversas cidades na própria cidade.

Lages é percebida e vivenciada de formas diferentes pelos seus diversos grupos sociais. São espaços construídos e vivenciados, trajetos diversos, memórias diferentes que levam à formação dessas

percepções. Os jornais locais refletem um pouco esse processo de constituição múltipla da cidade, porém retratam, principalmente, as imagens e os desejos de grupos específicos em relação à mesma. Os conflitos desse processo aparecem pouco delineados. A cidade real força sua visibilidade em algumas notas de protesto, em notas sobre violência urbana e no debate político. O povo sem direito a voz, forja sua entrada nas pequenas notas e, também, na astúcia e no silêncio das práticas cotidianas, que podem ser percebidas como uma forma de resistência.

Nas diversas análises sobre o urbano, sobre a cidade e sobre os diversos atores e grupos de interesse perpassa o entendimento do espaço, categoria fundamental para a análise que se quer fazer. O papel da terra, a configuração do espaço social, é compreendido de diversas formas pelas análises sociais. Algumas enfatizam o valor da terra como mercadoria, outras buscam a multimensionalidade do espaço. Partindo das análises de Gottdiener, para quem o entendimento da interconexão entre espaço-tempo está baseado no princípio de que "é necessário ir além das categorias analíticas marxistas" (1993, p.160), isto não significa abandonar no todo a perspectiva do materialismo histórico e dialético mas, sim, trazer para a análise a multidimensionalidade da categoria "espaço".

Gottdiener salienta as "múltiplas manifestações da articulação sociedade - espaço" (1993, p. 170), onde se destaca o:

> espaço social enquanto local dos valores sociais de uso e do desdobramento de relações comunais no espaço, e interesses em torno do espaço abstrato, enquanto espaço de desenvolvimento imobiliário e administração governamental - a articulação combinada entre modo político e modo econômico de dominação. (1993, p. 164)

É a clássica distinção entre valores de uso e valores de troca salientada por Lefebvre em seus estudos sobre cidade

(1991; 1999). Para analisar a constituição do espaço urbano, há que se identificar os atores estratégicos dessa formação, perceber quem são e como se constituem, tendo em vista que a análise puramente econômica de classe social deixa de fora nuanças importantes, pois:

> as forças que estruturam o espaço absoluto e o espaço social na verdade ultrapassam as linhas de classe e não podem ser esmiuçadas pela relação capital - trabalho. Não existe uma correspondência biunívoca entre bens imóveis e capital, de um lado, e valores de uso do espaço social e trabalhadores, de outro. (Gottdiener, 1993, p.167)

Entre esses atores centrais está o poder público local, setores imobiliários e de construção civil que tecem uma rede de interesses e de concepções sobre a cidade, seu valor e sua constituição, no qual pode-se observar interesses puramente econômicos (de valorização e reprodução do capital), entrelaçados com discursos de qualidade de vida e desenvolvimento social.

Conforme Santos, "o poder público é chamado, nos últimos trinta anos, a exercer um papel extremamente ativo na produção da cidade..." (1994, p. 110) tendo um papel atuante não somente na produção de infra-estrutura necessária ao processo de industrialização, mas na própria definição dos espaços e territórios da cidade.

Essa é uma dimensão da cidade que se configura, entre outras coisas, no que se pode chamar de "cidade Legal"[57]. A cidade passando pelas leis, bem como pelos caminhos diversos não previstos na lei, pelos caminhos clandestinos.

Em Lages, o poder público local sempre teve papel atuante na criação e definição desses espaços. Sua presença já marcante na formação do povoado com a adoção de um plano geométrico para constituição da vila, as legislações específicas e também,

[57] Termo utilizado por Rolnik (1999) ao falar sobre as regulamentações da cidade.

como salienta Rolnik (1999), em sua própria ineficácia em regular o desenvolvimento da cidade. Por paradoxal que seja, ao definir leis, códigos de posturas, etc... e permitir brechas no sistema legal, delinea-se sua postura na gestão e geração da cidade, ligada principalmente aos grupos de interesse. Na cidade, algo que sempre chama a atenção nas esquinas de suas ruas centrais são as construções com o canto levemente arredondado. A busca de explicação para essa característica passa por um entendimento do papel do poder público local intervindo, criando, modificando, seja através de legislação específica, da construção de estradas, pontes ou da localização de suas empresas.

Com relação às construções irregulares, em fevereiro de 1999 foi aprovado pelo Conselho Municipal do Plano Diretor e Desenvolvimento Urbano de Lages um projeto de Lei sobre construções irregulares que previa a regularização das mesmas. Baseados no art. 12 do Plano Diretor[58] propuseram:

> Proposta:
> Os casos de aprovação para edificações irregulares ao Plano Diretor com relação as situações diversas:
> - uso dos recuos laterais e de fundos;
> - espaçamento entre edificações de um único proprietário, no mesmo terreno e unifamiliar;
> - altura das edificações;
> - excesso no índice e taxa de ocupação;
> - falta de vagas para garagem;
> - edículas com profundidade superior a 6 m. e sem espaço entre edificação principal;
> - residência ocupando recuos de fundos ou lateral com um ou mais pavimentos.
> Poderão ser regularizadas desde que cumpra-se o paga-

[58] Art. 12. "Quando circunstâncias especiais o exigirem, em face de fatos concretos de aplicação das diretrizes básicas do PDDU, deverá, o Executivo ouvido o CMPDDU, propor ao poder legislativo, soluções alternativas, a serem aprovadas nos termos da legislação em vigor.

> mento de uma multa, a qual será estabelecida pelo conselho do Plano Diretor, variando de 10% a 30% do valor da obra (parte ilegal), cumulativamente conforme os itens infringidos; e a arrecadação dessas multas deverão ser revertidas a creches municipais (50%) e meio-ambiente (50%), aplicados em áreas de preservação em melhorias e reflorestamentos, devendo ser depositada em conta específica. (Ata nº. 35 de 23/02/1999).

Essa proposta não chegou a ser encaminhada para o Legislativo, tendo sido vetada pelo Executivo após pronunciamentos contrários por parte de setores da localidade. Houve a publicação no jornal local de uma reportagem com a seguinte manchete "Construções que não obedecem Plano Diretor podem ser legalizadas" (Correio Lageano, 27/02/1999). Esse artigo, em síntese, publicava o projeto e houve repercussão negativa, de tal modo que o discurso foi o de que as "obras irregulares seriam aprovadas" (Ata n. 36. de 30/03/1999). Houve, então, recuo estratégico do Executivo, solicitando o cancelamento do projeto e, ao mesmo tempo, determinando que se fizessem as modificações no Plano Diretor em vez de se elaborar lei específica.

Na mesma reunião do Conselho em que se aprovou aquele projeto de Lei foi levantada a questão de construções irregulares, que abrem janelas na divisa dos terrenos: "a lei do Plano Diretor proíbe essas construções no entanto infratores constróem e com 1 ano e 1 dia, e quando embargada acabam tendo direito adquirido" (Ata nº de 35 23/02/1999). Como solução, é proposta uma reunião com a Associação de Engenheiros e Arquitetos para troca de idéias sobre construções irregulares. É salientado, porém, que "não existe direito adquirido em atos ilegais, (é necessário) dar um parecer técnico. O parecer técnico é obrigação do órgão público, no caso o Gaplan" (idem). Como se pode observar, posturas contraditórias coexistem, em casos semelhantes e mostram conflitos de interesses na condução e intervenção na cidade.

Como muito bem observa Rolnik, não é possível estabelecer-se um único matriz da irregularidade, são diversos atores e situações diferenciais, pois:

> ... a condição de irregularidade não se refere a uma configuração espacial, mas a múltiplas. Desse modo, não se pode falar de irregularidade como se fosse um atributo intrínseco de um espaço urbano, como é sua topografia ou a composição de seu solo. Não somente porque existem na própria ordem jurídico-urbanística, muitos tipos de irregularidades mas também porque as normas jurídicas podem ter na prática, diferentes significados para os atores sociais, dependendo das condições políticas e culturais prevalecentes. (Rolnik, 1999, p. 182).

Na dimensão local, observa-se a intervenção ativa do Estado na produção do espaço urbano. Desde a perspectiva do Estado, no seu sentido restrito de sociedade política, a forma de participação dos diversos segmentos sociais na definição da cidade e nas intervenções sobre ela representa sempre um desafio aos gestores das políticas públicas. Com efeito, as esferas de participação transformam-se num amplo espaço de luta e defesa de interesses dos grupos sociais.

Desde 1988, com a nova Constituição Federal, tem ocorrido uma proliferação de conselhos municipais para o delineamento de políticas públicas. De um lado, esses espaços dos conselhos podem constituir-se numa possibilidade real de intervenção social na definição das políticas; de outro, podem significar um indicativo da forma de gestão do poder local numa perspectiva eminentemente estadocêntrica. Enfim, como salienta Rodrigues (2000), os Conselhos são "órgãos públicos colegiados vinculados à administração estatal, mas, ao mesmo tempo, constituídos de representações da sociedade civil".

Pode-se, finalmente, afirmar que esse novo *design* da gestão municipal, passando pelos conselhos e fóruns, são elementos do

processo de reorganização do poder local, onde cabe ao governo "liderar o processo em muitos momentos, mas também partilhar, delegar e interagir" (Fischer, 1996, p. 15).

De forma geral, esses conselhos buscam uma composição paritária entre representantes do Executivo e representantes da sociedade civil. Aliás, isso é definição que consta nos termos da lei. Em que pese, entretanto, a busca da paridade no cumprimento da lei, devemos discutir que sociedade civil é essa que se faz representar? Quais são os segmentos legítimos para influenciar na definição de políticas públicas? Essa definição produz agravantes visíveis quando nos referimos a conselhos cujo objetivo é a gestão de políticas públicas voltadas à produção do espaço urbano. Neste caso, pode-se observar a influência majoritária dos profissionais ligados às engenharias e arquiteturas, bem como às entidades ligadas ao setor da construção civil e imobiliário, em detrimento de outros grupos sociais senhores de direitos legítimos.

Em Lages, a exemplo de outras cidades, foram criados diversos conselhos com o fim de contribuírem na gestão local. Os trabalhos desses conselhos podem abranger desde a formulação até o controle e fiscalização das políticas públicas, sendo que, grande parte deles tem função somente de assessoramento ao Executivo. Alguns definem, em seus estatutos, a função de deliberar sobre políticas públicas. Essa diferenciação entre assessorar (aconselhar) e deliberar é um foco de conflito entre Conselho e Executivo, que se reflete nas próprias reuniões desses conselhos.

Nesse período, em Lages, os gestores municipais buscaram definir os conselhos com a função básica de assessoria ao governo, jamais como um espaço de deliberação de políticas públicas. Esse foi um dos aspectos que têm levado a conflitos de alguns conselhos com o poder público local. Nos resultados desses conflitos, via de regra, o conselho acaba cumprindo mais

um papel de coadjuvante na definição das políticas, reproduzindo até em alguns casos, práticas clientelísticas e subordinadas ao governo local.

Entende-se que os conselhos são, por definição, espaços democráticos, onde se destacam as relações de parceria e a composição paritária, mas, por si só, a composição paritária não garante a representatividade de amplos setores da localidade. Além disso, podem servir também como espaço de legitimação das posturas e práticas do governo local, isto é observável na própria definição do conselho, na definição de suas funções e papéis. No caso especifico de Lages, observa-se, enfim, que a construção desses conselhos e sua atuação, esteve "envolta pela retórica dominante sobre participação democrática" (Abreu, 1999, p. 69).

Outro aspecto a ser salientado diz respeito à atuação de setores empresariais na cidade de Lages. Gottdiener, ao fazer uma análise sobre esses grupos na produção do espaço urbano, afirma que os mesmos constituem um:

> "Grupo seleto de indivíduos que formam uma rede que perpassa os setores privado e público, de modo a tornar indistinguíveis esses dois setores. Dessa forma, líderes políticos podem ser também importantes donos de propriedade e trabalhar em conselhos consultivos públicos, como em comissões de zoneamento ou de variância, que incluem donos de grandes propriedades". (1993, p. 219).

Esse aspecto é visualizado na composição da comissão que tem como objetivo propor mudanças no Plano Diretor atual. Fazem parte da comissão o representante do gabinete do planejamento (engenheiro), o representante do Conselho Regional de Corretores de Imóveis; o representante da associação dos Engenheiros e Arquitetos (engenheiro); o suplente da mesma Associação (engenheiro), o representante da ACIL (engenheiro). É de se concluir, com certa obviedade, que as propostas de modificações eventual-

mente aprovadas vão estar de acordo com os interesses das instituições representadas. Com efeito, a defesa dos grupos de interesse transparece claramente nas reuniões do Conselho Diretor.

Essas questões podem ser percebidas na reestruturação do Conselho do Plano Diretor. Ou seja: a nova gestão do poder público municipal procura imprimir um novo ritmo, no caso, o seu ritmo ao Conselho. Dito de outro modo, ao mudar estrategicamente a composição do Conselho e reafirmá-lo somente como um órgão consultivo, cria-se um espaço de legitimação de projeto de cidade. Essa nova composição é articulada como sendo a síntese da "comunidade", e comunidade é aqui concebida pelos gestores como um grupo homogêneo:

> hoje estamos trabalhando arduamente com a comunidade, com os conselheiros que são pessoas de todas as entidades representativas de nossa cidade, nós temos hoje representantes da associação de engenheiros, nós temos representante da ACIL, representante da Câmara (de Vereadores), representante da Associação dos Moradores, nós temos representantes do SINDSCOM, dos advogados, da Polícia Militar, da Polícia Civil, das secretarias afins, Meio Ambiente, Obras, Cultura, pessoas que estão ali, que nos ajudam, que nos acelera o processo de reformulação do Plano. (entrevista com o secretário do Gaplan - 17/11/ 1999).

Ao que tudo indica, trata-se de uma forte tendência do Executivo de centralizar as decisões sobre o planejamento urbano, aqui concebido como planejamento da cidade do futuro. Esse conflito entre governo local e Conselho não se restringe, todavia, somente ao Conselho do Plano Diretor, porquanto são públicas as divergências também nos Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente, no Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural e no Conselho de Educação.

Tais conflitos, originados da tendência centralizadora do Executivo, permitem perceber a busca da construção de uma

hegemonia por parte do governo local, numa estratégia que passa necessariamente pela articulação política no interior dos conselhos locais, reservando a esses funções meramente consultivas e de legitimação das ações do próprio governo.

Em análise de atas das reuniões do Conselho Municipal do Plano Diretor, pôde-se observar que, nos anos de 1998 e 1999, dois assuntos principais foram o núcleo de preocupação do Conselho. São eles: a criação de um Instituto de Planejamento, para o qual se passaria a responsabilidade de revisão do Plano Diretor e o trânsito, além dos assuntos permanentes de análise de processos para modificação e construção de imóveis.

A criação desse "Instituto de Planejamento" foi vista como alternativa para solucionar os "problemas urbanos", que iriam desde as questões viárias, limpeza urbana, ornamentação da cidade, definição de infra-estrutura, até a concepção de um plano de desenvolvimento urbano para a cidade.

A justificativa para implantação desse "Instituto" perpassou os limites técnicos e políticos, delineando um discurso tecnocrático para a gestão do espaço urbano. A intenção dos conselheiros era criar um setor específico para planejamento urbano, numa função essencialmente técnica. Essa justificativa estava presente numa reunião do Conselho, na qual, com a presença do Prefeito Municipal, ressaltou-se que "o instituto era necessário para desvincular a parte técnica da parte política, a idéia principal é fundar o instituto, porque senão o trabalho do Conselho fica parado" (ata nº 40 de 31/08/1999). Foi ressaltado ainda que

> a diferença entre a parte técnica e a parte política é que a parte técnica vai olhar o bem comum, o Conselho tem a possibilidade ímpar de prever o que nós gostaríamos para o nosso município. (idem).

Nessa mesma linha de raciocínio, mencionam os conselheiros que o Gabinete de Planejamento - Gaplan, que deveria

ser o setor de planejamento urbano, perdeu, ou melhor, nunca chegou a exercer essa função de previsão, restringindo-se mais à fiscalização do Plano Diretor.

Esse encontro do Conselho com o Prefeito Municipal é significativo para que se entenda a concepção de cidade e de gestão da cidade que permeia aquelas representações sociais e políticas. Assim, nessa reunião, mencionou-se que os principais problemas do Plano Diretor e da própria cidade concentravam-se, entre outros aspectos, no seguinte:

- o Plano Diretor atual perdeu seu objetivo, pois não teve continuidade nem foi adequado ao crescimento da cidade, nem tampouco houve fiscalização necessária;
- há a falta de estrutura para ordenar o crescimento;
- há a necessidade de assessoria técnica para planejar e adequar a cidade;
- é necessário definir-se áreas verdes, bem como definir critérios para os loteamentos;
- problemas advindos da formação histórica da cidade, conforme discurso do Prefeito: "a cidade é muito nova e foi mal ocupada, muitas vezes estimulada por políticos, exemplo: o Morro Grande, erros que hoje nós estamos aqui tentando corrigir"[59].
- problemas relacionados à questão cultural, que nos remete aos locais de origem da população. Nas palavras do Prefeito "em Lages é preciso olhar a questão cultural: o povo veio do interior, com o fechamento das serrarias, o povo veio para as periferias, os filhos deste pessoal que veio das serrarias é que têm os problemas de moradia, trabalho, etc".

[59] O bairro Morro Grande, um dos mais antigos da cidade, foi em grande parte ocupado sistematicamente por processos de invasões. A ocupação primeira data do início do século XX. Em 1966 possuía uma serraria, descascador de arroz e duas charqueadas. Até a década de 60 desempenhou importante papel como um dos únicos bairros da cidade junto com Morro do Posto, Conta Dinheiro, Brusque e Várzea.

Foi com base nessas constatações que o Conselho pretendeu fazer uma revisão do Plano Diretor. Não se cogitou sobre a realização de um novo Plano Diretor, mas o direcionamento das atividades e reflexões para:

> aconselhar e trabalhar na mudança do Plano Diretor, principalmente em questões do uso do solo, parcelamento do solo, malha viária e na parte cultural. (Ata nº 38 de 27/07/1999).

Para reformular o Plano Diretor, o Conselho propôs-se a elencar projeções de crescimento e "ver as trancas do crescimento da cidade, ver onde está se estrangulando o crescimento" (Ata nº 41 de 28/09/1999). Não se mencionou a possibilidade de uma pesquisa para diagnosticar os problemas de crescimento da cidade.

Em reuniões subseqüentes sobre reformulações do Plano Diretor foram levantados pontos de estrangulamento ao crescimento e organização da cidade, sobre o que suscitava-se a necessidade de que houvesse uma reformulação. Assim, apontaram-se como empreendimentos necessários:

- aumentar a área do centro;
- aumentar os corredores de comércio;
- ampliar as atividades do anexo III, permitindo atividades, como depósito de gás e produtos químicos;
- rever áreas de crescimento próximo à Universidade, liberando gabaritos de altura para até 4 pavimentos;
- desapropriar áreas ociosas que foram doadas pela Prefeitura Municipal e não foram ocupadas, por exemplo: áreas industriais.

Com relação ao último item, de doação de áreas municipais para indústrias, um conselheiro se manifestou dizendo que "não existe contrapartida: à ajuda do município, quanto à doação de áreas, não se tem apoio na infra-estrutura, os empresários acabam ganhando um elefante branco sem condições" (Ata nº. 41 de 28/09/1999). Defesa inquestionável dos interesses dos

empresários que consideram insuficiente a doação de terras. De forma geral, demonstrava a percepção sobre bens públicos e a função do governo local.

O Conselho do Plano Diretor, em conjunto com a Secretaria do Planejamento, recebeu o aval do Executivo para fazer os estudos e propor a criação do Instituto de Planejamento Urbano de Lages. O modelo pelo qual se pautavam os discursos foi a cidade de Curitiba que, para tanto, recebeu uma visita de estudos de uma representação do Conselho.

De forma geral, essa discussão não esteve presente nos jornais locais. Numa análise das reportagens locais nos anos de 1997, 1998 e 1999, os principais assuntos referentes à cidade ficaram em torno de problemas viários (buracos, ruas sem asfalto, estacionamento), limpeza urbana - entre o que estava a limpeza do Rio Cará[60] -, ornamentação da cidade, obras de infra-estrutura, como a BR-282, aeroporto, mendigos e cães, todas as reportagens estavam muito longe de sustentar uma discussão efetiva sobre modificações no Plano Diretor.

Manteve-se a prática histórica de valorização das áreas nobres, nas quais o controle sobre os loteamentos seria bem mais rigoroso, ficando a periferia da cidade com a responsabilidade de resolver seus problemas de infra-estrutura urbana. Mesmo não sendo explícito nos discursos tal atitude, a prática revelava essa política.

Coube a esses grupos populacionais da periferia participar dos mutirões para limpeza e melhorias urbanas, sendo que para tais atividades houve toda uma divulgação nos jornais chamando a população para o trabalho conjunto, com slogans para mobilizá-los: "mutirão nos bairros Pró-Morar e Bela Vista" para serviços

[60] Esse rio circunda a área central da cidade. Seguindo seu traçado foi feito um anel viário. Atualmente está sendo feito um sistema de captação dos esgotos, que eram lançados diretamente no rio. Esse rio faz parte do imaginário e das lembranças de muitos, que ainda lembram das brincadeiras, dos banhos nas tardes ensolaradas de verão (isso nas décadas de 30 e 40).

de "melhoria e infra-estrutura urbanística, entre eles, pintura de meios-fios e retirada do mato" (Correio Lageano 12/08/99). Não foi encontrada nenhuma menção de atividades semelhantes em bairros de classe econômica média-alta. Como se pode concluir, as desigualdades socioeconômicas são bem delineadas no espaço urbano e amparadas no poder público.

Tem-se, pois, uma cidade polarizada, segmentada, na qual prevalecem os interesses dos grupos organizados e economicamente fortes. Por trás dessas disputas, desses pontos de "estrangulamento do crescimento da cidade" pode-se ver um espaço urbano em estruturação, no qual prevalecem os interesses dos grupos econômicos (alguns ligados diretamente à intervenção urbana). Pouco ou nenhum espaço é ocupado pelos grupos populares e outros segmentos urbanos.

À margem dessas discussões de fundo, imagens da cidade vão-se constituindo, imagens que emergem das discussões sobre assuntos pontuais, cotidianos. Imagens de cidade que se delineia como "moderna" - inserida no ritmo frenético dos carros, dos altos prédios, dos cronômetros e dos relógios em luta com a cidade que teima em manter o ritmo do pedestre, tachada de "cidade do interior", como se observa numa notícia do jornal local .

> fechar o centro em dia de semana para um desfile de comemoração à semana da Pátria, não descobriu ainda que a cidade de Lages é grande de fato e fechar as ruas para criança marchar é coisa de cidadezinha do interior. Aqui a cidade cresceu, mas tem gente que não quer acreditar. (Correio Lageano, 05/09/1999).

E no dia três de setembro, no mesmo jornal, a notícia "desfile traz caos ao trânsito" onde "o responsável por isso ainda não descobriu que essa cidade já cresceu". Por cidade do interior, entenda-se aqui a cidade tradicional, como obstáculo ao crescimento, à cidade moderna.

Outro sonho acalentado por alguns grupos, símbolo da modernidade de uma cidade, é o asfalto nas ruas centrais. A preocupação central é com o fluir do trânsito e dar prioridade aos carros, não passando pela análise um estudo de qualidade de vida no centro da cidade, uma análise do patrimônio histórico-arquitetônico, bem como de uma análise mais detalhada das possibilidades turísticas[61].

A implantação de um Instituto de Planejamento, a separação entre técnica e política, a valorização de alguns signos de modernidade urbana, levam a perceber e admitir, em certo sentido, a existência de um processo de "modernidade tardia".

Existem muitas controvérsias sobre a possibilidade de usar-se esse conceito de "modernidade tardia" para analisar o espaço urbano e as intervenções nele efetuadas. Para Moser (1999), alguns elementos podem dar pistas dessa configuração.

O autor propõe-se a analisar o Spätzeit, para o qual não existe uma definição precisa em português. Propõe-se a analisá-lo a partir de cinco componentes semânticos:

1. Perda de energia: refere-se a uma necessidade, sempre presente nos discursos, de lembrar-se da "idade do ouro", tempo dos heróis, dos desbravadores. Da lembrança dos que vieram e fizeram fortuna, dos grandes políticos locais; enfim, a presença e articulação de um tempo mítico.
2. Decadência: um sistema dotado de coerência e integridade decai, desfaz-se, o tempo leva a um constante declínio. É um período de crise generalizada. Crise econômica e crise de símbolos.
3. Saturação Cultural: não existe uma identidade bem definida, existe um vácuo; deixado pela antiga identidade, ainda ponto de referência nos projetos de desenvolvimento.

[61] Lages possui um considerável conjunto *art déco* no centro da cidade, com muitas potencialidades turísticas, falta somente planejamento e investimento no setor.

4. Secundariedade: consciente das diversas noções que o termo pode ter, o autor o utiliza para mostrar "um modo de produção cultural que trabalha a partir de um pré-construído cultural, a partir de materiais previamente dados, que já têm um estatuto cultural" (Moser, 1999, p. 41).
5. Posteridade: a posteridade traça uma linha relacional com os elementos predecedentes, mas não necessariamente determinantes. Envolve os aspectos do chegar-depois, mas também elementos de criatividade e espaços de rupturas, de produzir suas próprias formas.

O termo em todas essas dimensões não se aplica a Lages, porém ajuda a refletir sobre alguns aspectos socioculturais presentes e que delineam as intervenções urbanas.

É comum nos discursos, debates e reflexões sobre o desenvolvimento de Lages, a construção de uma época que se tornou mítica no imaginário local, que remete ao ciclo da madeira, bem como os conflitos, os discursos sobre uma cidade moderna. Constrói-se o ideal de modernidade e vive-se uma "modernidade inconclusa".

Por outro lado, é evidente a saturação cultural característica desses últimos anos. É uma crise de identidade, como salienta Munarim, no texto sobre "Serra Catarinense: a busca de identidade regional" (2000b), no qual assinala a incessante busca da "vocação" da região e aponta, por um lado, a crise de um eixo condutor do processo de desenvolvimento econômico e a busca por esse eixo; por outro, a "crise de imaginário" ou de identidade, em que os antigos elementos ordenadores estão-se enfraquecendo ("Princesa da Serra" e "Gestão Participativa"). Projetos de alternativa econômica e novas identidades vão-se articulando, entretanto ainda não há hegemonia formada por um ou por outro. Percebe-se muito mais o vácuo.

Essa perspectiva de modernidade tardia é semelhante à proposta de uma sociologia da história lenta, feita por José de Souza Martins, através da qual poder-se-ía "fazer uma leitura dos fatos e acontecimentos orientada pela necessidade de distinguir no contemporâneo a presença viva e ativa de estruturas fundamentais do passado" (1994, p.14). É uma perspectiva de buscar valores, concepções e estruturas que tinham pleno sentido no passado e que ainda persistem. Além de persistirem, constituem-se em sistemas referenciais de concepção e intervenção urbana.

As intervenções no urbano, na cidade, transitam entre dois imaginários que se constituem sistemas referenciais: um deles, de fundo econômico, contrapõe o atual período de crise a um período épico, da idade de ouro, de grande movimentação econômica, é de onde partem os projetos e sonhos de industrialização; o outro constitui-se da oscilação entre dois períodos míticos da política local: o primeiro, correspondendo ao ciclo da madeira com a proeminência estadual e federal de representantes da oligarquia local e o segundo, correspondendo à experiência de participação popular entre 1977 e 1983 na gestão Dirceu Carneiro. Em síntese, vive-se o dilema da prisão entre dois paradigmas, o da idade de ouro (mito econômico da elite tradicional) e o da participação (mito político).

Levando em conta essa tensão de carga histórica é que melhor se pode analisar as intervenções e propostas de intervenções no urbano da atualidade. É evidente que, no final do século XX, elegeram-se alguns elementos - entre eles, a criação do IPUL, o asfalto no centro da cidade e a desvalorização de espaços históricos - que acabam levando a práticas inócuas, mantendo-se o ritmo e as formas tradicionais de perceber, vivenciar e intervir na cidade. Enfim, são práticas que resultaram na valorização de áreas nobres e na predominância dos interesses de grupos econômicos que vêem a cidade como fator essencialmente monetário.

Trata-se, pois, de um processo de busca da modernidade. Mas, qual modernidade? Qual o significado atribuído a ela?

Em primeiro lugar, precisa-se fazer uma distinção entre modernidade e modernização. Conforme Gorelik (1999, p. 59), modernidade é o ethos cultural ligado aos valores, modos de vida, concepções de mundo, cujas origens remontam aos séculos XVI e XVII, e vem-se generalizando; já modernização diz respeito aos processos de intervenção e transformação material do mundo.

Neste sentido, a intervenção na cidade pode ser vista como uma forma de instaurar a modernidade. O estudo sobre as cidades permite fazer a análise da fluidez e interação entre os processos estruturais e representações culturais, pois, conforme Gorelik, a cidade se constitui num excelente "objeto de indagação precisamente por sua combinação íntima e constitutiva de processos materiais e representações culturais" (1999, p. 59).

Todavia, que cidade é essa que foi analisada? Quais são as marcas, as camadas superpostas? Quais os fios de ligação entre a cidade do presente e as várias cidades construídas ao longo desse século? Onde está a cidade dos coronéis? O brilho fugaz da cidade dos locomóveis? O sonho da cidade de concreto? Por que falar em modernidade tardia? Estaria Lages entrando agora na modernidade? Ou o discurso da modernidade é um pano de fundo utópico na gestão da cidade?

Esse entrelaçar pode-se observar nas políticas de preservação histórica, nos espaços de luta onde se delineiam claramente as posturas e os grupos majoritários.

Esta cidade e estes projetos de modernidade, bem como os fios desse entrelaçar, estão presentes nas ruas, nos elementos arquiteturais, nos diversos usos e ocupação do espaço urbano. Estão presentes nas diversas propostas de intervenção na cidade, no imaginário e nas suas utopias, construídas ao longo desses processos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> *La ciudad se escribe en las paredes, en las calles. Pero este escrito nunca se acaba. Es un libro que no se termina y que contiene muchas páginas blancas o desgarradas.* (Lefebvre, *1976, p. 127).*

A cidade de Lages, no inicio do século XXI, é produto da ação de diversos grupos sociais. Estes, em suas práticas cotidianas, seus projetos, seus sonhos e suas articulações formaram o tecido da cidade, composto por diversos padrões e tonalidades, interligados pelo fio furta-cor da permanência e da mudança, tradicionais e modernos.

A cidade, muito mais do que um palco onde se desenvolve a trama da vida cotidiana e das formas de produção e sobrevivência da sociedade, é, também, um componente importante desses processos, tanto no que se refere à dimensão de produção / criação quanto de reprodução dessas esferas.

Ao mesmo tempo, ela não é o *locus* da homogeneidade e da unicidade. Os espaços são múltiplos e diferenciais, pode-se compreendê-la como um "campo diferencial", retomando o conceito proposto por Lefebvre (1976, p. 61) para a compreensão do urbano. "Campo diferencial" constituído principalmente pela coexistência de tempos e espaços diferenciados, onde "coexistem relações sociais que têm datas diferentes e que estão, portando, numa relação de descompasso e desencontro" (Martins, 1996, p.15).

A intervenção do Estado na produção e definição do espaço urbano foi um elemento constante na cidade de Lages. Iniciou-se com o próprio projeto de ocupação e definição dos primeiros ordenamentos da vila e o traçado geométrico. A implantação da vila foi um marco da ação do governo local. A "cidade política" foi criada por decreto. O traçado geométrico imperou no projeto dessa vila e, com ele, um contexto autoritário e de dependência em relação aos centros de decisão.

Essa intervenção, com diferentes tonalidades dependendo dos jogos de forças que se estabeleceram dentro do próprio Estado, vai marcou a constituição da cidade de Lages. E, através dela, pôde-se delinear e analisar as relações sociais que compõem a textura urbana. E ,num duplo movimento, delineou os projetos e perspectivas de cidade que refletem os interesses e as estratégias dos grupos sociais.

O que se configura em Lages, analisando-se o padrão da produção da cidade é um processo multidimensional, que traz em si elementos de uma modernidade tardia, de uma modernidade inconclusa ou lenta, na perspectiva de José de Souza Martins. De uma cidade marcada pela "história lenta", caracterizada por uma produção urbana hierarquizada, centralizada e definida por um pacto territorial que privilegia os interesses de grupos economicamente fortes.

Ao falar-se em modernidade tardia, corre-se o risco de salientar a visão de atraso numa concepção linear e progressiva de desenvolvimento histórico, onde atraso é caracterizado como inferior e incivilizado. Realmente, essa é uma das interpretações possíveis tendo em vista o significado acima mencionado de atraso, em uso no senso comum. Porém, o que se quis delinear são os padrões de uma história lenta, ou seja, a cidade hoje, onde o espaço urbano é um produto "densamente constituído pela persistência de limitações e constrangimentos

históricos que definem o alcance restrito das condutas transformadoras" (Martins, 1994, p. 14). Assim sendo, o estudo da cidade em sua multiplicidade desnudou as relações sociais e os padrões de dominação e resistência que persistem e que se mantiveram ao longo do tempo, muitos deles resignificados para os novos contextos.

Um dos elos norteadores dessa pesquisa foi a busca dessas persistências históricas, a existência ou a coexistência de relações sociais com datas desiguais e o processo de resignificação das mesmas, buscando os elos que mantêm práticas e significados, fios que permanecem e novos que se criam.

Padrões e matizes dessas cidades coexistem na Lages atual, da cidade colonial, do modernismo *art déco*, do sonho da cidade de concreto, articulando percepções, práticas, projetos e estilos de vida no cotidiano da cidade.

A identificação desses padrões, que persistem e sedimentam as práticas das elites dominantes locais, disseminadas em todas as dimensões da sociedade e inseridas na textura urbana, permitem a articulação de estratégias e de práticas urbanas que possam romper ou promover as rupturas necessárias para o desenvolvimento mais igualitário e participativo.

São esses padrões e a fluidez entre esses elementos, ou seja, elementos que persistem e adquirem novos significados na relação com o novo, que possibilitam a manutenção do sistema de dominação. Assim foi com os projetos de intervenção urbana, que trouxeram em si o projeto de uma modernidade, que, na essência, se manteve praticamente inalterada durante o século XX.

Essa modernidade, como projeto e utopia, é extremamente vinculada a projetos de industrialização, cujas práticas ainda são colocadas num futuro próximo. A urbanização em Lages, não foi conseqüência pura e simples de um processo de industrialização no sentido clássico. Há nesse processo, uma forte

terceirização com a expansão do setor de serviços vinculada a uma economia extrativista. Tanto a pecuária, nas primeiras décadas, como a madeira até a década de 70, tiveram essa característica. De 70 até o final do século XX, economicamente, Lages procura novas possibilidades, ainda investindo numa perspectiva de industrialização: O velho sonho de industrialização e progresso, cuja materialidade se traduz em desigualdade e hierarquia do espaço social.

Lages é também, como toda cidade, um espaço múltiplo, diverso e diferenciado. Diversos projetos de cidade, experiências e práticas marcam o espaço urbano. Essa multiplicidade e fluidez, característica básica da produção do espaço urbano, evidenciou-se na análise das várias cidades, buscando sempre os pontos de fixação, os pontos nodais deste movimento para apreensão da textura urbana.

Este foi o primeiro desafio metodológico da pesquisa: como apreender o movimento e como delinear as persistências. Como lidar com elementos opostos, contraditórios e múltiplos. Isto apontava para a dupla complexidade da realidade urbana, mencionada por Lefebvre, onde a contemporaneidade e a simultaneidade não eram garantias de rupturas, onde as contradições sociais são históricas e não somente confrontos e divergências entre diferentes categorias sociais.

Partindo do princípio que a cidade não é um bloco monolítico, como o jogo de ilusão que a mesma oferece, que suas contradições e seus movimentos estão inscritos, tecidos na trama e nas disputas da organização espacial, procurou-se as vozes dissonantes, as fissuras dentro das próprias práticas de intervenção urbana, alicerçadas pelo Estado.

O segundo desafio metodológico foi romper com a análise estrutural da cidade, voltada à identificação da infra-estrutura econômica como o principal e único elemento gestor e ordenador

da realidade sem, contudo, perder o entrelaçamento dessa dimensão na produção do espaço urbano.

O terceiro desafio metodológico veio com a prioridade dada ao estudo do local. Tais estudos sempre levam a indagações sobre às relações deste com o todo e com o contexto global, sendo uma premissa básica ao pesquisador fazer sempre essas ligações, sob o perigo de prender-se aos fios do isolamento ao local. O que se observa nessa premissa é a constituição de uma história dependente e o risco de se enfatizar excessivamente a dimensão global, onde o que parece ter importância são os liames que ligam o local ao global, ao que é produzido fora. Indiscutível a premissa de que os processos locais estão intrinsecamente ligados aos processos globais. O local não se constitui numa ilha e, além disso, salienta Boaventura Santos "todo o conhecimento é local e total" (1996, p. 46). Para o qual o destaque dos estudos locais é sua ênfase nas "condições de possibilidade da ação humana projetada no mundo a partir de um espaço-tempo local" (idem, p. 48). Este foi o ponto de partida para o estudo, em que se procurou destacar a dimensão do local, partindo do principio que as articulações com o contexto global já foram amplamente tratadas em outros estudos.

Com esses desafios buscou-se analisar as múltiplas cidades que constituem a cidade de Lages em nossos dias. A cidade sendo um espaço multidimensional (territorial, social, cultural, econômico) que reflete, sedimenta, produz e reproduz as práticas dos diversos grupos sociais que a compõem. Assim sendo, esse processo está inscrito nela mesma, resultante de múltiplas estratégias, articulações, êxitos e fracassos.

Há, na produção da cidade, o estabelecimento de um pacto territorial, cujo princípio básico é o território como mercadoria, despido de outros significados. Em torno da defesa dessa premissa, articulam-se diversos grupos que obtém lucro, como empreiteiras,

profissionais liberais ligados à construção, proprietários de áreas valorizadas, entre outros. Sob o capitalismo, o território físico transforma-se em fonte de lucro, através da especulação imobiliária, da compra e venda do espaço (Lefebvre, 1976, p. 162).

Esse pacto territorial formado entre as décadas de 40 e 60 persiste, com dois grandes conflitos, um no início da década de 80 e outro na década de 90. Atualmente, mantém-se o monopólio da intervenção urbana, mediante instituições e aparatos. É a "Cidade dos Especialistas", onde a supremacia dos técnicos se dá em detrimento da pluralidade e da diversidade, cujos projetos mantêm a tradicional hierarquia e desigualdade da cidade e o velho pacto territorial.

Desenvolve-se a ilusão do espaço vazio, sob o qual debruça-se o especialista. A cidade e as intervenções sobre a mesma tornam-se o enclave do tecnicismo em detrimento da participação e dos projetos da ampla maioria da população.

É na "Cidade dos Coronéis" que se irá encontrar a origem de um desses fios ainda visíveis na cidade atual. Nessa cidade, cujo rótulo é uma alusão ao grupo que concentra o poder político, observa-se hegemonia da oligarquia rural na constituição das práticas urbanas. O desejo e os projetos de modernidade, aliados à estabilidade mantida pela tradição e inscritos nas intervenções urbanas.

A Cidade dos Coronéis preocupa-se com a regulação da rua, através de medidas higienistas de controle das diversas atividades, como do biscateiro, do mercador e outros. O controle dos grupos populares e de seus espaços é simultâneo ao processo de privatização dos espaços e de lazeres, com a criação dos clubes literários e recreativos. Para marcar esses espaços, intervêm na cidade, produzem e hierarquizam espaços urbanos e promovem o controle e distanciamento dos grupos populares do centro da cidade.

Entretanto, não é uma cidade homogênea. Nela se observam dissensões no seio da própria elite, as quais, já no início do século, estão inscritas na configuração da cidade e nas propostas para sua estruturação. Grande parte das intervenções ocorrem no Centro, não há grandes preocupações em relação à gestão do crescimento urbano, mas sim com dotar o espaço central de elementos portadores de signos da modernidade (prefeitura, igreja, praças). A matriz, a prefeitura e dois grandes colégios no centro são marcas dessa cidade.

Este discurso de ordenamento urbano, e vai ampliar-se na "Cidade dos Locomóveis". Ao mesmo tempo em que se produzem-se algumas rupturas na cidade, com alterações na estrutura do cotidiano e da economia local, com o adensamento populacional e a ampliação da periferia, alguns padrões se mantêm e vão compor o pacto territorial, que transforma o espaço urbano em mercadoria, sobrepondo o valor de troca ao valor de uso. No estabelecimento desse pacto, o Estado vai atuar de modo preponderante.

A "Cidade dos Locomóveis" foi um marco indiscutível do processo de urbanização. Entre as décadas de 40 e 70, Lages vivencia um grande crescimento econômico e converte-se em pólo de atração populacional. No início desse período, na década de 40, a cidade é marcada pela transição, pelas rupturas cotidianas provocadas pela nova orientação econômica. Transição e mudança de ritmos, de tempos, de trabalhos. Por sua vez tem-se, também, a permanência de orientações e relações políticas, projetos de desenvolvimento e dos símbolos de progresso.

Observa-se, por um lado, um crescimento econômico desigual e por outro, a permanência dos vínculos e significados nas relações e, práticas políticas com os grupos populares.

A migração para a cidade, que traz em si a virtualidade da mudança e do rompimento com os antigos laços, não se concre-

tiza, havendo a reafirmação de alianças na figura do Estado/ poder público local. A hierarquia da sociedade entrelaça-se com os laços do parentesco e a exploração patrão-peão assume os contornos de relações de proteção. A vinda para a cidade não destrói ou sequer desnuda essas relações. Elas são resignificadas e personificadas na figura do poder público local.

Reafirma-se um pacto territorial, no qual há a valorização e a centralização do espaço e onde a terra se reafirma como um bem comercializável. Ser proprietário e investir em terras urbanas e construções, torna-se um investimento do capital obtido com a venda dos pinheirais.

Nesse período, ainda que de forma tênue, a cidade assume uma identidade autônoma em relação ao sistema latifundiário. Por parte do governo local, esboça-se uma preocupação com o seu crescimento, não no sentido de planificação, mas do fornecimento de infra-estrutura nas áreas centrais e de intervenções na imagem da cidade, um sistema de maquiagem urbana, com a intervenção em praças e a arborização.

É o período dos primeiros zoneamentos. Entretanto, a ocupação e expansão urbana ocorrem praticamente sem o ordenamento do governo local. Prova disso são os inúmeros loteamentos realizados sem infra-estrutura básica. Na região, o mito em torno da serraria alimenta os sonhos de muitas famílias que se deslocam para as vilas operárias, acalentando sonhos e projetos de uma vida melhor.

Imprime-se uma nova estética à cidade, onde os discursos de ordem, higienização e progresso traduzem-se nessa nova estética urbana. É também o período dos monumentos que colonizam o espaço em seu entorno. São marcos simbólicos do poder político-econômico incrustado no território.

A arquitetura reflete essa perspectiva, na qual o *art déco* irá inspirar muitas construções públicas e residenciais. *Art déco* sin-

tetiza a imagem de modernidade da cidade. Modernização feita sob os auspícios da mesma elite que, historicamente, concentrou o poder político local.

Essa nova estética é assumida pelos novos ricos, os migrantes, como pela elite tradicional, numa disputa sem perdedores, dos promotores da modernidade. Se, em termos de estilo arquitetônico há um consenso, os conflitos aparecem nos ordenamentos espaciais e na própria estruturação urbana. A policentralidade da cidade é resultado desse conflito e na constituição de um bairro uma nova centralidade se firma, que divide com o centro de áreas de influências urbanas.

É bom lembrar que crescimento não implica, necessariamente, desenvolvimento social generalizado pela sociedade, observando-se um considerável crescimento econômico, concentrado, que não implicou em um desenvolvimento social e integral da cidade ou em sua autonomia. Ao contrário, implicou uma grande periferização da cidade, com a crise da exploração da madeira e no adensamento dos problemas urbanos, como a falta de moradia, o desemprego e a violência.

Pode-se concluir que o desenvolvimento social, se houve, foi restrito. Partindo do princípio que este sempre envolve a criação de valores, modos de viver, definição de estilos e modos de vida social, constatou-se que esses foram amplamente cultivados por um grupo seleto na sociedade. Observa-se, nesse sentido, a valorização dos espaços culturais, cinemas e teatros, estando Lages na rota das grandes companhias de teatro nacional. Em que pese, ainda, que esses valores e estilos de vida não rompem com representações culturais e com o universo simbólico desses grupos já presentes na "Cidade dos Coronéis".

A insustentabilidade do crescimento econômico, baseado no extrativismo da madeira, aliada às crises na oligarquia política local e aos conflitos com novos grupos que se estabelecem na

cidade, resulta numa nova configuração do poder público local e, por sua vez, no desenvolvimento de propostas alternativas que passam pela reversão do quadro econômico, na valorização da agricultura, em propostas educacionais que possibilitam o rompimento com o sistema de dominação cultural e uma nova proposta para a cidade.

Esse novo projeto de cidade e para a cidade baseia-se numa concepção de participação popular na gestão pública, na valorização histórica e cultural dos grupos tradicionalmente excluídos das políticas e da cidade. Esse período, que se constituiu numa das primeiras experiências de gestão pública participativa, ainda no regime militar, já foi tema de inúmeras pesquisas. Porém, a grande lacuna estava no projeto de cidade apresentado e que não foi implementado. Tendo em vista o considerável crescimento e a falta de planejamento urbano, é feito um Plano Diretor para Lages, o qual trazia, em sua essência, uma perspectiva mais igualitária de cidade e um ordenamento maior sobre o uso do solo urbano, com delimitação de alturas e usos. Em síntese, esse Plano e seu processo de elaboração procura romper com o pacto territorial existente.

Pelo conflito em torno deste Plano Diretor, pode-se observar o jogo de forças que se estabelece na cidade, entre os defensores de uma nova proposta e a elite econômica tradicional. A não-aprovação desse plano demonstra os movimentos de rearticulação das forças tradicionais, que culminaram na retomada do poder público local nas eleições de 1982. Esse projeto teve uma breve existência, mas ficou bem marcado, tanto que a elaboração de um outro plano diretor teve que manter alguns de seus princípios norteadores. Principalmente no que diz respeito à participação popular no processo, embora num hábil jogo de cooptação, institucionalizando a participação através de conselhos.

A "cidade de concreto" significa ,então, a retomada do antigo pacto territorial. As alianças com os líderes tradicionais, representantes das elites econômicas e com elas articulados. Essa cidade sedimenta a verticalização do centro e a flexibilização das restrições, a lógica da valorização da terra e o espaço urbano como objeto nas mãos dos construtores.

Por outro lado, observa-se o esvaziamento dos canais de participação popular autônoma, a indução e o patrulhamento da participação através de sua institucionalização em conselhos e associações. Esse processo de resignificação da participação popular era necessário para garantir a sua própria anulação, pois após a experiência de seis anos com uma administração pautada na participação dos grupos populares, "tinha" de haver o contraponto das elites, em cujo discurso agora é enfatizada a participação da sociedade.

Outro elemento importante a considerar nessa análise foi a formação de um fórum privilegiado para a análise e elaboração de propostas do desenvolvimento urbano, que é a criação do Conselho do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Lages. Fórum esse que, apesar de uma certa diversidade de instituições em sua composição, transforma-se, em sua prática, num espaço de defesa dos interesses dos setores vinculados à exploração mercantil do espaço urbano.

A gestão da cidade se processa de forma fragmentada, com estratégias de manutenção do pacto territorial, que permitem a ampliação da zona central sem preocupar-se em consultar a população, mas com receios de criar zonas de proteção urbana, vendo nelas a perspectiva de que os interesses econômicos sejam contrariados.

Na "Cidade dos Especialistas", com mudanças na composição do Conselho, garantem-se uma preponderância do Executivo municipal e dos "especialistas de cidade" (arquitetos, enge-

nheiros e construtores). O discurso tecnocrático e autoritário retorna; sufocam-se projetos e discussões alternativas; esconde-se a diversidade e a multiplicidade da cidade. Reafirma-se o discurso da cidade como pólo do progresso, da industrialização como a grande meta.

Ao mesmo tempo, ao lado de características tradicionais presentes na sociedade, o Estado se projeta como o agente de modernização, porém em grande parte uma modernização que se restringe à elaboração de leis e a intervenções pontuais na cidade. Modernidade inconclusa, onde o Estado desenvolve um dos principais papéis, como agente de intervenção, legislação e punição.

O fim do século, em Lages, é marcado por uma assimilação mimética dos padrões de atuação de administrações populares, como o orçamento participativo. E, de outro, o revigorar dos projetos de industrialização como o grande baluarte do desenvolvimento. Observa-se uma grande discrepância entre projetos, leis e práticas efetivas, coerentes e duradouras.

É esse o quadro de modernidade tardia, onde o mito das idades de ouro, na economia e na política, ainda são fontes inspiradoras de projetos e ações. A cidade legal, com suas leis e determinações, não consegue conter a cidade real que extrapola os moldes da primeira. Muito menos consegue reter sua multiplicidade.

Este estudo procura demonstrar a produção da cidade, do espaço urbano como produto das relações sociais, que trazem inscritos o jogo dos interesses e as estratégias para manutenção da hegemonia. E esse processo é dinamicamente dimensão de produção e permanência de relações sociais que se processam pelos jogos do espaço urbano, e que ocorrem nesse próprio espaço.

Esses padrões e movimentos fluidos podem ser encontrados em outros elementos e tramas da realidade urbana ou na

sociedade, como, por exemplo, no processo de constituição da universidade local na década de 90.

A análise se deteve em alguns pontos nodais mais fortes e indicativos do processo e da fluidez entre o moderno e o tradicional na produção da cidade.

Não se trata de um estudo conclusivo, nem exclusivo. Muitas tramas e conflitos que perpassam e sedimentam a textura da realidade urbana são somente mencionados sem uma análise profunda. São antes indagações que apontam para futuros estudos, como é o caso das relações entre o poder religioso e a ação do Estado; dos conflitos e alianças na construção da hegemonia política e social que estão encravados na realidade urbana. Indagações, também, sobre a estrutura do cotidiano dos grupos populares, da mulher, seus percursos, trajetos e estratégias de sobrevivência sedimentando o urbano. Vivências e conflitos que são somente mencionados e apontam para novos percursos de pesquisas e novos desafios.

E, como lembra Lefebvre, a cidade é como um livro, no qual muitas páginas estão em branco, outras em falta. Não há uma síntese, mas diversas que procuram dar conta da diversidade do urbano.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marina Maciel. *A relação entre Estado e a sociedade civil - a questão dos conselhos de direitos e a participação do serviço social. In*: Serviço Social e Movimento social. Número 1, Outubro de 1999.

ABREU, Mauricio de Almeida. "Pensando a cidade no Brasil do passado". In: SILVA, José Borzacchiello et all (orgs). *A cidade e o urbano: temas para debates*. Fortaleza, EUFC, 1997.

ALVES, Márcio Moreira. *A força do povo: democracia participativa em Lages*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ALVES, Márcio Moreira. "Em Lages o povo toma conta de seus assuntos". *Isto É*. 20/08/1980.

ANDRADE, Edinara Terezinha de. *A força do Povo: do clientelismo diádico ao clientelismo de massas*. Letra Viva: Blumenau, 1996.

ANTUNES, E.; XAVIER, J.; SCOSS, M. R.; OLIVEIRA, R. C. História dos bairros e urbanização da cidade: bairro Frei Rogério. Uniplac: Lages, 1998 (relatório de iniciação científica apresentado na disciplina de Metodologia de Pesquisa Aplicada as Ciências Sociais).

ARAÚJO, Hermete Reis de. A invenção do litoral: Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira república. SP: PUC, 1989.

ARRUDA, E.S.; SOUZA, I. T.; LIMA, J.D. L.; CORREIA, J.; GOMES, N. C. História e desenvolvimento dos grupos étnicos da cidade de Lages. Lages: Uniplac, 1999 (relatório de iniciação científica apresentado na disciplina de Metodologia de Pesquisa Aplicada as Ciências Sociais).

AURAS, Marli. Poder Oligárquico Catarinense: da guerra aos fanáticos do ContEstado a opção pelos pequenos. SP: PUC, 1991 (Tese de doutorado em Educação).

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Itatiaia: Belo Horizonte, 1980. 356 p.

AZANHA, José Mário Pires. Uma idéia de pesquisa educacional. SP: Edusp, 1992.

BAKTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Martins Fontes: SP, 1997.

BAYER, Patricia. *Art Deco arquitecture: design, decoration and detail from the tricenties and thrities*. Thames Hudson: London, 1992.

BARRETO, Cristiane. Entre laços e nós: Formação e atuação das elites no vale do Itajaí

(1889 e 1930) Porto Alegre: UFRGS, 1997.
BETTANINI, Tonino. *Espaço e Ciências Humanas.* Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1982.
BITTAR, J; COELHO, F. D. "Gestão Democrática, inversão de prioridade e os caminhos da administração pública municipal". In: RIBEIRO; L. C. Q; SANTOS JR. O. (org) *A. globalização, fragmentação e reforma urbana.* Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1997; 327-350.
BORJA, Jordi. "As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão Européia e Latino Americana". In: FISCHER, Tânia (org). *Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais.* FGV: Rio de Janeiro, 1996. p. 79 - 100.
BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação.* Papirus: Campinas, 1996. 228 p.
BRASIL. Relatório Nacional Brasileiro: Cúpula mundial para o desenvolvimento social Copenhague 1995. Brasília, 1995.
BRESCIANI, M. S. "As sete portas da cidade". In: *Espaço e Debate.* NERU: São Paulo. Nº 34. 1991. Pg. 10 - 15.
CALAZANS, Maria Julieta (org.) Produção de educação e cultura popular: a experiência de Lages (1977 - 1982). FINEP/FAPEU/UFSC, [1983]. (Relatório de pesquisa).
CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis.* Companhia das Letras: São Paulo, 1990.
CAMINHA, Cesar Ramos. Políticas econômicas adotadas pelas três últimas administrações de Lages. Uniplac: Lages, 1992. (monografia de conclusão de curso em Economia).
CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana.* SP: Studio Nobel, 1997. 262 p.
CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano.* Edusp: São Paulo, 1994.
CARNEIRO, C.; MACHADO, I.C.C.; RIBEIRO, J.R.; SANTOS JR, R. Migração do bairro Copacabana. Lages: Uniplac, 1998 (relatório de iniciação científica apresentado na disciplina de Metodologia de Pesquisa Aplicada as Ciências Sociais).
CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a república que não foi.* 3 edi. Companhia das Letras: São Paulo, 1999.
CHALHOUB, Sidney. *A cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial.* Companhia das Letras: São Paulo, 1996.
CHARTIER, Roger. *A história Cultural: Entre práticas e representações.* Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1988. P 1 - 28.
COSTA, Licurgo. *O Continente das Lagens: Sua história e influência no sertão da terra catarinense.* v. 1 a 4. Fundação catarinense de cultura: Florianópolis, 1982.
COSTA, Octacílio. História de Lajes (conferencia pronunciada no dia do município, 1 de janeiro de 1944. Departamento Estadual de imprensa e propaganda, 1944.
D'EÇA, Nuno. *Um casal ilustre.* Atualidades: Florianópolis, 1948.
DANIEL, Celso. "Governo local e reforma urbana num quadro de crise estrutural". In: *RIBEIRO; L. C. Q; SANTOS JR. O. A.* (org). Globalização, fragmentação e reforma urbana. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1997; 291 - 308.
DOWBOR, Ladislau. "Da globalização ao poder local: A nova hierarquia dos espaços". In: *São Paulo em Perspectiva.* Revista da Fundação: Rio de Janeiro, SEADE. v.9. nº3. jul./set. 1995. P. 3 - 10
DOWBOR, Ladislau. "Poder local 1994. P. 40". In: *http://www.ppbr.com/id/poderlocal.html*
DURÁN, J. "Cronotopia y marginalidad discursiva en la novela Los muros de agua de José Revueltas". In: *Las jornadas de estudios culturales metropolitanas de estudios culturales.* 1996.
EDWARDS, Elizabeth. "Antropologia e Fotografia". In: *Cadernos de Antropologia e Imagem.* 2. Rio de Janeiro: UERJ: Pós-Graduação em Ciências Sociais.
EGLER, Tamara Tânia Cohen. "Rio de Janeiro: Processo e Proposição do Plano Diretor".

In: *PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana T.* (orgs). Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1991.
FERREIRA, Ana Luiza S. Souto. *Lages: um jeito de governar.* Pólis: São Paulo, 1991.
FISCHER, Tânia. "Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local". In: *FISCHER, Tânia* (org.). Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: FGV, 1996; 13 - 26.
FISCHER, Tânia. "Poder Local: Um tema em análise". In: *FISCHER, Tânia* (org.). Poder Local: governo e cidadania. Rio de Janeiro: FGV, 1993; p. 10 - 20.
GALLI, E. OLIVEIRA, E. BEHNE, P.; AMARAL, Z. *História dos bairros e urbanização da cidade: Bairro Popular.* Uniplac: Lages, 1998 (relatório de iniciação científica apresentado na disciplina de Metodologia de Pesquisa Aplicada as Ciências Sociais).
GEERTZ, C. *A Interpretação das culturas.* Guanabara: Rio de Janeiro, 1989; p. 7 - 43.
GIDDENS, Anthony. "A vida em uma sociedade pós-industrial". In: ULRICH, Beck. *Modernização reflexiva: política e estética na ordem social moderna.* FEU: São Paulo, 1997.
GORELIK, Adrián. "O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização". In: MIRANDA, Wander Melo (org). *Narrativas da modernidade.* Autentica: Belo Horizonte, 1999; p. 55-80.
GOTTDNIER, Mark. "Paradigmas flutuantes: o debate sobre a teoria do espaço". In *A produção social do espaço urbano.* Ed. USP: São Paulo, 1993. p.115 - 158.
GRANDIS, R. D. Incursiones em torno a hibridación. Uma propuesta para discusión: de la mediación lingüística de Bajtín a la mediación simbólica de Canclini. 1995. www.lanic.utexas.edu/project/lasa95/.
HARVEY, David. *Condição Pós Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da Mudança cultural.* São Paulo: Loyola, 1993.
HOBSBAWN, E. "A era do Ouro". In: *A era dos extremos: o breve século XX 1914 - 1991.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995. P.223 - 390.
HOSTIN, D. Daniel. *Carta Pastoral: sobre a egreja.* Vozes de Petropolis: Petrópolis, 1930.
IANNI, Octavio. "A cidade Global". In: *A era do globalismo.* Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1996; p. 65 - 94.
IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil moderno.* Brasiliense: São Paulo, 1994.
INCISA, Ludovico. "Populismo". In BOBBIO, Norberto (org.) *Dicionário de Política.* Edunb: Brasília, 1992.
KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos.* Ed. 34: São Paulo, 2000.
KRÜGEL, Erich Paul Gustav (Coord.) Pesquisa sócio econômica COHAB/SC. Uniplac: Lages, 1973.
LEFEBVRE, Henri. *La revolucion urbana.* Alianza Editorial: Madrid, 1976.
LEFEBVRE, Henri. *A cidade do Capital.* DP&A: Rio de Janeiro, 1999.
LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno.* Ática: São Paulo, 1991.
LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal e lógica dialética.* Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1995.
LEFEBVRE, Henri. *O direito a cidade.* Moraes: São Paulo, 1991.
LEFEBVRE, Henri. *The production of space.* Blackwell Publishers: Massachusetts, 1991 (2000).
LEMME, Arie Van de. *Guia de arte déco.* Estampa: Lisboa, 1996
LENZI, Carlos Alberto Silveira. Poder Político e Mudança Social: estudo sobre poder político oligárquico no município de Lages - SC. UFSC: Florianópolis, 1977 (Mestrado em Direito).
LINCH, Kevin. *A imagem da cidade.* Martins Fontes: São Paulo, 1960.
LOCKS, Geraldo A. Identidade dos agricultores familiares brasileiros de São Jose do Cerrito - SC. UFSC: Florianópolis, 1988. (Mestrado em Antropologia).
LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana.* Martins Fontes: São Paulo, 1997.

MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lilian de Lucca (orgs). *Na metrópole: Textos de antropologia urbana.* Edusp; Fapesp: São Paulo, 1996,

MARCON, Frank Nilton. Visibilidade e resistência negra em Lages. Unisinos: São Leopoldo, 1999. (Mestrado em História).

MARCON, R.; SALVADOR, A; OLIVEIRA, M; AGOSTINE, M. A cidade e seus centros: a cultura e arquitetura (do centro) numa análise antropológica. Lages: Uniplac, 1999 (relatório de iniciação científica apresentado na disciplina de Metodologia de Pesquisa Aplicada as Ciências Sociais).

MARRAMAO, Giacomo. *Poder e secularização: as categorias do tempo.* UNESP: São Paulo, 1995.

MARTENDAL, José Ari Celso. Processos Produtivos e trabalho - educação: a incorporação do caboclo catarinense na indústria madeireira. FGV: RJ, 1980 (Dissertação de Mestrado em Educação).

MARTINS, José de Souza (org). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética.* Hucitec: São Paulo, 1996.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta.* Hucitec: São Paulo, 1994.

MARTINS, Romário. *Lages: histórico de sua fundação até 1821.* Livraria Econômica: Curitiba, 1910.

MENEZES, Lená Medeiros de. "Nas trilhas do progresso: Pereira Passos e as posturas municipais (RJ 1902 - 1906)". In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda (orgs). *A cidade em debate.* Olho d'Água: São Paulo, 1999. pp 109 - 128.

MIRANDA, Wander Melo. "Emblemas do moderno tardio". In: MIRANDA, Wander Melo (org). *Narrativas da modernidade.* Autentica: Belo Horizonte, 1999. p. 265 - 278.

MOSER, Walter. "Spätzeit". In: MIRANDA, Wander Melo (org). *Narrativas da modernidade.* Autentica: Belo Horizonte, 1999; 33-54.

MUNARIM, Antônio. A práxis dos movimentos sociais na Região Serrana. Florianópolis: UFSC. 1990. (Dissertação do Mestrado em Educação - UFSC)

MUNARIM, Antônio. Educação e esfera pública na serra catarinense: a experiência política do plano regional de educação. SP: PUC, 1999. (Tese de doutorado em Educação).

MUNARIM, Antônio. Educação e esfera pública na serra catarinense: a experiência política do plano regional de educação (1993-1996). Florianópolis: Centro de Ciências da Educação, núcleo de publicações, 2000.

MUNARIM, Antônio. "Serra Catarinense: a busca da identidade regional". In: UNIPLAC:*Revista de Divulgação Científica e Cultural.* v.2, n.1. UNIPLAC: Lages, 1999. p. 29-52.

OAB. A caminho da cidadania: 5 anos de LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social. OAB: Florianópolis, 1999.

ORTIZ, R. *A moderna tradição brasileira: Cultura brasileira e indústria cultural.* Brasiliense: São Paulo, 1988.

PAES, S. R. F. *Estratégias de sobrevivência das população de baixa renda da periferia de Lages.* Uniplac: Lages, 1982.

PEIXER, Z. I. Utopias de Progresso: Ações e dilemas na localidade de Itá frente a uma hidroelétrica. UFSC: Florianópolis; 1993. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Política).

PEIXER, Z. I. Lages: Breves notas sobre sua fundação. In: Revista da Memória. Lages: Fundação Cultural, 1996.

PEIXER, Z. I. Poder local e participação popular: a experiência em Lages, 1977 - 1982. In: Uniplac: Revista de Divulgação Científica e Cultural. V. 1, nº1, 1998.

PELUSO Jr. Victor A. Estudos de geografia urbana de Santa Catarina. Florianópolis: ed.

UFSC: Secretaria de Estado de Cultural e do Esporte, 1991.
PEREIRA, Paulo César Xavier. A modernização de São Paulo no final do século 19: da demolição da cidade de taipa à sua reconstrução com tijolos. In: SAMPAIO, Maria Ruth Amaral. Habitação e Cidade. SP: Fausp, 1998; 53 - 66.
PORTELLI, A. A morte de Luigi Trastulli e outras histórias. [1995] (Mimeo)
PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. [1995] (mimeo).
PRIGOGINE, Ilya. O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza. SP: UNESP,1996.
QUINTEIRO, Jucirema. A "Força do Povo" em Lages: mas o que foi mesmo esta experiência?. São Paulo: PUC, 1990. (Dissertação de Mestrado em Educação).
RAMOS, Vidal. Notas para a história da fundação de Lajes: 1766 - 1783. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 1944. v. XII.
REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. SP: Perspectiva, 1997.
REIS FILHO, Nestor Goulart. São Paulo e outras cidades: produção social e degradação dos espaços urbanos. SP: Hucitec, 1994.
RIBEIRO, Helcion. Da periferia um povo se levanta. SP: Paulinas, 1988.
RODRIGUES, C.F., RODRIGUES, C. C.; SÁ, L.A S.; História do bairro da Brusque. Lages: Uniplac, 1998 (relatório de iniciação científica apresentado na disciplina de Metodologia de Pesquisa Aplicada as Ciências Sociais).
RODRIGUES, Domingos. Conselhos Paritários, políticas públicas e poder local. 2000. (mimeo)
ROLNIK, R. Planejamento Urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas. In: RIBEIRO; L. C. Q; SANTOS JR. O. A. (org) Globalização, fragmentação e reforma urbana. RJ: Civilização Brasileira, 1997; 351-360.
ROLNIK, Raquel. Lei e Política: a construção dos territórios urbanos. In: Projeto História: espaço e cultural. SP: PUC. n. 18. 1999a.
ROLNIK, Raquel. A cidade a Lei: Legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1999b.
RONCAYOLO, M . Cidade. In: Enciclopédia Einaudi. V. 8. 1986. P.396 - 485
RUBIM, A. Metrópole: lugar de conviver, televiver e Ciberviver. In: FISCHER, Tânia (org). Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: FGV, 1996; 73 - 78.
SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. SP: Cortez, 1995.
SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. Porto: Edições Afrontamento, 1996.
SANTOS, M. A urbanização Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1994.
SANTOS, Milton: A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. SP: Hucitec, 1996.
SANTOS, Milton: Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. SP: Hucitec, 1996.
SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A.; SILVEIRA, M. L. (orgs.) Território: Globalização e fragmentação. SP: Hucitec, 1994.
SANTOS, S. C. Os Índios Xokleng: Memória Visual.Fpolis: ed. UFSC, 1997.
SARTORI, Sérgio; TARSO, Paulo; PEIXER, Zilma I. Os 40 anos de ensino superior na Região Serrana. In: Uniplac: revista de divulgação científica e cultural. v. 2, n.2. Lages: Uniplac, 1999.
SEGAWA, H. Arquiteturas no Brasil - 1900 - 1990. São Paulo: Edusp, 1999.
SEIBEL, E. J. (Coord.) Dossiê Gastos Públicos Municipais de Santa Catarina - Perfil de Lages: Florianópolis: UFSC, 1999.
SERPA, E. C. A reformulação das condutas e sociabilidade em Lages durante a primeira

república. In: Revista da Memória. Lages: Fundação Cultural, 1996.
SERPA, E. C. Igreja e poder em Santa Catarina. Fpolis: UFSC, 1997.
SILVA, E. As queixas do povo. RJ: Paz e Terra, 1998.
SILVA, Elizabeth Farias da. O fracasso da oposição no poder. Lages: 1972-1982. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.
SILVA, José Borzacchiello da. (org.) A cidade e o Urbano: temas para debates. Fortaleza: EUFC, 1997.
SINZIG, P. Frei Rogerio Neuhaus. RJ: ed. Vozes Petropolis; 1934.
SOLLER, M. A; MATOS, M. I. (orgs). A cidade em debates. SP: Olho d'agua, 1999.
SOUZA NEVES, M. O povo na rua: um "conto de duas cidade" In: PECHMAN, Robert Moses (org) Olhares sobre a cidade. RJ: ed. UFRJ, 1994. p.134 - 155.
SOUZA, Maria Adélia. A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo. SP: Hucitec; UDUSP, 1994.
SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Bens Culturais e Proteção Jurídica. Porto Alegre: UE, 1997. 144p.
SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Os aspectos jurídicos dos processos de preservação. Palestra proferida em Lages, 1996. [gravação].
THOMPSON. P. A Voz do Passado: história Oral. São Paulo: Paz Terra. 1992.
VALLADARES, Licia; PRETECEILLE, Edmond (orgs). Reestruturação urbana: tendências e desafios. SP: Nobel, 1990.
VELHO, G. Projetos e metamorfoses: Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
WACQUANT, Loïc J. D. Proscritos da cidade: estigma e divisão social no gueto americano e na periferia urbana francesa. In: Novos estudos n. 43. nov. 1995.
ZONNATO, C. C.; CASTILHOS, J. M.; IOCHPE, L. M. A cidade e seus centros: aspectos históricos da ocupação do bairro Coral. Lages: Uniplac, 1999 (relatório de iniciação científica apresentado na disciplina de Metodologia de Pesquisa Aplicada as Ciências Sociais).

Relatórios e Documentos Oficiais

LAGES. Código de Posturas. Lei nº 06 de 9 julho de 1895.
LAGES. Lei Orgânica do Município de Lages: regimento interno do conselho municipal. Florianópolis: Livraria Central; 1895.
LAGES; CLUBE 1º DE JULHO. Livro de Atas. 1896 - 1905.
LAGES. Collecção das Leis do Município de Lages promulgadas no anno de 1896. Florianópolis: Gabinete Sul-Americano, 1897.
LAGES. Leis do Município de Lages promulgadas no anno de 1897. Gab. Sul Americano, 1898.
LAGES. Leis do município de Lages: promulgadas no anno de 1898. São Leopoldo: Typographia de w. Rotermund.
LAGES. Mensagem apresentada ao Conselho municipal de Lages pelo superintendente Major Vidal José de Oliveira Ramos Junior em 1 de janeiro de 1898. Gabinete Sul-Americano, 1898
LAGES. Relatório apresentado ao Conselho municipal de Lages pelo superintendente Major Vidal José de Oliveira Ramos Junior em 1 de janeiro de 1899. São Leopoldo: Typographia de W. Rotermund, 1899.
LAGES. Relatório apresentado ao Conselho municipal de Lages pelo superintendente Major Vidal José de Oliveira Ramos Junior em 3 de janeiro de 1900. Florianópolis: Gabinete typ. Sul Americano, 1900.
LAGES. Relatório apresentado ao Conselho municipal de Lages pelo superintendente Major Vidal José de Oliveira Ramos Junior em 2 de janeiro de 1901. Desterro: Gab. Brasil,

1901.
LAGES. Relatório apresentado ao Conselho municipal de Lages pelo superintendente Major Vidal José de Oliveira Ramos Junior em 2 de janeiro de 1902. Lages: Typ. Região Serrana, 1902.
LAGES. Leis do Município de Lages para o anno de 1900. Desterro: Gab. Brasil, 1901
LAGES. Leis e Regulamentos do Conselho Municipal do Lages (1899). Florianopolis: Gab. Typ. Sul Americano, 1901.
LAGES. Leis do Município de Lages promulgadas no anno de 1901. Lages: Typ. Região Serrana, 1902.
LAGES. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 26 de julho de 1903 pelo vice-governador Major Vidal José de Oliveira Ramos Junior. Florianópolis, Livraria Moderna, 1903
LAGES. Lei nº 190 de 8 de julho de 1907, regulamenta o imposto predial. Lages: Typ. Região Serrana.
LAGES. Collecção de Leis do Município de Lages 1902 - 1906. Florianópolis: Typ. Da escola de aprendizes artífices, 1911
LAGES. Collecção de Leis do Município de Lages 1911 - 1915.
LAGES. Collecção de Leis do Município de Lages 1907 - 1911. Florianópolis: Typ. Da escola artífices, 1912.
LAGES. Relatório da gestão dos negócios do município de Lages no anno de 1911 apresentado ao Conselho Municipal em 2 de janeiro de 1912 pelo Sr Octacilio Vieira da Costa. Florianópolis: Livraria Moderna, 1912.
LAGES. Relatório da gestão dos negócios do município de Lages no anno de 1911 apresentado ao Conselho Municipal em 2 de janeiro de 1912 pelo Sr Octacilio Vieira da Costa. Florianópolis: Livraria Moderna, 1912.
LAGES. Relatório da gestão dos negócios do município de Lages no anno de 1912 apresentado ao Conselho Municipal em 2 de janeiro de 1913 pelo Sr Octacilio Vieira da Costa. Florianópolis: Livraria Moderna, 1913
LAGES. Relatório apresentado ao conselho Municipal de Lages pelo Sr. Major Aristiliano Laureano Ramos em 1 de Janeiro de 1920. Typ Moderna: 1920.
LAGES. Relatório da gestão dos negócios do município de Lages apresentado ao Conselho Municipal em 2 de janeiro de 1926 pelo Major Octacilio Vieira da Costa. Florianópolis: Livraria Central
LAGES. Leis do Município de Lages do anno de 1927. Lages, Typ. Do Correio de Lages.
LAGES. Relatório apresentado ao Conselho municipal de Lages pelo superintendente Cel. Caetano Vieira da Costa em 1 de janeiro de 1928. Florianopolis: Livraria Central.
LAGES. Leis do Município de Lages anno de 1929. Florianópolis: Livraria Central., 1929
LAGES. Estatutos para a Associação Beneficiente Santa Isabel. Lages: Typ. Guia Serrano, 1935
LAGES. Lei nº 53 de 8 de setembro de 1938. (Regulamenta a construção de prédios nno perímetro urbano).
LAGES. Lei nº 01 de 25 de janeiro de 1944. (Delimita o perímetro urbano). 1944.
LAGES. Lei nº 25 de 4 de junho de 1951. (isenção de taxas para propagandas). 1951.
LAGES. Lei nº 29 de 5 de junho de 1952. (doação de terreno para Fundação Casa Popular).
LAGES. Lei nº 236 de 8 de junho de 1965. Aprova o código de obras e dá outras providências. Lages: PML, 1965.
LAGES. Lei nº 11 de 10 de março de 1966. Institui o Plano Diretor do Município de Lages e dá outras providências. 1966. (Prefeito Waldo da Costa Avila).
LAGES. Lei nº 10 de 09 de março de 1966. Amplia o perímetro urbano e estabelece o Plano

Diretor da Cidade de Lages. 1966. (Prefeito Waldo da Costa Avila)
LAGES. Lei nº 065 de 31 de dezembro de 1967. Institui o código tributário do município de Lages. 1967 (Prefeito Nilton Rogério Neves).
LAGES. Equipe Dirceu Carneiro. Estamos resolvendo em casa nossos problemas de habitação. Foulder [1980?].
LAGES. Lei nº 550 de 06 de agosto de 1982. Estabelece planos de ação para as secretarias que refere, cria institutos e adota medidas práticas de participação popular na administração do município. 1982.
LAGES. Projeto de Lei nº 016. institui o novo plano diretor da sede do município de Lages / SC.
LAGES. Lages: a princesa da serra. Relatório apresentado ao Ministério do Interior. 1982.
LAGES. Justificativa ao projeto de Lei nº 016. 10 de maio de 1982.
LAGES. Lei nº 588 de 31 de janeiro de 1983. Dispões sobre a expansão urbana.
LAGES. Gabinete de Planejamento. Projeto nova Lages - questionários. 1985
LAGES. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado: roteiro de execução. [1985].
LAGES. Cronograma para o filme "Nova Lages"
LAGES. Anotações do projeto "nova Lages". 1985
LAGES. Lei nº 1049 de 27 de novembro de 1986. Cria o Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Lages. 1986
LAGES. Lei nº 1052 de 27 de novembro de 1986. dispões sobre o parcelamento do solo urbano. Lages, 1986
LAGES. Justificativa apresentada na câmara de vereadores a Lei nº 1052. de 27 de novembro de 1986. dispões sobre o parcelamento do solo urbano. Lages, 1986.
LAGES. Decreto nº 1754 de 14 de janeiro de 1987. Regulamenta a Lei nº 1049 que cria o Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Lages e dá outras providências. 1987.
LAGES. Livro de Atas do Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento urbano de Lages. 1987 - 1993. Atas 01 à 73.
LAGES; Câmara de Vereadores. Parecer do projeto de Lei nº 012/88. Lages, 1988.
LAGES. Projeto de Lei n.012/88. Estabelece diretrizes, normas e critérios para o uso e ocupação do solo urbano do município e da outras providências (Com justificativa). Lages:PML, 1988.
LAGES. Lei nº. 1362 de 12 de junho de 1988. Estabelece Diretrizes, normas e critérios para o uso e ocupação do solo urbano do município e dá outras providências. 1988.
LAGES. Lei Orgânica do Município de Lages. 1990.
LAGES. Boletim: principais obras e serviços na administração 1989 - 1992. Lages: PML, 1992.
LAGES. Livro de Atas do Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento urbano de Lages. 1993 - 1999. Atas 73 à 76 (1994) e 01 à 42 (1999).
LAGES. Atas do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural - COMPAC. 1995 - 1999.
LAGES. Lei Complementar nº 013 de 01 de julho de 1994. (converte em UTIE a unidade territorial predominante Um, localizada na área industrial de Lages), 1994.
LAGES. Lei Complementar nº 021 de 21 de setembro de 1995. (cria corredor de comércio e serviços na Av. Belizário Ramos), 1995.
LAGES. Lei Complementar nº 025 de 23 de novembro de 1995. (Regulamenta o uso de edículas), 1995.
LAGES. Lei Complementar nº 026 de 23 de novembro de 1995. (Dispõe sobre utilização de recuos frontais), 1995.

LAGES. Lei Complementar nº 034 de 06 de maio de 1996. (Modifica o índice de aproveitamento do Solo Urbano), 1996.
LAGES. Lei Complementar nº 044 de 10 de dezembro de 1996. (Cria áreas de interesse especial) 1996.
LAGES. Lei Complementar nº 056 de 03 de janeiro de 1997, (Regulamenta construções próximas ao aeroporto), 1997.
LAGES; ACIL. Plano de Desenvolvimento Regional. 1999.
LAGES. Plano Diretor do município de Lages e Leis complementares. 1999. Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Lages.
LAGES. FIESC; Acil; Fundação Certi. Plano de Desenvolvimento Regional. Lages, [1999].
LAGES. Lages: preparando cidadãos. (Gestão Décio Ribeiro 1997-2000). Lages, 2000.
MINISTÉRIO dos Transportes; GEIPOT. Estudos de transportes urbanos em cidades de porte médio do Estado de Santa Catarina: Lages. [1980].
SANTA CATARINA. Assembléia Legislativa. Lages manuscritos avulsos, 1836 - 1842. Florianópolis: Assembléia Legislativa, 2000.
SANTA CATARINA, SINE. Movimentação de mão-de-obra por ocupação Lages - SC. Janeiro a dezembro de 1999.
SANTA CATARINA. Evolução das finanças municipais dos municípios da AMURES 1990/95. 1997.
SANTA CATARINA. Indicadores sócio-econômicos dos municípios da AMURES. Fev, 1997.
SANTA CATARINA; FECAM; AMURES. Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico.
SANTA CATARINA; SDM; DURB. Indicadores socioeconômicos dos Municípios da Associação da AMURES e AMPLASC. Florianópolis, 1999.
SANTA CATARINA; FECAM; AMURES. Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico. Fpolis: Secretaria Desenvolvimento Urbano e Meio ambiente, 1997.
SANTA CATARINA; FECAM; AMURES. Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico. Fpolis: Secretaria Desenvolvimento Urbano e Meio ambiente, 1999
SANTA CATARINA. Plano Básico de Desenvolvimento Regional. Fpolis. 1993.
SANTA CATARINA. Atlas Escolar de Santa Catarina. Fpolis. 1991.

Zilma Isabel é Peixer é Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Foi Diretora do Departamento de Memória e Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Lages (SC) e exerce, atualmente, o cargo de Coordenadora de Pesquisa da Universidade do Planalto Catarinense.

ISBN 85-89237-01-X

9 788589 237017

COLEÇÃO TESES E DISSERTAÇÕES